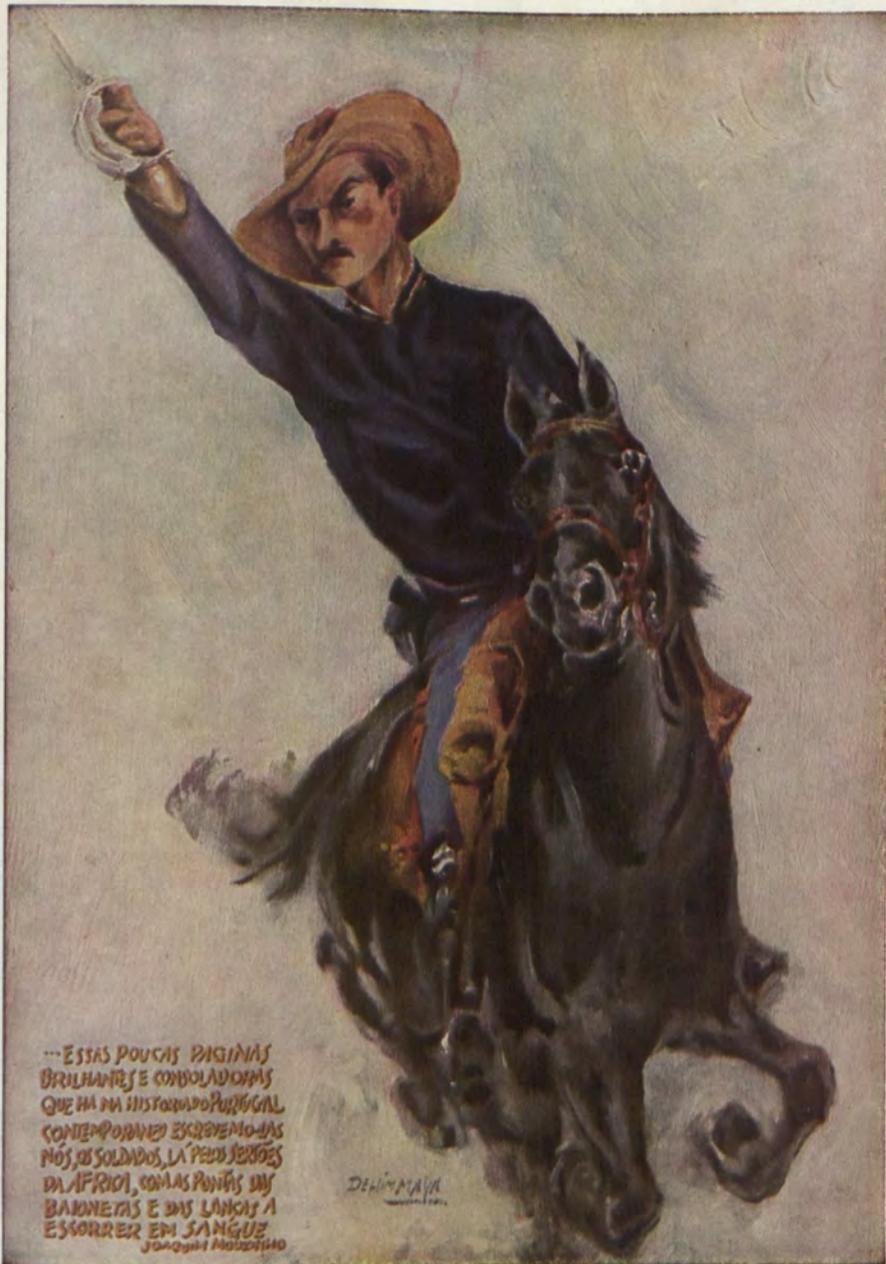




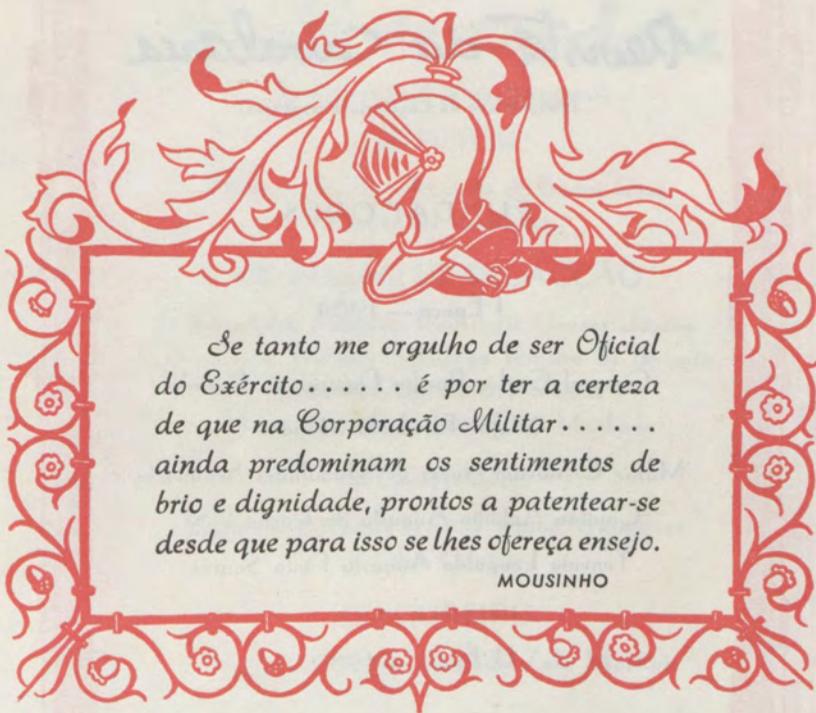
BIBLIOTECA DO EXERCITO

Revista da Cavalaria

1204



ANO DE 1967



*Se tanto me orgulho de ser Oficial
do Exército é por ter a certeza
de que na Corporação Militar
ainda predominam os sentimentos de
brio e dignidade, prontos a patentear-se
desde que para isso se lhes ofereça ensejo.*

MOUSINHO



Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

FUNDADORES

I Época — 1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha e Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

II Época — 1939

Capitão João E. Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu de Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António Sebastião Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

DIRECTOR

General António Augusto de Sousa Dias
Ribeiro de Carvalho

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Brigadeiro Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola
Coronel Raúl Ribeiro Ramos
Major António Oclávio Dias Machado

SECRETÁRIO

Sargento-Ajudante José Joaquim Gonçalves
da Silva Cordeiro

TESOUREIRO

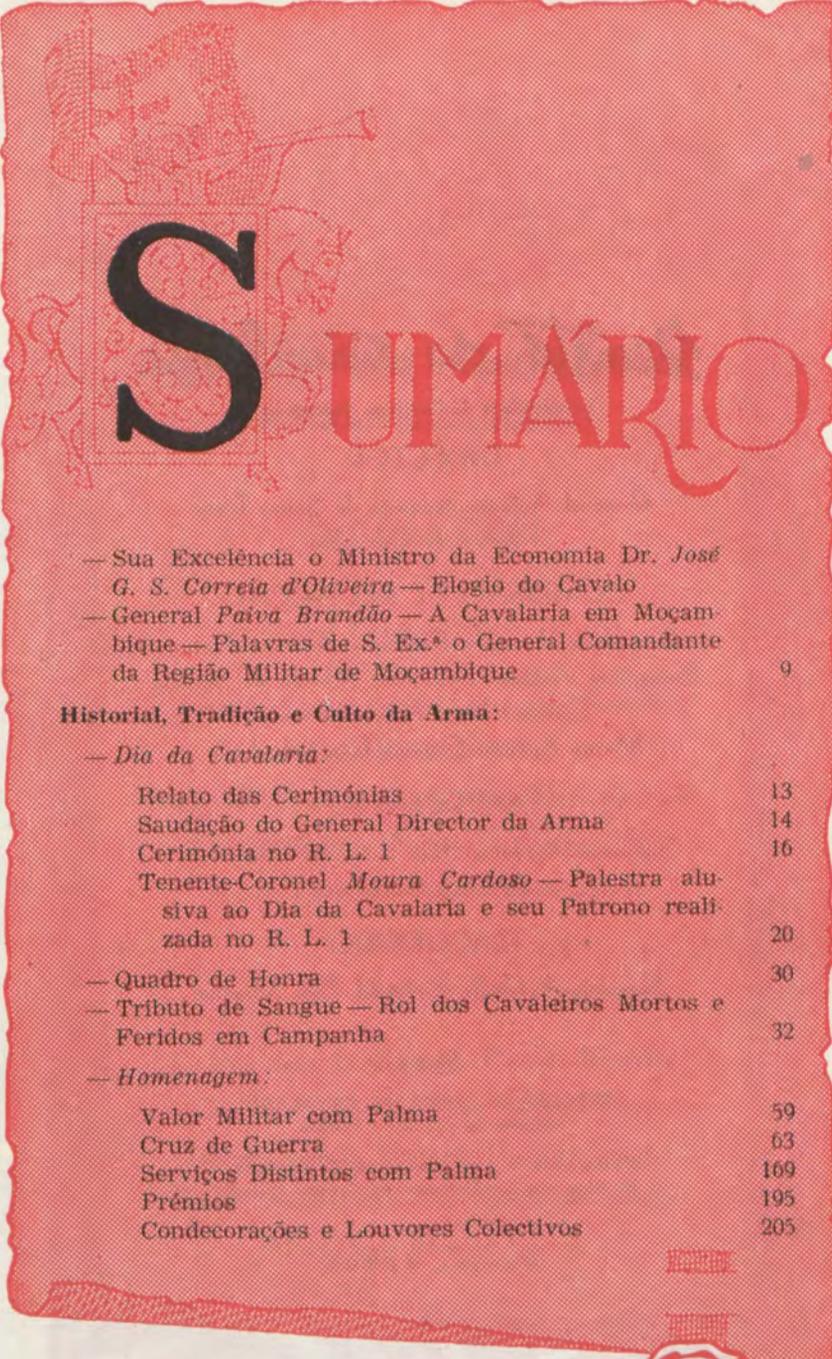
Sargento-Ajudante Orlando Zola Martins

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — LISBOA

Composto e impresso na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Preço: 45\$00



SUMÁRIO

— Sua Excelência o Ministro da Economia Dr. <i>José G. S. Correia d'Oliveira</i> — Elogio do Cavalo	
— General <i>Paiva Brandão</i> — A Cavalaria em Moçambique — Palavras de S. Ex. ^a o General Comandante da Região Militar de Moçambique	9
Historial, Tradição e Culto da Arma:	
— <i>Dia da Cavalaria:</i>	
Relato das Cerimónias	13
Saudação do General Director da Arma	14
Cerimónia no R. L. 1	16
Tenente-Coronel <i>Moura Cardoso</i> — Palestra alusiva ao Dia da Cavalaria e seu Patrono realizada no R. L. 1	20
— Quadro de Honra	30
— Tributo de Sangue — Rol dos Cavaleiros Mortos e Feridos em Campanha	32
— <i>Homenagem:</i>	
Valor Militar com Palma	59
Cruz de Guerra	63
Serviços Distintos com Palma	169
Prémios	195
Condecorações e Louvores Colectivos	205



— Dia da Raça. Cerimónias no dia 10 de Junho de 1967	215
— Resumo das Acções em Campanha das Unidades Regressadas em 1967	217
— Coronel <i>Miranda Dias</i> — Algumas virtudes Militares	241
— Coronel <i>Orlando Barbosa</i> — O Dia da Unidade no R. C. 4 — Palestra alusiva ao Dia, feita pelo Comandante	246
— Palavras de Despedida do Comandante do R. C. 4	251
— Homenagem aos Mortos da Comp. Cav. 1508 do Bat. Cav. 1880	252

Noticiário da Escola Prática de Cavalaria:

— Quadro de Honra — Aspirantes a oficial do TOQP 1967	255
— Tirocínio para Oficiais do Quadro Permanente 1967	256
— Actividades da E. P. C. em 1967	257

Doutrina e Cultura Militares:

— Brigadeiro <i>Reymão Nogueira</i> — O Emprego da Cavalaria no Ultramar — O que É — O que poderia Ser	269
— Coronel <i>Barros e Cunha</i> — A Cavalaria a Cavallo no Ultramar? Algumas reflexões	275
— Tenente-Coronel <i>Leão Correia</i> — Uma ideia Básica sobre o Futuro da Cavalaria	280
— Tenente-Coronel <i>Fonseca Lage</i> — Uma actuação de Companhias dos Dragões do Niassa (B. Cav. 1879)	284
— Major <i>Ribeiro Simões</i> — Problemas do Ensino da Psicologia e Sociologia no Exército	287
— Major <i>Duarte Silva</i> — Disciplina e Guerra Subversiva	291
— Major <i>António Machado</i> — A Carreira das Armas	297
— Capitão <i>Jesus da Silva</i> — Pontos de Vista	302
— Capitão <i>Lemos Caldas</i> — A Cavalaria do Ar	308
— Capitão <i>Carvalho de Andrade</i> — A Polícia Militar na Região Militar de Angola	315
— Capitão <i>Conde Falcão</i> — A Razão de um Lema	322
— Tenente <i>Mendes Sentieiro</i> — O Cavallo e a Arma de Cavalaria	331



— Tenente <i>Rey Villar</i> — Os futuros materiais radioeléctricos	338
— Tenente <i>Picão Abreu</i> — Da necessidade dos Centros de Recrutamento e Selecção	348
— Tenente <i>Fernando Maia</i> — Os Reconhecimentos Francês e Alemão	354
— Alferes Mil.º <i>Silva Lopes</i> — A Informação no Teatro da Guerra Psicológica	358
— Alferes Mil.º <i>Ferreira Nunes</i> — Os Canos das Armas já escaldam	362
— 2.º Sargento <i>Jesus Gonçalves</i> — A Guerra no Ultramar e a sua Influência sobre os Soldados Metropolitanos que nela participam	364
— Furriel Mil.º <i>Silva Neves</i> — Objectivo Atingido	368
— Um Cabo Mil.º — Uma reacção à Emboscada	376

Hípismo:

— Coronel <i>Sousa Coutinho</i> — Ronda do Ano Hípico de 1967	380
— Galeria dos Vencedores	386
— Capitão <i>Marques Pereira</i> — A Actividade Hípica na África Austral	391

Jornais, Revistas, Livros:

— Reflexões sobre o Combate Moderno	403
-------------------------------------	-----

Almanaque:

— I — Ingresso nas Fileiras	421
— II — Reintegrados	421
— III — Promoções	421
— IV — Condecorações	426
— V — Louvores em Campanha	432
— VI — Transferências	441
— VII — Abate às Fileiras	442





.....

.....

O cavalo, ensinou-me a ter medo e a vencer o medo; o cavalo ensinou-me a desconstrair-me perante o meu nervosismo; o cavalo desenvolveu, em mim, a noção de prudência e de medida, obrigando-me a tentar acertar a sua passada antes de corrermos o risco do obstáculo; o cavalo ensinou-me a cair e, com ele aprendi, sobretudo, a levantar-me firme na determinação de continuar o percurso, fosse qual fosse a dor e o esforço que ele custasse; no exercício da equitação aprendi quanto é necessária a firmeza no mando e como esta requer o ser discreto na intervenção e suave no comando. Por tudo isto, a equitação não é apenas um exercício físico pois que tanto contribui para formar em nós o hábito do auto-domínio, a noção da modéstia das nossas forças e dos nossos conhecimentos, a paixão de corrermos o risco, sempre que possível calculado. Como dizemos na cavalaria, o cavalo ensina-nos a ter coração.

.....

*(Palavras de Sua Excelência o Ministro da Economia
Dr. José Gonçalo Sottomayor Correia d'Oliveira du-
rante o discurso feito na Feira da Golegã em 11 de
Novembro de 1967)*

Revista da Cavalaria

ANAIS DA CAVALARIA PORTUGUESA

Ano de 1967

A Cavalaria em Moçambique

Palavras de S. Ex.^a o General Comandante
da Região Militar de Moçambique



com muita honra que acedo ao amável convite do Ex.^{mo} Senhor General Director da Arma de Cavalaria para emitir opinião sobre a actuação da Cavalaria em Moçambique, na presente conjuntura.

Em Guerra Subversiva o factor humano, no aspecto qualitativo é de importância fundamental. A massa onde recrutamos — na Metrópole ou no Ultramar — é magnífica.

Moderação, generosidade, estoicismo, adaptabilidade, abnegação, capacidade de resistência, valentia, qualificam, caracterizam e impõem o nosso soldado. O seu elogio está feito em todas as campanhas mas vale repeti-lo.

Qualquer das Armas ou Serviços dispõe portanto, de um factor humano que potencialmente pode considerar-se de primeira qualidade.

Revista da Cavalaria

Uma Unidade — grande ou pequena — no entanto, é o espelho dos seus quadros. Vale o que valerem os seus Chefes.

Assim as características de cada Arma, as suas tradições, a personalidade do Chefe, transmitem-se às unidades constituídas e individualizam-nas.

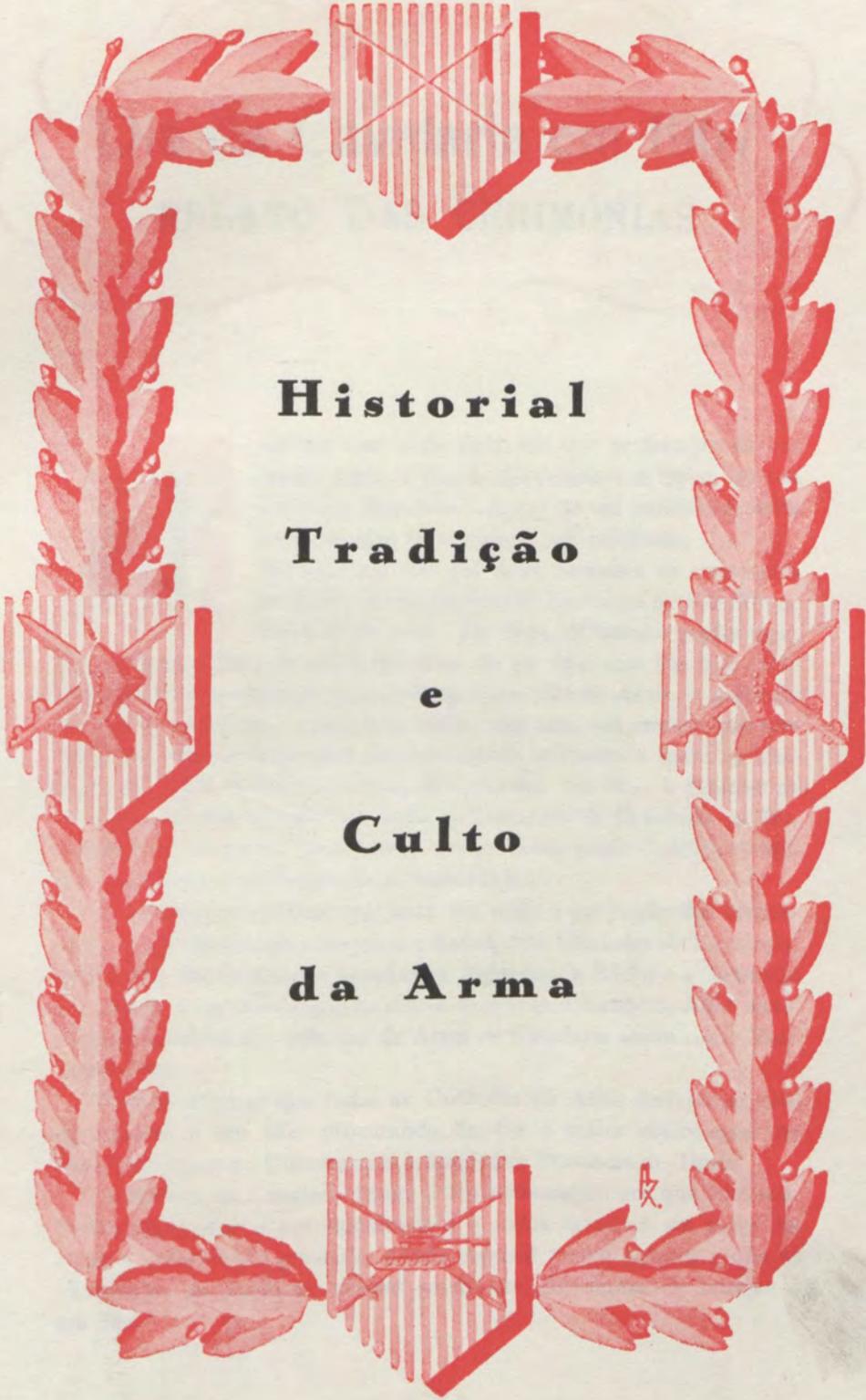


*O Comandante da Região Militar de Moçambique
General João de Paiva de Faria Leite Brandão*

Julgo que em Moçambique a Cavalaria tem actualmente confirmado as nobres tradições da Arma que naquela Província Ultramarina grangeou o mais alto prestígio.

31 de Dezembro de 1967.

JOÃO DE PAIVA DE FARIA LEITE BRANDÃO
General

A decorative red laurel wreath frames the central text. At the top, bottom, and sides of the wreath are military crests featuring crossed rifles and a central emblem. The crests are set against a background of vertical red stripes.

Historial

Tradição

e

Culto

da Arma

Dia da Cavalaria em 1967

RELATO DAS CERIMÓNIAS



ais um ano, o de 1967, em que se festejou de um modo digno o Dia da Cavalaria e a figura do seu Patrono, Mousinho. Assim se vai enraizando uma tradição que bem merece ser cultivada.

No corrente ano foi dada primazia às cerimónias realizadas no Regimento de Lanceiros n.º 1 de Elvas, unidade de onde, em 1895, Mousinho partiu para Moçambique à testa do seu Esquadrão. Se até 1966 esse Dia tinha sido festejado dum modo mais destacado na Casa-Mãe da Arma — a Escola Prática de Cavalaria — iniciou-se assim, este ano, um critério que pretende que esse destaque seja sucessivamente atribuído a todas as Unidades da Arma. Conseguir-se-á, deste modo, sem tirar o carácter de cerimónia a levar a efeito em todas as Unidades de Cavalaria na Metrópole e no Ultramar, deixar ainda mais vincado nessa Unidade o espírito que anima a realização desta festividade.

É consolador verificar que cada vez mais a projecção das cerimónias e o seu significado ultrapassa o âmbito das Unidades de Cavalaria, pois a elas amplamente se associam a Imprensa, a Rádio e a Televisão permitindo a sua divulgação na massa da Nação e, também, Altas Autoridades Militares não oriundas da Arma de Cavalaria assim como Entidades Civas.

Pode-se afirmar que todas as Unidades da Arma festejaram congnamente o seu Dia, procurando dar-lhe o maior realce quer na Metrópole, quer no Ultramar até à longínqua Província de Timor.

A *Revista da Cavalaria* presta a sua homenagem aos que bem souberam interpretar o seu significado e a todos agradece em nome da Arma a colaboração prestada, dando especial relevo aqueles a que as vicissitudes do combate, mesmo assim não impediram de festejar o seu Dia.

Revista da Cavalaria

Este ano também foi possível realizar por iniciativa da D. A. C. nos Serviços Cartográficos do Exército um filme — «A Cavalaria; o seu Patrono Mousinho e o seu Dia, 21 de Julho, dia do combate de Macontene» filme que foi transmitido pela Radiotelevisão Portuguesa no dia 21 de Julho. Este filme será divulgado pelas Unidades da Arma, Metrópole e Ultramar, pelos S. C. Ex. Deve-se uma palavra de agradecimento a estes Serviços e à RTP pela muito boa vontade demonstrada que permitiu levar ao grande público uma noção do que foi, e é será a Arma de Cavalaria dando ainda especial realce à figura do seu Patrono, ao Combate de Macontene que assinala o seu Dia e à actuação da Cavalaria no Ultramar no momento actual.

Também pelo Director da Arma foram recebidas muitas felicitações das mais diversas proveniências, entre as quais se menciona a de S. Ex.^a o General Campos Andrade, Director da Arma de Artilharia, cujo teor se transcreve:

«Melhores cumprimentos saudação comemorações dia festivo Cavalaria desejando V. Ex.^a e Arma que brilhantemente dirige continuidade gloriosas tradições de bem servir a Pátria.»

Com ligeiras modificações resultantes de adaptações às possibilidades, dum modo geral, o programa das cerimónias nas Unidades constou de:

- Içar da Bandeira Nacional perante toda a força da Unidade;
- Formatura geral;
- Leitura da saudação do General Director da Arma;
- Alocução por um oficial da Arma focando o Patrono da Arma e o Combate de Macontene;
- Imposição de condecorações aos militares últimamente agraciados;
- Distribuição de placas com a esfinge do Patrono da Arma às praças que se tornaram merecedoras de serem distinguidas;
- Provas desportivas;
- Sessões recreativas, etc.

Transcreve-se seguidamente a saudação do General Director da Arma:

«Há 70 anos — 21 de Julho de 1897 — Mousinho, à frente da sua Cavalaria, «carrega» em Macontene, consagrando, em expressiva vitória, o emprego da Cavalaria nas campanhas de África.

Revista da Cavalaria

Já, anteriormente — 28 de Dezembro de 1895 — em Chaimite, se tinha consagrado Herói Nacional e a primeira figura de Cavaleiro Português, figura que, fundido o espírito da sua Arma com o da própria Pátria, se eternizou como estrela galvanizadora das nossas vontades firmes de bem Servir.

Os anos rolaram. As condições de luta foram-se modificando. E, a Cavalaria, acompanhando a evolução, adquire novos aspectos e apresenta novas modalidades de emprego.

Mas, a força de um Exército e, dentro dele, a força das Armas que o constituem, continua a residir no seu moral e no seu espírito. E, neste aspecto, podemos orgulhosamente afirmar que a chama da Cavalaria — presente em Chaimite e Macontene — tem sido transmitida intacta de geração em geração.

E, para que esse espírito não se estiole e antes se revigore, todos os anos nos reunimos no dia 21 de Julho, o DIA DA CAVALARIA, dia que, para nós, mais de que um dia de festa, deve ser um dia de meditação, um dia evocativo de glórias passadas, um dia de rectificação de juramento cavaleiro.

Nesta hora de espiritualidade, o Director da Arma sauda efusivamente, sem distinção, todos os Cavaleiros — Officiais, Sargentos, Cabos e Soldados — louvando-os pela forma exemplar e abnegada como têm sabido cumprir o seu dever.

Mas, sem menosprezo pelo esforço generoso dos que labutam na Escola e nas Unidades da Arma, o seu pensamento vai especialmente para aqueles que conscientes da sua honrosa missão em terras portuguesas de Além-mar, firmes nos seus postos, indiferentes a sacrificios e privações, continuam a «carregar» na selva africana, em sublime demonstração de perene fidelidade ao exemplo do seu Patrono — O Grande Mousinho.

Bem hajam! porque bem têm contribuído para que nos orgulhemos da certeza de que, para além do exemplo do passado, também podemos glorificar o presente.

Nesta data de evocação cavaleira, o Vosso Director, interpretando o sentir da Arma, presta fervorosa homenagem aos queridos *irmãos de Arma* que, em sublime holocausto, depuseram em solo africano a oferenda das suas vidas e exorta todos os Cavaleiros a que, meditando no seu excelso sacrificio, continuem marchando — sob a égide de Mousinho — frente ao futuro, unidos pela firme determinação de transmitir aos vindouros o sagrado património espiritual da Cavalaria Portuguesa, continuando assim a honrar a nossa amada Pátria e a Arma a que tanto nos orgulhamos de pertencer.»

Tendo a cerimónia principal, como já se disse, sido realizada em Elvas, não poude, como em anos transactos, o General Director da Arma presidir à romagem ao túmulo de Mousinho, no cemitério dos Prazeres, tendo-se feito representar pelo Coronel de Cavalaria Miranda Dias, o qual ali se deslocou acompanhado pelo comandante do Regimento de Cavalaria da G. N. R. e officiais representantes dos comandos do R. C. 2 e R. C. 7 assim como do coronel Prazeres Júlio da D. A. C.

Os mesmos elementos foram também à sede da Cruz Vermelha Portuguesa, onde na Secção Auxiliar Feminina, o coronel Miranda

Revista da Cavalaria

Dias fez a entrega de Esc. 15 000\$00 como contribuição voluntária da Arma de Cavalaria a favor da iniciativa da construção dum bairro de moradias e que foi designada «Dez tostões para uma casa».

Da Excelentíssima Presidente daquela Secção foi recebido o seguinte officio:

A Ex.^{ma} Direcção da Arma de Cavalaria
Lisboa

Ex.^{mos} Senhores

Em nome da S. A. F. da C. V. P. e em nome dos pobres que tanto têm beneficiado da generosidade com que a Arma de Cavalaria festeja o seu dia, muito e muito obrigados.

Creio que V. Ex.^{as} festejam o dia da Arma de Cavalaria da maneira mais bondosa e mais cristã, até no julgamento indulgente para com as Senhoras da Cruz Vermelha Portuguesa,

Deus pague a V. Ex.^{as} é quanto lhes podemos dizer do fundo do coração. Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Direcção da S. A. F. da C. V. P.
Maria Margarida Fernandes Thomaz de Morais

Cerimónia no Regimento de Lanceiros 1

Ao Regimento de Lanceiros 1 competiu em 1967 organizar sob o alto patrocínio de S. Ex.^a o Comandante da 3.^a Região Militar, general Correia Barrento, a principal festividade do Dia de Cavalaria. Com aquela Unidade colaborou na cerimónia um importante efectivo do Regimento de Cavalaria 3.

Ao acto presidiu o general Correia Barrento que representava S. Ex.^a o Ministro do Exército. Assistiram também o general Ribeiro de Carvalho, director da Arma de Cavalaria, o 2.^o comandante da G. N. R. brigadeiro Ribeiro Spínola, o 2.^o comandante da 3.^a Região Militar coronel tirocinado Ramalho Correia, os comandantes da E. P. C. e de todas as Unidades de Cavalaria da Metrópole, os comandantes das Unidades da guarnição de Elvas, muitos outros oficiais além de outras entidades.

Todas as Unidades de Cavalaria estavam também representadas pelos seus guíões e por uma praça a que foi atribuído o prémio, placa Mousinho.

Revista da Cavalaria



Aspecto geral da cerimónia realizada no Regimento de Lanceiros 1



O Comandante do Regimento de Lanceiros 1, pronunciando a alocução

Revista da Cavalaria

Também assistiram, como convidados, os antigos companheiros de Mousinho, capitão António Brás de Elvas e os soldados Jerónimo Candeias de Pias do Baixo Alentejo e João Anselmo do Fundão.

Pelas 11 horas chegou o general Correia Barrento ao qual foram prestadas as devidas honras pela força constituída pelos elementos do



*O comandante da 3.^a Região Militar condecorando
o Capitão António Pereira Coutinho*

R. L. 1, um grupo de esquadrões do R. C. 3 e os guiões das Unidades, sob o comando do major Oliveira.

Seguidamente o comandante do R. L. 1, tenente-coronel Moura Cardoso pronunciou a alocução referente ao significado da data e que mais adiante se publica.

Revista da Cavalaria

O capitão Andrade e Silva leu a saudação do general Director da Arma.

Foi, depois, pelo general Correia Barrento colocada no peito do capitão António Pereira Coutinho, a medalha de Serviços Distintos com palma com que foi agraciado pela sua acção em terra de África, procedendo-se em seguida à distribuição às praças das placas Mousinho.



O antigo soldado Jerónimo Candeias procedendo ao descerramento do busto de Mousinho

Procedeu ao descerramento dum medalhão em bronze com o busto de Mousinho, o seu antigo companheiro de armas Jerónimo Candeias, hoje centenário.

Por último, as tropas desfilaram em continência perante o general Correia Barrento tendo depois percorrido as principais ruas de Elvas.

Findas as cerimónias realizou-se um almoço de confraternização no R. L. 1.



Palestra alusiva ao Dia da Cavalaria e seu Patrono realizada no R. L. 1



omemora-se hoje em todas as unidades da Arma o dia da Cavalaria.

Teve Sua Ex.^a o General Director da Arma de Cavalaria a feliz ideia de que essas comemorações tivessem anualmente mais brilho, num dos seus Regimentos.

E é exactamente essa a razão, porque este ano, essa efeméride terá mais relevo no Regimento de Cavalaria 1, o primeiro na ordem das unidades da Arma. Por isso aqui nos encontramos, soldados da Cavalaria Portuguesa, a prestar homenagem a Joaquim Mousinho de Albuquerque, Português ilustre, quase herói lendário, figura nobre e exemplar de militar e de cidadão, que escolhemos para patrono da nossa Arma.

O Regimento de Lanceiros 1, não podia alhear-se de tão grande acontecimento e ainda que modestamente, mas com entusiasmo e pela voz do seu mais graduado representante, irá focar aspectos da vida desse incomparável cavaleiro, cujo valor, de tão elevado quilate, transcendendo de tal modo os limites, que não tenho palavras para o retratar ou enaltecer.

Revista da Cavalaria

E para que compreendamos melhor os seus feitos, para que apreciemos os sacrifícios, os perigos e sofrimentos que passou, façamos uma pequena paragem para nos determos a lembrar alguns conhecimentos que podem andar afastados e que nos são necessários para melhor apreciação do nosso herói.

Recordemos o mapa de Portugal Continental. Esse pequeno recângulo da Península Ibérica, na extremidade sudoeste da Europa, donde partiram as caravelas de Gama e Pedro Álvares Cabral é a Mãe Pátria. Território pequeno, donde na época áurea dos Descobrimientos, nós os Portugueses, que tão poucos eramos, fizemos a proeza inigualável de contornarmos a África, acabando com a lenda do Mar Tenebroso, fomos à Índia e à Oceania, atravessámos o Atlântico, descobrimos o Brasil e chegámos aos confins da América do Norte.

Eram praticamente nossas as chaves do Oriente: o comércio e domínio dos mares pertenciam-nos.

Em todos os cantos do mundo um padrão, uma bandeira tremulando ao vento a assinalar a nossa presença.

Mas isto era na realidade muito para nós, povo tão pequeno. O esforço que fizemos para o conseguir depauperou-nos. Não fomos capazes de conservar tudo o que descobrimos e alguma coisa perdemos.

No entanto, o que hoje nos pertence enche-nos de orgulho. Povo descobridor e civilizador como outro não há.

Não nos interessa por agora fixarmo-nos na apreciação de todas as parcelas do território português e demoremo-nos um pouco mais na apreciação do vastíssimo território Africano.

Podemos constatar nos dias de hoje, que continua a existir grande rivalidade entre as nações. Essa rivalidade vem de muito longe e os motivos são os de sempre: os interesses materiais e económicos.

Se uma Nação tem petróleo, as outras procuram obtê-lo. Se outra tem ferro ou cobre, as restantes tentam consegui-lo e é por esta razão que por volta de 1880, há quase um século, os estados europeus, reconhecendo a importância política e económica que os seus territórios ultramarinos representavam para o solo Pátrio, começaram a dedicar-lhe uma atenção especial, tendente à sua consolidação.

E assim, a África, desprezada durante muito tempo, começa agora a ser olhada com cobiça pelas diversas Potências, que enviam vários exploradores no sentido de ampliarem os seus territórios.

Esta ambição, cada vez mais crescente, dá lugar a questões entre os principais Países europeus e estes resolvem estudar o assunto conjuntamente numa conferência: a célebre conferência de Berlim de 1884.

Revista da Cavalaria

Por ela, entre outras coisas se resolveu, que nenhuma anexação de territórios se faria por simples declaração, tornando-se antes necessária a ocupação efectiva por meio de tropas que assegurassem a ordem. Assentou-se num princípio, em virtude do qual, uma potência ultramarina estabelecida no litoral, tinha o direito de se apoderar dos territórios correspondentes no interior.

Portugal aproveitando-se da circunstância de possuir dois territórios no litoral, Angola e Moçambique, idealizou efectuar a união das duas possessões, de costa a costa, através da região do lago Niassa, região aliás por nós descoberta. Para melhor compreensão dos nossos direitos e ideais, fizemos juntar aos acordos, um mapa com as nossas regiões assinaladas em tom rosa, o que originou passar o referido mapa a ser conhecido pelo «Mapa cor de Rosa».

A Inglaterra, que sonhara unir o Egipto à África do Sul, não lhe convinha semelhante projecto e começou a cobiçar aqueles territórios, dificultando a nossa tarefa.

Para mais, nessa região, existiam jazigos de ouro e o chefe indígena das tribos locais, fez concessão deles a uma companhia Sul Africana.

Nós protestámos, porque o território era nosso, mas a rainha Vitória, que então reinava em Inglaterra, concedeu oficialmente aquelas terras, como se lhe pertencessem, à referida companhia, ao mesmo tempo que se insurgia contra o Mapa cor de Rosa, alegando que nós não tínhamos forças para ocupar convenientemente aqueles territórios.

Em face desta atitude, o Governo Português ordenou ao explorador Serpa Pinto que reconhecesse aquelas regiões, com vista à construção duma linha férrea que garantisse as ligações entre o Niassa e o Índico.

Um incidente ocorrido com as tropas de Serpa Pinto num combate com uma horda de «makololos», os povos da região e em que estes foram derrotados, foi explorado pelos ingleses, o que lhes fez crescer ainda mais o ódio contra Portugal. Provou-se mais tarde que essas gentes desfraldavam a bandeira inglesa e tinham sido pagos e estimulados contra nós, por um agente oficial britânico, que pouco tempo antes obtivera um salvo conduto dos Portugueses para atravessar Moçambique. O incidente provocou como era natural, troca de correspondência entre os dois governos e Portugal justificou em absoluto os seus direitos, baseado no espírito da Conferência de Berlim, mas apesar da opinião pública estrangeira estar toda do nosso lado, não conseguimos que os ingleses se resinassem com a razão que nos assistia.

Revista da Cavalaria

Os termos das notas trocadas foram-se agravando, até que em 11 de Janeiro de 1890 Portugal recebe de Inglaterra o «ultimatum» para que retirasse as tropas da região onde se verificou o incidente.

Isto foi uma bomba que atingiu em cheio a família Portuguesa.

A afronta que nos infligiu a Inglaterra foi enorme. Houve tumultos, incitações várias, mas o governo de então foi impotente para resolver a questão. Nenhuma das manifestações populares que incitavam a uma atitude digna da nossa parte, surtiu efeito.

As causas da subordinação portuguesa aos ingleses, que já vinham de longe, foram em parte causadas pela má administração ultramarina, pois não se cuidou de ir ocupando com suficientes forças os territórios tão cobiçados pelos ingleses, além de que as riquezas destes territórios não eram convenientemente exploradas.

Quando isso se reconheceu era tarde. De injúrias em injúrias chegámos ao «ultimatum», em que por fraqueza cedemos.

Os políticos de então degladiavam-se miseravelmente numa luta de partidos, em que os apetites, os egoísmos e as paixões afloravam sobre os interesses da nação. Os homens inteligentes dessa época, que os havia, serviam apenas para a polémica, para a ironia, para a crítica ou para o jogo das combinações políticas. Mais tarde, por acordo com a Inglaterra (1891), cedemos-lhe a região em questão e ficámos para sempre privados da realização desse sonho do mapa cor de rosa.

As campanhas de descrédito que se levantaram contra os nossos domínios africanos convenceram-nos de que era urgente proceder à sua ocupação definitiva, passar da costa ao interior e acabar com a rebeldia de certas tribos indígenas, que não estavam indiferentes a estas questões, e que orientados pelo estrangeiro teimavam em não aceitar o nosso domínio.

E na Guiné, em Angola e Moçambique muito tivemos que fazer.

Observemos no entanto esta última Província, pelo especial interesse do importante assunto que aqui nos trouxe.

Em Moçambique era particularmente alarmante a atitude dos indígenas, especialmente os Vátuas, povo altamente aguerrido que sob o comando do seu prestigioso chefe, Gungunhana, a soldo e armado pelos ingleses, desrespeitava a nossa soberania, maltratando, massacrando, cometendo toda a espécie de crimes contra os nossos colonos.

A gravidade dos acontecimentos obrigou o governo de Portugal a enviar para ali no desempenho do alto cargo de Comissário Régio, António Enes, antigo ministro, grande jornalista e conhecedor dos problemas ultramarinos.

Revista da Cavalaria

Para acabar com esta situação tiveram início as primeiras operações, que António Enes concebeu de acordo com os seus chefes militares e assim, uma coluna sai de Lourenço Marques para as margens do Incomati onde se sabiam os indígenas revoltados.

Foi por assim dizer a primeira acção militar. As chuvas inclementes, as temperaturas sufocantes, a desproporção de forças foram praticamente o primeiro teste, como hoje se diz, do valor incontestável das gentes de então e que terminou com o combate de Marracuene.

Uma lição de heroísmo que nos enche de confiança e é o primeiro abalo no inimigo traiçoeiro. Alguns chefes indígenas prestam vassalagem e à custa de postos militares no Incomati, se vai fazendo a pacificação das populações.

Mas Gunguhana continua incólume a dirigir superiormente a revolta do seu povo, refugiado no Manjacaze, sua residência.

É para aqui dirigido o segundo ataque, dividido em duas colunas, uma pelo Norte e outra pelo Sul.

A primeira tinha um obstáculo difícil de vencer, Magul, por ser o centro de resistência dos revoltosos às ordens de Matibjana, régulo poderosíssimo. A entrega deste é exigida num audacioso desafio, quando um oficial com umas poucas praças, se destaca do reduzido grosso da coluna e simulando pertencer a forças superiores, lhe fala em tom enérgico e decidido exigindo a entrega do régulo.

Estes, impressionados deixaram retirar a nossa força em paz, mas não entregaram o régulo no prazo marcado.

Os portugueses vão dar-lhe combate e numa desproporção enorme de forças (275 brancos contra 6500 negros) mas cheios de coragem, ânimo, serenidade e amor pátrio, põe em debandada o inimigo escrevendo em Magul outra página brilhante da nossa história, cujo significado se aprecia pelo número de régulos que vem de seguida submeter-se à nossa soberania.

Por seu turno a coluna do Norte em marcha difícil contra o Gunguhana atinge Coolela, a um dia do Manjacaze.

No dia seguinte, ao pretenderem iniciar a marcha para aquele objectivo, foram surpreendidos pelo inimigo traiçoeiro que os espreitava e não permitiu o seu intento. Mais uma vez um pequeno quadrado resistiu ao ataque de 12 000 negros.

E começamos aqui a ouvir falar mais intensamente do nosso patrono.

Embora não tivesse tomado parte activa no combate, fazia parte destas forças um Esquadrão deste Regimento comandado pelo Capitão

Revista da Cavalaria

Mousinho de Albuquerque, que assistiu, aguardando ordens, ao combate. Esta vitória que não pôde por prudência do comandante da coluna, Coronel Galhardo, ser completada pela exploração do sucesso sobre Manjacaze e que Mousinho esperava ansiosamente, teve o condão de obrigar bastantes régulos Vátuas a aceitar o nosso domínio.

Horas depois, ardia todo o Manjacaze e com ele as esperanças do império Vátua. No entanto, Gungunhana conseguira fugir, mas está para breve o seu final. Mousinho, que se havia notabilizado já pela realização da célebre marcha de Chicomo, em que atravessou com cavalos em mísero estado e homens febris, regiões infestadas de inimigos, e trouxe dentro do prazo que lhe foi pedido, 3 dias de víveres e dois de forragens, percorrendo mais de 120 km, é nomeado governador militar de Gaza. Possuidor duma invulgar inteligência e cultura, conhecia a fundo os problemas ultramarinos já porque colheu na nossa história, seus estudos predilectos, uma bagagem sem limites, já pelo que resultou da sua presença no ultramar designadamente na Índia e em Lourenço Marques, que governou imediatamente após a situação política difícil que o ultimatum havia criado, era a pessoa indicada para o cargo. A sua energia, a sua audácia, o seu espírito de justiça, impunham-se a tudo e a todos. O seu amor à Pátria, que considerava acima de todas as coisas, fê-lo aceitar com contentamento o referido cargo, pois as expedições aventureiras para onde havia sonhado enviar a sua cavalaria, iam certamente ter lugar e prestar mais uma vez altos serviços à Pátria.

Lembrando-se da impaciência com que a cavalo tinha debalde aguardado o momento de intervir em Coolela e de perseguir depois o fugitivo Gungunhana, não descansou enquanto o não procurou vivo ou morto, ciente de que a sua prisão seria praticamente o fim de tantos abusos, roubos, crimes por ele perpetrados, que não permitiam o sossego daquelas gentes cujo trabalho ordeiro e em confiança se tornava absolutamente necessário ao progresso da Província de Moçambique. E com este objectivo planeou a perseguição ao régulo vátua.

Apenas com 3 oficiais e cinquenta praças executou o plano.

Os negros sabiam com quem contavam. O conhecimento profundo que Mousinho tinha dos seus hábitos e reacções, fê-lo preparar um ambiente propício ao golpe.

Mousinho era por assim dizer, para os negros, um diabo que tudo sabia e adivinhava.

Só assim se explica que estando o Gungunhana no seu acampamento, defendido por uma paliçada guardada, ele tenha entrado sem

Revista da Cavalaria

que aquele ou algum dos seus guardas se tenham defendido, sequer gritando.

A sua presença paralisava-os.

Gungunhana foi preso, fuzilados os seus dois maiores colaboradores, terminando assim em Chaimite a brilhante acção que immortalizou Mousinho e os seus bravos e dedicados companheiros.

De regresso a Lourenço Marques com a cobiçada presa é alvo das mais sinceras manifestações. As revoltas não tinham no entanto acabado e aqui e além, ainda um foco rebelde.

A Mousinho e a seus homens, aureolados pelo prestígio das vitórias anteriores, não foi difícil a dominação de povos e povos revoltados, agora na região do Maputo.

Ao regressar desta última campanha, esperava-o a promoção a major e a sua nomeação para governador da Província de Moçambique (Março de 1896).

Terminara portanto aqui a 1.^a campanha de Gaza e Mousinho vai pôr à prova os dois outros aspectos do seu muito valor: o da governação e administração da Província.

Para ele, sem a submissão dos povos e ocupações dos territórios, não pode haver progresso e para atingir esse objectivo mantém-se em constantes lides de guerra, em que ele é o chefe supremo. Diz a história que para a expansão territorial Portuguesa, levada a efeito em terras de além, aos militares andavam sempre ligados os missionários. Os primeiros conquistavam e ocupavam, os segundos evangelizavam procurando converter os povos ao catolicismo.

Mousinho encara em si duas funções semelhantes: a de militar vencendo, submetendo ao domínio português os que o não querem aceitar, e a de político e administrativo, organizando serviços completamente abandonados, quadros não existentes ou unicamente constantes no papel, actualizando orçamentos, libertando o território da influência dos comerciantes poderosos que lhe entravavam a acção.

Ora é justamente no Norte da Província, que as coisas se complicam e exigem necessariamente a presença de forças para dominar e submeter as tribos, que teimam em não aceitar a nossa soberania.

Em Outubro de 1896 parte de Nantule, o posto mais avançado da região dos Namarrais, uma coluna de 24 oficiais, 287 praças brancas e alguns indígenas, comandados por Mousinho.

Esta força atinge a Mujenga, mas por traição, os guias a soldo de comerciantes e proprietários de Moçambique, brancos, mouros ou indianos, ali a conduzem para acabar com os seus componentes.

Revista da Cavalaria

Foi um rude golpe que suportámos com estoicismo, quase 24 horas de fogo contra nós dirigido por um inimigo traiçoeiro emboscado e actuando no seu elemento, o que nos obrigou a retirar nas piores condições, mas em boa ordem, com todos os feridos e sem deixar ao inimigo qualquer material.

Esta retirada é no próprio conceito de Mousinho um dos feitos mais brilhantes em terras de África, graças à firmeza, bravura, dedicação e disciplina dos nossos soldados.

O fogo era dirigido especialmente contra os oficiais e o próprio Mousinho sentia o fogo mais intenso do lado para onde se deslocava. Foi ferido duas vezes o que para o seu temperamento, foi certamente um estímulo para uma próxima desforra.

Em Fevereiro de 97 organiza nova coluna e com 36 oficiais, 477 brancos, 155 indígenas e 407 auxiliares também indígenas, sai de Nantule para o morro do Pão.

Durante a caminhada sucedem-se os combates e as vitórias: Nanguema, Ibrahimo, Mucuto-Muno, que nos trazem a rendição de numerosos régulos.

Entretanto no Sul, novamente os vátuas conhecedores da actuação das nossas forças no Norte e sabendo do regresso à metrópole de forças expedicionárias, ateam novamente os focos de rebeldia na região de Gaza o que obriga o regresso do Governador Geral a Lourenço Marques.

No Norte, o estabelecimento de vários postos militares põe finalmente cobro às revoltas, tendo-se submetido na totalidade, o que abre definitivamente o caminho à ocupação do distrito.

No distrito de Gaza, o régulo Maguiguana que fora comandante das hostes do Gungunhana e um dos mais valentes está alarmando a nossa gente.

Mousinho vai começar a nova campanha de Gaza. Organiza a coluna e em Julho de 1897 vai marchar para a região do Chibuto, a escolhida para base de operações. Esta marcha de 12 dias ficou também na História como uma das proezas mais belas do sertão africano.

Ao alvorecer do dia 21 de Julho, há precisamente 70 anos, a coluna vai iniciar a marcha para o inimigo e de manhã cedo entra em contacto com as hostes do Maguiguana, na planície de Macontene.

As coisas passam-se como tanta vez. A mesma bravura, a mesma decisão, o mesmo espírito de sacrifício.

Mais uma vez um quadrado diminuto perante o colosso negro. Sempre a mesma desproporção a que nos havíamos habituado. Da ordem dos 300 contra os 5000.

Revista da Cavalaria

O fogo certo, ordenado, a pesença imperturbável do chefe, começa a produzir os seus efeitos. Os negros desorganizam-se e à voz de cessar fogo, succede-se a de «carregar».

A cavalaria sob o comando de Mousinho rompe o quadrado e como uma tempestade, leva de roldão, quais folhas tombadas pelo vento, as mangas dizimadas do inimigo.

Terminada esta acção em que a Cavalaria brilhou a grande altura, as forças regressaram ao Chibuto donde sucessivamente vão partindo vários ataques, aqui e além, sempre na perseguição do fugitivo Maguiguana.

Por fim na região dos Libombos, em Mapulanguene, aquele é batido, não sem se ter defendido heróicamente, até que a morte o arrebatou.

Estamos em Agosto de 1897 data que marca o termo das lutas e o fim das façanhas militares de Mousinho e se aperfeiçoam as de organização e administração da Província agora sem o entrave das acções militares.

A sua prodigiosa aptidão, a sua incansável actividade, o amor pátrio, proporciona-lhe o ter deixado uma obra que quer sobre o ponto de vista militar, quer político ou administrativo, é digna da maior admiração e pode ser apontado a todos como notável exemplo.

É evidente que nestes anos de lutas constantes, através de terras inóspitas, os perigos, as febres, tantas doenças, preocupações de toda a ordem, contrariedades sem fim, lhe devem ter depauperado a saúde.

Vem até à Metrópole onde é recebido com entusiasmo indescritível. Por toda a parte é aclamado com delírio, como verdadeiro herói nacional. A repercussão das suas vitórias, do seu valor como profundo conhecedor do ultramar, ultrapassa as fronteiras e de países estrangeiros lhe vêm as maiores distinções, países esses que visita em seguida em missão diplomática.

Mas ao trabalhador incansável, ao espírito irrequieto, ao carácter íntegro mas modesto, não agrada tanta honraria e insatisfeito ainda, com a obra começada, parte para a sua Província em Abril de 1898 a continuar o trabalho árduo, persistente, proffico que havia iniciado.

E por mais honesto e bem intencionado que seja a acção do indivíduo, por mais íntegra, independente e justa que seja a sua decisão, há sempre a inveja, a perfídia, a maldição daqueles, que assentando a vida em alicerces cimentados com a ganância e ambição desmedida, procuram a satisfação dos seus interesses, sem olhar aos falsos e desonestos meios de a obter.

Revista da Cavalaria

E a estrela que brilhou sempre a grande altura começa a enfraquecer a luz, com a opacidade da intriga e da injustiça.

Um decreto tendencioso, cerceando-lhe a acção, provoca da sua parte uma reacção tão corajosa quanto digna e pede a demissão do seu cargo de Comissário Régio que ocupava com invulgar brilhantismo.

Regressa à Metrópole onde novas honrarias o distinguem, designadamente o de ter sido escolhido por El-Rei D. Carlos para aio de seu filho o Príncipe Real D. Luís Filipe.

Honra suprema a que Mousinho tão bem soube corresponder deixando-lhe palavras admiravelmente pensadas e escritas e o exemplo dum chefe e dum soldado sem par.

Primeira figura duma escola de patriotismo, de bravura e de sacrifício, de lealdade e de subordinação, de desinteresse e de ideal, é o exemplo para a juventude de todos os tempos.

Mas a História repete-se. E, hoje como ontem, os mesmos interesses materiais, as mesmas invejas, as mesmas cobiças, mas também o mesmo comportamento valoroso da gente moça de Portugal.

Reparai nos três bravos velhinhos que tendes na vossa frente, companheiros de Mousinho.

Graças ao seu esforço, aos sacrifícios e privações que passaram, foi-nos possível, 70 anos depois, homenagear um herói, para cuja glória eles tanto contribuíram.

Que daqui a 70 anos possam ser festejados os heróis do vosso tempo, para cuja fama todos vós tivestes a oportunidade de contribuir, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo esforço, com o mesmo sangue.

E então, ainda não será demais a recordação dos bons exemplos, pois Nação que não busque na História do seu Passado, a razão de ser do seu Presente, compromete seriamente o seu Futuro.

E relembrando as palavras de quem tão bem estudou Mousinho, poderemos determinar:

«No seu exemplo de devoção à Pátria, no seu culto da verdade e da honra, no seu amor à História, no seu gosto de acção construtiva, no seu equilíbrio de inteligência e de vontade, no seu desprezo das materialidades contingentes, na sua vocação ultramarina, podemos encontrar modelo de portuguesismo para seguir, sem receio de comprometer o futuro de Portugal que tanto amamos e que tão fervorosamente queremos servir.»

Tenente-Coronel MOURA CARDOSO

Quadro de Honra

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu apurmo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento receberam, no Dia da Cavalaria no ano de 1967, a **Placa Comemorativa do Patrono da Armá**

Escola Prática de Cavalaria

Esq. Com.

Soldado n.º 01875465

Fernandes

Esq. Serv.

Soldado n.º 0441365

Simões



Esq. Rec.

1.º Cabo n.º 01671965

Santos

Esq. C. C.

Soldado n.º 09390164

Moreira



Regimento de Lanceiros de Mousinho

Formação — 1.º Cabo n.º 00142865 — **Colaço**
Formação — Soldado n.º 05291366 — **Carapeto**
C. I. C. A. 3 — 1.º Cabo n.º 01311265 — **Botica**
C. I. C. A. 3 — Soldado n.º 04219564 — **Valente**



Regimento de Lanceiros da Praça de Moura

1.º E. P. M. — Soldado n.º 05486764 — **Barata**
2.º E. P. M. — Soldado n.º 03179765 — **Almeida**
Esq. Inst. — 1.º Cabo n.º 09700765 — **Pereira**
Formação — Soldado n.º 07219366 — **Sanches**



Regimento de Dragões de Olivença

Esq. Rec. — Soldado n.º 442/65 — **Dias**
Formação — 1.º Cabo n.º 223/RD/58 — **Brites**

Quadro de Honra



Regimento de Cavaleiros de Macontene

- 1.º E. C. C. — Soldado n.º 05397264 — **Mateus**
- 2.º E. C. C. — Soldado n.º 04884865 — **Luís**
- 4.º E. C. C. — Soldado n.º 1609665 — **Castanha**
- 5.º E. C. C. — Soldado n.º 8722166 — **Rodrigues**
- 6.º E. C. C. — Soldado n.º 1182465 — **Caetano**
- E. C. S. — Soldado n.º 05397264 — **Passos**



Regimento de Dragões de Entre-Douro e Minho

- Esq. Rec. — Soldado n.º 2480565 — **Tavares**
- Formação — 1.º Cabo n.º 09563064 — **Guedes**
- C. I. C. A. — Soldado n.º 2391365 — **Silva**



Regimento de Cavalaria do Cais

- 2.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 0279366 — **Teixeira**
- 2.º E. C. C. — Soldado n.º 7601866 — **Almeida**
- Esq. Inst. — Soldado n.º 2817966 — **Silva**
- Formação — 1.º Cabo n.º 2610/64 — **Eugénio**



Regimento de Cavalaria da Beira

- Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 08187265 — **Godinho**
- Esq. Inst. — 1.º Cabo n.º 03257665 — **Cabo**
- Formação — Soldado n.º 08974466 — **Silva**



TRIBUTO DE SANGUE

Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha

MORTOS EM COMBATE

14- 1-67	— Soldado	Jacinto Manuel Vilhena Santana
14- 1-67	— Soldado	Alfredo João dos Santos
15- 1-67	— Soldado	António Dias Simão
15- 1-67	— Soldado	José Maria Simões
15- 1-67	— Soldado	António Guerreiro Francisco
19- 1-67	— Soldado	Francisco da Luz Carloto
19- 1-67	— Soldado	Firmino José da Palma
14- 2-67	— Soldado	José Rodrigues
17- 2-67	— Soldado	António Inácio Lopes da Silva
1- 3-67	— 1.º Cabo	José Félix Lopes
4- 3-67	— Soldado	Luís da Silva Aço
4- 3-67	— Soldado	António Augusto Moreiras
6- 3-67	— 1.º Cabo	Joaquim Soares de Andrade
22- 3-67	— 1.º Cabo	Albino Dantas Afonso Coelho
22- 3-67	— 1.º Cabo	Alberto Teixeira Lopes
24- 3-67	— Soldado	José dos Santos Cardoso
11- 4-67	— Soldado	Olívio de Sousa Ferreira Mestre
17- 4-67	— 1.º Cabo	Emílio de Oliveira Sousa Pinto
17- 4-67	— Soldado	José Luís Teixeira
20- 4-67	— Soldado	José Domingos Nunes
22- 4-67	— 1.º Cabo	David da Silva
22- 4-67	— 1.º Cabo	José Augusto de Jesus Sousa
22- 4-67	— Soldado	Hermenegildo Boavida Carvalho
22- 4-67	— Soldado	João Faria
22- 4-67	— Soldado	José Maria Gonçalves Costa
23- 4-67	— Soldado	Daniel do Rosário Gonçalves
23- 4-67	— Soldado	Manuel Morgado de Carvalho
7- 5-67	— Soldado	José Moreira Bravo

Revista da Cavalaria

11- 5-67	— Soldado	José Carlos Nhantumbo
19- 5-67	— 1.º Cabo	Júlio Fernando Antunes Fernandes
21- 5-67	— Soldado	Nestor Pires Dias
23- 5-67	— Soldado	Manuel Nunes Bessa
29- 5-67	— Soldado	António Augusto Gil
9- 6-67	— 1.º Cabo	Carlos Manuel da Fonseca Cabral
9- 6-67	— Soldado	Manuel Paulino Fernandes
9- 6-67	— Soldado	Adolfo Domingos Liojanga
20- 6-67	— Soldado	Armando Alves Marques
21- 6-67	— 1.º Cabo	António da Silva Domingos
26- 6-67	— Soldado	Armando Pereira Saraiva
7- 7-67	— Soldado	Lourenço Carvalho dos Santos
7- 7-67	— Soldado	Nuno Alberto Pinto
8- 7-67	— Soldado	Manuel Alves Martins
8- 7-67	— Soldado	João Simões
11- 7-67	— 1.º Cabo	José Duarte Simões Pires
11- 7-67	— Soldado	António Faildes
11- 7-67	— Soldado	José Gomes Murilhas
12- 8-67	— 1.º Cabo	David Dias Pedro Pimenta
16- 8-67	— Fur. Mil.	Luís Santos Barjona Freitas
16- 8-67	— 1.º Cabo	Álvaro Claro
16- 8-67	— Soldado	Manuel da Costa Sacramento
21- 9-67	— Fur. Mil.	Fernando Dias Cristóvão
1-10-67	— Soldado	Babu
1-10-67	— Soldado	Diamantino João Carapinha
17-10-67	— Soldado	José Ribeiro Brejo
17-10-67	— Soldado	Francisco José da Silva
19-10-67	— Soldado	António Manuel Piedade Almeida
16-11-67	— 1.º Cabo	António Santos Nunes
16-11-67	— 1.º Cabo	Albertino Gonçalves de Sousa
20-11-67	— Caç. Nat.	Acslebo José
20-11-67	— Soldado	António Ramalho Passinhas
2-12-67	— Soldado	António José Baptista Massano
9-12-67	— Soldado	Anselmo dos Anjos Bento
10-12-67	— 1.º Cabo	Isaías Pereira André
12-12-67	— Soldado	Américo Baleia Duarte
14-12-67	— 1.º Cabo	José Ferreira Alves
20-12-67	— Soldado	José Ferreira Pereira
22-12-67	— Soldado	Braima Sissé
24-12-67	— Soldado	Francisco Rodrigues da Silva
24-12-67	— Soldado	Morna Iomba
25-12-67	— 1.º Cabo	Mário Marques Martins
26-12-67	— Alf. Mil.	Gaspar Fernando Peixoto Bourbom
26-12-67	— 1.º Cabo	Manuel Jacinto Matos
26-12-67	— 1.º Cabo	Alfredo António Canhoto Sequeira

Revista da Cavalaria

26-12-67 — Soldado Francisco Sales Branquinho
26-12-67 — Soldado Armindo Ratinho Farinha
26-12-67 — Soldado Iliziário Merendão Penedo
26-12-67 — Soldado Carlos Alberto Viegas

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

4- 1-67 — Soldado José da Silva
7- 1-67 — Soldado Mário Soares Luís
12- 1-67 — Soldado Gregório António Velhinho Recto
4- 2-67 — Soldado Artur José
7- 2-67 — Soldado Manuel Maria Lourenço
26- 2-67 — Soldado Victor Rôla Marques Valença
6- 3-67 — Soldado José Fernando da Silva Mota
15- 3-67 — Soldado António Silva Monteiro
20- 3-67 — Soldado António Marques Lameira
22- 3-67 — Soldado Armando Augusto Rocha
24- 3-67 — Soldado José dos Santos Cardoso
25- 3-67 — Fur. Mil. Eduardo Jaque Moreira Oliveira
29- 3-67 — 1.º Cabo Basílio António Paixão
6- 4-67 — Soldado António Correia dos Reis
17- 4-67 — Soldado Francisco Cardoso Gonçalves
28- 4-67 — Soldado Manuel Maximiano Mendonça
28- 4-67 — Soldado Salvador Victória Rosado
14- 5-67 — Soldado Feliciano Luís Estevão
21- 5-67 — Soldado Avelino Martins de Araújo
22- 5-67 — Soldado José Francisco da Silva Valentim
22- 5-67 — Soldado Armindo Machado Félix
1- 6-67 — Soldado Albino Marçal Farinha
29- 6-67 — 1.º Cabo Boaventura Oliveira Pinho
15- 7-67 — Soldado José Maria Coelho
3- 8-67 — Soldado Maximiano de Almeida Silva
21- 8-67 — Soldado Angelino Lucas
26- 8-67 — Soldado Uari Bentiniore
26- 8-67 — Soldado Moro Siga
5- 9-67 — Soldado João Carlos da Conceição Bértolo
9- 9-67 — Soldado António Ferreira da Silva Oliveira
11- 9-67 — 1.º Cabo José Francisco Peixino Dias
11- 9-67 — Soldado António dos Santos Pereira
1-10-67 — Soldado José Augusto Parada
1-11-67 — Soldado Vola Mane
4-12-67 — Soldado Carlos G. Guimarães Vieira Osório
5-12-67 — Soldado Guilherme Victor Ferreira de Brito

Revista da Cavalaria

Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate

1966

(Não mencionados na Revista anterior)

10- 2-66	— Soldado	António Gomes dos Santos
7- 3-66	— Fur. Mil.	Joaquim Augusto da Silva Santos
7- 3-66	— 1.º Cabo	Arnaldo Fernandes João
7- 3-66	— 1.º Cabo	José da Silva Gomes
7- 3-66	— Soldado	Carlos David Dias
7- 3-66	— Soldado	Jaime Ferreira dos Santos
7- 3-66	— Soldado	Joaquim Terenas Coelho
28- 3-66	— Alf. Mil.	Luís Pedro M. de Almeida Pires
12- 4-66	— Soldado	Francisco da Silva Vicente
17- 4-66	— Soldado	Francisco Punilhas Gaudêncio
15- 5-66	— Soldado	Joaquim da Silva Bento
15- 5-66	— Soldado	Luciano Fernandes
10- 6-66	— 1.º Cabo	Dinando Ferreira Lourenço
10- 6-66	— Soldado	Américo Nunes Gonçalves
13- 6-66	— Alf. Mil.	José Francisco Machado
13- 6-66	— Soldado	António Teixeira Lopes
9- 7-66	— Soldado	António José Guerreiro da Silva
13- 7-66	— 1.º Cabo	José da Silva Barreto
13- 7-66	— 1.º Cabo	Júlio Manuel Vieira Benedito
13- 7-66	— Soldado	Mário José Prodêncio Alves
26- 7-66	— 1.º Cabo	Justino Manuel de Sousa Martins
30- 7-66	— 2.º Sarg.	Helvídio R. Lobinho Cachatra
30- 7-66	— Soldado	José Dias Silvestre
19- 9-66	— Capitão	Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto
19- 9-66	— Fur. Mil.	Rui Manuel Oliveira Ribeiro Costa
19- 9-66	— 1.º Cabo	José da Silva de Jesus
19- 9-66	— 1.º Cabo	José Manuel Domingues Rosado
19- 9-66	— Soldado	Manuel Gonçalves
21-10-66	— 1.º Cabo	António Pinheiro Mendes
21-10-66	— Soldado	António de Oliveira Moreira
21-10-66	— Soldado	Alberto Amadeu Pires
1-11-66	— Soldado	João Castro Mendonça Lourenço
10-11-66	— Fur. Mil.	Mário Alves Ferreira
10-11-66	— Fur. Mil.	João Maria Carvalho
10-11-66	— 1.º Cabo	Alcides Marques Gomes
15-11-66	— Fur. Mil.	Francisco B. Ribeiro
19-11-66	— Alf. Mil.	Saúl Duarte Ferreira
19-11-66	— Soldado	José C. Ferreira
19-11-66	— Soldado	José Alfredo Lopes Figueiredo
19-11-66	— Soldado	António dos Anjos Ramião

Revista da Cavalaria

19-11-66	— Soldado	Guilherme Fernandes
26-11-66	— Soldado	Joaquim José Descalço Galhana
30-11-66	— 1.º Cabo	Francisco António Serra Lacão
30-11-66	— Soldado	João Augusto Amorim Araújo
1-12-66	— Soldado	Francisco Bento Jacinto
8-12-66	— Soldado	Joaquim Francisco Lapa Cordeiro
11-12-66	— Fur. Mil.	Carlos Alberto Cabrita Costa
11-12-66	— Soldado	José João Veiga Clemente
11-12-66	— Soldado	Jaime Ramalho Mondim
11-12-66	— Soldado	Carlos Ramos
11-12-66	— Soldado	Manuel João de Jesus Gonçalves
11-12-66	— Soldado	José Manuel Romão
11-12-66	— Soldado	Pedro Rosa Duarte
11-12-66	— Soldado	Joaquim Martins
12-12-66	— Alf. Mil.	Moisés Figueiredo Mimoso
12-12-66	— 1.º Cabo	Martinho Gonçalves
12-12-66	— 1.º Cabo	Manuel Duarte Araújo
12-12-66	— 1.º Cabo	Joaquim Soares de Andrade
12-12-66	— Soldado	Carlos José Penetra Melo
16-12-66	— Fur. Mil.	Mário de Jesus Manata
16-12-66	— Soldado	António Guerreiro Dias Limpo
22-12-66	— 1.º Cabo	Rodríguez Fernandes R. Benedito
27-12-66	— Soldado	José Maria Ferreira
27-12-66	— Soldado	Manuel da Silva Soares

1967

13- 1-67	— Soldado	Augusto Correia Lúcio
15- 1-67	— Soldado	Francisco Xavier Magalhães
15- 1-67	— Soldado	Joaquim Luís Ferreira
19- 1-67	— Alf. Mil.	João Filipe Sereno de Almeida
19- 1-67	— Soldado	Valentim Campos da Silva
19- 1-67	— Soldado	Manuel António Palma
3- 2-67	— Tenente	Duarte Manuel A. Rocha Pamplona
1- 3-67	— Soldado	Jorge Alexandre Gouveia
1- 3-67	— Soldado	Manuel Joaquim de Moura Teixeira
4- 3-67	— Alf. Mil.	Manuel dos Santos Serrão
4- 3-67	— 1.º Cabo	Gustavo Romano Correia Domingues
4- 3-67	— 1.º Cabo	Manuel Lopes de Sousa
4- 3-67	— 1.º Cabo	Arnaldo Severino de Jesus
4- 3-67	— Soldado	António Carlos das N. da S. Boshoff
4- 3-67	— Soldado	Fernando de Jesus Lopes Martins
4- 3-67	— Soldado	José Augusto Tavares da Silva
4- 3-67	— Soldado	José da Costa e Silva
4- 3-67	— Soldado	António Lopes Albuquerque

Revista da Cavalaria

6- 3-67	— 1.º Cabo	Manuel Gonçalves Rodrigues Souto
6- 3-67	— Soldado	José Carlos Bordaló Feijó
22- 3-67	— Soldado	António da Cunha
22- 3-67	— Soldado	Joaquim Morgado Baptista
22- 3-67	— Soldado	José António Augusto Passó
11- 4-67	— Fur. Mil.	Luís Maria da Graça Fernandes
11- 4-67	— 1.º Cabo	Bahadukhan Acbarkhan
11- 4-67	— Soldado	António Luís Martins Sousa Reis
12- 4-67	— Capitão	Rui Mamede Monteiro Pereira
11- 5-67	— Soldado	Henrique Leitão de Azevedo
11- 5-67	— Soldado	Luís Manuel da Conceição P. Dias
16- 5-67	— Soldado	Aretino Henriques Mota
21- 5-67	— Alferes	José Rosa Correia Leite
21- 5-67	— 1.º Cabo	Jaime Rocha dos Santos
21- 5-67	— Soldado	Francisco Fonseca
21- 5-67	— Soldado	José Carlos S. Narciso
21- 5-67	— Soldado	Joaquim Avelino Pires
21- 5-67	— Soldado	José Cardoso Vinagre
24- 5-67	— Soldado	Joaquim Mouta Duarte
6- 6-67	— 1.º Cabo	João Florentino Cardoso Nobrega
6- 6-67	— Soldado	Manuel Joaquim Ferreira Pintado
9- 6-67	— 2.º Sarg.	Joaquim Soeiro Grilho
9- 6-67	— 1.º Cabo	António da Conceição Carvalho
9- 6-67	— 1.º Cabo	Luís Moura Barros
9- 6-67	— Soldado	Eliseu Augusto Baptista
23- 6-67	— 1.º Cabo	Mário Lopes Duarte
23- 6-67	— Soldado	Armando Dias Ferreira
23- 6-67	— Soldado	Manuel Madureira Pereira
23- 6-67	— Soldado	Domingos Ferreira de Matos
23- 6-67	— Soldado	Manuel Luís de Oliveira Pinheiro
26- 6-67	— 1.º Cabo	Oldemiro Baptista Pereira
26- 6-67	— Soldado	Afonso Pinto da Silva
26- 6-67	— Soldado	José Jorge Velosa Gomes
26- 6-67	— Soldado	Júlio Gonçalves Vassalo
26- 6-67	— Soldado	João Álvaro Salimo
26- 6-67	— Soldado	António Monteiro
7- 7-67	— Fur. Mil.	Amadeu Marques
7- 7-67	— Soldado	Virgilino Pinto Gonçalves Vaz
7- 7-67	— Soldado	Firmino Lourenço João
8- 7-67	— 1.º Cabo	Armando Alves Nunes da Silva
8- 7-67	— Soldado	José Inácio de Medeiros
8- 7-67	— Soldado	Jaime José
31- 7-67	— Alf. Mil.	Fernando Ribeiro Cardoso
31- 7-67	— Soldado	José de Oliveira Marques
4- 8-67	— Soldado	Joaquim Maria Salvador

Revista da Cavalaria

4- 8-67	— Soldado	Manuel Domingos da Conceição
4- 8-67	— Soldado	Manuel F. de Oliveira Epifânio
4- 8-67	— Soldado	Joaquim Maria Solvedas
6- 8-67	— 1.º Cabo	Marcolino Martins Gomes
8- 8-67	— Soldado	Hermínio Manuel Leitão Manteigas
16- 8-67	— 1.º Cabo	Joaquim Grilato Luís
7- 9-67	— Soldado	Carlos Alberto Pinto
7- 9-67	— Soldado	Artur Maria Cardoso
7- 9-67	— Soldado	Manuel Soares de Oliveira
7- 9-67	— Soldado	António Guerreiro Ganchinho
7- 9-67	— Soldado	Felismino Gaspar Louro
7- 9-67	— Soldado	José Manuel dos Santos Gonçalves
12-10-67	— Soldado	João António Neves
17-10-67	— Soldado	Joaquim Feliciano Guerreiro
17-10-67	— Soldado	José Manuel Guerreiro
17-10-67	— Soldado	Rodrigo Aloízo Moreira Duarte
29-12-67	— 1.º Cabo	José Manuel Pereira Machado
	— Capitão	José Pedro Simões Caçorino Dias
	— 1.º Cabo	Carlos Manuel Rodrigues Bernardes
	— 1.º Cabo	Francisco Ramiro da Silva Nunes
	— Soldado	Joaquim do Carmo Fernandes
	— Soldado	João da Cruz Correia Marques
	— Soldado	Carlos Manuel Nunes Rocha
	— Soldado	José Dias Sordo
	— Soldado	Joaquim José Pernas
	— Soldado	Mário de Jesus Lopes
	— Soldado	Lino Dias Gaveta
	— Soldado	Victor Manuel da Luz Fernandes

MORTOS EM COMBATE



Soldado Jacinto Manuel Vilhena Santana
R. C. 3

Filho de Francisco Manuel Santana e de Alzira Felicidade de Vilhena Santana. Natural de Ferreira do Alentejo — Beja. Idade 22 anos. Faleceu a 14 de Janeiro de 1967.



Soldado Alfredo João dos Santos
R. C. 3

Filho de António Maria e de Maria da Providência. Natural de Olivais Sul — Lisboa. Idade 22 anos. Faleceu a 14 de Janeiro de 1967.



Soldado António Dias Simão
R. C. 7

Filho de Amadeu Simão e de Maria José Felícia. Natural de Aguas Belas — Sabugal. Idade 22 anos. Faleceu a 15 de Janeiro de 1967.



Soldado José Maria Simões
R. C. 7

Filho de Francisco Simões e de Maria Adelaide. Natural de Vilarinho — Lousã. Idade 23 anos. Faleceu a 15 de Janeiro de 1967.



Soldado António Geurreiro Francisco
R. C. 7

*Filho de Manuel Francisco e de Maria Anica.
Natural de Salir — Loulé. Idade 24 anos.
Faleceu a 15 de Janeiro de 1967.*



Soldado Francisco da Luz Carloto
R. C. 3

*Filho de José Mendes Carloto e de Maria
Florinda da Luz. Natural de Tolosa — Nisa.
Idade 21 anos. Faleceu a 19 de Janeiro de
1967.*



Soldado Firmino José da Palma
R. C. 3

*Filho de José Manuel e de Bárbara da
Palma. Natural de Aljustrel. Idade 21 anos.
Faleceu a 19 de Janeiro de 1967.*



Soldado José Rodrigues
R. C. 7

*Filho de César Rodrigues e de Maria da
Piedade Rodrigues. Natural de Lousã. Idade
22 anos. Faleceu a 14 de Fevereiro de 1967.*



Soldado António Inácio Lopes da Silva
R. C. 3

Filho de José Inácio da Silva e de Deolinda da Natividade Lopes. Natural de Painho — Cadaval. Idade 22 anos. Faleceu a 17 de Fevereiro de 1967.



1.º Cabo José Félix Lopes
R. C. 6

Filho de Augusto Lopes e de Maria do Carmo Ribeiro. Natural de Fafe. Idade 22 anos. Faleceu a 1 de Março de 1967.



Soldado Luís da Silva Aço
R. C. 3

Filho de Luciano Januário Aço e de Maria Cândida Grilo. Natural de Benavita — Avis. Idade 22 anos. Faleceu a 4 de Março de 1967.



Soldado António Augusto Moreiras
R. C. 3

Filho de Manuel Francisco Moreiras e de Amélia das Dores Martins. Natural de Sahnhoane — Mogadouro. Idade 22 anos. Faleceu a 4 de Março de 1967.



1.º Cabo Joaquim Soares de Andrade
R. C. 3

Filho de Raimundo de Andrade e de Alice de Jesus Soares. Natural de Moimenta — T. do Douro. Idade 22 anos. Faleceu a 6 de Março de 1967.



1.º Cabo Albino Dantas Afonso Coelho
R. C. 6

Filho de Albino Afonso Coelho e de Olívia Dantas. Natural de Portuzelo — Viana do Castelo. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Março de 1967.



1.º Cabo Alberto Teixeira Lopes
R. C. 6

Filho de João Leite Lopes e de Conceição Teixeira. Natural de Fafe. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Março de 1967.



Soldado José dos Santos Cardoso
R. C. 3

Filho de José Gonçalves Cardoso e de Maria Rosa dos Santos. Natural de Alhos Vedros — Moita. Idade 23 anos. Faleceu a 24 de Março de 1967.



Soldado Olfvio de Sousa Ferreira Mestre
Esq. Cav. 3

Filho de Olfvio David Lopes e de Euldia Gertrudes Ferreira. Natural de Brinches — Serpa. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Abril de 1967.



1.º Cabo Emílio de Oliveira Sousa Pinto
R. C. 3

Filho de Manuel Bernardino de Sousa Pinto e de Adelina de Oliveira. Natural de Mouriscos — Abrantes. Idade 23 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1967.



Soldado José Luís Teixeira
R. C. 3

Filho de José Teixeira e de Justina Maria. Natural de Barreiro. Idade 21 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1967.



Soldado José Domingos Nunes
R. C. 3

Filho de Domingos Nunes e de Rosalina Nunes. Natural de Serzedas — Castelo Branco. Idade 21 anos. Faleceu a 20 de Abril de 1967.



1.º Cabo David da Silva
R. C. 7

Filho de Laurentino da Silva e de Margarida da Silva. Natural de Lamas. Idade 23 anos. Faleceu a 22 de Abril de 1967.



1.º Cabo José Augusto de Jesus Sousa
R. C. 7

Filho de Augusto Martins de Sousa e de Rosa de Jesus. Natural de Santa Maria—Covilhã. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Abril de 1967.



Soldado Hermenegildo Boavida Carvalho
R. C. 7

Filho de José Carvalho e de Glória Boavida. Natural de Vale de Prazeres. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Abril de 1967.



Soldado João Faria
R. C. 7

Filho de António Faria e de Gracinda da Conceição. Natural de Revinhade—Felgueiras. Idade 23 anos. Faleceu a 22 de Abril de 1967.



Soldado José Maria Gonçalves Costa
R. C. 7

Filho de José Ramilo Lourenço Costa e de Maria Velez Gonçalves. Natural de Esparoeiras — Marvão. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Abril de 1967.



Soldado Daniel do Rosário Gonçalves
R. C. 7

Filho de José Gonçalves e de Encarnação do Rosário. Natural de Almagreira — Pombal. Idade 23 anos. Faleceu a 23 de Abril de 1967.



Soldado Manual Morgado de Carvalho
R. C. 7

Filho de Manuel Sebastião Carvalho e de Florinda Maria. Natural de Monte Novo — Gavião. Idade 22 anos. Faleceu a 23 de Abril de 1967.



Soldado José Moreira Bravo
R. C. 3

Filho de Augusto Caetano Bravo e de Quitéria Moreira de Oliveira. Natural de N. Sr.ª da Graça dos Degola — Campo Maior. Idade 21 anos. Faleceu a 7 de Maio de 1967.



Soldado José Carlos Nhantumbo
Esq. Cav. 3

Filho de Carlos Nhantumbo e de Maria. Natural de Chidenguele — Muchopos. Idade 21 anos. Faleceu a 11 de Maio de 1967.



1.º Cabo Júlio Fernando Antunes Fernandes
R. C. 8

Filho de Joaquim Fernandes e de Cezaltina de Jesus Antunes. Natural de Feixo — Lousã. Idade 22 anos. Faleceu a 19 de Maio de 1967.



Soldado Nestor Pires Dias
Esq. Cav. 3

Filho de Bernardo Dias e de Maria Adelaide Pires. Natural de Boticas. Idade 21 anos. Faleceu a 21 de Maio de 1967.



Soldado Manuel Nunes Bessa
R. C. 3

Filho de Américo de Oliveira Bessa e de Carolina Nunes Freire. Natural de Beire — Parades. Idade 21 anos. Faleceu a 23 de Maio de 1967.



Soldado António Augusto Gil
R. C. 3

Filho de José Luis Mendes Gil e de Alberta Júlia Correia. Natural de Torre de Moncorvo. Idade 23 anos. Faleceu a 29 de Maio de 1967.



1.º Cabo Carlos Manuel da Fonseca Cabral
Esq. Cav. 3 — Grupo de Cav. 1

Filho de Alfredo Rosa Cabral e de Maria Odília da Fonseca Cabral. Natural de Forno Telheiro — Celorico da Beira. Idade 21 anos. Faleceu a 9 de Junho de 1967.



Soldado Manuel Paulino Fernandes
Esq. Cav. 403 — Grupo de Cav. 1

Filho de António Paulino Fernandes e de Virginia Augusta. Natural de S. Martinha da Anta — Sabrosa. Idade 23 anos. Faleceu a 9 de Junho de 1967.



Soldado Adolfo Domingos Liojanga
Esq. Cav. 403 — Grupo de Cav. 1

Filho de Armando Liojanga e de Verónica Nana. Natural de Cubal. Idade 24 anos. Faleceu a 9 de Junho de 1967.



Soldado Armando Alves Marques
R. C. 3

Filho de António Marques e de Maria José Alves. Natural de Parada — Carregal do Sal. Idade 21 anos. Faleceu a 20 de Junho de 1967.



1.º Cabo António da Silva Domingos
R. C. 3

Filho de Silvério Domingos e de Faustina Isabel. Natural de Vaqueiros — Alcontins. Idade 22 anos. Faleceu a 21 de Junho de 1967.



Soldado Armando Pereira Saraiva
R. C. 3

Filho de Beatriz Pereira Saraiva. Natural de Gonçalo — Guarda. Faleceu a 26 de Junho de 1967.



Soldado Lourenço Carvalho dos Santos
R. C. 3

Filho de Manuel dos Santos e de Georgina Freitas de Carvalho. Natural de Vera Cruz — Aveiro. Idade 22 anos. Faleceu a 7 de Julho de 1967.



Soldado Nuno Alberto Pinto
R. C. 3

Filho de Victorino Pinto e de Maria da Purificação. Natural de Oliveira do Douro — Cinfães. Idade 24 anos. Faleceu a 7 de Julho de 1967.



Soldado Manuel Alves Martins
Esq. Cav. 3

Filho de Renaldo Martins e de Ana de Jesus Alves. Natural de Gouvinhas — Sabrosa. Idade 22 anos. Faleceu a 8 de Julho de 1967.



Soldado João Simões
Esq. Cav. 3

Filho de António Simões e de Alzira Mendes dos Santos. Natural de Cumeira — Penela. Idade 23 anos. Faleceu a 8 de Julho de 1967.



1.º Cabo José Duarte Simões Pires
R. C. 7

Filho de Joaquim Simões Pires e de Maria Gomes Duarte. Natural de Carapinheira — Montemor-o-Velho. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Julho de 1967.



Soldado António Faildes
R. C. 7

Filho de António Agostinho e de Isabel Maria Faildes. Natural de Pousafoles dos Bispos — Sabugal. Idade 23 anos. Faleceu a 11 de Julho de 1967.



1.º Cabo David Dias Pedro Pimenta
R. C. 3

Filho de Manuel Pedro Pimenta e de Mariana Dias. Natural de Pamphilosa — Soure. Idade 22 anos. Faleceu a 12 de Agosto de 1967.



Furiel Mil.º Luís Santos Barjona Freitas
R. C. 3

Filho de Vasco Castelo Branco Barjona Freitas e de Mariana dos Santos. Natural de Portimão. Idade 23 anos. Faleceu a 16 de Agosto de 1967.



1.º Cabo Alvaro Claro
R. C. 3

Filho de Francelina da Conceição Claro. Natural de Gois. Idade 21 anos. Faleceu a 16 de Agosto de 1967.



Soldado Manuel da Costa Sacramento
R. C. 3

Filho de Antônio Ribeiro Sacramento e de Margarida da Costa Gonçalves. Natural de Montalvão -- Nisa. Idade 22 anos. Faleceu a 16 de Agosto de 1967.



Furiel Mil.* Fernando Dias Cristóvão
R. C. 7

Filho de Alberto Alves Cristóvão e de Maria José Dias. Natural de Alameda -- Castelo Branco. Idade 25 anos. Faleceu a 21 de Setembro de 1967.



Soldado Diamantino João Carapinha
R. C. 3

Filho de Indício Carapinha Romão e de Catarina Maria Felícia. Natural de Santiago Maior Alandroal. Idade 21 anos. Faleceu a 1 de Outubro de 1967.



Soldado José Ribeiro Brejo
R. C. 3

Filho de José Dias Brejo e de Natividade Ribeiro. Natural de Sobreira Formosa -- Proença à Nova. Idade 22 anos. Faleceu a 17 de Outubro de 1967.



Soldado Francisco José da Silva
R. C. 3

Filho de Agostinho José da Silva e de Jacinta Maria Saruga. Natural de Sta. Vitória do Ameixial — Estremoz. Idade 22 anos. Faleceu a 17 de Outubro de 1967.



Soldado António Manuel Piedade Almeida
R. C. 7

Filho de António de Almeida e de Alexandra da Piedade. Natural de S. Quintino — S. Monte Agraço. Faleceu a 19 de Outubro de 1967.



1.º Cabo António Santos Nunes
R. C. 3

Filho de José Inácio Nunes e de Maria da Encarnação Santos. Natural de Estombar — Lagoa. Idade 22 anos. Faleceu a 16 de Novembro de 1967.



1.º Cabo Albertino Gonçalves de Sousa
R. C. 3

Filho de Albino de Sousa e de Joana Gonçalves. Natural de Alcantarilha — Silves. Idade 21 anos. Faleceu a 16 de Novembro de 1967.



Soldado António Ramalho Passinhas
R. C. 3

Filho de João Passinhas Moreiras e de Alda Ramalho. Natural de S. João Baptista — Moura. Idade 22 anos. Faleceu a 20 de Novembro de 1967.



Soldado António José Baptista Massano
R. C. 3

Filho de Diamantino José Massano e de Joana Rita Baptista. Natural de Monforte — Portalegre. Idade 22 anos. Faleceu a 22 de Dezembro de 1967.



Soldado Anselmo dos Anjos Bento
R. C. 3

Filho de António dos Anjos Bento e de Maria Teresa Nunes. Natural de Urros — Mougadouro. Idade 21 anos. Faleceu a 9 de Dezembro de 1967.



1.º Cabo Isaias Pereira André
R. C. 3

Filho de António André e de Maria Joaquina Pereira. Natural de Pala — Pinhel. Idade 22 anos. Faleceu a 10 de Dezembro de 1967.



Soldado Américo Balcia Duarte
R. C. 3

Filho de Domingos Joaquim Duarte e de Laura Maria Balcia. Natural de S. João das Lampas — Sintra. Idade 22 anos. Faleceu a 12 de Dezembro de 1967.



1.º Cabo José Ferreira Alves
R. C. 8

Filho de Belmiro Alves e de Albertina Ferreira. Natural de Ceira — Coimbra. Faleceu a 14 de Dezembro de 1967.



Soldado José Ferreira Pereira
R. C. 3

Filho de António Pereira e de Marcolina Ferreira. Natural de Marinha das Ondas — Figueira da Foz. Idade 22 anos. Faleceu a 20 de Dezembro de 1967.



Soldado Francisco Rodrigues da Silva
R. C. 7

Filho de Filipe Francisco da Silva e de Maria Mota Rodrigues. Natural de Pontével — Cartaxo. Idade 21 anos. Faleceu a 24 de Dezembro de 1967.



1.º Cabo Mário Marques Martins
R. C. 3

Filho de Delfim Martins e de Herminia de Jesus. Natural de Mação. Idade 22 anos. Faleceu a 25 de Dezembro de 1967.



Alferes Mil.º Gaspar F. Peixoto Bourbon
R. C. 3

Filho de Gonçalo Manuel Peixoto Sampaio Bourbon e de Maria Isabel Ferreira Pinto Bourbon. Natural de Vila do Conde. Idade 27 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



1.º Cabo Alfredo António Canhoto Sequeira
R. C. 3

Filho de José Augusto Sequeira e de Adília do Rosário da C. Canhoto. Natural de Sto. Ildefonso — Elvas. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



1.º Cabo Manuel Jacinto Matos
R. C. 3

Filho de José Jacinto e de Leonilde de Matos Pereira. Natural de S. Bartolomeu da Serra — Santiago de Cacém. Idade 21 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



Soldado Francisco Sales Branquinho
R. C. 3

Filho de Joaquim Correia Branquinho e de Maria Felizarda Branco. Natural de Santo Aleixo — Moura. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



Soldado Armindo Ratinho Farinha
R. C. 3

Filho de Manuel Farinha e de Mariana Ratinho. Natural de Fronteira — Portalegre. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



Soldado Elisiário Meredão Penedo
R. C. 3

Filho de João Francisco Penedo e de Virgínia Maria Meredão. Natural de Ferreira do Alentejo. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.



Soldado Carlos Alberto Viegas
C. I. C. A. Lourenço Marques

Filho de Manuel Viegas e de Dulce da Ascensão. Natural de Lourosa — Oliveira do Hospital. Idade 23 anos. Faleceu a 26 de Dezembro de 1967.

HOMENAGEM





VALOR MILITAR COM PALMA

Soldado **Manuel Rosa Correia**

Soldado **José Lopes de Sousa Marques**

Soldado **José Luís de Brito Ferreira**



Manuel Rosa Correia

Soldado

*Medalha de Cobre de Valor Militar
com Palma*

O. E. n.º 4 — 3.ª Série
de 10 de Fevereiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a Medalha de Cobre de Valor Militar com Palma, nos termos do Art.º 7.º, com referência ao parágrafo 1.º do Art.º 51.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o Soldado n.º 73/65-M, Manuel Rosa Correia, da Companhia de Cavalaria n.º 1401, Batalhão de Cavalaria n.º 1851, Regimento de Cavalaria n.º 3.

LOUVADO, porque, nas acções de combate em que tomou parte, evidenciou extraordinárias qualidades de coragem, decisão, sangue frio, energia e persistência notável sob intenso fogo inimigo. Quando se desencadeou um ataque à coluna em que seguia, o Soldado Rosa Correia, empunhando a sua metralhadora, defendeu a peito descoberto a retaguarda da coluna, fortemente visada pelo fogo inimigo, deslocando-se sempre para os locais onde melhor o podia bater, indiferente à sua própria segurança. Quando de outro ataque no dia seguinte, apesar de ter sido gravemente ferido numa perna, ao bater o inimigo a peito descoberto, continuou a fazer fogo com a sua metralhadora, até que, já falho de forças para se manter de pé, teve de ser retirado da «zona de morte», a fim de ser assistido pelo enfermeiro.

Apesar da gravidade dos seus ferimentos, manteve-se sempre com uma serenidade notável, exortando os seus camaradas na luta que estavam travando.

Pela destemida forma como agiu e pelo conceito em que já era tido, constitui exemplo de total dedicação ao ideal da Pátria, engrandecendo as glórias da sua Unidade e do Exército.



José Lopes de Sousa Marques

Soldado

*Medalha de Cobre de Valor Militar
com Palma*

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a Medalha de Cobre de Valor Militar com Palma, nos termos do Art.º 7.º, com referência ao parágrafo 1.º do Art.º 51.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o Soldado n.º 2423/63-M, José Lopes de Sousa Marques, da Companhia de Cavalaria n.º 629, Batalhão de Cavalaria n.º 631, Regimento de Cavalaria n.º 7.

LOUVADO, pelo exemplo e bravura e espírito de sacrifício demonstrado no decorrer de um assalto a um quartel IN foi sempre guia do seu grupo de combate apesar de vários ataques sofridos procurou manter o ritmo de progressão de modo a obter o máximo rendimento. Ao ser atingido por uma mina que lhe decepou um pé e causou outras mutilações graves nunca se deixou abater moralmente, animou os seus camaradas que o transportaram para o lugar de evacuação e insistiu para que lhe dessem uma arma para que pudesse colaborar na defesa do seu grupo, demonstrou qualidades invulgares de coragem decisão e serena energia debaixo de fogo.



José Luís de Brito Ferreira Soldado

*Medalha de Cobre de Valor Militar
com Palma*

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a Medalha de Cobre de Valor Militar com Palma, nos termos do Art.º 7.º, com referência ao parágrafo 1.º do Art.º 51.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o Soldado n.º 1812/64, José Luís de Brito Ferreira, da Companhia de Cavalaria n.º 1401, Batalhão de Cavalaria n.º 1851, Regimento de Cavalaria n.º 3.

LOUVADO, porque, durante um ataque sofrido pelas nossas tropas evidenciou notáveis qualidades de valentia, coragem, decisão, sangue frio e serena energia debaixo de fogo.

Apesar de ser desempanador e não ter propriamente a missão de combatente, ao desencadear-se o ataque à coluna, actuou por iniciativa própria, procurando descobrir os locais em que o inimigo se encontrava, indiferente à sua segurança, e bateu-o com tiros de pontaria bem ajustada, muito contribuindo para a eliminação de algumas posições donde as nossas tropas estavam a ser visadas. Tendo sido atingido, entretanto, por uma bala inimiga, que lhe despedaçou o lábio e parte do maxilar inferior, com notável serenidade e firme determinação no cumprimento do dever, apesar do sofrimento que devia ter e que procurava ocultar dos seus camaradas, manteve-se a fazer fogo sobre o inimigo até esgotamento das suas forças.

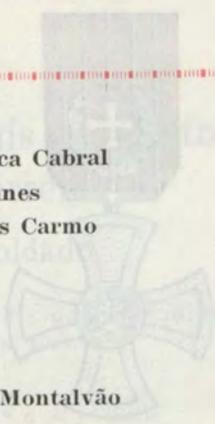
O seu acto de transcendente heroicidade e inegável espírito de sacrifício bem poderá ser inscrito a letras de ouro na história dos bravos soldados portugueses.



CRUZ DE GUERRA

Capitão	José Pedro Simões Caçorino Dias
Alferes Mil.º	Manuel Jorge de Carvalho Sampaio Faria
Capitão Mil.º	Álvaro Manuel Alves Cardoso
Coronel	Joaquim ds Santos Alves Pereira
Ten. Coronel	Fernando Rodrigues de Sousa Costa
Major	Manuel José Lopes Cerqueira
Capitão	Ramiro José Marcelino Mourato
Capitão	Fernando Luís Franco da Silva Ataíde
Capitão	Rui dos Santos Ferreira Fernandes
Tenente	António Manuel Pinto Ferreira Gomes
Alferes Mil.º	Luís Manuel Nobreza de Almeida Rainha
Alferes Mil.º	António Manuel Santos Dias Ferreira
1.º Cabo	Fernando de Oliveira Lopes
1.º Cabo	David da Silva
Soldado	Francisco Martins Pires
Soldado	Joaquim Luís dos Reis
Soldado	José Caetano Lameiras Pires
Soldado	Jorge de Almeida Lameiras
Soldado	Ezequiel Manuel Fonseca Serrano
Alferes Mil.º	Horácio Alves Marçal
Alferes Mil.º	Carlos Manuel Ramos Lopes
Alferes Mil.º	Vicente Carlos Flor Batalha
2.º Sargento	Helvídio Raimundo Lobinho Cachatra
2.º Sargento	Adelino Januário Marques Mandriana
1.º Cabo	Aníbal José Oliveira Rodrigues
1.º Cabo	Joaquim Gonçalves Machado

Revista da Cavalaria



1.º Cabo	Carlos Manuel da Fonseca Cabral
Soldado	Manuel Guilhermino Nunes
Soldado	Manuel Tomé dos Santos Carmo
Soldado	Álvaro Pereira
Soldado	Sebastião António
Soldado	António Maria Aparício
Alf. 2.ª linha	José de Elia
Alferes Mil.º	José Maria de Almeida Montalvão Machado
Alferes Mil.º	Jaime Ribeiro do Espírito Santo
Alferes Mil.º	António Manuel Bairros Areias
Alferes Mil.º	Carlos Manuel Lopes Madeira
Alferes Mil.º	António José Pires Condesso
Alferes Mil.º	Miguel Isidro Carrilho da Silva Pinto
2.º Sargento	Domingos Dias
2.º Sargento	Amílcar Teixeira
2.º Sargento	Manuel Francisco Serra
Furriel Mil.º	Higino Domingos Ferreira da Silva
Furriel Mil.º	Jorge Torres Fernandes Ribeiro
Furriel Mil.º	António Coelho
Furriel Mil.º	João Mestre Matos Veríssimo
Furriel Mil.º	José Nuno Barroso da Costa Serra
Furriel Mil.º	António Cândido Alves
Furriel Mil.º	Mário de Jesus Manata
Furriel Mil.º	Manuel António dos Santos Peixe
1.º Cabo	João Carlos Gomes Teixeira
1.º Cabo	José Roque Alexandre
1.º Cabo	Arsénio da Piedade Saraiva
1.º Cabo	João Jacob Roque
1.º Cabo	Manuel Augusto de Araújo Fonseca
1.º Cabo	António Lourenço Carvalheira
1.º Cabo	Domingos Valente Soares
1.º Cabo	João Gonçalves Marcelo
1.º Cabo	António Victor Prachedes
1.º Cabo	António Nunes Caldeira
1.º Cabo	António Manuel Machado

Revista da Cavalaria

1.º Cabo	Adriano da Silva Santos
1.º Cabo	Feliciano da Silva Santos
1.º Cabo	Fernando Antunes Pinhão
1.º Cabo	Manuel de Jesus Silva
1.º Cabo	José Pontes da Luz
1.º Cabo	Manuel José dos Santos
1.º Cabo	Salvador Silvestre Gonçalves
1.º Cabo	Cipriano António de Jesus Patrício
1.º Cabo	Manuel Torres Campino
1.º Cabo	Américo José Raposo Pinto
1.º Cabo	Alcino Luís de Almeida
1.º Cabo	Marcolino Martins Gomes
Soldado	Albino Pinto Gonçalves da Cruz
Soldado	António José Guerreiro da Silva
Caç. Nativo	Malique José Semedo
Sold. Milícia	Suma Jamanca
Soldado	Manuel Pereira Antunes
Soldado	Alin Seidi
Soldado	Braima Baldé
Soldado	Armando de Jesus Ascensão
Soldado	Adula Baldé
Soldado	António Joaquim Ferreira Bastos
Soldado	David Manuel Ribeiro da França
Soldado	Luís Rebolos Rodrigues
Soldado	Serafim da Silva Almeida
Soldado	Manuel Afonso
Soldado	João Carlos Mendonça Lourenço
Soldado	Rogério Fernandes Dores Carneiro
Soldado	Eduardo dos Santos Marques
Soldado	José Fernandes dos Reis Gonçalves
Soldado	João Vicente Ventura Baptista
Soldado	José Rafael dos Santos Rato de Almeida
Soldado	Mário José de Oliveira
Soldado	Joaquim Catarrinho Rodrigues Catarino
Soldado	Casimiro Pires Costa
Soldado	Basflio Pinto

Revista da Cavalaria

Soldado	César Joaquim Simões
Soldado	Alcides Fachada Correia
Soldado	Venâncio José Hortinha Caritas
Soldado	António Sebastião Lopes Quirino
Soldado	António Manuel Imaginário Sota
Soldado	José Orlando da Silva
Soldado	Cristóvão Rodrigues Lebres
Soldado	Justo dos Santos Morcela Gaita
Soldado	Fernando Gonçalves Mendes
Soldado	César Joaquim Simões
Soldado	Acácio Ribeiro Costa
Soldado	Alfredo João dos Santos
Sold. Milícia	Nhinte Cudé
Sold. Milícia	António Sungar Darame
Soldado	António de Assunção Ferreira
Soldado	Eliseu Augusto Baptista



José Pedro Simões Caçorino Dias

Capitão

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 6 — 2.ª Série
de 15 de Março de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, pelas suas altas qualidades de comando, que sempre demonstrou, quer em serviço de paz, quer em acções de combate.

Oficial competente, entusiasta, inteligente, enérgico e valente, conseguindo obter da sua companhia um rendimento dificilmente igualável, através de um exemplo que transpareceu magnificamente as virtudes militares em que se encontrava imbuído.

Nunca abandonando os seus homens, o capitão Caçorino Dias deu-lhes um permanente exemplo do espírito de sacrifício e coragem, o que o tornou o ídolo da sua companhia, considerado pelos soldados como o melhor guerreiro, e que culminou na acção de combate durante uma emboscada sofrida, sendo gravemente ferido na cara e nos olhos.

Mesmo ferido e cego, demonstrou uma extraordinária calma e coragem, tendo como preocupação dominante a situação dos seus homens.

Tendo tomado parte em todas as acções na faixa lacustre do lago Niassa, desde Messumba até Lipoche, este oficial pode ser apontado como um exemplo de nobres virtudes militares.



Manuel Jorge de Carvalho Sampaio Faria

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 18 — 2.ª Série
de 15 de Setembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pois, com a sua extraordinária capacidade de chefia, com facilidade conseguiu imprimir no seu grupo de comandos uma agressividade disciplinada, que sabe tirar o melhor rendimento no aproveitamento do terreno, no movimento, no assalto, na entreaajuda. É sempre o primeiro no assalto e o último na retirada. Em combate e debaixo de fogo todos os elementos do seu grupo de comandos o procuram com os olhos, habituados que estão às suas decisões rápidas e eficientes, demonstrando assim quanta confiança depositam nele e a disciplina que os liga. Essa disciplina debaixo de fogo só é possível quando os homens são comandados por um verdadeiro chefe.

Com a sua forte personalidade, que assenta na coragem moral e física e no verdadeiro sentido de missão, leva todos os seus homens a cumprirem integralmente, sejam quais forem as dificuldades ou circunstâncias.

Na operação «Valquíria» demonstrou possuir o alferes comando Sampaio Faria uma invulgar coragem, rara decisão, sangue frio, serena energia debaixo de fogo, pois à frente do seu grupo de comandos não hesitou em atravessar uma zona de morte densamente batida por fogo de morteiros para ir em auxílio de um outro grupo de comandos que tinha sido fortemente emboscado.

Na operação «Xampanhe», mais uma vez foi pródigo no seu raro espírito de sacrifício, pois, embora doente e clinicamente aconselhado como inoperacional, não consentiu em ser substituído no comando do seu grupo e nunca se notou no decorrer da operação qualquer exteriorização do seu sofrimento.

É o alferes comando Sampaio Faria um exemplo vivo de dinamismo, serenidade, sangue frio, total desprezo pela vida debaixo de fogo em todas as situações de combate em que entrou, digno da Pátria, que serve e merece.



Álvaro Manuel Alves Cardoso

Capitão Miliciano

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 21 — 2.ª Série
de 1 de Novembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pelas qualidades excepcionais reveladas no difícil e especializado comando de uma companhia de comandos, pelo alto nível de agressividade, disciplina, espírito de corpo e eficiência que tem alcançado com a sua unidade, apesar das dificuldades de pessoal com que lutou e pelos óptimos resultados que tem conseguido nas várias acções que realizou.

Muito embora se lhe tenha deparado frequentemente um inimigo ardiloso e bem armado, o capitão Cardoso tem obtido sucessos muito importantes e alguns deles mesmo espectaculares, graças à valentia, coragem, espírito de decisão e determinação que possui em altíssimo grau, arrancando os seus subordinados para a luta, quase sempre com pequeníssimos efectivos, consciente dos perigos, mas indiferente a eles, por vezes em situações extremamente delicadas e perigosas, alardeando sangue frio e desprezo pela vida. Numa dessas situações, após uma forte emboscada de que foi alvo a sua companhia, apesar de atingido e com a sua arma avariada, conseguiu reunir rapidamente a sua tropa, movendo uma perseguição encarnçada ao inimigo que debandava, capturando algum material ligeiro e médio, transformando desta forma uma situação difícil num êxito completo para as nossas tropas.

Não só como executante enérgico e valente, mas como comandante, tem ainda mostrado possuir uma noção muito clara das qualidades de manobra e de astúcia que requer uma tropa neste tipo de conflito e, em consequência, procura pôr o maior cuidado no planeamento das suas acções, visando fazer face a todas as possibilidades inimigas com a grande preocupação de evitar ser surpreendido.

Profundamente conhecedor dos seus homens, a quem instrui meticulosamente e que aproveita sábiamente no sentido de tirar o melhor rendimento do conjunto, possuidor de uma técnica de combate muito aperfeiçoada, o capitão Cardoso tem praticado na Guiné, durante cerca de um ano, relevantes feitos de armas que muito ilustram, dignificam e honram o Exército, que serve com extrema abnegação.



Joaquim dos Santos Alves Pereira

Coronel

Cruz de Guerra de 2.^a Classe

O. E. n.º 11 — 2.^a Série
de 1 de Junho de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque tanto no Comando duma Unidade operacional como posteriormente no Comando do Agrupamento Vulcano que durante longos meses efectuou operações na ZIN em Zonas de actividade IN intensa, revelou qualidades de Chefia, grande desembaraço e arrojo dignas de maior realce.

Na operação «Quissonde», as suas qualidades ficaram bem patenteadas, pela forma como conduziu e arrastou por vezes os seus homens no cumprimento das missões difíceis, e ainda como debaixo de fogo IN por diversas vezes revelou sempre sangue frio, serenidade e coragem dignas de admiração, e que lhe grangearam grande prestígio entre os seus subordinados.

Oficial dedicado à carreira das Armas, dando sempre o melhor do seu esforço para o cumprimento das diferentes missões de que tem sido incumbido, tem o Coronel Alves Pereira conseguido sempre êxitos assinaláveis com as tropas do seu Comando, acompanhando-as em todas as circunstâncias transmitindo-lhes o seu exemplo e ânimo inquebrantável de vencer.



Fernando Rodrigues de Sousa Costa

Tenente-Coronel

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 21 — 2.ª Série
de 1 de Novembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque durante o seu tempo de permanência na Região Militar de Angola, tendo à sua responsabilidade uma zona de acção no Leste e de características extremamente difíceis, demonstrou possuir, do mais alto grau, espírito de disciplina, de organização, visão superior, determinação, fé e extrema voluntariedade.

Quer acompanhando Grupos de Combate em Operações, quer em Comando aéreo, nunca se poupou a esforços, sacrificando saúde e comodidade para estar à frente das suas tropas, onde fosse necessário e oportuna a sua presença.

À sua acção directa e persistente se deve o reordenamento das populações no Sector de Cazombo e o reagrupamento de mais de 20 mil dos seus habitantes, evitando e anulando a pressão que sobre eles estava a ser exercida pelo IN.

De um espírito de sacrifício exemplar, deu alto exemplo de dignidade militar, quando numa emboscada na região de Cavange e apesar de ferido às primeiras rajadas do IN, manteve uma calma, serenidade e sangue frio que demonstraram plenamente a sua coragem e valentia, não permitindo que fosse tratado sem serem atendidos primeiramente os seus subordinados.

Pelo que fica referido, pelo seu exemplar Comando e pela sua bravura o Tenente-Coronel Sousa Costa honrou sobremaneira a Região Militar de Angola e o Exército Português.



Manuel José Lopes Cerqueira

Major

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 19 — 2.ª Série
de 1 de Outubro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque, apesar do pouco tempo em que esteve como 2.º comandante efectivo do agrupamento Vulcano, demonstrou ser possuidor de uma rara capacidade de adaptação às determinantes das suas funções e conhecimento profundo do lugar que foi ocupar, não se poupando a esforços e sacrifícios para, no mais curto espaço de tempo, tomar conhecimento directo das situações de vida, logística e operacional em que se encontravam as unidades dos vários subagrupamentos, conseguindo com a sua acção decidida, abnegada e coesa na ideia firme de exemplo a seguir contagiar todo o pessoal que consigo trabalhava, e que, aliada ao seu humor e trato afável, sempre criterioso, de elevada noção de camaradagem, contribuiu para o maior e indestrutível espírito de corpo, já existente em todos os militares integrados na operação «Quissonde». E ainda porque, durante uma emboscada montada pelo inimigo às nossas tropas de engenharia, acção essa combinada com a colocação de uma armadilha que, após a deflagração, era coberta com o fogo inimigo, durante uma das suas missões, pelas funções que ombreava, demonstrou, apesar de ter sido gravemente ferido, devido à proximidade a que o engenho explodiu, o que motivou posteriormente a sua evacuação, em helicóptero, possuir uma gama excepcional de qualidades ao recusar os primeiros socorros de elementos das nossas tropas, por considerar-se um estorvo à reacção contra o inimigo, deslocando-se pelos seus próprios meios até sair da zona de ataque, não mantendo essa sua determinação pela gravidade dos ferimentos recebidos e demonstrando mais uma vez as suas já reveladas qualidades de coragem, decisão, capacidade de sacrifício e de consciente determinação do cumprimento das virtudes militares, apanágio de alma abnegada e do espírito da arma a que pertence, devendo o major Lopes Cerqueira ser apontado como exemplo a todos aqueles que se batem pela integridade das virtudes militares.



Ramiro José Marcelino Mourato

Capitão

Cruz de Guerra de 2.^a Classe

O. E. n.º 5 — 2.^a Série
de 1 de Março de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tendo recebido ordem para num avião se dirigir ao Destacamento do Beli em missão operacional, quando o avião descolava foi violentamente atingido por tiros IN, do que resultou o piloto ter ficado gravemente ferido.

Dando provas de grande presença de espírito e ao mesmo tempo de uma coragem moral e decisão e sangue frio que pode considerar-se um feito de bravura pois nunca se desmoralizou, contribuiu o Capitão Mourato decididamente para que o piloto atingisse o aeródromo de chegada.

Assim, prestou os primeiros socorros ao piloto e animou-o constantemente prestando-se até se necessário pilotar o avião embora com rudimentares conhecimentos de pilotagem e sem nunca o ter feito; orientou a rota num percurso de 60 km porquanto o piloto tendo quase desmaiado duas vezes em resultado dos ferimentos recebidos encontrava-se incapaz de o fazer.

Com a sua acção conseguiu segundo declaração do próprio piloto, evitar que o avião fosse abatido pelo IN, o que certamente viria a ter grande repercussão e efeitos morais quer sobre as NT, quer sobre o IN.



Fernando Luís Franco da Silva Ataíde

Capitão

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 6 — 2.ª Série
de 15 de Março de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, apesar de este oficial ter sido louvado em O. S. do Com. Chefe pela sua actuação quando a Companhia actuou em intervenção, voltou a evidenciar as suas qualidades durante o período em que a Companhia esteve em Sector. Tendo tomado parte em quase todas as operações em que a Companhia actuou, conta por êxitos as acções de contacto com o IN. Isto deve-se não só à magnífica preparação que soube imprimir ao seu pessoal, como ao seu elevado moral e desembaraço físico. É um oficial de grandes qualidades militares, extremamente metucioso na preparação de todos os detalhes para uma operação, mas uma vez iniciada esta, valente, decidido, muito desembaraçado física e moralmente, sendo necessário algumas vezes os seus subordinados chamarem-lhe a atenção para o perigo que representa para ele não se abrigar ou deitar, quando todos o fazem.

Já uma vez ferido em combate quando à frente do seu pessoal procurava impulsionar os seus homens para reagirem a um forte ataque IN, não perdeu a moral apesar disso e continuou como até então a dar a todos o seu exemplo.

Sempre que surge qualquer informação que deve ser explorada, imediatamente o Capitão Ataíde sai do quartel à frente do seu pessoal, para obter o mais rapidamente possível a surpresa e assim o êxito, tendo conseguido resultados muito apreciáveis sob o ponto de vista operacional.

Revista da Cavalaria

Isto granjeou-lhe uma fama e admiração grande entre todos os seus subordinados e até mesmo entre a população que sente e vê a sua valorosa acção.

Não se limitou a sua acção à parte operacional, no campo psíquico também se fez sentir.

Assim, sempre que se fala na saída de qualquer zona a população dessa zona quer imediatamente abandonar a região. Soube impôr-se pelo seu carácter, rectidão e honestidade.

Sempre que qualquer chefe nativo, perante as autoridades tem de expor as suas declarações, sempre o nome do Capitão Ataíde nelas figura como sendo o Oficial em quem eles depositam a máxima confiança e que eles querem que continui à frente da tropa da sua zona.

O Capitão Ataíde graças às suas magníficas qualidades de Oficial e de Chefe e graças ao seu exemplo rapidamente conquistou a admiração de todos os seus subordinados e até mesmo da população.

Pelos seus superiores é o Capitão Ataíde conceituado e tido como um dos melhores subordinados e colaboradores.



Rui dos Santos Ferreira Fernandes

Capitão

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 21 — 2.ª Série
de 1 de Novembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque tendo as forças sob o seu Comando sido alvo de uma emboscada, durante uma acção desencadeada na região do lago Lilolo se comportou com excepcional valor incitando o seu pessoal à luta e combatendo denodadamente, mostrando rara coragem e total desprezo pelo perigo e dando a todos, com as suas palavras e o seu exemplo, um entusiasmo tal que permitiu pôr o inimigo em fuga, apesar da sua força e violência. A sua acção, desenvolvida com grande sangue frio e serena energia debaixo de fogo, pode ser avaliada pelo depoimento dos seus soldados que foram unânimes em declarar que se não fora ela teriam sérias dificuldades em sair da difícil situação em que se encontravam. Posteriormente, reduzidos os seus efectivos válidos a um Grupo de Combate e dispondo de escassas munições e alimentos, com energia, decisão, sensatez e humanidade, ajudou a tratar dos feridos por o seu cabo enfermeiro se encontrar também ferido, animou todo o pessoal, tomou providências para a sua evacuação e organizou a defesa das suas tropas, durante quase 24 horas e até à chegada de socorros por não poder regressar, visto ter uma das suas viaturas bastante avariada.

Por estes factos se considera a acção desenvolvida pelo Capitão Rui Fernandes como extraordinária, digna de merecido destaque, e honrosa para aquele militar em frente do inimigo.



António Manuel Pinto Ferreira Gomes

Tenente

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 21 — 2.ª Série
de 1 de Novembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, porque como comandante da operação «Miadica», evidenciou um comportamento excepcionalmente valoroso.

Nas várias acções de fogo, a sua reacção foi sempre a mesma: carregar imediatamente sobre o inimigo, sempre na frente, dando o exemplo, revelando uma coragem, desembaraço, decisão e sangue frio, que levaram a considerá-lo um chefe de extraordinárias virtudes militares.

Com um desprezo absoluto pelo perigo e pela própria vida, escreveu sob o fogo inimigo, uma brilhante página de heroísmo e contribuiu poderosamente para que as nossas tropas aumentassem o seu prestígio no campo do inimigo.



Luís Manuel Nobreza de Almeida Rainha

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pela sua actuação na defesa de um quartelamento em 27 de Outubro de 1965 e pelo modo como conduziu o seu grupo nas operações «Cleopatra» e «Vamp». Na primeira situação, quando o seu grupo se encontrava de reforço a uma guarnição em sector e ao sofrer esse destacamento um forte ataque do IN que durou 55 minutos, organizou a defesa na parte que competia ao seu grupo, conseguiu retirar debaixo de fogo uma viatura da zona incendiada, ajudou a transportar feridos para o posto de socorros e a levar munições para os abrigos. Na segunda situação provocou a operação e planeou-a de um modo que resultou pleno êxito para as NT no ataque a importante acampamento IN. Da sua orientação houve uma progressão para o objectivo indetectável pelas sentinelas e um desencadear da acção perfeito. Tendo o inimigo reagido de maneira extraordinária, com intenso fogo de fora para dentro do acampamento, quando as NT lá se encontravam, continuou a acção com a finalidade de capturar material e documentos, que se vieram a mostrar de grande valor para o conhecimento da organização do IN naquela zona. Na terceira situação soube transformar com grande inteligência uma missão de emboscada com golpe de mão a um acampamento encontrado pelas 11h00 da manhã conseguindo um êxito notório tanto pelas 10 armas capturadas, como pelas baixas ao IN, provocando ainda um abrandamento de pressão do IN para as NT daquele sector. Em todas estas situações de combate frente ao inimigo demonstrou grande serenidade, coragem, sangue frio, espírito de sacrifício e desprezo pelo perigo e pela vida debaixo de fogo, que o creditam como exemplo a apontar em situações de combate a todo o C. T. I. G., merecendo por isso o reconhecimento do Exército e da Nação.



António Manuel Santos Dias Ferreira Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 7 — 2.ª Série
de 1 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque durante cerca de dois anos em que serviu na 1.ª companhia de comandos, demonstrou sempre, em operações, debaixo de fogo inimigo, invulgares qualidades de valentia, bravura e sangue frio e serena energia. Sempre pronto a dar o exemplo, sempre presente no local onde o risco era maior, conseguiu transformar o seu grupo de combate num conjunto valoroso. Na operação «Estrela cadente», quando a companhia foi emboscada por um grupo inimigo com uma metralhadora ligeira, pistolas-metralhadoras e espingadas de repetição, com decisão, bravura, audácia, coragem, sangue frio e serena energia debaixo de fogo, à frente do seu grupo de combate, foi o primeiro a dar o exemplo na reacção à emboscada, lançando-se ao assalto das posições inimigas, que se furtaram à sua aproximação, fugindo. No decorrer da operação «Ciclone», na zona de intervenção leste, quando o seu grupo, que seguia à frente da companhia, caiu numa emboscada inimiga, na qual este utilizou grande potencial de fogo de armas automáticas, incluindo uma metralhadora pesada 12,7, este oficial demonstrou mais uma vez grande serenidade, calma, coragem e uma firme noção dos deveres de um comandante de grupo, orientou rapidamente e com excepcional capacidade o sistema defensivo, dentro de uma zona de morte profusamente batida pelo fogo inimigo. Com esta acção não só conseguiu evitar mais baixas no seu grupo, mas também fazer frente a um inimigo numeroso e bem armado. Depois desta acção, enquanto o seu grupo regressava à base, o alferes Dias Ferreira não quis retirar, oferecendo-se voluntariamente para continuar a operação, mostrando assim um alto espírito de abnegação e altas qualidades morais, aliadas a um deasejo de bem servir e uma aptidão militar que o distinguem, tornando-o digno de todo o mérito e merecendo ser considerado como exemplo.



Fernando de Oliveira Lopes

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 32 — 3.ª Série
de 20 de Novembro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque encontrando-se integrado, nas funções de apontador de Morteiro 60, nos elementos das nossas tropas que, no dia 22 de Março de 1967, constituíam a escolta à brigada da Junta Autónoma das Estradas de Angola, em obras no itinerário Lumbala-Caripande, na tarde do mesmo dia, quando já de regresso em viaturas, durante a forte emboscada sofrida e observando que na sua frente se movia um elemento inimigo preparando-se para o lançamento de uma granada de mão, depois de ter accionado a pistola, que não funcionou, no gesto de maior arrojo e mais completa decisão, com grave risco da vida, se ter lançado sobre ele, agredindo-o com o tubo do morteiro, ao mesmo tempo que lhe capturava não só as granadas de mão mas ainda uma espingarda semi-automática com que este se encontrava armado. Posteriormente, para executar tiro de morteiro a fim de interceptar a retirada inimiga, e não possuindo nas proximidades senão já uma granada, debaixo de fogo e auxiliado por outro camarada, dirigiu-se à viatura que se encontrava no meio da picada a fim de transportar um cunhete de granadas, prosseguindo em seguida o respectivo fogo.

Pela sua conduta demonstrou o 1.º Cabo Lopes não só elevada serenidade, nas particularmente críticas situações do combate, como ainda um procedimento tal que, enfrentando o inimigo com extraordinária coragem, não só se honrou perante aquele, como o Exército e a Pátria que devotadamente serve.

Revista da Cavalaria



David da Silva

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

(A título póstumo)

O. E. n.º 36 — 3.ª Série
de 30 de Dezembro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, a título póstumo, porque cerca das 16h00 do dia 22 de Abril de 1967, quando as NT foram sujeitas pelo IN, a uma emboscada, no itinerário Lunache-Chilombo, tendo sido gravemente ferido logo às primeiras rajadas, no braço esquerdo e peito do mesmo lado, num gesto da mais elevada coragem, manteve ainda a serenidade suficiente para retirar a cavilha de uma granada de mão e lançá-la, contribuindo assim para calar o inimigo. Apesar das intensas dores de que era vítima, vindo a falecer poucas horas depois, o 1.º Cabo Silva, numa manifestação do mais elevado espírito de sacrifício, manteve-se em profundo silêncio para que o IN não se apercebesse de que tinha provocado feridos nas NT, constituindo com o seu procedimento um exemplo de nobres virtudes militares de que só os valentes são capazes e provocando a admiração e respeito por tão grandioso patriotismo.



Francisco Martins Pires

Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, por em combate ter demonstrado excepcionais qualidades de valentia, sangue frio, desprezo pela vida e decisão, debaixo de intenso fogo IN. Tendo a coluna de que fazia parte, sido alvo duma emboscada e atingida a sua viatura por uma das minas colocadas pelo IN na picada, se houve de forma a merecer os maiores elogios.

De pé, a peito descoberto, indiferente ao perigo que corria, empunhou a sua metralhadora, fazendo rajadas oportunas e ajustadas sobre o morro de onde o IN alvejava a coluna, conseguindo fazê-lo calar, possibilitando pela sua destemida acção, que as NT removessem uma das minas que não deflagrara. Resolvido este incidente o soldado Martins Pires, saltou à picada e colocando-se à frente da viatura testa, abriu caminho pelo fogo da sua metralhadora, pondo em debandada o grupo de detenção à frente IN, o que permitiu à coluna sair da zona de morte.

Pela destemida forma como agiu, pelo conceito em que já era tido, revelou em pleno, excepcionais qualidades de heroísmo, abnegação, coragem, decisão e desprezo pela vida, que tão exuberantemente demonstrou, constituindo exemplo de total dedicação no ideal da Pátria, engrandecendo as glórias da sua Unidade e do Exército.



Joaquim Luís dos Reis

Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 4 — 3.ª Série
de 10 de Fevereiro de 1967

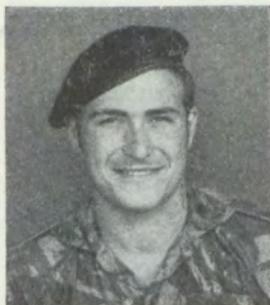
Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, por em combate, ter demonstrado possuir indómita coragem, decisão, sangue frio e serena energia debaixo do intenso fogo IN.

Tendo a coluna de que fazia parte, sido alvo duma emboscada e atingida por duas minas que feriram 3 dos seus camaradas, se houve de forma digna da maior admiração.

Quando a coluna pretendia sair da zona de morte o Soldado Luís dos Reis, que seguia na última viatura, saltou à picada empunhando a sua metralhadora e muito embora soubesse que essa atitude o transformaria no alvo principal do IN, valente e abnegadamente se internou na mata e avançou a peito descoberto fazendo rajadas oportunas e ajustadas em direcção ao morro, onde o IN se instalara, conseguindo com a sua tenacidade e valentia desalojar o IN e pô-lo em debandada com baixas prováveis.

Pela destemida forma como agiu nesta missão, evitando que a cauda da coluna sofresse duro ataque IN, pelo conceito em que já era tido, cabalmente demonstrou excepcionais qualidades de heroísmo, abnegação, coragem, decisão e desprezo pela vida que tão exuberantemente demonstrou, acrescentam sem dúvida as glórias da sua Unidade e do Exército.



José Caetano Lameiras Pires

Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe
(A título póstumo)

O. E., n.º 12 — 3.ª Série
de 30 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo a título póstumo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, por, em combate no passado dia 27 de Maio de 1966, ter evidenciado extraordinárias qualidades de heroísmo, abnegação, valentia e coragem sob intenso fogo inimigo, quando, a peito descoberto, fez frente com a sua arma a um grupo inimigo dispondo de uma metralhadora MG 42, que a 50 metros varria a sua posição. Conjuntamente com os outros camaradas, abateu o apontador da metralhadora inimiga e, tendo descoberto no alto de uma árvore outro elemento inimigo que apontava para a sua posição, sem pensar na sua própria defesa, abateu-o com um tiro certo, vindo a cair fulminado pela descarga simultânea do inimigo que visava.

O Soldado Lameiras Pires sacrificou a sua própria vida em defesa da coluna que escoltava e dos seus camaradas feridos, que tinham tombado junto de si.

Pela sua actuação e a do pequeno grupo que se lhe juntou, pode dizer-se que se evitou um golpe de mão que o inimigo pretendia realizar sobre a viatura testa.

O seu acto de transcendente heroicidade bem poderá ser escrito a letras de ouro na história dos bravos soldados portugueses.



Jorge de Almeida Lameiras

Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 12 — 3.ª Série
de 30 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque, demonstrou possuir de forma absolutamente consciente, extraordinárias qualidades de heroísmo, coragem, valentia, desprezo pela vida e extrema abnegação no cumprimento do dever militar.

Quando se desencadeou o ataque de 26 de Julho de 1966, foi desde logo um dos elementos que mais fortemente reagiu à acção do inimigo, procurando bater e eliminar todos os núcleos que se revelavam. Ao pretender reduzir uma posição inimiga à granada de mão, verificou que uma destas, antes de explodir, rolava pela barreira em direcção a um dos seus camaradas. Consciente do perigo que este corria, lançou-se sobre a granada e agarrou-a, evitando que continuasse o seu caminho, tendo resultado da deflagração que se seguiu, a perda da mão direita.

Com a sua estoica atitude, desprezando a sua segurança pessoal em proveito da de um camarada, até ao limite da sua própria mutilação, o soldado Lameiras deu extraordinária prova do seu sublime espírito de sacrifício e abnegação, pelo que deve ser apontado como um exemplo e muito merecidamente ser distinguido.



Ezequiel Manuel Fonseca Serrano

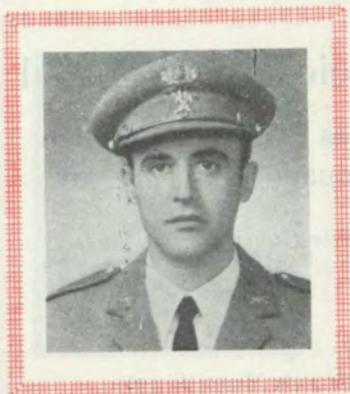
Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 24 — 3.ª Série
de 30 de Agosto de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, condecorá-lo por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, no dia nove de Fevereiro, pelas 02h10, durante uma emboscada nocturna que o seu grupo sofreu na operação «Valquíria», apesar de estar ferido com três tiros de vários estilhaços, em plena zona de morte, onde o fogo inimigo era intensíssimo, dado que o número de inimigos excedia em muito o triplo das nossas tropas, nunca perdeu a serenidade, e mesmo quando a sua arma se encravou, demonstrou corajosa presença e técnica apurada, pois às escuras e debaixo de fogo denso conseguiu pôr novamente a sua metralhadora a funcionar com eficiência e, de joelhos, embora já ferido, com tal desprezo pelo perigo e pela vida, fez fogo preciso, com rajadas curtas, conseguindo calar duas metralhadoras e outras armas ligeiras do inimigo que varriam a zona de morte, aliviando a pressão que o inimigo exercia no flanco esquerdo do seu grupo e permitindo que este e um outro grupo de comandos, que corajosamente atravessou uma barragem de morteiros para vir em auxílio do grupo emboscado, passassem ao contra-ataque pela brecha aberta pela sua metralhadora no dispositivo inimigo. Perseguido e desbaratando o inimigo, e quando os dois grupos de comando procuraram melhor posição no terreno, dado que o número de feridos e de mortos excedia em absoluto a possibilidade do seu transporte para o aquartelamento mais próximo, demonstrou mais uma vez o Soldado Comando Ezequiel Manuel Fonseca Serrano extraordinária coragem moral, pois durante mais de cinco horas, tempo que demorou a sua evacuação por helicóptero, nunca se lamentou dos seus dolorosos sofrimentos, nunca demonstrou a mínima impaciência em ser evacuado rapidamente, tendo o seu sereno exemplo de abnegação e espírito de sacrifício contribuído para manter o elevado moral dos seus camaradas também feridos. Demonstrou assim grande serenidade, sangue frio, espírito de sacrifício, desprezo pelo perigo e pela vida debaixo de fogo que o creditam como um exemplo a apontar em situações de combate à tropa Comando, que se orgulha de o ter como camarada de armas.



Joaquim Manuel Martins Cavaleiro

Capitão de Infantaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pelos excepcionais serviços que vem prestando como Comandante da Companhia de Cavalaria n.º 789 do Batalhão de Cavalaria n.º 790.

Inteligente e dotado de forte personalidade, tem revelado extraordinária capacidade operacional com directo reflexo nos resultados obtidos pelas forças do seu comando.

Em dezenas de operações, nas quais se verificou contacto com o inimigo, numeroso e bem armado, foi permanentemente exemplo de coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo, sangue frio e espírito ofensivo, dinamizando os seus homens, que vêem nele o primeiro e mais valoroso combatente. Ainda a forma como conduz e manobra as suas tropas, e a clarividência com que, em combate, interpreta e executa as ordens superiores, permitem classificá-lo como um dos melhores capitães no campo operacional, merecendo o maior apreço do seu Comandante de Batalhão.

A sensível melhoria verificada no Sector da sua Companhia, depois de intenso esforço inimigo para um desenvolvimento da subversão, é prova eloquente duma bem orientada e persistente actuação.

Os factos apontados fazem muito justamente destacar a acção do Capitão Martins Cavaleiro, que deve ser considerada muito brilhante e digna das mais nobres tradições do Exército Português.



Horácio Alves Marçal

Alferes Miliciano Médico
graduado em Tenente

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 5 — 2.^a Série
de 1 de Março de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, por no passado dia 5 de Maio de 1966 quando era transportado numa coluna de viaturas de Mutamba dos Macondes para Esposende, e tendo esta coluna sido atingida por quatro fornilhos accionados pelo IN, que destruíram uma viatura, acção conjugada com rajadas de metralhadora e tiros de morteiro e enxames de abelhas, ter revelado muita serenidade debaixo de fogo, extraordinária coragem, valor e abnegação; com risco da própria vida foi incansável, não só em socorrer todos os feridos, especialmente os mais graves, mas também incitando e apoiando com energia as nossas forças, de forma a que a reacção fosse imediata para pôr o IN em fuga. A acção do Tenente Marçal que revela uma noção perfeita e exemplar das suas obrigações como médico, teve ainda a particularidade de revelar coragem, sangue frio e valentia, atributos que qualquer militar combatente tem orgulho de possuir. Por tudo isto este Comando aponta publicamente o Dr. Marçal como um verdadeiro exemplo de médico e militar.



Carlos Manuel Ramos Lopes

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque durante a emboscada montada pelo IN à coluna que comandava, acção essa combinada com a colocação de duas minas, constituídas à base de bombas de avião de 50 kg, se houve de forma a merecer que seja realçada e apontada como exemplo, a sua actuação.

Dando provas de grande serenidade, dirigiu toda a reacção à emboscada, orientando particularmente as guarnições das armas pesadas e tomou a seu cargo, por se considerar o elemento mais experimentado em explosivos, e debaixo de intenso fogo IN, a neutralização das duas minas, uma das quais tinha deflagrado parcialmente e atingido uma viatura e ferido três praças que nela seguiam.

Consciente do risco que corria, dada a potência dos engenhos a neutralizar, não deixou quaisquer dos seus subordinados executar esse trabalho, embora o fogo se tornasse particularmente intenso sobre o local onde se encontravam as minas quando o IN se apercebeu de que as minas iam ser levantadas.

Uma vez neutralizados os engenhos e removidos do local, voltou a orientar directamente os seus homens, conseguindo sair a coluna da «zona de morte», sempre sob intenso fogo, levando pelo seu exemplo a que algumas praças, sob o seu comando, tivessem cometido verdadeiros actos de bravura.

Pelo seu comportamento debaixo de fogo, mais uma vez este Oficial confirmou as suas já reveladas qualidades de coragem, de decisão, de capacidade de comando e de consciente determinação no cumprimento do dever militar, devendo ser apontado como exemplo a todos aqueles que se batem pela integridade da Pátria.



Vicente Carlos Flor Batalha

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 19 — 2.^a Série
de 1 de Outubro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pela extrema dedicação que sempre tem posto no desempenho das diversas funções que tem vindo a desempenhar no Comando do seu Grupo de Combate, ou interinamente no de Companhia sempre as resolveu dotado de alto espírito de iniciativa, organizador, muito disciplinado, exigente no respeito da disciplina militar, interessado no bem estar dos seus subordinados, destemido nas acções de combate e sempre pronto a correr riscos e sacrifícios sem limitações e no desejo duma colaboração útil e frutuosa. Aquelas qualidades aliadas a um natural espírito compreensivo e educado, tornaram-no um elemento de muita valia não só no meio militar como no civil, em toda a área da sua companhia onde a sua presença assídua junto das populações é sempre desejada e reclamada pelas mesmas. Designado para assumir o Comando do Destacamento de Susana numa altura em que a situação na área se tornou particularmente grave, tem vindo a desempenhar-se do cargo por forma destacadamente acertada, dinâmica e profícua fazendo jus à confiança e apreço deste Comando.



Helvídio Raimundo Lobinho Cachatra

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, por cerca das 15 horas do dia 29 de Julho de 1966 na qualidade de Comandante de uma coluna Auto de Reabastecimento das Forças em Operações na ZIL, tendo aquela sofrido forte emboscada, mesmo depois de gravemente ferido em ambas as pernas às primeiras rajadas, com fractura completa da tibia e perónio dum destes membros, mercê duma atitude da maior coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e de raro exemplo de abnegação, ter, mediante acção oportuna, continuado a comandar aquela força, durante a reacção à emboscada, pondo em fuga o adversário e evitando por este modo mais acentuadas baixas sob as tropas do seu comando e que estas corressem grave risco.



Adelino Januário Marques Mandriana

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, porque ao longo de cerca de 17 meses de permanência na Companhia, revelou possuir excelentes qualidades de combatente e de Chefia no Comando da sua equipa.

Já no Centro de Instrução de Comandos em Angola, foi considerado um dos notáveis elementos, salientando-se pelo seu apurmo, pelos seus conhecimentos e experiência adquiridas já em anterior comissão de serviço.

Em operações demonstrou espírito invulgar de camaradagem, formando com a sua equipa um conjunto de extraordinária eficiência e objectividade. Sempre voluntário para as mais arriscadas missões, todas executou com brio e abnegação, não regateando esforços e notabilizando-se pela sua força de vontade indomável para a qual parece não existirem obstáculos. Sempre presente nos lugares de maior risco, quer em colunas auto quer em colunas apeadas, nunca hesitou em tomar o lugar da frente, na sua equipa, aliando a uma boa capacidade física, uma coragem e sangue frio de relevo, mostrando uma serenidade e presença de espírito debaixo de fogo inimigo, como nas operações «Hebraico» e «Polinómio», em que tomando decisões rápidas, actuando com desprezo absoluto pelo perigo, correndo sobre o inimigo em fuga e aniquilando-o e capturando-lhe o armamento, tendo contribuído para os resultados globais obtidos.

Militar disciplinado e disciplinador, é apontado como exemplo e grangeou entre todos os seus superiores e inferiores admiração e respeito.



Joaquim Gonçalves Machado

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 12 — 3.ª Série
de 30 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, pela excepcional coragem e desembaraço como sempre actuou nas acções em que o seu Pelotão tomou parte. Muito dotado de grande agressividade, sentido do sacrifício, força de vontade e sangue frio em frente do inimigo contribuiu pela sua acção pessoal para o êxito de diversas acções.

Durante a operação «Carpa», realizada na região de Nangololo, na qual desempenhava pela primeira vez as funções de apontador de L. G. F. por doença de um camarada, durante o ataque a um quartel inimigo em 23 de Dezembro de 1965 pelas 14h00 cujo acesso era um túnel feito pelo inimigo na mata densa e no qual reagiu pelo fogo de Bazookas e Metralhadoras, o 1.º Cabo Machado recebendo ordem de efectuar fogo L. G. F. o fez em posição desabrigada com inexecidível calma e grande precisão mercê da qual o inimigo debandou imediatamente. Demonstrou nesta acção do combate mais uma vez possuir invulgar decisão, coragem, sangue frio e serena energia debaixo de fogo que muito o honram como militar.



Carlos Manuel da Fonseca Cabral

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 3.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 36 — 3.ª Série
de 30 de Dezembro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, pelas excepcionais qualidades de militar e combatente, reveladas ao longo de mais de nove meses de permanência no E. Cav. 403 em intensa actividade operacional na ZI Leste da R. M. A.

Regulando sempre o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra e dando provas de subordinação perfeita, era credor de confiança sem limites, numa revelação constante de absoluta compreensão do dever militar e da disciplina.

Dotado de sangue frio, coragem e decisão debaixo de fogo, este militar era ainda possuidor de alto espírito de abnegação e sacrifício. Voluntário como apontador da metralhadora montada na viatura da testa das colunas nos vários deslocamentos e nas zonas mais afectadas, era extraordinária a sua capacidade de resistência, resultante duma vontade de ferro, nunca abandonando o seu posto, fossem quais fossem as circunstâncias, pronto a oferecer a vida.

Durante uma operação e quando as NT são atacadas, o 1.º Cabo 6/66, no fim duma rajada, verifica que a metralhadora se encravará. Sereno e calmo, debaixo do rebentamento das granadas do IN, consciente do grave risco de vida que corria, remove a avaria da arma.

Posteriormente durante outra operação e quando a sua viatura era alvo de fogo cerrado e mortífero, em que todos os ocupantes da viatura são atingidos, o 1.º Cabo Carlos Manuel, agarrado à sua metralhadora é também ferido de morte, por um só desses primeiros projecteis. Ainda assim mesmo, num acto de puro espírito de missão, de mãos firmes e debruçado em correcta posição de fogo, roda e aponta a sua metralhadora para o lado do IN.

Tomba no momento preciso em que acciona o gatilho.

Perdera-se um militar de que se orgulham os seus companheiros de armas do E. Cav. 403, que honrou a Arma de Cavalaria e prestigiou o Exército Português.



Manuel Guilhermino Nunes Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, por ter evidenciado extraordinárias qualidades de valentia, coragem, decisão, sangue frio, energia e extrema perícia no uso do seu Lança Granadas Foguete, durante várias acções de combate em que tomou parte. Numa delas, tendo ficado no troço da coluna, isolado da retaguarda e tendo descoberto que o IN dispunha de uma metralhadora, sobre um morro, que enfiava a picada, onde se encontravam as outras viaturas, imediatamente se decidiu destruí-la com o L. G. F. sem atender a que, para o fazer tinha que se colocar num local desabrigado e fortemente batido pelo fogo. Não obtendo sucesso com o tiro feito na posição, correu em busca de outra que lhe permitisse obtê-lo, sempre debaixo de fogo, verificando que uma metralhadora Breda montada sobre uma viatura, tinha sofrido uma avaria mecânica, saltou para ela, resolveu a avaria, fez fogo sobre o IN, atingindo-o, após o que de novo com o L. G. F., e com rara perícia acertou em cheio no alvo, calando para sempre a metralhadora IN e eliminando o respectivo apontador.

Uma vez banida a metralhadora IN continuou a bater um a um, os núcleos IN com a firme determinação de os destruir, indiferente à sua segurança pessoal.

O Soldado Guilhermino Nunes, sempre demonstrou em todas as acções em que tem tomado parte, ser possuidor em elevado grau, de uma sentida devoção no cumprimento do dever militar.



Manuel Tomé dos Santos Carmo Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque no dia 3 de Maio de 1966, quando o seu grupo de combate foi emboscado, ter actuado por forma que evidenciou estar bem compenetrado da sua missão, revelando sangue frio, agressividade, coragem, espírito de corpo e serena energia debaixo de fogo, incitando os seus camaradas por palavras e pelo exemplo, mantendo-se de pé para melhor bater pelo fogo, os morros onde o IN os flagelava, vindo, devido ao seu destemor, a ser gravemente ferido.

Apesar disso, continuou a incitar os seus camaradas, pedindo-lhes que não se preocupassem com o seu ferimento, que era sem importância.

O seu espírito agressivo e corajoso em combate, de que já anteriormente deu provas, qualifica o Soldado Santos Carmo como um óptimo combatente, admirado por todos os seus camaradas, pelo que é de toda a justiça apontá-lo como exemplo.

Revista da Cavalaria



Álvaro Pereira

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Bravo» que decorreu nos dias 20, 21 e 22 do corrente, sempre se mostrou um elemento decidido, corajoso e dotado de grande sangue frio caminhando sempre voluntariamente na frente da coluna culminando a sua acção por ter, quando a coluna foi emboscada pelo inimigo, debaixo de fogo vivo e com grande risco de vida, arrastado para fora da posição onde tinham ficado desprotegidos, dois feridos graves atingidos por uma granada, mostrando-se indiferente e calmo perante o perigo a que se expunha tanto mais que o inimigo concentrou o seu fogo naquele local, conseguindo com a sua acção que os feridos fossem tratados em lugar seguro e mais tarde evacuados.



Sebastião António

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 17 — 3.ª Série
de 20 de Junho de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pelas extraordinárias qualidades de decisão, coragem e sangue frio, demonstradas quando de forte emboscada sofrida pelas NT no dia 30 de Janeiro de 1967. Quase no início da emboscada foi fortemente ferido o referido militar, que não deu conhecimento do seu estado, evidenciando grande espírito de sacrifício no decorrer da acção, caiu junto do local onde se encontrava o soldado António e mais três camaradas uma granada de mão. Serena e decididamente o referido militar agarra a granada de mão e atira-a para o grupo inimigo. A mesma rebenta no ar e atinge-o em ambos os olhos com grande gravidade. Apesar do seu estado o soldado António continua a fazer fogo progredindo, o que obrigou o inimigo a recuar e a diminuir o seu poder de fogo. Pela sua conduta valorosa evidenciada na abnegação, no espírito de sacrifício, na sua decisão e firmeza, na consciência da sua missão, merece o soldado António ser apontado como um exemplo a seguir, tendo direito à consideração e ao respeito dos seus superiores e camaradas. Ao longo de quase 16 meses de comissão sempre demonstrou ser possuidor das melhores qualidades militares, dedicado pelo serviço, apurando, esta praça revelou-se um dos melhores elementos desta Companhia.



António Maria Aparício

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

(A título póstumo)

O. E. n.º 36 — 3.ª Série
de 30 de Dezembro de 1966

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 20 de Outubro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no passado dia 27 de Maio de 1966, ter evidenciado destacadas qualidades de valentia, sangue frio, sacrifício de firme determinação no cumprimento do dever militar, que o levaram a bater-se de frente a peito descoberto com um IN armado de metralhadora MG 42 que a 50 metros visava a sua posição, muito embora se encontrasse fisicamente diminuído em resultado de uma queda que dera, ao saltar da sua viatura.

O Soldado António Aparício, pela forma decidida, abnegada e corajosa como se houve na acção em que veio a perder a vida, constitui exemplo que merece ser realçado, como estímulo a todos que se batem pelo mesmo ideal, cuja concretização se afirma na generosidade de sacrifício como o seu.



José Maria de Almeida Montalvão Machado

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 23 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pelas excepcionais qualidades de combatente sobejamente confirmadas durante 8 meses de serviço no Departamento de Tonate. Dotado de extraordinário desembaraço sempre voluntário para quaisquer missões de combate, tomou parte a seu pedido, em várias operações fora do sector à sua responsabilidade e nas zonas de maior actividade Inimiga. Demonstrando notável espírito de sacrifício, nunca as condições de incomodidade, dificuldade de alimentação ou cansaço físico limitaram a sua actuação que só teve de ser controlada no sentido de não ultrapassar a capacidade do restante pessoal. Actuando várias vezes sob intenso fogo IN demonstrou sangue frio, decisão e coragem dignas do maior realce. As várias acções de combate em que tem participado longe de diminuir a sua iniciativa antes têm estimulado o seu entusiasmo e decisão na constante perseguição ao IN.



Jaime Ribeiro do Espírito Santo

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 9 — 2.^a Série
de 1 de Maio de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque no decorrer de 20 meses de permanência na ZIN, em Angola, revelou excepcionais qualidades no comando no seu grupo de combate, não só no decorrer da actividade normal como na condução dos seus homens em acções activas contra o IN, as quais foram especialmente comprovadas no decorrer da Operação «Cerra'os Dentes», actuando isolado numa região desconhecida, de muito difícil terreno e sob a acção do IN, levando o seu grupo de combate a reagir com grande brilho a uma emboscada sofrida já ao cair da noite continuando a sua missão com elevada noção do seu dever, espírito de iniciativa, agressividade, bem como na forma como se comportou quando estando em missão de reforço na região do Luali, ao tomar iniciativa de ir ao encontro de elementos IN que haviam sido assinalados e porque ao ser accionada uma mina AC pela viatura em que seguia, e de que resultou sofrer ferimentos em consequência dos quais foi evacuado para a Metrópole, continuou a sua acção de comando, mantendo a serenidade, organizando a defesa, socorrendo os restantes feridos, orientando a recolha dos mortos e mantendo firmemente o moral dos seus homens. Pela sua muita coragem, sangue frio, espírito de sacrifício e serenidade de baixo de fogo e em quaisquer outras circunstâncias provocadas por acções do IN o Alferes Espírito Santo tornou-se digno de ser apontado como um alto exemplo de virtudes militares, em muito dignificando e prestigiando a sua Unidade e o Exército a que pertence.



António Manuel Bairros Areias

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 12 — 2.ª Série
de 15 de Junho de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 12 de Maio de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque no dia 29 de Outubro de 1966, durante o assalto a um «Quartel» inimigo, agiu com a maior rapidez e decisão na sua abordagem e revelou admirável coragem e desprezo pelo perigo entrando em primeiro lugar, seguido apenas de duas praças, numa cubata grande que sabia ocupada por elementos inimigos armados, na tentativa de os capturar vivos, que só não conseguiu por eles terem procurado fazer uso das suas armas.

Nesta acção, de que resultou a destruição do «Quartel» e dos seus ocupantes e a apreensão de importante material de guerra, o Alferes Areias evidenciou extraordinárias qualidades que muito o honram em frente do inimigo.



Carlos Manuel Lopes Madeira

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 14 — 2.ª Série
de 15 de Julho de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 21 de Junho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, pela forma como comandou o Destacamento de «Caripande» conduzindo com galhardia, serenidade e decisão a defesa do respectivo aquartelamento, durante o violento ataque que o IN lançou em várias direcções na noite de 29/30 de Novembro de 1966, pelo espaço de cerca de 1h30. Deslocando-se a todos os locais onde a sua presença era necessária, soube a todo o momento, com calma, mas em determinação, energia e desprezo pelo perigo, encorajar os seus subordinados levando-os a tirar, das suas armas e das posições por ele estudadas e organizadas, o maior rendimento, repelindo não só o inimigo bem armado, bem municiado, com elevado espírito agressivo e numeroso, como ainda obtendo notáveis resultados, quer pelo armamento por aquele abandonado, no terreno, quer pelas baixas que lhe infringiu. Por tudo o que se acaba de referir e pelo seu aprumo, correcção e inteligência, excelentes dotes de carácter e qualidades morais que sempre tem revelado, se vem qualificando, através de cerca de um ano e meio de comissão, como um oficial calmo, voluntarioso, disciplinado e disciplinador, em cujo espírito está bem estruturada a noção do dever, impondo-se à consideração geral e comandando, com a maior eficiência, não somente o seu grupo de combate nas diversas situações, como também, inteiramente a Subunidade a que pertence se consideram os serviços prestados pelo Alferes Madeira dignos de relevo.



António José Pires Condesso

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 19 — 2.^a Série
de 1 de Outubro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, por despacho de 11 de Agosto de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pelas extraordinárias qualidades de combatente que tem revelado, oferecendo-se para tomar parte num sem número de operações, normalmente as mais difíceis e onde se prevê contacto forte com o IN e tanto mais tem sido relevante a sua acção por quanto muitas vezes tem sido um extraordinário colaborador deste Comando na instrução operacional a ministrar às tropas recém-chegadas, acompanhando os oficiais novos, aconselhando-os e conduzindo-os, dado a sua experiência de combatente, serenidade e conhecimento do terreno. Da mesma tem acompanhado as unidades que por vezes nos têm sido dadas de reforço temporário, colaborando com os seus comandantes no desempenho da actividade operacional que lhes é determinada, dado o seu conhecimento das regiões onde actuam.

Em todas as operações em que toma parte, tem o Alferes Condesso revelado o seu espírito de sacrifício, o seu entusiasmo e a sua iniciativa, contagiando todos os que o acompanham, desde soldados a oficiais.

Calmo e sereno debaixo de fogo, dotado de grandes dotes de comando a sua actuação em combate tem sido admirável, grangeando o respeito e a admiração de todos os que com ele têm actuado. Não se mencionam, em particular quaisquer operações, porque praticamente o Alferes Condesso tem tomado parte em todas com a companhia de intervenção, desde «S. Vicente» ao «Quere» e sempre voluntariamente. Numa época em que infelizmente se nota da parte de muitos, egoísmo e comodidade, é o Alferes Condesso um perfeito exemplo duma juventude portuguesa que se bate com orgulho, sem olhar a sacrifícios e que na luta se empenha de corpo e alma.

Por tudo, merece que às suas actuações e conduta seja dado o justo e merecido valor, sendo digno de ser apontado publicamente como um alto exemplo das maiores virtudes militares.



Miguel Isidro Carrilho da Silva Pinto

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 21 — 2.^a Série
de 1 de Novembro de 1967

Condecorado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, a título póstumo, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque, encontrando-se a prestar serviço na sede da Companhia de Cavalaria n.º 1451, em Lumbala, e tornando-se necessário proceder a diversas destruições e sobretudo montagem de armadilhas em Caripande, integrado no plano de defesa do respectivo destacamento, que já anteriormente fora violentamente atacado de noite pelas hordas terroristas, se ofereceu, prontamente, para o cumprimento desta espinhosa missão, durante a qual mais tarde veio a perder a vida.

Com o seu procedimento pôs à prova elevado espírito de missão e qualidades de abnegação, desinteresse e sacrifício exemplares, mostrando-se digno de ocupar os postos de maior risco pela afirmação de elevada coragem moral de que era possuidor.



Domingos Dias

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 29 de Dezembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, pela maneira muito eficiente como tem comandado a sua Secção tendo demonstrado nas diversas acções de combate realizadas, possuir um excelente nível operacional. Militar disciplinado e disciplinador distinguindo-se especialmente quando a sua secção ao efectuar a exploração de uma coluna caiu numa emboscada tendo sido atingidos quatro elementos da sua secção. O 2.º Sargento Dias não só comandou a secção de molde a conseguir que o inimigo abandonasse o material que capturou, mas também se deslocou para junto dos elementos atingidos, demonstrando possuir coragem e sangue frio.

Revista da Cavalaria



Amílcar Teixeira

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, por ter confirmado na operação «Holofote», reais qualidades de desembaraço e decisão colaborando activamente na fase do assalto ao objectivo, busca e destruição do mesmo. Alia às qualidades confirmadas o 2.º Sargento Teixeira, igualmente um elemento de alto valor e eficiência no aspecto administrativo da Companhia, mercê de profundos conhecimentos que possui e de uma dedicação inextinguível na realização desses serviços. Educado, ponderado e disciplinado e disciplinador é o 2.º Sargento Teixeira um profissional competente nos diferentes aspectos da vida militar, constituindo-se com a sua leal conduta um exemplo a apontar na Companhia.



Manuel Francisco Serra

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 24 — 3.ª Série
de 30 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 12 de Julho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pela maneira altamente eficiente, como comandou a sua Secção nas emboscadas sofridas pelas NT no dia 21 de Janeiro de 1967. Na primeira emboscada, estando o IN instalado dos dois lados da estrada e sendo em grande número, conseguiu o 2.º Sargento Serra proteger com o fogo e manobra da sua viatura os atiradores. No regresso do patrulhamento e já de noite, instalou-se à frente da coluna e fez face a nova emboscada entrando pelo mato dentro e protegendo novamente a acção dos atiradores. Deste modo o 2.º Sargento Serra demonstrou possuir, coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue frio, qualidades que definem o Soldado Português contribuindo grandemente com o seu desembaraço, bom senso e acção para pôr o IN em fuga.



Higino Domingos Ferreira da Silva

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 2 — 3.^a Série
de 20 de Janeiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 6 de Dezembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque na operação «Gorro», durante uma emboscada, se revelou um militar eficiente e corajoso, servindo ele próprio de apontador de lança granadas-foguetes, depois desta arma se avariar, de morteiro 60 mm, actuando com precisão em terreno descoberto, batido pelo IN. Demonstrou sangue frio, coragem e valentia.

Revista da Cavalaria



Jorge Torres Fernandes Ribeiro

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 2 — 3.^a Série
de 20 de Janeiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 11 de Outubro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque durante a operação «Carpa» realizada na região de «Nangololo» quando a sua Companhia em 23 de Dezembro de 1965, atacava um quartel inimigo, cujo acesso era um túnel feito pelo inimigo na mata densa, ao ser ferido na cara e num braço por estilhaços de uma granada de Bazooka disparada pelo inimigo, continuou a instalar, desabrigado, fazendo fogo, debaixo de fogo de Bazooka e armas automáticas do inimigo, com a cara coberta de sangue o que muito contribuiu com o seu exemplo de coragem e valentia, para que a sua Companhia conseguisse desalojar o inimigo instalado no fundo do referido túnel com Bazooka e armas automáticas e permitisse posteriormente a captura e destruição do referido quartel.

Revista da Cavalaria



António Coelho

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 4 — 3.ª Série
de 10 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 20 de Dezembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 23 de Maio, quando o seu Grupo de Combate actuava na estrada de Mocimboa do Rovuma, e a sua secção caiu na «zona de morte» duma emboscada preparada pelo IN, vendo que a única possibilidade de actuar sobre ele, devido à existência de um combro que o protegia, era levantar-se e fazer fogo a peito descoberto, não hesitou em fazê-lo, conseguindo assim que os seus homens não sofressem da parte do IN uma acção eficiente, podendo atribuir a este facto o não ter havido baixas nas NT. Este Furriel Miliciano mostrou desembaraço e serenidade debaixo de fogo. Apesar da sua índole reservada tem mostrado em operações um desembaraço notável e um desprezo pelo perigo que o torna apto a comandar os seus homens em qualquer situação.



João Mestre Matos Veríssimo

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

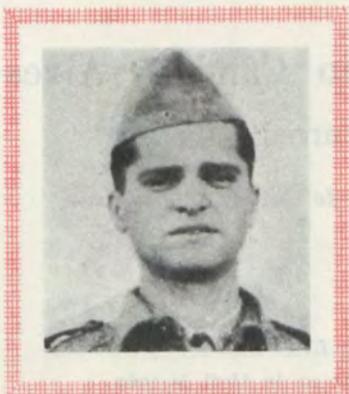
Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 26 de Julho de 1966, mais uma vez ter evidenciado apreciáveis qualidades de comando, decisão, coragem, sangue frio e uma firme determinação no cumprimento do dever militar, ao procurar sempre os locais de maior risco, orientando proficiente e corajosamente a acção da sua Secção.

Ao desencadear-se o ataque, colocou-se à frente dos seus homens, constituindo um grupo de assalto, que imediatamente penetrou na mata sob intenso fogo IN, a fim de procurar eliminar os elementos mais activos que batiam as NT.

Ferido, durante o combate, por um estilhaço que lhe provocou a perda de muito sangue, continuou incutindo sempre o maior ânimo aos seus homens, no sentido de levarem a cabo a sua esgotante acção.

O Furriel Veríssimo, indiferente à sua própria segurança, mostrou-se sublime de dedicação no cumprimento da sua missão de graduado, tendo pela sua valorosa e destemida actuação, frente ao IN demonstrado as suas excelsas qualidades de chefe e combatente, em muito dignificando e prestigiando o seu Batalhão e o Exército.



José Nuno Barroso da Costa Serra

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 27 de Junho de 1966, ter evidenciado, mais uma vez, notáveis qualidades de valentia, coragem, sangue frio, desprezo pela vida e firme determinação no cumprimento do dever militar. Ao desencadear-se o ataque IN, tendo ficado isoladas a uma distância de 150 metros do resto da coluna, duas secções, que se transportavam nas primeiras viaturas, em virtude do fogo da metralhadora do grupo IN de detenção à frente, conseguiu rapidamente organizar a reacção destas duas secções, tendo sido incansável na orientação dos fogos das armas pesadas. Saltou para cima da viatura equipada com a metralhadora Breda, voltou à picada para junto do apontador da metralhadora MG 42 e por último tendo verificado que outra metralhadora IN, batia o grupo de assalto das NT que para ela se dirigia, internou-se sozinho no capim no intuito de a fazer calar, indiferente ao perigo a que se expunha.

Com a sua actuação o Furriel Serra, veio confirmar o alto conceito em que é tido na sua Unidade, tendo posto mais uma vez à prova as suas revelantes qualidades de chefe e combatente, pelo que é de toda a justiça apontá-lo como exemplo.



António Cândido Alves

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 24 de Junho, pelas 06h30, quando se dirigia com a sua Secção para a nascente de água que abastece a sua Companhia e a sua Secção caiu numa emboscada inimiga de cerca de 15 elementos apesar de ferido com gravidade, comandou a Secção com decisão e arrojo, e fez fogo até a sua arma se encravar. Acabada a acção, vendo os seus homens feridos, fôí a pé pedir ajuda a outro Comandante de Secção que ficou a montar a protecção do itinerário. Nesta acção, este Furriel Mil., mostrou além de arrojo, decisão e qualidades de comando, um espírito de sacrifício e um desprezo pela sua própria vida, visto que não olhou para a gravidade dos seus ferimentos, quando quis pedir socorro para os seus homens. O Furriel Cândido Alves, desde que faz parte da C. Cav. 1510 tem-se mostrado um militar cumpridor e cuidadoso, tendo sobre os seus homens que o estimam, uma autoridade pouco vulgar para um Furriel Mil. Nas diferentes acções em que tem participado, comporta-se com desembaraço e decisão, nomeadamente numa emboscada que a sua Companhia sofreu próximo de Mileda, em que a sua Secção ficou dentro da zona de morte. Pode ser apontado como exemplo a seguir pelos militares daquela Companhia de que goza consideração e estima.



Mário de Jesus Manata

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 12 — 3.^a Série
de 30 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 28 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque ao longo do tempo de permanência nesta Província, ter participado em elevado número de operações, e em todas elas ter demonstrado calma e serenidade no exercício das suas funções específicas, e que tendo sido ferido em diversas partes do corpo, durante a operação «Holofote», se manteve animado aplicando em si mesmo os primeiros socorros necessários e dispensando qualquer ajuda no seu deslocamento até ao local de evacuação, mantendo em todos os momentos uma dignidade de acção merecida de salientar.



Manuel António dos Santos Peixe

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 22 — 3.^a Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante», ter demonstrado desembaraço, coragem e sangue frio, marchando sempre na frente e porque no assalto ao objectivo onde o IN aguardava emboscado as NT, desencadeando notável volume de fogo comportou-se com valentia e decisão levando a secção que comandava a abrir caminho em local que era manifestamente desfavorável às NT obrigando o IN a romper o contacto, e permitindo assim que o objectivo fosse atingido.

Revista da Cavalaria



João Carlos Gomes Teixeira

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 21 de Novembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque, quando a sua companhia sofreu um forte ataque manteve-se no seu posto, defendendo a entrada da picada durante 8 horas consecutivas, com extraordinária noção do seu dever, e a consciência plena da responsabilidade que lhe cabia. Apesar do esforço principal se ter exercido precisamente na direcção da posição que defendia, e ter acontecido até, a metralhadora com que fazia fogo ter-lhe saltado das mãos por ter sido alvejada pelo IN, continuou sem desfalecimento, repelindo pela sua acção, o IN, obrigando-o a desistir da forte pressão que exercia sobre as NT e causando-lhe, por certo, baixas, demonstrando muita coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e desprezo pelo perigo. Esta praça, quando ao clarear do dia, o ataque parou adormeceu de cansaço no seu abrigo, com o dedo no gatilho da arma e esta em posição de fogo. Por todas as qualidades reveladas, constitui o 1.º Cabo n.º 2064/65, João Carlos Gomes Teixeira um grande exemplo que se impõe ao respeito e consideração de todos.



José Roque Alexandre

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 5 — 3.ª Série
de 20 de Fevereiro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Início» tendo a sua AM sido atingida por uma Granada de LGF IN que o feriu e combaliu fortemente se manteve cerca de duas horas actuando com a sua arma sempre com extraordinária disciplina de fogo mantendo o IN em respeito durante a emboscada por ele preparada e ainda porque durante a 2.ª fase da mesma foi ele, que sozinho, servindo simultaneamente de apontador e municador, fez fogo, só mais tarde se reconhecendo a gravidade do seu estado ao ser evacuado de helicóptero. Esta praça revelou extraordinária noção dos seus deveres, coragem física e moral e, espírito de sacrificio invulgares, factos que bem merecem ser realçados e apontados como exemplo.



Arsênio da Piedade Saraiva

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 5 — 3.ª Série
de 20 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 23 de Dezembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque no dia 10 de Setembro do corrente ano, durante a operação «Pirilampo» e quando as NT enfrentavam intenso fogo IN, ter avançado de pé com a sua metralhadora, a despeito do próximo rebentamento de granadas de morteiro, até colocar a arma na forquilha de uma árvore e aí, abrindo fogo certo sobre as posições inimigas que se encontravam a cerca de 50 metros de distância, ter calado o fogo das armas pesadas adversas, permitindo que as nossas tropas se reorganizassem para o assalto final. Durante mais de 50 minutos, a metralhadora do 1.º Cabo Saraiva coadjuvado pelo seu municionador foi a única arma pesada que aguentou o fogo do inimigo, apesar de se encontrar numa posição descoberta. O 1.º Cabo Saraiva, com a sua acção destemida, demonstrou a qualidade de coragem, decisão, sangue frio e serena energia debaixo de fogo que, aliadas a um comportamento sempre apumado e disciplinado o fazem considerar por este Comando como um militar de elite.



João Jacob Roque

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

(A título póstumo)

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 16 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO porque mostrou possuir em campanha, notáveis qualidades de pujança física, audácia e sangue frio em situação de risco de vida, e de discernimento e arrojo a comandar o Grupo Combatente os «Pumas». Embora o seu comportamento nas várias acções em que interveio, fosse sempre norteado por espírito marcadamente ofensivo mas generoso, pode destacar-se a operação «Alvorada I» em que integrando-se em movimentada perseguição a um grupo IN de 15 indivíduos bem armados sob ajustado fogo adverso contribuiu com o seu lança-roquetes para infligir ao IN assinaláveis baixas em pessoal e captura de importante quantidade de armamento e munições, ainda na operação «Aurora» deu o Cabo Roque a obstar por reflexos oportunos de combatente experimentado, a que o grupo IN concretize a sua emboscada às NT e no decorrer de toda a operação, além de alardear apreciáveis dotes de energia e audácia como elemento combatente, conduziu o grupo combatente «Pumas» com acerto e agressividade pelo alto nível operacional alcançado em missões precedentes. O Cabo Roque, ao longo de mais de 60 missões operacionais desenroladas contra grupos IN combativos, bem armados e organizados, confirmou possuir excepcionais qualidades de audácia, agressividade, sangue frio e serena energia debaixo de fogo aliadas a um ascendente natural, informador notável, capacidade de comando do grupo combatente «Pumas» em combate, conjunto que permite qualificá-lo como dotado de relevante valor militar.



Manuel Augusto de Araújo Fonseca

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 29 de Dezembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, pela grande coragem, decisão e espírito de sacrifício que demonstrou em todas as acções em que o seu Pelotão tomou parte. Distinguindo-se em numerosas ocasiões em que capturou elementos inimigos, alguns dos quais armados, correndo para eles com excepcional agressividade e valentia contribuindo com a sua acção pessoal para o êxito da missão. Sempre pronto para tudo, excepcionalmente cumpridor, correcto e apumado, o 1.º Cabo Fonseca é bem digno de admiração e respeito por todos os seus camaradas e superiores pela forma como honrou a farda que enverga e o exército português a que pertence.



António Lourenço Carvalho

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 19 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque na qualidade de apontador da metralhadora pesada Breda, tem dado provas constantes de coragem, sangue frio, abnegação e desprezo pela vida, serenidade debaixo de fogo, em vários ataques sofridos pelo G. C., nomeadamente o sofrido no dia 24 de Maio de 1966, em que perdeu a vida o Comandante de Secção, que ele viu ser atingido em cheio por uma granada de lança-granadas foguete. E tendo o inimigo intenções provadas de eliminar a equipe da Metralhadora Pesada ele continuou fazendo fogo, apesar dos perigos que o rodeavam e das granadas de mão inimigas, rebentadas nas suas proximidades. Mesmo assim conseguiu eliminar um inimigo, que se atreveu a vir a meio da picada, tentar aniquilá-lo e à sua arma. Com estas atitudes tem demonstrado o 1.º Cabo Carvalho, coragem, sangue frio, decisão e serenidade debaixo de fogo o que é de justiça apontar como exemplo.



Domingos Valente Soares

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 8 — 3.ª Série
de 20 de Março de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 31 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 7 de Novembro de 1966, encontrando-se a chefiar a guarnição do N'Goo, constituída unicamente por 2 soldados, 2 guardas da PSP e um grupo de Cipaio, sendo submetido a um poderoso ataque por um inimigo estimado em 30 elementos, utilizando Bazookas, Morteiros, Metralhadoras pesadas, Pistolas Metralhadoras e Granadas de Mão Defensivas dirigiu a defesa duma forma tão eficiente que pôs em debandada o IN, que deixou vários armamentos e diversos materiais.

Possuindo apenas cinco Espingardas Automáticas, dispôs-as por forma a enquadrar as armas de repetição dos Cipaio, para dar ao inimigo a ideia de mais força na defesa.

Incitou os Cipaio no combate e deu-lhes o ânimo necessário, dirigindo posteriormente uma batida na qual foi capturado armamento entre o qual três Pistolas.

Actuando sob o intenso fogo inimigo revelou extraordinárias qualidades de desembaraço, coragem, decisão e sangue frio, que levaram a derrota ao inimigo com armamento mais poderoso.

O seu exemplo é altamente dignificante e honra as qualidades e virtudes do Soldado Português.

Revista da Cavalaria



João Gonçalves Marcelo

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 10 — 3.ª Série
de 10 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 25 de Fevereiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no passado dia 27 de Maio de 1966, ter evidenciado excepcionais qualidades de coragem, valentia, decisão, serena energia debaixo de fogo e desprezo pela vida, no cumprimento do dever militar, que o levaram a bater-se a peito descoberto, contra um grupo IN, 50 metros à sua frente que dispendo de uma metralhadora MG 42, varria pelo fogo a testa da coluna, onde já se encontrava alguns companheiros seus gravemente feridos.

Conjuntamente com outros camaradas, que acorreram à frente, abateu o apontador da metralhadora IN e indiferente aos tiros com que era visado, se manteve com uma serenidade de espírito notável, a alvejar o IN, causando-lhe baixas, como ficou provado pelos vários rastos e poças de sangue deixadas pelos elementos IN em fuga.

Pela sua actuação e a do pequeno grupo a que pertencia, pode dizer-se que se evitou um golpe de mão que o IN pretendia executar sobre a viatura testa.



António Victor Prachedes

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 10 — 3.ª Série
de 10 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 4 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque na emboscada sofrida pelas NT em 19 de Dezembro, quando as NT estavam num terreno que lhe era muito desfavorável, completamente exposto ao fogo cruzado do IN e indiferente ao perigo, se pôs de joelhos e fez dois tiros de morteiro eficientes e certos, contribuindo decisivamente para a retirada do IN. Também se evidenciou, de novo, em circunstâncias idênticas, na emboscada que o IN efectuou à sua Companhia em 201145, e porque, mais uma vez, na violenta emboscada do IN em 211130 Dezembro, demonstrando excepcional coragem, se expôs completamente ao fogo cerrado do inimigo na tentativa de se servir do seu morteiro, só não o conseguindo porque uma das muitas balas o atingiu e prostrou por terra.

Conseguiu o sentido reconhecimento e a mais viva admiração de todos os que assistiram aos seus actos de notável bravura.

Revista da Cavalaria



Adriano da Silva Santos

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, em 3 de Julho de 1966, porque no dia 24 de Junho, pelas 06h30, quando se dirigia com a sua Secção para a nascente de água que abastece a sua Companhia, ficou dentro da zona de morte duma emboscada montada pelo IN e depois de ferido com gravidade, utilizou o seu morteiro com calma e precisão até gastar as granadas que transportava. Acabada a acção, correu juntamente com o Comandante de Secção, protegendo-o para pedir socorro para os seus camaradas feridos, só parando quando deixou de poder andar devido à gravidade dos ferimentos que recebeu. Este 1.º Cabo mostrou sangue frio e abnegação, e noção dos seus deveres, porque além de utilizar convenientemente a sua arma, acompanhou até ao limite das suas forças o Comandante de Secção, para o proteger.



Feliciano da Silva Santos

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 16 — 3.ª Série
de 10 de Junho de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 29 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, pela coragem, sangue frio e elevado espírito de missão evidenciados, debaixo de intenso fogo IN, durante o ataque que este efectuou ao destacamento de Caripande, em Novembro de 1966, o qual se prolongou pelo espaço de cerca de 1h30. Tendo, logo aos primeiros tiros e granadas lançadas pelo IN, ficado feridos dois Guardas da PSP, um dos quais veio a falecer posteriormente, teve, o 1.º Cabo maqueiro Silva Santos, juntamente com um seu camarada que voluntariamente se ofereceu para o auxiliar, que atravessar uma zona descoberta e batida pelo fogo IN, pondo assim à prova as suas elevadas qualidades de abnegação, determinação e serenidade debaixo de fogo. Após a recolha dos feridos teve ainda este 1.º Cabo ocasião de demonstrar a sua calma e competência ministrando àqueles, o tratamento e cuidados adequados.



Fernandes Antunes Pinhão

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 16 — 3.ª Série
de 10 de Junho de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque durante as flagelações e os ataques efectuados pelo inimigo ao aquartelamento muito especialmente no ocorrido em 14 de Fevereiro de 1967 evidenciou extraordinárias qualidades de coragem, decisão, sangue frio e serena energia. Debaixo de intenso fogo inimigo, este militar dirigiu-se imediatamente para a metralhadora pesada Browning, de que está encarregado, da defesa do Aquartelamento, expondo a grave perigo a própria vida. Foi o primeiro militar que conseguiu ripostar ao fogo inimigo, dum sector do aquartelamento em frente do qual se encontravam instaladas potentes armas inimigas. Como se encontrava completamente só, porque devido ao intenso fogo, tornava-se difícil a saída das casernas e uma vez esgotadas as munições, correu o 1.º Cabo Pinhão à caserna e ao Depósito a fim de obter as mesmas, numa acção de arrojo e desprezo pela vida. Pela sua conduta o 1.º Cabo Pinhão deve ser apontado como exemplo e é credor de consideração e estima de todos os seus superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



Manuel de Jesus Silva

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 17 — 3.ª Série
de 20 de Junho de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 24 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, pela muita coragem, sangue frio e espírito de missão sempre revelados no desempenho das suas funções de apontador de metralhadora pesada nas numerosas operações em que tem tomado parte; transportando voluntariamente a sua pesada arma durante esgotantes percursos através das matas ou aguentando de pé e agarrado a ela longas e penosas deslocações em viaturas sempre o fez com firmeza, determinação e energia, mesmo nos momentos de maior perigo. É exemplo da sua bravura, serena energia debaixo de fogo, espírito de abnegação e extraordinária moral o seu comportamento na operação «Osiris» quando a sua Unidade sofreu forte emboscada, galvanizando os seus camaradas com a muita valentia com que se aguentou agarrado à sua arma fazendo fogo certo debaixo de intenso tiro inimigo, que pelo menos por quatro vezes atingiu a sua arma, encontrando ainda ânimo para incitar os seus camaradas e desmoralizar o inimigo gritando-lhe ditos depreciativos, contribuindo, desta maneira, por forma muito influente para que a reacção das nossas tropas se processasse por forma altamente eficiente.



José Pontes da Luz

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 23 de Junho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque na emboscada sofrida pelas NT no dia 11 de Dezembro de 1966, sendo apontador da Bazooka, avançou debaixo de fogo inimigo e a peito descoberto, em direcção ao local onde o IN estava instalado, atirando-lhe duas granadas, o que muito contribuiu para a fuga imediata dos elementos inimigos. Com a sua acção, em que demonstrou desembaraço, coragem, sangue frio e decisão sob o fogo inimigo, constituiu um belo exemplo para os seus camaradas e mostrou extraordinárias qualidades.



Manuel José dos Santos

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 21 de Junho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, pela invulgar decisão, coragem e sangue frio evidenciados debaixo de intenso fogo IN, durante o ataque que este efectuou ao destacamento de Caripande, na noite de 29/30 de Novembro de 1966, o qual se prolongou pelo espaço de cerca de 1h30.

Logo aos primeiros tiros e granadas lançadas pelo IN, ficaram feridos dois guardas da P. S. P., dos quais um, gravemente, veio a falecer posteriormente, pelo que o 1.º Cabo Santos prontamente se ofereceu para, juntamente com o maqueiro do destacamento proceder ao levantamento e transporte dos mesmos, para o que teve de atravessar uma zona descoberta e batida pelo fogo IN, demonstrando assim não só os dotes já anteriormente referidos, como ainda excepcionais qualidades de abnegação, desprezo pela vida e serenidade manifestadas debaixo de fogo.



Salvador Silvestre Gonçalves

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 24 — 3.ª Série
de 30 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 12 de Julho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pela maneira como se comportou durante as emboscadas sofridas pelas NT no dia 21 de Janeiro de 1967. Como apontador da viatura soube tirar o máximo rendimento das armas, contribuindo grandemente com o seu fogo certo para pôr o IN em debandada. Demonstrou, possuir qualidades de coragem, decisão e serena energia debaixo de fogo, ser um soldado disciplinado, educado e consciente do seu dever e missão pelo que é digno da consideração dos seus superiores especialmente do seu comandante de Secção que dele tece os maiores elogios.



Cipriano António de Jesus Patrício

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 30 — 3.ª Série
de 30 de Outubro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 25 de Setembro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pelas suas brilhantes e valorosas actuações em combate nomeadamente nas operações «Penacho II», «Pirilampo», «Solução I» e «Fabiola» em que jamais hesitou em arriscar a vida para colocar o morteiro de que é apontador nas posições mais descobertas e convenientes à sua eficiência de utilização. A sua decisão, a sua coragem, agressividade e desprezo pelo perigo, irrefutavelmente demonstradas no decorrer destas operações apontam-no como um elemento de valor que deve ser indicado como exemplo de coragem e alto espírito militar.



Manuel Torres Campino

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 30 — 3.ª Série
de 30 de Outubro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 25 de Setembro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque no decorrer das operações em que tem vindo a desempenhar as funções de Comandante de Secção, evidenciou óptimas qualidades de comando que se traduzem no perfeito domínio e autoridade de fogo e manobra da sua pequena subunidade sob fogo inimigo. Pelo seu exemplo de bravura, serenidade e desprezo pelo perigo frente ao inimigo, pelo seu espírito de disciplina e correcção, o 1.º Cabo Campino granjeou a admiração e estima dos seus superiores e camaradas.



Américo José Raposo Pinto

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 30 — 3.ª Série
de 30 de Outubro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 25 de Setembro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque durante as operações «Pirilampo» e «Solução I» demonstrou muita agressividade e desprezo pelo perigo, preocupando-se não só em escolher as melhores condições ainda que mais batidas pelo fogo IN para melhor utilizar o lança-granadas-foguete de que é apontador, como em orientar os seus camaradas da Secção. Este conjunto de qualidades levam este Comando a justamente considerar o 1.º Cabo Pinto como um óptimo combatente.



Alcino Luís de Almeida

1.º Cabo

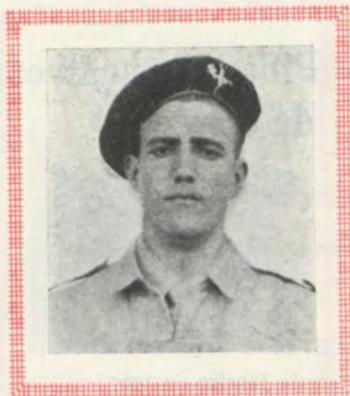
Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 30 — 3.ª Série
de 30 de Outubro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 1 de Setembro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, pela invulgar abnegação e serenidade demonstrada debaixo de fogo quando, fazendo parte da escolta a uma coluna motorizada, que se deslocava no itinerário Lumbala-Caripande, aquela foi emboscada, inicialmente e mantendo-se em local que por referenciado estava a ser inicialmente batido pelo IN, cobriu com o seu fogo a deslocação do seu comandante de secção que depois de muito ferido nos braços e numa perna se arrastava para local mais seguro e, posteriormente, indiferente ao perigo que corria e dando exemplo de maior coragem, serenidade, decisão e sangue frio, foi buscar um ferido que se encontrava próximo dum atirador IN, que batia a zona pelo fogo, o que fez desarmado para melhor poder transportar o seu camarada. Pelo que ficou referido o 1.º Cabo Almeida demonstrou extraordinária coragem e espírito de sacrifício, pelo que deve ser apontado como dignificante exemplo de combatente.

Revista da Cavalaria



Marcolino Martins Gomes

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 36 — 3.ª Série
de 30 de Dezembro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 26 de Outubro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, por no dia 11 de Abril de 1967 durante uma emboscada que o seu Pelotão sofreu, ripostou corajosamente ao fogo inimigo, sozinho em cima da sua viatura, apesar de terem sido lançadas várias granadas de mão defensivas para o abrigo atrás do qual fazia fogo e do fogo inimigo estar praticamente concentrado sobre ele, demonstrando assim serena energia debaixo de fogo, sangue frio e decisão invulgares, comportando-se com heroísmo, muita coragem e valentia.

Dotado de excelentes qualidades morais, de lealdade e alto espírito de colaboração, nunca se poupou a esforços para que as missões de que é incumbido sejam cumpridas com a maior eficiência demonstrando possuir um elevado grau de qualidades de trabalho, dinamismo, brío militar, carácter e inteligência. Por este conjunto de qualidades tem sabido merecer a consideração que lhe é dispensada pelos seus superiores e impôr-se à consideração de todos os seus camaradas, podendo ser apontado como nobre exemplo do soldado Português.



Albino Pinto Gonçalves da Cruz

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 2 — 3.ª Série
de 20 de Janeiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 11 de Outubro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no passado dia 27 de Março de 1966 cerca das 20h00, quando a coluna da qual fazia parte a escolta, estacionada no lugar denominado «O Caracol» entre Metangula e Maneamba, detectou o IN a cerca de dez passos do local onde montava a segurança. Imediatamente esta praça abriu fogo tendo por esta forma sido lograda a surpresa do ataque IN que ao ver-se descoberto logo respondeu ao fogo. Tendo-se-lhe acabado as munições da sua arma «G3» correu debaixo de fogo para a extremidade da coluna onde se encontrava uma viatura Daimler com duas metralhadoras Dreyse, pegando numa delas de pé abriu fogo e sem municionador manteve uma quase impossível cadência de tiro até a intensidade do ataque abrandar.

Demonstrou nesta acção invulgar coragem, sangue frio, decisão e serena energia debaixo de fogo, contribuindo não só para o malogro do ataque IN como também para a sua debandada.

Revista da Cavalaria



António José Guerreiro
da Silva

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 2 — 3.^a Série
de 20 de Janeiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Novembro de 1966 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por durante uma emboscada sofrida pelas nossas tropas, ao aperceber-se que a viatura havia caído na zona de morte, e apesar de gravemente ferido numa perna, ter acelerado a marcha, subtraindo-se à zona mortífera parando mais adiante e dentro do capim. Apenas com uma perna válida, saltou da viatura e, empunhando a sua arma fez frente ao inimigo que já se preparava para o assalto, pondo-o em debandada. Com a sua coragem e firme decisão, salvou de morte certa todos os ocupantes da viatura que como ele estavam gravemente feridos.

Revista da Cavalaria



Manuel Pereira Antunes

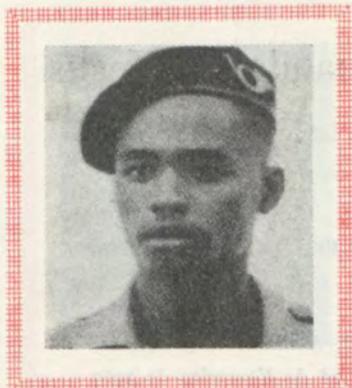
Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 16 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pela forma relevante como se distinguiu nas acções de combate em que participou. Particularmente na operação «Alvorada I» em que após ter sido detectado um grupo IN, bem armado de 15 indivíduos, perseguiu corajosamente e em conjunto com outro camarada chegou mesmo a distanciar-se com muito perigo na vanguarda do dispositivo das NT para poder alcançar e obter um elemento IN e seguidamente capturar-lhe a respectiva arma. Demonstrou raras qualidades de decisão, sangue frio, bravura e serena energia debaixo de fogo revestindo-se a sua conduta, durante a execução de toda a missão de muito esforço e brio quando já eram decorridas nove horas de marcha fatigante em Zona de Operações. Também na operação «Abastecimento», detectado que foi um grupo IN armado, avançou isolado e corajosamente não obstante o rebentamento de uma granada de mão IN o que ocorreu muito perto de si perseguindo debaixo de fogo, o adversário com energia, ânimo e bravura notáveis. O Soldado Antunes pelo entusiasmo, brio e espírito ofensivo demonstrados, destacou-se como muito esforçado e valoroso em dezenas de missões operacionais.



Braima Baldé

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

*O. E. n.º 6 — 3.^a Série
de 28 de Fevereiro de 1967*

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 16 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque pelo seu invulgar comportamento em combate, debaixo de fogo IN, nas dezenas de operações em que tomou parte, o seu comportamento foi sempre notável creditando-o como um dos mais valorosos elementos do Grupo de combate «Os Pumas». Como exemplo cita-se a sua actuação na operação «Exploração» em que, perante duas emboscadas IN desencadeadas a curta distância, ripostou a peito descoberto ao fogo do adversário. Na segunda das acções indicadas, em atitude destacadamente ofensiva, perseguiu elementos IN que, protegidos por fogos de apoio, procuravam refúgio em matas de difícil acesso; ao fazê-lo, por completo desprotegido e com absoluto risco da vida, internou-se na mata a procurar detectar de novo o IN e abatê-lo, no que demonstrou excepcional bravura, audácia e desprezo total pelo perigo, qualidades subordinadas a uma agressividade extraordinária.

Ao longo de todas as missões operacionais em que participou, o Soldado Braima afirmou-se um combatente muito enérgico e dotado de intenso espírito ofensivo em campanha, honrando-se nobremente frequentes vezes perante o IN que defrontou.



Armando de Jesus Ascensão Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 16 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, pelo muito notável comportamento assumido em combate, debaixo de fogo IN.

Nomeadamente na operação «Bisnau», ao ser assaltado de surpresa um bem dissimulado acampamento IN, imediatamente alvejou elementos adversos que procuravam esquivar-se por entre o matado e não lhe deu tréguas durante a perseguição cerrada que a exploração do sucesso impunha. Da sua acção resultou a Subunidade obter mais um êxito na destruição de instalações IN, baixas confirmadas em pessoal e a captura de material de guerra importante. Também na operação «Bóia», debaixo de intenso e ajustado fogo IN, como apontador do «L Rokets», soube tirar da sua arma o melhor rendimento, atingiu o adversário e provocou-lhe um morto confirmado e a conseqüente fuga do Gr.

Nas dezenas de acções em que participou confirmou bem possuir em alto grau reflexos rápidos, invulgar justeza no tiro de diversos tipos de armas empregues, entusiasmo, energia, combatividade, bravura, sangue frio e serena energia debaixo de fogo o que permite distingui-lo como militar dotado de raras qualidades para o combate.



António Joaquim Ferreira Bastos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 6 — 3.ª Série
de 28 de Fevereiro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 19 de Janeiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque, em todas as acções realizadas tem dado provas de calma invulgar, coragem e sangue frio, nomeadamente em duas acções, sendo uma delas um golpe de mão a um quartel inimigo em que seguia como explorador, na testa do seu grupo de combate conseguiu, abater à chegada ao quartel, 9 inimigos, sempre com a mesma calma e avontade. Na outra acção encontrava-se emboscado numa região que se supunha utilizada pelo inimigo, e ao pressentir a aproximação de um grupo só abriu fogo à queima-roupa, apesar do elemento abatido vir avançando cautelosamente, ser portador de uma arma de fogo, pronto a utilizá-la ao mínimo pressentimento. Por estas e outras atitudes tomadas o Soldado Bastos, tem dado inúmeras provas de coragem, valentia, sangue frio, óptimo atirador, que o levaram a obter a consideração e estima dos seus camaradas e superiores, facto que julgo de inteira justiça salientar e tornar público.



David Manuel Ribeiro da França

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 8 — 3.ª Série
de 20 de Março de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 4 de Fevereiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque em todas as operações em que tomou parte, quer, no âmbito da sua Unidade e de escalão superior, no Subsector DZ, quer, depois, na RES/RMA, na intervenção, sempre demonstrou possuir excepcionais qualidades pessoais e militares, de coragem, abnegação, valentia, serenidade debaixo de fogo, camaradagem, e espírito de sacrifício, colocando-se muitas vezes, voluntariamente, à frente do seu Grupo servindo-lhe de guia e correndo os riscos correspondentes a tal atitude. Particularmente na operação «Festa Brava», foi, debaixo de fogo, buscar um camarada ferido, com risco da própria vida, merecendo pelo seu acto, distinção especial, por parte do Comando do Agrupamento «Vulcano».

Na operação «Determinados», marchando como de costume à frente do Subagrupamento foi o primeiro combatente a entrar num importante quartel IN, confirmando mais uma vez o muito mérito que se lhe atribui e merecendo assim ser distinguido.



Luís Rebolas Rodrigues

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 8 — 3.ª Série
de 20 de Março de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 16 de Fevereiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque servindo nesta Unidade desde a sua formação, sempre demonstrou possuir extraordinárias qualidades militares e pessoais, salientando-se particularmente em operações activas, de campanha, sendo sempre voluntário para marchar na testa das colunas e para apontador das metralhadoras das escoltas, por vezes em precárias condições de saúde e sempre com o melhor espírito de combate. Desde o seu baptismo de fogo, na operação «Aniversário», em que o seu comportamento se salientou logo ao resolver, debaixo de fogo intenso do IN, uma avaria da sua arma, que vem merecendo a maior consideração do seu Comando, tendo sido citado por este acto, bem como pelo seu procedimento noutras operações, incluindo a operação «Salado D», e especialmente na operação «Quissonde» em que, no decorrer duma emboscada sofrida pelas NT, após o rebentamento duma mina, se manteve sempre debaixo de fogo, substituiu sucessivamente a sua Breda por uma M. L. Madson e por uma F. N. de cano reforçado, mantendo-se sem desfalecimento no seu posto e no cumprimento da sua missão, demonstrando por esse acto possuir extraordinária coragem, valentia, espírito de sacrifício, abnegação e serena e heróica presença sob o fogo IN por largo tempo, arriscando a vida e protegendo os seus camaradas, pelo que é merecedor desta distinção especial.



Serafim da Silva Almeida Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 10 — 3.^a Série
de 10 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 25 de Fevereiro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no passado dia 27 de Maio de 1966, ter evidenciado em grau muito elevado e com notável determinação, excepcionais qualidades de heroísmo, abnegação, valentia, coragem, e desprezo pela vida, no cumprimento do dever militar, que o levaram a bater-se a peito descoberto, contra um grupo IN, 50 metros à sua frente, que dispoñdo de uma metralhadora MG42, varria pelo fogo a testa da coluna, onde estavam já alguns camaradas seus, gravemente feridos.

Apesar de ter sido ele próprio atingido por uma bala num dos braços, manteve-se no seu posto com uma serenidade de espírito notável, sempre a alvejar o IN, causando-lhe apreciáveis baixas, como foi constatado pelos rastos e poças de sangue deixadas pelo IN ao pôr-se em fuga. Terminado o ataque, foi ainda incansável na preparação do local de aterragem do helicóptero, apesar dos ferimentos sofridos que motivaram a sua própria evacuação.

Pela sua actuação e a do reuzido grupo a que se juntou, pode dizer-se que se evitou um golpe de mão, que o IN pretendia executar sobre a viatura testa.

O seu exemplo, as suas invulgaes qualidades militares já bem patenteadas em várias acções, em que tem tomado parte, muito contribuíram para o prestígio da sua Unidade e do Exército.

Revista da Cavalaria



Manuel Afonso

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 7 de Novembro de 1966, fazendo parte da guarnição do N'Gôo juntamente com um grupo de Cipaíes, sendo atacado, por um grupo inimigo estimado em 30 elementos, dispondo de morteiros, bazookas, metralhadoras pesadas, pistolas metralhadoras, e granadas de mão defensivas, actuou vigorosamente revelando grandes qualidades de desembaraço, coragem e sangue frio debaixo de fogo inimigo. Constituiu um exemplo digno para os seus camaradas e muita honra à Unidade a que pertence.



João Carlos Mendonça
Lourenço
Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 26 de Outubro de 1966, tendo o estacionamento de Estremoz-a-Nova sido atacado cerca das 09h30 por um forte grupo inimigo actuando de três direcções com L. G. F., Armas Pesadas, Armas Automáticas, G. M. ofensivas e defensivas, correu voluntariamente sob o fogo inimigo indo buscar uma bazooça que logo disparou sobre o inimigo que fugiu desordenadamente. Este Soldado fazendo fogo com uma arma que lhe não estava distribuída e com a qual não tinha grande prática, contribuiu poderosamente para pôr em fuga o inimigo revelando desembaraço, coragem e sangue frio debaixo de fogo, pelo que deve ser apontado como exemplo a seguir.



Rogério Fernandes Dores Carneiro

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 7 de Novembro de 1966, fazendo parte da guarnição do N'Gôo, juntamente com um 1.º cabo, um soldado, 2 guardas da PSP e um grupo de Cipaiois, sendo atacado por um grupo inimigo estimado em 30 elementos dispoindo de Morteiros, Bazooocas, Metralhadoras Pesadas, Pistolas Metralhadoras e Granadas de Mão defensivas, actuou vigorosamente revelando grandes qualidades de desembaraço, coragem e sangue frio debaixo de fogo inimigo. Constituiu um exemplo digno para os seus camaradas e muita honra à Unidade a que pertence.



Eduardo dos Santos Marques Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 26 de Julho de 1967, sendo municionador duma metralhadora, demonstrou possuir extraordinárias qualidades de valentia, desprezo pela vida, decisão e serena energia debaixo de fogo. Alternando com o apontador, ele próprio empunhou em certa altura a metralhadora e penetrou na mata, procurando reduzir ao silêncio as mais fortes e activas posições IN, tendo contribuído sobremaneira para reduzir o volume de fogo que atingia a cauda da coluna.

Manteve sempre uma serenidade notável, apesar de ter ficado com as mãos em chaga, devido às queimaduras sofridas pelo aquecimento do cano da arma, tendo a sua actuação sido o incentivo decisivo, para que todos os companheiros que o rodeavam, mantivessem o seu espírito agressivo durante toda a acção, pondo em debandada o IN.

Pelo seu extraordinário comportamento debaixo de fogo, o soldado Santos Marques, mais uma vez confirmou o conceito em que sempre foi tido no seu Grupo de Combate, tanto pela sua coragem e destreza, como pela correcção e respeito de que tem dado iniludíveis provas.



José Fernandes dos Reis Gonçalves

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 9 de Junho de 1966, mais uma vez ter posto à prova as suas raras qualidades de valentia, coragem, decisão, sangue frio e desprezo pela vida no cumprimento do dever militar, que o levaram a bater-se a peito descoberto, durante todo o tempo que durou a acção IN, numa forma a todos os títulos, notável.

Ao desencadear-se o ataque, colocou-se de pé em cima da sua viatura auxiliando e protegendo pelo fogo da sua espingarda automática, o apontador da metralhadora Breda, quando em dada altura esta sofreu uma avaria mecânica, indiferente ao inimigo, que procurava visar a sua viatura.

Em dado momento, apercebendo-se que alguns elementos inimigos pretendiam aproximar-se da picada, saltou da viatura e resolutamente entrou no capim, a peito descoberto e obrigou a retirar à granada de mão, indiferente ao perigo a que se expunha.

Com a sua atitude, mais uma vez, o soldado Reis Gonçalves, demonstrou iniludivelmente as suas excelsas qualidades de combate, que muito honra e dignificam a sua Unidade e o Exército.



João Vicente Ventura Baptista

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque durante os ataques sofridos pela coluna da qual fazia parte, demonstrou possuir notáveis qualidades de coragem, decisão, sangue frio, serena energia e espírito de abnegação debaixo de intenso fogo IN.

Quando de um ataque em 30 de Maio de 1966, no desempenho das funções de municionador de LG FOG, tornando-se necessário ir a uma viatura buscar granadas para a sua arma, não hesitou em percorrer o espaço que o separava dela, debaixo de fogo IN que procurava alvejá-lo, conseguindo assim que o seu apontador pudesse continuar a bater as posições, de onde a coluna estava a ser fortemente atacada.

Quando de outro ataque de 1 de Julho de 1966, além de ter sido um dos elementos que mais fortemente reagiram ao ataque IN, ajudou a retirar corajosamente da «zona de morte» voltando a ela várias vezes, cinco feridos das NT, colaborando com os enfermeiros no seu tratamento. A sua actuação sob fogo intenso do IN, indiferente à sua própria segurança, constituiu um belo exemplo de excelentes virtudes militares.



José Rafael dos Santos Rato de Almeida

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 27 de Junho de 1966, ter demonstrado possuir excepcionais qualidades de coragem, sangue frio, desprezo pela vida, espírito de sacrifício e extrema abnegação, sob intenso fogo IN. Ao desencadear-se o ataque, sendo municiador de uma metralhadora MG42, formou com o seu apontador, uma verdadeira equipa, movimentando-se ao longo da coluna, indiferente ao perigo a que se expunha, à procura dos melhores locais para bater as posições IN. Verificando-se que uma metralhadora, situada num morro à direita da picada, varria grande parte da coluna, seguiu imediatamente com o seu apontador e ambos em conjunto com outra equipa de MG42, colocaram-se à frente de um pequeno grupo de assalto que, imediatamente e internando-se num palmar cheio de capim, pôs o IN em debandada, causando-lhe pesadas baixas. Esta acção foi feita a peito descoberto, com risco de vida e com os tiros da metralhadora IN a ceifar o capim à sua volta. Com a sua actuação, mais uma vez pôs à prova as suas excelsas virtudes de combatente que muito justamente merecem ser realçadas.



Mário José de Oliveira

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 11 — 3.^a Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 14 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, por em combate no dia 27 de Junho de 1966, ter demonstrado possuir invulgares e extraordinárias qualidades de heroísmo, coragem, decisão, sangue frio, desprezo pela vida e a mais firme determinação no cumprimento do dever militar, sob intenso fogo IN. Ao desencadear-se o ataque reagiu imediatamente sobre as posições donde o IN batia a coluna, com extraordinária coragem e dinamismo, numa incessante procura dos melhores locais para o fazer, movimentando-se ao longo da coluna, incitando os seus companheiros e protegendo-os com o fogo da sua arma. Verificando-se necessária a destruição duma posição de metralhadora, situada num pequeno morro, de onde o IN varria grande parte da coluna, ofereceu-se voluntariamente para conjuntamente com outro camarada, seguir à frente de um pequeno grupo de assalto, o qual, internando-se num palmar cheio de capim, pôs o IN em debandada, causando-lhe sensíveis baixas. Esta acção, fê-la a peito descoberto, indiferente aos tiros da metralhadora IN, que cortava o capim sua volta, progredindo sempre em direcção ao IN e protegendo pelo fogo da sua arma, os camaradas que seguiam à retaguarda, revelando assim grande espírito agressivo e muita coragem, pelo que a sua acção merece ser apontada como exemplo, que muito prestigia a sua Unidade e o Exército.



Casimiro Pires Costa

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 11 — 3.ª Série
de 20 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 7 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque no dia 24 de Junho pelas 06h30, quando se dirigia para a nascente de água que abastece a sua Companhia, ficando dentro da zona de morte de uma emboscada inimiga, vendo que não podia fazer fogo convenientemente com a sua arma se estivesse deitado, porque não tinha comandamento sobre o inimigo disparou de pé, só parando de fazer fogo quando foi atingido por um estilhaço no braço direito, que o imobilizou. Mostrou nesta acção, coragem, sangue frio e espírito ofensivo.



César Joaquim Simões

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 12 — 3.ª Série
de 30 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 5 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Holofote», ter confirmado as suas reais qualidades de combatente de mérito.

Colaborou activamente no assalto onde demonstrou coragem, valentia e decisão e uma capacidade física de acção absolutamente invulgar. Tomou parte, de seguida na segurança do local e na aplicação dos primeiros socorros aos feridos existentes o quê, com serena energia efectuou sob denso fogo do IN. Proceheu depois com um espírito de sacrifício inigualado ao transporte ao ombro dos feridos mais pesados até ao local da evacuação, mantendo uma animosidade, que se pode considerar altamente benéfica em relação aos feridos existentes. Igualmente e como voluntário ajudou a transportar pelo espaço de quatro horas o último ferido havido em condições péssimas de progressão.

As qualidades demonstradas pelo soldado Simões, honram-no como militar, e as tradições do Exército Português.



Alcides Fachada Correia

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 12 — 3.^a Série
de 30 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 5 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Grão» ter demonstrado um desembaraço invulgar, alto espírito de abnegação, desprezo pela vida e sangue frio, socorrendo debaixo de fogo IN um camarada seu gravemente atingido, não só colaborando na aplicação dos primeiros socorros como efectuando voluntariamente o seu transporte em campo aberto até colocá-lo em local distante, seguro e coberto.



Venâncio José Hortinha
Caritas
Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 12 — 3.^a Série
de 30 de Abril de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 28 de Março de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Holofoto», ter demonstrado qualidades de decisão e valentia carregando sobre o IN na fase do assalto, com ímpeto e agressividade, tornando possível com a sua actuação e de alguns dos seus camaradas, marcado êxito e a captura de algum material já de certa valia.



António Sebastião Lopes Quirino Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 14 — 3.ª Série
de 20 de Maio de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 15 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque durante uma forte emboscada sofrida pela sua Companhia em 20 de Dezembro de 1966, imediatamente após o rebentamento do engenho explosivo que vitimou um seu camarada e debaixo de fogo intenso de armas automáticas do IN conseguiu chegar à frente e deslocar para a retaguarda parte do corpo do seu camarada, não se poupando ainda a esforços para ajudar o transporte de três camaradas feridos, para fora da zona de morte, e, embora ele próprio ferido num braço por um estilhaço, se recusou a ser evacuado tendo continuado até ao final da operação. Demonstrou assim muita abnegação, coragem, espírito de sacrifício, sangue frio e serenidade debaixo de fogo.



António Manuel Imaginário Sota

Soldado

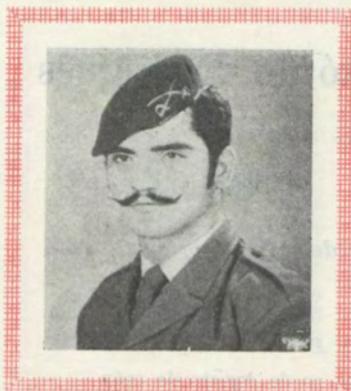
Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 16 — 3.ª Série
de 10 de Junho de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Art.ºs 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque, servindo nesta Unidade desde a sua formação sempre se revelou um combatente de excepcionais qualidades, particularmente como apontador da metralhadora Breda, tendo tomado parte num Subsector da ZIN em todas as operações desenvolvidas no âmbito da sua Unidade e de escalão superior e, depois na RES/R. M. A. na intervenção, merecendo pelo seu comportamento e actos cometidos as melhores referências, particularmente na operação «Salado D», revelou aquelas qualidades quando se lançou deliberadamente sobre um elemento IN, capturando-o e, operação «Quissonde», durante uma emboscada quando, sob intenso fogo IN se manteve de pé na testa da coluna sem qualquer protecção, cobrindo com a sua arma a manobra dos restantes componentes do seu Grupo, revelando abnegação, serenidade, coragem e valentia, que confirmam o mérito militar que se lhe atribui e pelo qual merece distinção especial.

Revista da Cavalaria



José Orlando da Silva

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 22 — 3.^a Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante» ter demonstrado agressividade, valentia e decisão no ataque ao aquartelamento IN actuando debaixo de fogo intenso IN a peito descoberto com severa energia contribuindo com a sua actuação para que o IN rompesse o contacto apesar do terreno desfavorável em que as NT se encontravam, tendo assim contribuído para uma resolução favorável e mais rápida do combate.



**Cristóvão Rodrigues
Lebres**
Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 22 — 3.^a Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante» ter demonstrado coragem, valentia, decisão e agressividade no ataque ao quartelamento IN e quando as nossas tropas se encontravam sob intenso fogo IN contribuiu francamente com a sua actuação para que o IN rompesse o contacto e as NT atingissem o objectivo.



Justo dos Santos Morcela Gaita

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante» ter demonstrado coragem e sangue frio quando as NT no assalto ao Aquartelamento IN e em terreno desfavorável ficaram sob intenso fogo manobrando o morteiro com calma perícia em local propício mas batido pelo fogo contribuindo com a sua brilhante actuação para a resolução do combate em favor das NT.



Fernando Gonçalves Mendes

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 22 — 3.^a Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante» ter demonstrado coragem, iniciativa e decisão sob fogo intenso IN. Apesar da avaria no L. G.F. que empunhava, não perdeu a calma e servindo-se de uma arma automática combateu com ardor e valentia contribuindo com a sua agressividade para que o IN aliviasse a pressão que estava exercendo sobre as NT e rompesse o contacto, permitindo deste modo que o objectivo fosse atingido.



César Joaquim Simões

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 30 de Abril de 1967 do Comandante-Ghefe das Forças Armadas na Guiné.

LOUVADO, por na operação «Gigante» apesar de não fazer parte do grupo de assalto ao objectivo, ali se deslocou, actuando com decisão, sangue frio e valentia fazendo-o a peito descoberto debaixo do fogo IN, contribuindo insofismavelmente com a sua actuação para que o IN rompesse o contacto e o objectivo fosse atingido. A agressividade, decisão, sangue frio, serena energia debaixo de fogo, demonstradas por esta praça na operação «Gigante» vem confirmar de maneira inequívoca o seu alto valor como combatente.



Acácio Ribeiro Costa

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 24 — 3.^a Série
de 30 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 12 de Julho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças-Armadas na Guiné.

LOUVADO, porque durante as emboscadas sofridas pelas NT no passado dia 21, e no cumprimento das ordens do seu chefe de viatura, contribuiu grandemente na condução da viatura entrando pelo mato dentro e sempre com a melhor boa vontade e entusiasmo para o bom êxito das NT. Demonstrou assim possuir qualidades de coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e grandes conhecimentos da sua especialidade e ainda ser um soldado disciplinado pelo que é digno da consideração dos seus superiores e admiração dos seus camaradas.



Alfredo João dos Santos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

(A título póstumo)

O. E. n.º 24 — 3.ª Série

de 30 de Agosto de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 6 de Julho de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola.

LOUVADO, porque em 14 de Janeiro de 1967, quando o seu G. C. sofreu uma violenta emboscada e constatando que os condutores das viaturas haviam sido atingidos, se prontificou, por ser mecânico e saber conduzir, a manobrar as referidas viaturas acabando ele próprio por ser atingido mortalmente pelo IN, demonstrando com a sua atitude, total espírito de sacrifício e a mais serena coragem que o tornaram merecedor do testemunho público da nossa admiração.



António da Assunção Ferreira

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 36 — 3.^a Série
de 30 de Dezembro de 1967

Agraciado com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, nos termos do Art.º 12.º do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, por despacho de 31 de Outubro de 1967 do Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique.

LOUVADO, porque durante um violento ataque efectuado pelo inimigo a uma patrulha que actuava na área do posto de Vigilância n.º 12 e da qual fazia parte, indiferente ao perigo, com grande coragem, sangue frio, decisão e serena energia debaixo de fogo, avançou para a zona de morte, pondo em risco a própria vida, a fim de tirar um milícia que se encontrava gravemente ferido, transportando-o para um lugar seguro. É de salientar também a excepcional colaboração dada por esta praça, durante a instalação do posto, na construção de abrigos e desmatações, trabalhando arduamente na parte que lhe dizia respeito e ainda ajudando os seus camaradas, não se poupando a esforços e muito para além do que seria de lhe exigir, mostrou ser dotado de muita compreensão dos seus deveres militares, de notável espírito de sacrifício, de muitas e apreciáveis qualidades cívicas e militares, comportando-se de tal maneira que merece ser apontado como exemplo prestigiante.



SERVIÇOS DISTINTOS COM PALMA

Brigadeiro	Francisco da Costa Gomes
Brigadeiro	António Maria Malheiro Reimão Nogueira
Ten.-Coronel	Henrique Alves Calado
Ten.-Coronel	Carlos de Moura Cardoso
Ten.-Coronel	Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas
Ten.-Coronel	Joviano Aloísio Chaves Ramos
Ten.-Coronel	José Luís de Mendonça Ramires
Ten.-Coronel	João Abel da Costa Barros Magalhães Cruz Azevedo
Major	Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias
Major	Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira
Major	Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva
Major	Carlos José Machado Alves Morgado
Major	Ricardo Fernando Ferreira Durão
Capitão	António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho
Capitão	Ramiro José Marcelino Mourato
Capitão	Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme
Capitão	Luís Manuel Lemos Alves
Capitão	Vasco Luís Pereira Esteves Ramires
Capitão	Alberto Mourão da Costa Ferreira
2.º Sargento	Mariano Aranha Agapito



Francisco da Costa Gomes

Brigadeiro

*Medalha de Ouro de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 22 — 2.ª Série
de 15 de Novembro de 1967

Condecorado com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 15.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela maneira muito digna e altamente prestigiante como tem exercido as muito importantes funções de 2.º comandante da Região Militar de Moçambique num período particularmente difícil de organização das nossas forças para a luta contra a subversão.

Oficial de extraordinária competência e profundamente conhecedor da vida, do ambiente e das necessidades das tropas, dedicou-se com o maior entusiasmo e saber ao estudo aturado dos problemas do apoio logístico e administrativo das forças em operações, que logrou solucionar da forma mais apropriada e eficiente, apesar da sua complexidade e dificuldade, obtendo o maior rendimento dos órgãos dos serviços em proveito das unidades operacionais.

No desejo sempre patente de conhecer a situação de todas as unidades e de contribuir para a melhoria das suas condições de vida, o brigadeiro Costa Gomes percorreu incansavelmente, recorrendo a todos os meios de transporte, toda a província de Moçambique, nomeadamente a zona de intervenção norte, que conhece em pormenor, não se poupando a esforços nem evitando riscos a que tantas vezes se expôs.

Profundo conhecedor dos problemas militares, em especial dos inerentes a uma campanha de contra-subversão, prestou ainda, em todas as circunstâncias, a mais leal e distinta colaboração ao seu comandante, cuja acção em muito facilitou, e como comandante do Comando Territorial do Sul, em acumulação, soube imprimir-

Revista da Cavalaria

-lhe a orientação que conduziu a apreciável rendimento dos meios à sua disposição.

No desempenho das suas funções de 2.º comandante, o brigadeiro Costa Gomes organizou da melhor maneira os serviços da Região Militar de Moçambique e sempre orientou de forma esclarecida e firme os seus subordinados, chefes de serviços ou comandantes de unidades.

Graças ao invulgar conjunto de altas virtudes militares e destacadas qualidades intelectuais e morais o brigadeiro Costa Gomes impôs-se como um prestigioso chefe militar e prestou à Nação e à Região Militar de Moçambique serviços que muito justamente merecem ser considerados como extraordinários, distintíssimos, altos e relevantes.



António Maria Malheiro Reimão Nogueira

Brigadeiro

*Medalha de Ouro de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 22 — 2.ª Série
de 15 de Novembro de 1967

Condecorado com a Medalha de Ouro de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 15.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela forma altamente eficiente como desempenhou, durante dois anos, em situação de campanha, as elevadas e muito importantes funções para que foi designado, primeiro como 2.º comandante e depois como comandante militar, tendo em todas as circunstâncias notáveis qualidades de chefe e de organizador, sempre bem patentes na forma como soube preparar, empregar e impulsionar as forças sob o seu comando.

Altamente impregnado do espírito de missão, soube transmitir aos comandos e às unidades subordinadas, que visitava com grande frequência, a sua energia inquebrantável e a sua enorme capacidade de realização, impulsionando-os de forma tão convincente que o rendimento operacional atravessou um surto de elevado progresso durante o seu comando, traduzido, quer no número de operações realizadas, quer nos reveses infligidos ao inimigo, com a captura de grandes quantidades de material, quer ainda na intranquilidade que lhe criou, resultante da perseguição que lhe tem sido movida e no abandono pelo inimigo de regiões que, pelo encarniçamento que pôs na sua defesa e pelo interesse real para acções futuras, se podem classificar de fundamentais.

Possuidor do conhecimento pormenorizado da situação da província, que seguiu e viveu intensamente em todos os seus aspectos e que estudou e avaliou sempre com elevado discernimento, acompanhou frequentes vezes as tropas no decorrer das operações, que ia observar nos próprios locais da acção, indiferente a riscos corridos e ao esforço despendido. A sua presença em pleno centro das

Revista da Cavalaria

regiões consideradas mais perigosas, nos momentos críticos, nas operações de maior interesse ou mais audaciosa, foi em muitos casos uma determinante fundamental dos sucessos alcançados, alguns deles antes julgados aleatórios ou improváveis, inculcando assim a sua presença ânimo e confiança aos executantes. Sempre que qualquer unidade, por mais pequena que fosse e por mais isolada que estivesse, atravessasse um período de crise, quer em consequência de acções inimigas, quer por outros motivos, logo o brigadeiro Malheiro Reimão Nogueira ali comparecia para, com o estímulo da sua presença, lhe inculcar novo ânimo e redobradas forças, o que torna perfeitamente compreensível a elevada estima em que era tido pelos seus subordinados, sem que isso o impedisse de ser um elemento altamente disciplinador.

Conhecedor profundo da psicologia humana, possuidor de uma grande experiência sobre a forma de congregar esforços e aglutinar vontades, ao mesmo tempo que exigia intransigentemente, sabia, com muito critério e elevada noção das realidades, avaliar o esforço que era possível pedir às tropas e aplicá-lo no momento oportuno e no local mais adequado.

Muito desassombrado, valente e corajoso, dedicado ao bem-estar e à elevação do moral das suas tropas e à melhoria da sua preparação e do seu rendimento, demonstrou sempre excelente sentido de colaboração com o comandante-chefe e com os comandantes dos outros ramos das forças armadas da província.

Por tudo o que ficou exposto se verifica que o brigadeiro Malheiro Reimão Nogueira, quer nas funções de 2.º comandante, quer nas de comandante militar, ilustrou as forças armadas a que pertence e honrou o País, devendo os serviços prestados ser considerados altos, relevantes e distintísimos.



Henrique Alves Calado

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, nas importantes funções de comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 790, integrado no sector 01, se revelou um oficial dotado de excepcional competência, desembaraço, dinamismo e excelente critério, de que resultou terem-se obtido assinalados êxitos, tanto no aspecto operacional como no de captação das populações.

Actuando numa zona em que o inimigo sempre procurou alargar e intensificar as suas acções, conseguiu pela sua maneira inteligente e pela forma altamente eficiente como comandou as suas forças restringir aquelas intenções.

Oficial de real mérito militar e conhecedor profundo dos problemas do seu sector, integrou-se perfeitamente nas directivas do comando superior, pondo a sua animosa vontade de bem servir e entusiasmo na execução do cumprimento da sua difícil missão, o que o levou a tomar parte pessoalmente em numerosas operações, que dirigiu com particular brilho, e onde foram postos à prova o seu desembaraço, energia, iniciativa e espírito combativo, que muito contribuíram para os resultados alcançados. Pelo conjunto das qualidades apontadas, e com o seu exemplo, granjeou dos seus directos subordinados o respeito, a estima e a consideração, confirmando as excelentes virtudes de que é possuidor e o alto conceito em que é tido.

Das suas acções, dirigidas de modo a que ficasse prestigiado o nome do Exército, resultou honra e lustre para a Pátria, o que levou a considerar os serviços prestados pelo tenente-coronel Calado em campanha como altos, extraordinários, relevantes e distintíssimos.



Carlos de Moura Cardoso

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela forma meritória como se houve durante a importante comissão que ora vai terminar, demonstrando ser um oficial inteligente, leal e muito dedicado pelo serviço, com a preocupação dominante de bem servir. Embora no sector que lhe foi confiado somente se tivessem verificado esporádicas e inconsistentes manifestações do inimigo, nem por isso a sua actuação operacional pode deixar de considerar-se positiva, sendo de salientar a abertura dos itinerários principais que conduzem ao sector Oeste e as acções executadas sobre os acampamentos inimigos existentes na área, às quais deu com frequência o impulso e o estímulo da sua presença. Oficial sensato, de excelentes qualidades morais e de boa formação militar, com real sentido do valor da assistência psicossocial junto das populações nativas que inteligentemente conduz e orienta, promoveu a execução de diversos melhoramentos, nomeadamente no campo religioso, das comunicações e da autodefesa dessas populações. Afável no convívio e humano na consideração e resolução dos problemas dos subordinados, quer de ordem pessoal, quer de ordem militar, atento à disciplina, ao moral e bem-estar das suas tropas, cuidando da actividade operacional e, sobretudo, desenvolvendo nas populações o sentido de fidelidade, provocando e acarinhando a sua prestimosa colaboração na corrente de informações, entusiasmando a sua cooperação voluntária na execução de serviços e actuação contra o inimigo, o Tenente-Coronel Moura Cardoso correspondeu francamente às exigências que o sector dele suscitava, pelo que considero de extraordinários, relevantes e distintos os seus serviços prestados dentro do agrupamento Leste.



Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma.

LOUVADO, pela forma eficiente como se tem conduzido no exercício do comando da sua unidade, quer na organização, andamento e contrôle dos diversos serviços inerentes ao seu batalhão, nomeadamente relativos à instalação e melhoramentos sucessivos para o pessoal e material, quer, muito em particular, na orientação e impulsionamento da actividade operacional que tem imprimido às suas subunidades.

Oficial de excelente formação moral, cívica e militar, fino trato e esmerada educação, espírito empreendedor e compreensivo, tem dedicado ao estudo dos diversos problemas operacionais ou que lhe estão afectos, nomeadamente os de ordem psicológica, o melhor do seu interesse.

Contactando amiudadas vezes com tropas e comandantes subordinados, indiferente aos perigos a que voluntariamente se sujeitou nos deslocamentos terrestres efectuados sobre itinerários onde é vulgar o inimigo implantar minas e montar emboscadas às nossas tropas, o tenente-coronel Correia de Freitas desenvolveu um comando de apoio moral aos seus capitães, estudou com eles os problemas diversos, encaminhou ou deu soluções, dentro do melhor espírito de equipa, em busca da solução mais rentável.

Não se poupando a sacrifícios, acompanhou as tropas em diversas acções, pelo que, pelo seu exemplo, revigorou o moral das tropas num período de grande expectativa de actividade do inimigo, inculcando ânimo e espírito de sacrifício a todos os subordinados. Ciente das responsabilidades, o Tenente-Coronel Correia de Freitas teve o condão de manter e desenvolver a mais profícua colaboração com as autoridades administrativas, a qual se tornou inestimável na cadeia de notícias que muito contribuiu para uma intervenção oportuna na protecção das populações e concorreu para exercer sobre o inimigo uma repressão vitoriosa, negando-lhe a sua instalação na área de responsabilidade do batalhão.

Pela sua importante actuação no comando do sector L3, considero como extraordinários, relevantes e distintos os serviços prestados em campanha pelo Tenente-Coronel Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas.



Joviano Aloísio Chaves Ramos

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, prestando serviço na região militar de Angola há cerca de vinte meses, sempre desempenhou todas as importantes missões que lhe foram conferidas com elevada competência, zelo, lealdade e muita dedicação.

Comandando durante um ano o Batalhão de Cavalaria n.º 631, orientou a actividade da sua unidade de maneira criteriosa, firme e decidida, imprimindo-lhe cunho acentuadamente ofensivo, do que resultou o desmembramento de numerosos bandos inimigos que circulavam ou se acoitavam nas regiões que lhe estavam atribuídas.

Tendo posteriormente assumido o comando do Batalhão de Cavalaria n.º 745, unidade de reserva da região militar de Angola, mais uma vez confirmou as suas excelentes qualidades de comando, vincada personalidade e apreciáveis qualidades morais e de trabalho, conseguindo através delas incutir nos seus subordinados, pelo exemplo, um firme desejo de bem servir, granjeando dos mesmos, simultaneamente, respeito, estima e elevada consideração, e mantendo o conceito de unidade de elite em que o Batalhão de Cavalaria n.º 745 é tido.

O Tenente-Coronel Joviano Ramos tem prestigiado de forma notável as instituições militares, e os serviços por si prestados ao País na região militar de Angola merecem ser considerados, com toda a justiça, relevantes, extraordinários e distintos.



José Luís de Mendonça Ramires

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, prestando serviço há cerca de vinte meses nesta região militar de Angola, tem desempenhado todas as importantes missões que lhe têm sido atribuídas com invulgar dedicação, zelo, lealdade e muita competência.

Oficial muito distinto, possuidor de excelentes qualidades de comando, inteligente, activo, dotado de forte personalidade e de excepcionais qualidades de carácter, como comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 782 tem conduzido a actividade da sua unidade de forma a todos os títulos digna de apreço, imprimindo-lhe, a par de excelente moral, uma firme decisão de bem servir e cumprir, sabendo perfeitamente dosear o esforço dos seus homens de modo a obter sempre o máximo rendimento operacional.

Responsável durante dezanove meses por uma importantíssima zona da fronteira norte da província, na execução da sua função pôs um entusiasmo e interesse dignos de nota, orientando através de um planeamento firme e criterioso a permanente, persistente e dinâmica actividade operacional do seu batalhão, tendo em vista não só a oposição aos desígnios do inimigo, mas também a sua desarticulação, conseguindo obter sucessos que é de inteira justiça pôr em destaque, resultando daí que a sua unidade merecesse ter sido escolhida para novas missões de campanha na zona de intervenção leste.

Tem, pois, o Tenente-Coronel Ramires prestigiado de forma notável as instituições militares, e os serviços por si prestados na região militar de Angola merecem, com toda a justiça, ser considerados relevantes, extraordinários e distintos.



João Abel da Costa Barros Magalhães Cruz Azevedo

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 24 — 2.ª Série
de 15 de Dezembro de 1967

LOUVADO, porque, no desempenho das importantes funções de oficial de operações e informações (chefe do estado-maior) do agrupamento n.º 1975, durante cerca de dezoito meses, além de confirmar qualidades já reveladas em funções semelhantes, soube viver com extraordinário entusiasmo e dinamismo a missão confiada ao seu sector, procurando e conseguindo ser um minucioso intérprete do pensamento e das directivas do comandante do seu agrupamento.

Suportando durante longos períodos a falta de oficiais do quadro orgânico do agrupamento, abnegadamente, e com prejuízo da sua saúde e tranquilidade, chamou a si a direcção desses serviços, orientando-os com a mesma esclarecida competência, precisão e entusiasmo com que orientava os que pertenciam às suas funções.

Verificando-se que o arquivo de que dispunha o agrupamento não correspondia na sua organização às necessidades do bom e rápido funcionamento deste órgão de comando, remodelou-o de tal forma que se pode considerar perfeita a sua actual organização.

A todos os planeamentos, ordens e relatórios que lhe eram pedidos ele soube fazer a entrega das suas magníficas virtudes de capacidade intelectual, entusiasmo e dedicação, dando assim integral cumprimento às suas funções de chefe do estado-maior.

Voluntariamente acompanhou o seu comandante em quase todos os postos de comando visuais das operações que se realizaram no seu sector, sendo de salientar, pelo que revela de dedicação e entusiasmo, a sua generosa colaboração na operação «Nora», em que, depois de cerca de doze horas de voo em posto de comando visual, solicitou ao seu comandante autorização, que lhe foi concedida, para pernoitar com as forças que tomaram parte na operação no local destinado ao reembarque das mesmas, para assim lhes poder traduzir o apreço que tivera pela sua actuação.

Pela acção desenvolvida e qualidades reveladas, o Tenente-Coronel Cruz Azevedo tornou-se merecedor de que os serviços por ele prestados na Guiné sejam considerados relevantes, extraordinários e distintos.



Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 21 — 2.ª Série
de 1 de Dezembro de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pelo muito brilho com que desempenhou as importantes funções de chefe do estado-maior do sector S e em que confirmou o seu excelente critério, inteligente discernimento, imaginação fecunda, dom de iniciativa, muita dedicação, espírito de cooperação, senso prático e entusiasmo contagiante.

Exercendo a sua acção com inexcedível lealdade para com o Comando, conseguiu, mercê das suas altas qualidades, que as relações entre os comandos e as tropas se tornassem mais fáceis e se processassem dentro de elevado sentido de camaradagem e cooperação, bases em que assenta o espírito de corpo das unidades entre si e entre estas e o comando do sector.

No respeitante a funcionamento e coordenação dos serviços internos de apoio e de guarnição, como no referente à melhoria de instalações destes, muito se fica devendo à sua atenção, sempre vigilante e operosa.

No domínio das operações e informações teve influência importante nos bons resultados obtidos ao cuidar de ter continuamente o comando habilitado a decidir à frente dos acontecimentos, o que praticou com muito mérito e constante eficiência.

São de destacar como de muito relevo serviços especiais e de grande delicadeza prestados no contacto com elementos de várias origens, particularmente no referente a recolhas de refugiados e de activistas apresentados e à utilização acertada em benefício da segurança do território e populações e das operações do conjunto.

Consideram-se os serviços prestados por este oficial, ao longo da sua comissão, relevantes, extraordinários e muito distintos.



Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, condecorar o Major de Cavalaria Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira, do Gabinete Militar do Comando-Chefe das Forças Armadas na Guiné, com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, nos termos da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao Art.º 46.º e ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela grande dedicação, tenacidade, espírito de bem cumprir e inteligência relevados no exercício de funções no Gabinete Militar do Comando-Chefe naquela província e no desempenho de missões de que foi encarregado, evidenciando sempre elevado critério e grande entusiasmo, apesar das condições de risco ou de melindre que caracterizaram algumas delas, pelo que os seus serviços devem ser qualificados de extraordinários, relevantes e distintos.



Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 14 — 2.ª Série
de 15 de Julho de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, por, durante mais de vinte meses na Região Militar de Angola, ter revelado grande competência e elevada dedicação na maneira distinta como exerceu as importantes funções de 2.º comandante e comandante, interino, do batalhão de cavalaria n.º 631, durante mais de sete meses de actuação na zona de intervenção norte, e posteriormente, em funções de maior responsabilidade pelas características muito especiais de que estas se revestem, não só no aspecto político, como também no operacional, demonstrando possuir elevado espírito de iniciativa, grande ponderação e dinamismo, que revelam um conjunto de qualidades a todos os títulos digno do maior realce.

Oficial brioso, o Major Duarte Silva acompanhou as tropas em todas as situações, contribuindo grandemente para o rendimento da actividade operacional da unidade, tendo ainda, como comandante, interino, da mesma, planeado, organizado e comandado a operação «Centaurus 7» (1.ª fase), onde a sua coragem, espírito de sacrifício, energia e decisão ficaram bem expressas.

Nomeado por escolha para estudar a organização de destacamentos militares especiais, bem como a sua aplicação operacional, realizou trabalho distintíssimo, pela sensatez, ponderação e grande objectividade com que conduziu o emprego daqueles destacamentos, obtendo resultados assinaláveis, pelo que demonstrou assim, mais uma vez, grande dedicação, inteligência e espírito de iniciativa.

A acção do major Duarte Silva em campanha na Região Militar de Angola classifica-o como oficial invulgarmente dotado, que prestigiou não só a arma a que pertence como o Exército, que abnegadamente serve. Os seus serviços representam um valor notável, pelo que devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.



Carlos José Machado Alves Morgado

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 17 — 2.ª Série
de 1 de Setembro de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, por, no desempenho das importantes funções de chefe do estado-maior do Comando de Agrupamento n.º 1971, Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, durante cerca de dois anos de permanência na zona de intervenção norte, ter demonstrado os mais apreciáveis dotes de inteligência, saber, sensatez e dinamismo, que consagrou devotadamente ao exercício do seu cargo, a par de conhecimentos notáveis dos princípios da guerra subversiva, sabendo integrar-se plenamente no clima próprio deste tipo de guerra, com uma noção clara das realidades e das possibilidades das tropas, conseguindo, graças às frequentes visitas feitas às subunidades, um conhecimento pormenorizado das suas condições de vida e zonas de acção, possibilitando assim a maior objectividade na elaboração das directivas e planos de operações dimanados do comando do sector.

A alta noção do dever militar e o aprumo moral do Major Alves Morgado destacou-se pelo oferecimento voluntário para comandar agrupamentos em duas operações levadas a efeito na mata Sanga, onde evidenciou de forma notória a sua capacidade de comando e de impulsor das tropas, indiferente ao cansaço e aos perigos, em terreno particularmente difícil e com inimigo activo e traícoeiro.

Pelas suas excelentes qualidades de carácter, o Major Alves Morgado conquistou a consideração dos quadros e das tropas, além da estima e respeito das autoridades civis e da população civil do sector, prestigiando assim o Exército e tornando-se merecedor de que sejam considerados extraordinários, relevantes e distintos os serviços por ele prestados à Região Militar de Angola.



Ricardo Fernando Ferreira Durão

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 18 — 2.ª Série
de 15 de Setembro de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, no decorrer da sua comissão de serviço na Guiné, confirmou o elevado conceito em que é tido pelos seus superiores e camaradas, através de uma variedade de situações que permitiram pôr à prova várias facetas do seu extraordinário valor como militar, do seu carácter excepcionalmente bem formado e dos seus dotes pessoais, que o tornam particularmente apto, tanto física como moralmente.

No desempenho das funções de oficial de operações e informações de um batalhão, lugar que desempenhou apenas durante oito meses, por ter sido promovido por distinção ao posto de major, houve-se por forma a merecer significativo louvor pela maneira inexcelsivamente dedicada, excepcional e brilhante como cumpriu a sua missão.

Depois, como 2.º comandante de outro batalhão e na ausência do seu comandante, em face de uma situação inquietante provocada por uma forte e ameaçadora penetração inimiga no nosso território, vinda da República da Guiné, organizou e dirigiu as forças que decidiu mandar ao encontro daquela ameaça com tanta oportunidade, eficiência e rapidez que a surtida inimiga foi rechaçada com pesadas baixas e captura de material e a segurança voltou às populações daquela região, empolgadas e confiantes pela vitória conseguida.

Posteriormente, em serviço numa repartição do Quartel General, revelou grande capacidade de adaptação à nova forma de actividade, mostrou-se tècnicamente esclarecido em assuntos de contra-

Revista da Cavalaria

-informação e soube sempre procurar e sugerir soluções valiosas para os problemas, por vezes complexos, que surgiam, conseguindo normalizar procedimentos que, uma vez adoptados, disciplinaram a actuação das tropas.

Oficial inteligente e dinâmico, dotado de sólida formação moral e militar, possuidor de um sã optimismo e de forte simpatia pessoal, com grande poder de comunicabilidade e desfrutando de forte prestígio entre as tropas, foi, por estes motivos, designado pelo comando para missões de importância, das quais se desempenhou como o já seu elevado mérito, entre as quais se salienta a transmissão, junto das unidades combatentes, de directivas operacionais.

Por tudo isto, e porque soube expor os seus pontos de vista com inexcedível correcção, verifica-se que o major Durão continua a ser um militar de craveira excepcional e que os seus actos em proveito do comando e das forças terrestres do Comando Territorial Independente da Guiné bem merecem, com toda a justiça, ser classificados de extraordinários, relevantes e distintos.



António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 2 — 2.ª Série
de 15 de Janeiro de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela forma altamente eficiente como comandou a sua companhia durante mais de dois anos na zona de intervenção Norte da região militar de Angola. Oficial inteligente, sabedor e dedicado inteiramente ao cumprimento da sua importante missão militar, o Capitão Pereira Coutinho sabe sempre escolher a forma adequada para vencer a situação que se lhe depara. Numa zona junto da fronteira Norte muito difícil e onde o inimigo conseguia acções rendosas, mercê de um planeamento cuidadosamente estruturado e de uma execução esforçada e entusiástica, foi-lhe possível causar tal insegurança que o inimigo não mais se aventurou naquela zona. No combate de bandos armados igualmente o Capitão Pereira Coutinho demonstrou as suas grandes qualidades de audácia e valentia e serena energia debaixo de fogo, que muito contribuíram para a desarticulação do inimigo da central de Catete. Quer orientando os seus subordinados, quer no comando da sua unidade em operações da sua iniciativa ou ainda integrando-se em operações de nível superior, o Capitão Pereira Coutinho afirmou sempre alta e heróica noção da grandeza do dever militar e da disciplina, que muito honram a arma a que pertence e o exército português que abnegadamente serve, pelo que os serviços por si prestados à região militar de Angola merecem ser considerados relevantes e distintos.



Ramiro José Marcelino Mourato

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 7 — 2.ª Série
de 1 de Abril de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, tendo desempenhado as importantes funções de oficial de operações do Batalhão de Cavalaria n.º 705, durante cerca de dois anos, mostrou sempre muita competência, um sã critério, e uma vontade de cooperar e bem servir digna de realce.

Oficial de qualidades invulgares de organização e noção das responsabilidades, colaborou sempre com o seu comandante e muito o ajudou em todos os assuntos operacionais.

Tanto nas operações em que voluntariamente tomou parte como naquelas para que foi nomeado acompanhando as forças terrestres, a sua actuação mereceu sempre os maiores elogios dos seus chefes, pelo seu desembaraço e pela maneira como se comportou em presença do inimigo. Oficial em que se pode confiar abertamente, trabalhando com o mesmo entusiasmo a qualquer hora do dia ou da noite, mostrou possuir um conjunto de qualidades dignas de realce e que não é vulgar encontrar. Rápida mente soube conquistar a admiração e estima dos seus superiores e subordinados.

Por todo este conjunto de qualidades é tido como um distinto oficial de cavalaria, pelo que é de toda a justiça conferir-lhe o presente louvor e considerar os seus serviços extraordinários, relevantes e distintos.



Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, durante vinte meses consecutivos na zona de intervenção norte, tem revelado, a par de grande competência profissional, ser um oficial dotado de muito especiais características para o tipo de luta que enfrentamos, pela sua lúcida inteligência, agressividade, capacidade de organização, espírito de sacrifício e forte determinação, conseguindo assim o máximo rendimento dos seus homens e cumprir com grande brilho as missões que lhe têm sido confiadas.

Acompanhando os seus grupos de combate em operações e ocupando sempre os lugares que se afiguravam de maior perigo e esforço, o Capitão Azeredo comprovou todas as qualidades apontadas, muito em especial no decorrer da operação «Bossa nova», na organização e realização de importantes reconhecimentos e de uma «acção especial» de resultados assinaláveis e ainda na profunda e bem orientada acção sobre as populações nativas da zona de acção onde tem actuado.

Baseado em fotografias aéreas e no profundo conhecimento que tem da sua zona de acção, elaborou uma perfeita e pormenorizada carta, de grande valor para a actividade operacional, e, pelo seu constante interesse em melhorar o bem-estar do seu pessoal, está ainda levando a efeito a construção de um aquartelamento cujo projecto é da sua inteira concepção, notavelmente funcional e económico.

Por todas as suas qualidades, considero os serviços já prestados em campanha pelo Capitão Azeredo à região militar de Angola e ao Exército extraordinários, relevantes e muito distintos.



Luís Manuel Lemos Alves

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, porque, no comando da Companhia de Cavalaria n.º 1485, tem revelado qualidades excepcionais a que as circunstâncias de combate e localização da sua unidade dão maior relevo.

Depois de um período inicial em que as condições de luta foram, por vezes, particularmente duras, recebeu a missão de instalar a sua companhia em região onde existia uma base principal do inimigo, a qual controlava importante e vasta zona. A decisão, entusiasmo, persistência, espírito de sacrifício e combatividade reveladas foram factores importantíssimos para a ocupação, consolidação e desenvolvimento de uma posição em local onde inicialmente nada existia além de uma frondosa árvore, reservada, pelos povos da região, às cerimónias do Irã.

Passados sete meses, está realizado um dos mais fortes aquartelamentos das nossas tropas na Guiné, construído totalmente sob o impulso e orientação do comandante da companhia.

Também a zona evoluiu de forma muito favorável nos múltiplos aspectos de *contrôle* da população, perseguição aos grupos inimigos e abertura dos itinerários principais.

A acção directa do capitão Lemos Alves, conduzindo criteriosa e adequadamente a sua unidade, deve-se em grande parte todos estes resultados, a que o inimigo opôs a mais tenaz resistência, definida pela realização de dezenas de ataques durante os primeiros meses.

De todo o notável trabalho desenvolvido tem resultado honra e lustre para o Exército, pelo que é da maior justiça dar-lhe público relevo e classificar os serviços prestados pelo Capitão Lemos Alves de distintos, relevantes e extraordinários.



Vasco Luís Pereira Esteves Ramires

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pelo zelo e dedicação incedíveis e elevada competência com que, durante o período em que actuou em zona afectada pelo terrorismo no distrito de Cabo Delgado, comandou a sua companhia, conduzindo-a, através de planos que cuidadosa e inteligentemente elaborou, a uma acção verdadeiramente notável, não só pelos brilhantes resultados obtidos na desarticulação e destruição de inúmeros bandos inimigos, seus abrigos e condições de vida, mas também pela extraordinária acção psicossocial desenvolvida no sentido da recuperação de populações, que aldeou junto ao seu estacionamento.

Jovem oficial, dotado já de excepcionais qualidades de comando e possuidor de invugar espírito de sacrifício, decisão e coragem, dirigindo, pessoalmente e quase permanentemente, os seus homens no desempenho das missões operacionais que envolviam maior risco ou esforço, o Capitão Ramires é bem o símbolo das virtudes do oficial do Exército Português.

Os importantes serviços prestados por este oficial devem ser considerados, assim, extraordinários, relevantes e distintos.



Alberto Mourão da Costa Ferreira

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 12 — 2.ª Série
de 15 de Junho de 1967

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Art.º 17.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela forma altamente eficiente como tem desempenhado as importantes funções de comandante da sua companhia, com destaque especial para a actividade operacional e captação das populações.

Durante o tempo que a Companhia de Cavalaria n.º 788 constituiu a unidade de intervenção do batalhão, mercê da acção directa do seu comandante, rapidamente completou o treino operacional e desenvolveu actividade merecedora de justo relevo, com participação valorosa em inúmeras operações. As qualidades reveladas pelo Capitão Costa Ferreira, em que há a destacar uma lúcida inteligência, grande capacidade de organização e muito bom senso, foram factor determinante na escolha da Companhia de Cavalaria n.º 788 para um sector de grande responsabilidade e delicadeza. Após um ano nesta situação, pode classificar-se de notável o trabalho realizado, que permitiu eficiente obstáculo ao grande esforço inimigo para alastramento da subversão e aniquilamento de tabancas que se têm notabilizado na defesa da causa de Portugal multirracial e pluricontinental.

No campo operacional, o Capitão Costa Ferreira revelou-se um combatente decidido e consciente, com grande espírito de sacrifício e que, pela sua valentia e audácia, é permanente estímulo para os seus subordinados.

Assim, é digno exemplo do militar completo, de cuja acção tem resultado honra e lustre para o Exército e cujos serviços muito justamente devem ser considerados distintos, relevantes e extraordinários.



Mariano Aranha Agapito

2.º Sargento

*Medalha de Cobre de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 36 — 3.ª Série
de 30 de Dezembro de 1967

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Medalha de Cobre de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Art.º 18.º, com referência ao § 2.º do Art.º 51.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, pela extraordinária competência administrativa, pelas raras qualidades morais, pela nunca desmentida probidade patentes em todos os seus actos de serviço.

Com invulgar capacidade de realização, alicerçada numa sólida competência profissional conseguiu, com esclarecido e excepcional zelo e dedicação pelo serviço, abranger quase todo o sector logístico administrativo de uma Companhia Independente, que tem também ainda à sua responsabilidade a alimentação de outra Companhia, superando com a sua iniciativa a escassez de pessoal especializado.

Vivendo intensamente todos os problemas operacionais e consciente da finalidade primária de uma Companhia de Comandos, procura por todas as maneiras libertar o seu Comandante dos muitos problemas que surgem diariamente, resolvendo-os com inteligência, desembaraço, ponderação, equidade e eficiência.

Exigente consigo mesmo no cumprimento dos seus deveres e obrigações, impõe naturalmente uma intransigente e objectiva noção de disciplina aos seus subordinados, levando-os a cumprir integralmente, com agrado e eficiência, as tarefas mais difíceis e fastidiosas. Espírito empreendedor, nunca satisfeito senão com o melhor, muito ajudou nos melhoramentos do aquartelamento e, sujeito a um horário de serviço pesadíssimo, sacrificou sempre com boa disposição merecidas horas de repouso.

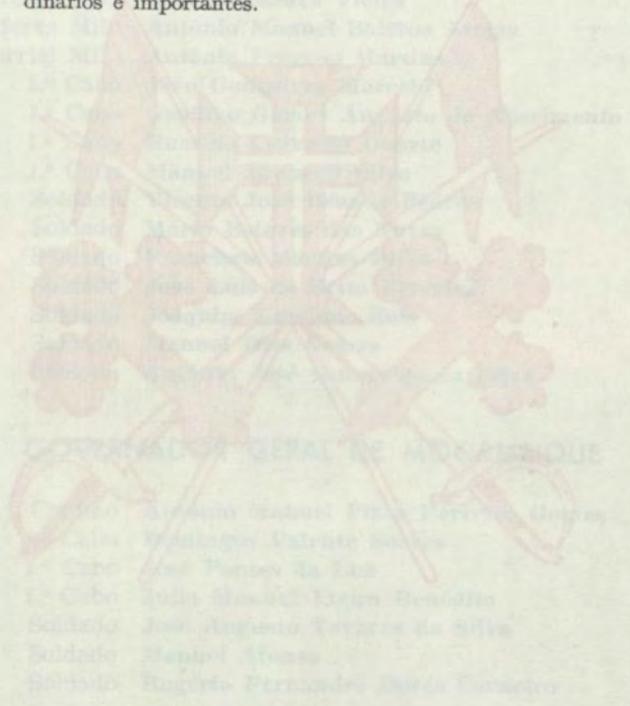
Perfeitamente integrado no «espírito de corpo» que uma Unidade de Comandos tem, é sempre dos primeiros junto dos feridos,

Revista da Cavalaria

acompanhando-os depois durante a sua permanência no Hospital e levando-lhes o conforto de uma presença amiga e de pequenas lembranças que muito ajudam a recuperação psicológica dos mesmos.

A vivência desse espírito de corpo nota-se ainda também na sua constante preocupação em proporcionar todas as comodidades aos elementos operacionais, antes e depois das operações.

A responder por uma Companhia de Comandos, o 2.º Sargento Mariano Aranha Agapito, durante mais de um ano, tornou-se digno de ser especialmente apontado ao respeito e consideração pública, pelo seu excepcional zelo e dedicação ao serviço, pela sua lealdade, probidade, abnegação, espírito de sacrifício e competência profissional, dignificando e prestigiando assim a classe a que pertence, pelo que os seus serviços em campanha devem ser considerados extraordinários e importantes.



GOVERNADOR DA GUERDA

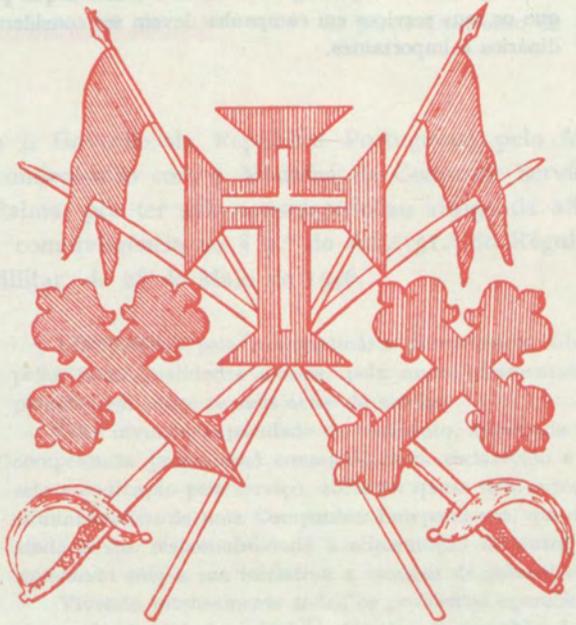
Capitão MM: Alvaro Manoel Azeiteiro
Alferes MM: Manoel José de Carvalho e Aguiar
Alferes MM: Ruy de Aguiar
Alferes MM: Luis F. de Aguiar

Escudo de España

El escudo de España es un símbolo que representa la unidad y la diversidad de las regiones que componen el territorio nacional. Su diseño es el resultado de la evolución histórica de los reinos que se fueron unificando a lo largo de los siglos.

El escudo está dividido en cuarteles, cada uno de los cuales representa a un reino o a una región. En el primer cuartel superior izquierdo se encuentra el león rampante de Castilla, símbolo de la monarquía castellana. En el primer cuartel superior derecho se encuentra el león rampante de León, símbolo de la monarquía leonesa. En el primer cuartel inferior izquierdo se encuentra el castor de Aragón, símbolo de la monarquía aragonesa. En el primer cuartel inferior derecho se encuentra el león rampante de Navarra, símbolo de la monarquía navarra.

En el centro del escudo se encuentra un escudo menor que representa a los reinos de Valencia y Murcia. Este escudo menor está dividido en cuarteles, cada uno de los cuales representa a un reino o a una región. En el primer cuartel superior izquierdo se encuentra el león rampante de Castilla, símbolo de la monarquía castellana. En el primer cuartel superior derecho se encuentra el león rampante de León, símbolo de la monarquía leonesa. En el primer cuartel inferior izquierdo se encuentra el castor de Aragón, símbolo de la monarquía aragonesa. En el primer cuartel inferior derecho se encuentra el león rampante de Navarra, símbolo de la monarquía navarra.



PRÉMIOS

ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ

1.º Cabo **João Carlos Gomes Teixeira**
Soldado **António Maria Aparício**

GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

Coronel **Joaquim dos Santos Alves Pereira**
Alferes Mil.º **Valério Jerónimo de Sousa**
Alferes Mil.º **Carlos Manuel Ramos Lopes**
Alferes Mil.º **Alberto Gomes Vieira**
Alferes Mil.º **António Manuel Bairros Areias**
Furriel Mil.º **António Fragoso Martins**
1.º Cabo **João Gonçalves Marcelo**
1.º Cabo **Gustavo Gomes Augusto do Nascimento**
1.º Cabo **Eusébio Craveiro Duarte**
1.º Cabo **Manuel Jesus da Silva**
Soldado **Vicente José Branco Pedras**
Soldado **Mário Esteves das Neves**
Soldado **Francisco Martins Pires**
Soldado **José Luís de Brito Ferreira**
Soldado **Joaquim Luís dos Reis**
Soldado **Manuel Dias Gomes**
Soldado **António José Guerreiro da Silva**

GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE

Capitão **António Manuel Pinto Ferreira Gomes**
1.º Cabo **Domingos Valente Soares**
1.º Cabo **José Pontes da Luz**
1.º Cabo **Júlio Manuel Vieira Benedito**
Soldado **José Augusto Tavares da Silva**
Soldado **Manuel Afonso**
Soldado **Rogério Fernandes Dores Carneiro**

GOVERNADOR DA GUINÉ

Capitão Mil.º **Álvaro Manuel Alves Cardoso**
Alferes Mil.º **Manuel Jorge de Carvalho Sampaio Faria**
Alferes Mil.º **Higino Domingos Ferreira da Silva**
Alferes Mil.º **Luís Furtado Figueiredo**

Revista da Cavalaria

PRÊMIO ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ



1.º Cabo

João Carlos Gomes Teixeira

R. C. 3

Bat. Cav. 1883



Soldado

Antônio Maria Aparício

R. C. 3

Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1402

Revista da Cavalaria

PRÉMIO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA



Coronel
*Joaquim dos Santos Alves
Pereira*



Alferes Miliciano
Valério Jerónimo Dias de Sousa
Bat. Cav. 1851



Alferes Miliciano
Carlos Manuel Ramos Lopes
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1401



Alferes Miliciano
Alberto Gomes Vieira
Bat. Cav. 1851 — C. C. S.

Revista da Cavalaria



Alferes Miliciano
António Manuel Bairros Areias
Bat. Cav. 1883 — Comp. Cav. 1536



Furriel Miliciano
António Fragoço Martins
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1402



1.º Cabo
João Gonçalves Marcelo
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1401



1.º Cabo
*Gustavo Gomes Augusto
do Nascimento*
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1402

Revista da Cavalaria



1.º Cabo

Eusébio Craveiro Duarte

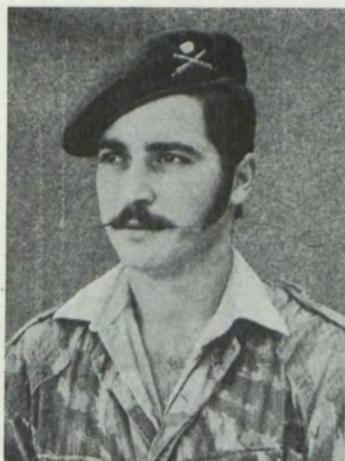
Bat. Cav. 1883 — Comp. Cav. 1537



1.º Cabo

Manuel Jesus da Silva

Bat. Cav. 1884 — Comp. Cav. 1538



Soldado

Vicente José Branco Pedras

Bat. Cav. 1851 — C. C. S.



Soldado

Mário Esteves das Neves

Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1401

Revista da Cavalaria



Soldado
Francisco Martins Pires
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1401



Soldado
José Luis de Brito Ferreira
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1401



Soldado
Joaquim Luis dos Reis
Bat. Cav. 1851



Soldado
Manuel Dias Gomes
Bat. Cav. 1851 — Comp. Cav. 1403

Revista da Cavalaria



Soldado

António José Guerreiro da Silva

Bat. Cav. 1868 — C. C. S.

PRÉMIO GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE



Capitão

*António Manuel Pinto Ferreira
Gomes*

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507



1.º Cabo

Domingos Valente Soares

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507

Revista da Cavalaria



1.º Cabo

José Pontes da Luz

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507



1.º Cabo

Júlio Manuel Vieira Benedito

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507



Soldado

José Augusto Tavares da Silva

Bat. Cav. 1879 — C. C. S.



Soldado

Manuel Afonso

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507



Soldado

*Rogério Fernandes Soares
Carneiro*

Bat. Cav. 1879 — Comp. Cav. 1507

PRÉMIO GOVERNADOR DA GUINÉ



Capitão Miliciano

Alvaro Manuel Alves Cardoso



Alferes Miliciano

*Manuel Jorge de Carvalho
Sampaio Faria*

Revista da Cavalaria



Furiel Miliciano
*Higino Domingos Ferreira
da Silva*

Bat. Cav. 1894 — Comp. Cav. 1482



Furiel Miliciano
Luis Furtado Figueiredo

Pelotão Rec. Fox 1101



CONDECORAÇÕES E LOUVORES COLECTIVOS



Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1863

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 1863**, pelo entusiasmo e invulgar interesse que tem vindo a revelar no desempenho de todas as missões que lhe foram conferidas, durante cerca de dezanove meses de comissão.

Localizado durante todo este período no Saliente do Cazombo, orientou criteriosamente as suas múltiplas actividades adaptando-se às características geográficas e étnicas do sector, aquelas com terrenos difíceis de chana alagada e de montanha, estas com populações fortemente ligadas às autoridades tradicionais e sujeitas a uma activa propaganda do exterior.

Este Batalhão levou a efeito uma intensa actividade operacional por toda a sua vasta zona de acção, inicialmente com vista ao controle das populações e detecção dos primeiros indícios de subversão, e a partir de Maio de 1966, empenhando-se na luta contra bandos armados.

É justo referirem-se os bons resultados obtidos em muitas acções e várias operações realizadas com carácter vincadamente ofensivo e ainda na protecção das populações sujeitas às sevícias do inimigo.

Sobre este último aspecto, merece especial destaque a acção conduzida pelo Batalhão de Cavalaria n.º 1863, cujo comando inteligentemente tem envidado todos os seus esforços, em estreita colaboração com as autoridades civis, para o reordenamento das populações, em grande parte regressadas dos territórios limítrofes. Assim, começaram a surgir novas povoações em locais escolhidos e com as condições de vida necessárias à elevação social destas populações que reiniciaram uma nova vida, garantindo os seus meios de subsistência e de auto defesa, com completa adesão à nossa missão. Simultaneamente viu-se facilitada a acção de controle destes povos, desde então subtraídos à influência e às solicitações do inimigo.

Deste modo, o Batalhão de Cavalaria n.º 1863 tem-se creditado como uma excelente Unidade, disciplinada e com elevado espírito de missão, que bem merece o reconhecimento da R. M. A. que lhe é conferido neste louvor.

*(Despacho de 6 de Junho de 1967 do General
Comandante de Região Militar de Angola)*

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1868

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 1868** por durante a sua permanência de 13 meses no Sector A da ZIN, ter demonstrado um elevado espírito de bem servir no cumprimento das várias missões que lhe foram atribuídas, conseguindo adaptar-se plenamente às características operacionais da Zona de Acção à sua responsabilidade, graças à acção impulsadora e dinâmica do Comandante, Oficiais do Comando e Comandantes das Companhias Operacionais, que além disso tiveram a preocupação constante de melhorar as várias instalações do Batalhão, numa ânsia louvável de elevar o nível de condições de vida e educação de todo o pessoal sob as suas ordens. É ainda de realçar a proveitosa e sempre oportuna actuação de todo o pessoal do Batalhão junto das populações autóctones, cuja estima e admiração soube conquistar, graças à excelente mentalização dos quadros e das tropas.

O Batalhão de Cavalaria n.º 1868 tornou-se, assim, merecedor do muito apreço do Comando que ao deixar de o ter sob as suas ordens, julga seu dever destacar a meritória actuação deste Batalhão, que muito contribuiu para prestigiar o Exército, honrando simultaneamente a Arma de Cavalaria a que pertence.

*(Despacho do Comandante do Sector «A»,
de 19 de Janeiro de 1967)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1879

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 1879** pelo espírito de disciplina de que deu provas durante a sua permanência de 14 meses numa das zonas mais afectadas do Niassa.

Foi esse espírito de disciplina aliado a um estoicismo notável dos seus oficiais, sargentos e praças que permitiu manter a posição de Estremoz a Nova (Miandica), apesar de invulgares condições de desconforto e de dificuldades de toda a ordem.

Esta a homenagem que o Comandante do Sector A, presta ao espírito militar da Unidade, que tantas baixas sofreu, no momento em que ela deixa a sua zona de acção ao fim de 14 meses de esforços e de canseiras.

*(O. S. n.º 10 de 10 de Março de 1967
do COMSECA)*

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 677

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 677**, porque durante a sua permanência no Sector do Bat. Caç. sempre tem dado provas de ser uma Unidade disciplinada, eficiente e com acentuado espírito de corpo.

É muito particularmente de assinalar que após um período de acentuada baixa de forma física da maioria do seu pessoal, em resultado do intenso emprego como Unidade de intervenção do Sector, se recompôs e, recuperando rapidamente ganhou novo ânimo o que possibilitou o cumprimento de algumas difíceis missões até quase ao termo da sua Comissão como ainda recentemente aconteceu nas operações «Nebri» e «Narceja».

De assinalar, ainda, a sua actuação, entre outras, nas operações «Ovo», «Eco», «Onça» e «Osso» onde a par da muita agressividade que pôs na luta demonstrou determinação e espírito de missão.

No âmbito da acção psicossocial é de referir a intensa acção que vem desenvolvendo, nos últimos meses, para reagrupar as populações que anteriormente haviam abandonado a região e passado à clandestinidade. As tentativas que vem realizando no sentido de as fixar na Pen. de S. João vêm sendo coroadas de êxito e são o início de uma mais ampla acção tendente a fixá-las definitivamente nesta área e permitir assim a sua recuperação.

Por todas as razões aduzidas considero que a Companhia de Cavalaria n.º 677 se distinguiu com uma muito meritória actuação frente ao Inimigo, sendo ainda de realçar o real contributo que vem dando para a recuperação das populações numa região muito difícil como o é a Pen. de S. João.

Pela sua actuação e completa integração no espírito da missão prestigiou-se e honrou a Arma a que pertence o que muito me apraz referir.

*(O. S. n.º 97, de 25 de Abril de 1966,
do Bat. Caç. 1860)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 756

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 756**, pelo espírito de sacrifício, dedicação e combatividade verdadeiramente notáveis com que durante oito meses cumpriu a sua missão em zona afectada pelo terrorismo no Distrito de Cabo Delgado.

Revista da Cavalaria

Desde a sua esgotante e eficientíssima actividade operacional, perseguindo e capturando elementos terroristas e destruindo acampamentos e aquartelamentos inimigos, até à acção psicossocial que desenvolveu recuperando e melhorando as condições de vida das populações autóctones, extraordinária foi a acção da Companhia de Cavalaria n.º 756, cujo esforço é tanto mais de realçar quanto é certo que a par de toda aquela actividade lhe foi confiada a delicada e difícil missão de manter e zelar, a maior parte das vezes através de grupos de combate apeados, pela segurança dos itinerários a percorrer pelas colunas militares auto.

Por todos estes motivos, é-me grato reconhecer digna do maior relevo a actividade desenvolvida pela Companhia de Cavalaria n.º 756.

*(O. S. n.º 64 de 7 de Dezembro de 1966
da R. Militar de Moçambique)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 789

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 789** pelos brilhantes serviços prestados na Guiné, particularmente no último ano de comissão em que ocupou uma zona de grande actividade operacional.

Actuando em situação delicada por motivo da elevada densidade de população do seu sector, soube sempre distinguir o IN do amigo, o coagido do aliciado, o verdadeiro do falso colaborador das NT. Assim a par de assinalados êxitos operacionais que ocasionaram um notório enfraquecimento do IN verificou-se um êxito ainda mais importante na recuperação das populações.

A Companhia de Cavalaria n.º 789 aliou à sua função de quadrícula uma actuação tipo intervenção desenvolvendo a sua actividade em sectores estranhos e em proveito de outras Unidades.

Os serviços prestados pela Companhia de Cavalaria n.º 789, com particular realce para o seu Gr. de Comb. «Os Pumas», devem ser considerados de muito notáveis e altamente dignificantes.

*(O. S. n.º 25 de 4 de Fevereiro de 1967
do Bat. Caç. 790)*

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1482

Louvo esta **Companhia de Cavalaria n.º 1482** porque, durante o período de 8 meses que actuou integrando o sector do Bat. Caç. 1888, não só confirmou o bom conceito em que era tido pelo comando anterior, como ampliou brilhantemente, por força de uma actividade séria e profícua, tanto em missões operacionais de Subunidade de Intervenção de Quadrícula, a despeito da dispersão por destacamentos afastados da sede, em locais por vezes de salubridade muito precária um dos quais em certo período esteve sujeito a flagelações quase diárias por parte do IN.

Reunida embora, sem ser na totalidade dos seus elementos, nos últimos tempos de permanência no sector, a Companhia de Cavalaria n.º 1482 tomou parte em várias operações, sendo as principais a «Fósforo», «Grão», «Holofote» e «Gigante», pelos resultados obtidos, completando assim os resultados de outras operações também de certa importância, numa afirmação de querer e de que a Companhia de Cavalaria n.º 1482 possui um elevado grau, preparação e capacidade para um combate e um espírito de corpo que o afastamento prolongado de muitos dos seus elementos da acção do Comando, não conseguiu destruir, antes parece ter fortalecido.

A Companhia de Cavalaria n.º 1482 pelo brio do seu Comandante e Oficiais, pelo aprumo dos seus Sargentos e Praças, bem merece ser destacada pela acção permanente desenvolvida contra o terrorismo e pela protecção dada aos nativos neste território da Guiné Portuguesa.

(Despacho de 28 de Janeiro de 1967 do Comandante Militar do C. T. I. da Guiné)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1482

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 1482**, porque durante cerca de 21 meses em que serviu no C. T. I. da Guiné sempre demonstrou exuberantemente possuir e cultivar grande agressividade, correcto sentido de missão, bravura e acrisolado espírito de sacrifício.

Designada Companhia de Intervenção no Sector LI logo após o seu desembarque, nessa situação se manteve à volta de 6 meses num esforço constante e bem orientado de colaboração oportuna às Companhias de Quadrícula sendo de realçar nesse período as operações

Revista da Cavalaria

«Manobra» e «Fósforo» em que, actuando isolada mostrou desde logo que com ela se poderia contar.

Assumindo depois a responsabilidade do Sector do Xime a Companhia de Cavalaria n.º 1482 desencadeou uma campanha de captação das populações, sobreposta e completada por combate sem tréguas a todas as manifestações IN para o que desenvolveu uma intensa e criteriosa actividade operacional de que as operações «Holofote» e «Gigante» serão os símbolos.

Transferida em Janeiro de 1967 para um Sector de especial importância e sensibilidade como é o do Incoré, beneficiou de tal forma da justa auréola de que vinha revestida (aliás granjeada pelo dinamismo, impetuosidade e destemor das suas anteriores acções em combate), que o IN a temeu e nunca se atreveu a atacá-la, sendo certo que para isso deverá ter contribuído poderosamente o binómio Nossas Tropas-População estabelecido do antecedente e continuado pela Companhia de Cavalaria n.º 1482 com óptimos resultados no capítulo das Informações.

Nesse aspecto é digna de salientar a forma perfeita e prática como fez o controle das populações sobretudo em relação àquela que em grande volume, transmigrou da região de Naga, permitindo assim a captura de diversos elementos IN que no seu seio viviam na clandestinidade.

A Companhia de Cavalaria n.º 1482 com Oficiais, Sargentos e Praças irmanados no mesmo elevado espírito de cumprir sempre melhor, produziu durante a sua permanência nesta Província tão real contributo para o combate ao terrorismo que merece ser designada Unidade de Elite que muito honrou o Exército e a Nação.

*(O. S. n.º 33 de 24 de Julho de 1967
do C. T. I. da Guiné)*

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1489

Louvo a **Companhia de Polícia Militar n.º 1489**, pela notável eficiência, grande entusiasmo e muita ponderação como cumpriu a sua delicadíssima missão, neste C. T. I. G., durante a comissão que agora finda.

Unidade excepcionalmente disciplinada e intransigentemente firme no cumprimento das atribuições que lhe competem, agindo os seus elementos sempre com a maior cordura, contribuiu a Companhia de Polí-

Revista da Cavalaria

cia Militar n.º 1489 para a extraordinária melhoria que se observa, em Bissau, na disciplina do trânsito de viaturas militares e na compostura e aprumo do pessoal do Exército, tudo conseguido graças ao ritmo, persistência e grande determinação que imprimiu à sua actuação.

Na execução de todos os serviços que lhe foram determinados em que é justo salientar, entre outros, o policiamento constante da cidade, as escoltas que forneceu para o interior da Província, as guardas de honra que realizou e a colaboração que prestou em numerosas rusgas, sempre se houve a Companhia de Polícia Militar n.º 1489 por forma a tornar-se desde muito cedo, credora da total confiança do Comandante-Chefe, dos Comandos dos outros ramos das Forças Armadas e dos elementos mais representativos das autoridades civis e policiais.

Unidade de elite, duma eficiência inigualável, dotada de real e bem compreendido espírito de corpo, que está na base da disciplina, aprumo e valor de todos os seus elementos a começar pelo seu Capitão, a Companhia de Polícia Militar n.º 1489 merece a distinção de público louvor porque prestigiou o C. T. I. G. e, principalmente, porque da sua brilhante actuação na Guiné resultou lustre para o Exército.

(Despacho do Comandante do C. T. I. da Guiné)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1507

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 1507**, pela compreensão e estoicismo com que, desde sempre, tem suportado as dificuldades resultantes das deficiências das instalações em que tem vivido.

Vinda duma zona de intensa actividade operacional em que actuou por forma altamente eficiente e tendo recebido um Aquartelamento pior que o antecedente contrariamente ao que sucedeu com as restantes Companhias, não se deixou vencer pelo desânimo e tem lutado para que as suas precaríssimas instalações se apresentem com a melhor ordem, limpeza e beneficiações possíveis nomeadamente no aspecto de obtenção de água cuja falta muito se faz sentir na Região.

*(O. S. n.º 177 de 4 de Agosto de 1967
do Bat. Cav. 1879)*

Revista da Cavalaria

ESQUADRÃO DE CAVALARIA N.º 3

Louvo o **Esquadrão de Cavalaria n.º 3**, porque tendo estado durante 8 meses em Mueda como Unidade de Reforço ao COMSEC «B», durante esse espaço de tempo manteve uma ininterrupta actividade operacional em que se comportou de uma forma dinâmica e eficiente e da maneira mais distinta.

Fez o **Esquadrão de Cavalaria 3** dezenas de escoltas e reconhecimentos, tendo quase todos os seus elementos estado inúmeras vezes sob intenso fogo inimigo, e revelou nesses momentos serenidade, espírito de disciplina, sangue frio e confiança total e permanente que sempre se transmitia aos elementos a quem dava protecção e que sempre desejaram o seu apoio.

Nas varidíssimas missões que lhe competiram defrontou, frequentemente, emboscadas, flagelações, cortes de itinerário, minas e armadilhas e não deixou por essa razão de cumprir integralmente todas as suas missões, comportando-se sempre à altura que as circunstâncias exigiam, e para além da sua impecável organização e disciplina patenteou em todos os momentos o **Esquadrão de Cavalaria n.º 3** ser uma Unidade de elevado nível, sempre pronta a cumprir as mais difíceis missões, e merecedora, por isso, de que os seus serviços em campanha, numa das zonas mais difíceis do Norte de Moçambique, sejam considerados de elevado mérito.

(O. S. n.º 82 da Região Militar de Moçambique)

ESQUADRÃO DE CAVALARIA N.º 403

Louvo o **Esquadrão de Cavalaria n.º 403**, do Grupo de Cavalaria n.º 1, pelo entusiasmo, elevado moral, firme determinação, espírito de sacrifício e vontade de bem cumprir, postos na execução das tarefas que lhe foram confiadas.

Actuando numa região em que as dificuldades de luta são diversas, quer as derivadas das características especiais do terreno, com áreas arenosas e extensas chanas alagadas, quer por ter de enfrentar um inimigo traiçoeiro tem esta Unidade através da sua intensa actividade operacional, manifestado as mais elevadas qualidades e virtudes militares, demonstradas no cumprimento de diferentes missões que lhe tem sido atribuídas, reflexo incontestável duma sã mentalização, óptima

Revista da Cavalaria

preparação e admirável espírito de corpo, revelados pelos seus Oficiais, Sargentos e Praças.

Da sua actividade operacional, caracterizada pela forma agressiva e permanente como tem procurado o inimigo, merecem em especial relevo, pelos bons resultados obtidos, as operações «Atum», «Rubi» e «Ou Racha», com as quais produziu rudes golpes nas organizações inimigas.

Pela eficiente acção que tem desenvolvido no Leste da Província constata-se o Esquadrão de Cavalaria n.º 403 merecedor do público louvor que ora lhe é conferido pelo Comando do R. M. A., através do qual manifesta o seu elevado apreço e a certeza de que a sua valiosa actividade será continuada.

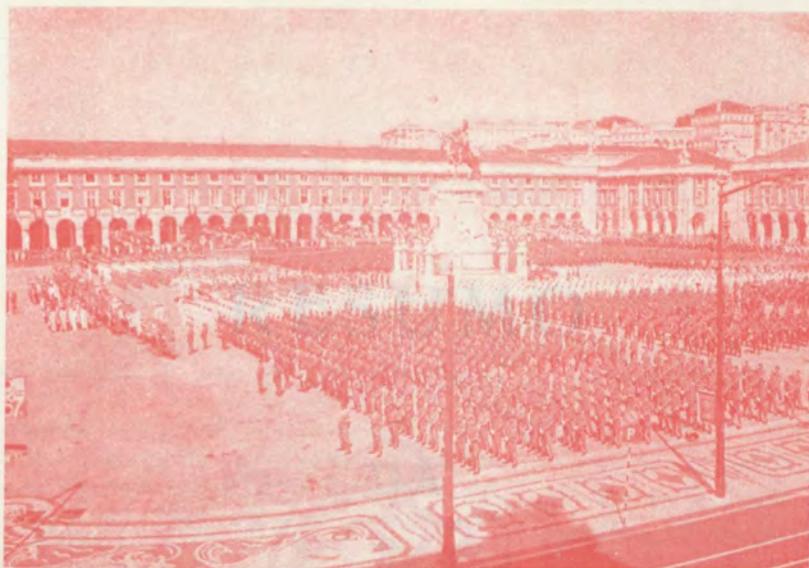
*(Art.º 2.º, O. S. n.º 103 de 27 de Dezembro de 1967
do Q. G. da R. M. A.)*

PELOTÃO A. M. L. N.º 1106

Louvo o **Pelotão A. M. L. n.º 1106**, pela sua acção decidida e agressividade sempre patenteada, quer na protecção a colunas em que a reacção às emboscadas IN se tornou necessária, quer na prontidão quase instantânea com que sobre o mesmo IN se lançava sempre que era desencadeado um ataque ao Aquartelamento. Bem integrado no espírito do Batalhão sempre se dedicou às missões que lhe foram confiadas sem hesitações e com o espírito ofensivo que constitui o seu apanágio.

Ao seu Comandante e a todos os Sargentos e Praças endereço os protestos do meu muito reconhecimento e admiração desejando a todos um bom resto de comissão, bons êxitos na sua actuação e feliz regresso ao seio de suas famílias.

*(O. S. n.º 241 de 13 de Outubro de 1967
do Bat. Caç. 1876)*



Dia da Raça



antendo a tradição realizou-se no dia 10 de Junho de 1967 — Dia da Raça — nas sedes das Regiões Militares, Governo Militar de Lisboa e Comandos Militares Territoriais Independentes as cerimónias que têm por fim realçar a imposição das condecorações concedidas aos militares de terra, mar e ar, pela distinção da sua conduta em operações em terras do Ultramar.

Em Lisboa, tal como em anos anteriores realizou-se a cerimónia principal na Praça do Comércio que foi presidida por S. Ex.^a o Presidente da República e nela estiveram presentes Altas Individualidades e muito povo.

As honras militares foram prestadas por um numeroso contingente de forças da G. M. L., da Marinha, das Forças Aéreas, Escolas Militares e G. N. R.

Discursou o Professor Dr. Miranda Barbosa, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra.

A *Revista da Cavalaria* não podia deixar de assinalar factos de tão elevada projecção e congratula-se também porque entre os condecorados se encontram diversos elementos da Arma.

Revista de Cavalhada





RESUMO
DA
ACÇÃO EM CAMPANHA
DAS
UNIDADES
REGRESSADAS
EM 1967

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 745

Comandante: Inicialmente: Tenente-Coronel de Cavalaria *Alberto Policarpo Manso*

Depois: Tenente-Coronel de Cavalaria *Joaquim dos Santos Alvares Pereira* (Cruz de Guerra de 2.ª Classe); Major de Cavalaria *António Octávio Dias Machado* (int.); Tenente-Coronel de Cavalaria *Joviano Aloísio Chaves Ramos* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

2.º Comandante: Major de Cavalaria *António Octávio Dias Machado*



Batalhão de Cavalaria 745 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz e desembarcou em Luanda no dia 18 de Janeiro de 1965.

Inicialmente colocado em Zala levou a efeito uma intensa actividade operacional tendente a garantir a liberdade de movimentos nos difíceis itinerários Zala-Bela Vista e Zala-Nambuanguongo, e a destr

truir o inimigo nos seus locais de refúgio, cifrando-se em vinte e oito o número de operações executadas durante cerca de sete meses.

Em Agosto de 1965 instalou-se no Campo Militar do Grafanil fazendo parte da Reserva da RMA, e prestou ainda serviço no Comando da Defesa de Luanda. Nesta situação, que se manteve até final da Comissão de Serviço na RMA a actividade do Batalhão de Cavalaria 745 foi intensa, com destaque durante o último trimestre de 1965 em que foi solicitado ao seu pessoal um assinalado esforço físico e psíquico. Das várias operações que executou é justo salientar-se, pelos bons resultados obtidos, «Detecção F», «Salado D», «Determinados», «Verde Gaió» e «Quissonde». Nesta última as suas Subunidades foram alvo de citações do Comando do Agrupamento Vulcano pelo bom desempenho das missões atribuídas.

Tendo em atenção a actividade mencionada, os seus mortos, feridos e condecorados, a actuação do Batalhão bem merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Março de 1967.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 757

- Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Carlos Moura Cardoso* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)
- 2.º Comandante: Major de Cavalaria com o CGEM *Joaquim Mendes B. Ribeiro Simões*

O Comando e a Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Cavalaria 757 foram mobilizados pelo Regimento de Cavalaria 7 tendo partido para o Comando Territorial Independente da Guiné em 17 de Abril de 1965 e tendo ali chegado a 23 do mesmo mês.

Ao Comando do B. Cav. 757 foi atribuído o sector L2 ficando instalado em Bafatá. Do sector faziam parte unidades de diversas proveniências.

O Comando do 757 manteve o mesmo sector durante toda a sua permanência na Guiné e a actividade neste sector caracterizou-se para além da actividade operacional essencialmente caracterizada por emboscadas, patrulhamentos, nomadizações, escoltas, etc., também uma acção muito importante no aspecto de captação das populações, no apoio psicossocial e sanitário que lhe prestou, além dum grande esforço que fez e apoiou em tudo que se relacionava com obras em vias de comunicação, suas obras de arte, pistas para aviões, aquartelamentos, instalações agropecuárias, etc.

Quer no aspecto operacional, quer nos outros indicados muito o CTIG ficou devendo ao comando do B. Cav. 757 e aos elementos accionados por este.

Deste modo, o Comando do B. Cav. 757 tem razão para se sentir dignificado e ficou amplamente merecedor da consideração da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Abril de 1967.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 782

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *José Luís de Mendonça Ramires* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *José Luís Ferreira Osório*

Depois: Major de Cavalaria *Mário de Lima*; Major de Cavalaria *José Luís Ferreira Osório*

O Batalhão de Cavalaria 782 teve por Unidade Mobilizadora o Regimento de Cavalaria 3 em Estremoz e desembarcou em Luanda no dia 6 de Junho de 1965.

Deslocou-se inicialmente para a região fronteiriça de Cuimba, onde durante cerca de 18 meses a sua actividade visou essencialmente a criação de dificuldades aos movimentos de grupos inimigos de e para o exterior do Território Nacional, e a actuação das suas forças com incidência especial na Serra da Canda. Mercê de uma ponderada e metódica acção de comando, aquela actividade traduziu-se em cerca de 38 operações e permanentes acções por toda a zona de responsabilidade, podendo destacar-se pelos resultados obtidos as operações «Detecção F2», «Rotina II», «Sobe Desce» e «Não Passam».

A fim de facilitar os movimentos de carácter operacional promoveu este Batalhão a abertura e reparação de várias picadas em especial nas áreas atribuídas às Companhias 779 e 781.

Em Dezembro de 1966 foi destacado para o Leste da Província ficando com a sede no Luso, e logo de início há a assinalar a actuação das forças da C. Cav. 779 que chegadas havia escassas horas à Vila Teixeira de Sousa, colaboraram eficientemente na defesa desta localidade, quando de um ataque de elementos terroristas, que foram rechaçados sofrendo muito pesadas baixas.

Nesta zona de acção extensa e plana, ao longo da qual se estende a linha do CFB, as forças do B. Cav. 782 adaptaram-se com facilidade a um novo tipo de actuação desde o simples patrulhamento ao combate, reagindo prontamente e com firmeza às actividades do inimigo que sofreu baixas em várias operações e acções levadas a efeito.

Tendo em atenção a actividade mencionada, os seus mortos, feridos e condecorados, a actuação do Batalhão bem merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Setembro de 1967.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 790

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Henrique Alves Calado* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

2.º Comandante: Major de Cavalaria *Rodrigo de Melo Tudela Laranjeira*

O Batalhão de Cavalaria 790 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o Comando Militar da Guiné em 23 de Abril de 1965 tendo ali chegado a 28 do mesmo mês.

O Comandante do Batalhão assume logo de início o comando do sector O1 ao qual pertenciam além dos elementos do 790 muitos outros das mais diversas proveniências e que ao longo dos tempos sofreram substanciais modificações.

Até fins de Janeiro de 1965 o B. Cav. 790 orientou o seu esforço essencialmente no sentido da península do Jol onde o inimigo se revelava crescendo em efectivos e meios. Também se iniciaram os preparativos para a ocupação militar do Biombe, tendo a base inimiga ali existente sido destruída. No período seguinte, até fins de Abril, o dispositivo do sector foi remodelado, intensificou-se os preparativos em relação ao Biombe, conseguindo-se a instalação e consolidação nessa região; simultaneamente manteve-se o Norte de Cacheu e na restante área do sector uma intensa actividade operacional. Na fase que vai até princípios de Novembro, mantém-se a actividade anterior, procurando explorar o sucesso da ocupação do Biombe, o que deu em resultado facilitar a ligação com o sector vizinho, o que até esta altura era muito difícil. Parte da área do sector dá origem a um novo sector. De princípios de Novembro até final da comissão o sector de Bissorá passou também à dependência operacional do B. Cav. 790.

Tendo em atenção as baixas sofridas, as numerosas que causou ao inimigo; as perdas de controle de áreas e em material que o inimigo sofreu; a elevada percentagem de elementos louvados e galardoados; a intensa actividade operacional e psicossocial que manteve à custa, por vezes, dum esforço muito grande no aspecto físico e psíquico, o B. Cav. 790 deixou bem marcada a sua passagem pelo C. T. I. da Guiné durante os 21 meses que ali permaneceu sendo amplamente merecedor da consideração e do reconhecimento da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Fevereiro de 1967.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1851

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Alberto Carlos Pe-restrelo de Alarcão Silveira*
2.º Comandante: Major de Cavalaria *José Luís Trinité Rosa*

O Batalhão de Cavalaria 1851 teve por Unidade Mobilizadora o Regimento de Cavalaria 3 em Estremoz e desembarcou em Luanda no dia 2 de Agosto de 1965.

Poucos dias depois deslocou-se para a região de Zala, entrando imediatamente e ainda durante a sobreposição com a Unidade que rendia, numa intensa actividade operacional. Levou a cabo, por iniciativa própria ou integrado nas directivas superiores, numerosas operações, destacando-se principalmente pelos resultados e pelo esforço dispendido as operações «Atoleiros D», «Bussaco 1D», «Palanca Negra», «Duas Bandas» e «Determinados» a última das quais conduziu à destruição da Central do Quiembo-Zala.

Em Setembro de 1966 foi destacado para Luanda, até final da comissão de serviço nesta Província.

Nesta região do Leste da Província e dadas as suas características, dedicou-se o B. Cav. 1851 a intensa actividade operacional em acções de nomadização, patrulhamentos e acção psicossocial, culminando com operações entre as quais há a salientar a «Op. Leopardo» e «Pantera Negra», que conduziram à destruição de acampamentos, apreensão de material e armas gentílicas, garantindo assim a defesa de uma zona densamente povoada.

Tendo em atenção a actividade desenvolvida, os seus mortos, feridos e condecorados, a actividade do Batalhão bem merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou em Setembro de 1967.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1863

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Fernando Rodrigues de Sousa Costa* (Cruz de Guerra de 2.ª Classe)
2.º Comandante: Major de Cavalaria *António Teixeira da Rocha Pinto*

O Batalhão de Cavalaria 1863 teve por unidade mobilizadora o Regimento de Cavalaria 7 em Lisboa e desembarcou em Luanda no dia 23 de Outubro de 1965.

Deslocado para a região de Cazombo ali permaneceu durante toda a sua comissão de serviço nesta Província.

Durante os primeiros meses da sua estada nesta vasta zona do leste da Província, orientou o B. Cav. 1863 criteriosamente as suas múltiplas actividades no sentido de rapidamente se adaptar às características geográficas e étnicas da região, aquelas com terrenos difíceis de chana alagada e arenosos, estas com populações fortemente ligadas às autoridades tradicionais e igualmente sujeitas a uma activa propaganda de aliciamento e subversão vinda do exterior. Deste modo, a sua intensa actividade operacional por toda a sua vasta zona de acção traduziu-se pela realização de patrulhamentos assíduos nas zonas fronteiriças, intensas acções de pesquisa de notícias, controle das populações e detecção de atitudes suspeitas ou de carácter subversivo, em simultaneidade com a preocupação da reconstrução de pontes e pontões, construções de pistas nas principais regiões, abertura de novos itinerários e melhoria e conservação dos principais itinerários já existentes.

No período de Abril a Maio de 1966, na zona pacífica do B. Cav. 1863, soprou o vento árido da tempestade, anunciador duma transformação que se concretiza com o início da luta armada no Alto Zambeze, e assim, o B. Cav. 1863, executa a primeira acção repressiva na sua zona de responsabilidade, em Maio de 1966.

O ambiente mudara: mais cuidado, mais vigilância, mais dinamismo, mais acção, eram necessários e exigidos ao B. Cav. 1863, para a sua actividade operacional. Deste modo inicia e empenha as suas Forças na luta contra bandos armados.

Da intensa actividade operacional levada a efeito pelo Batalhão justo é referir os bons resultados obtidos em muitas acções e várias operações realizadas com carácter vincadamente ofensivo, aliada à acção desenvolvida na protecção das populações sujeitas às sevícias do

Revista da Cavalaria

inimigo. Sobre este último aspecto, merece especial destaque a acção inteligentemente desenvolvida pelo B. Cav. 1863, que, em colaboração estreita com as Autoridades Civas, envidou todos os seus esforços, para o reordenamento das populações regressadas a Território Nacional e em grande parte vindas dos territórios limítrofes.

Assim, começaram a surgir novas povoações em locais escolhidos e com as condições de vida necessárias à elevação social destas populações que reiniciaram uma nova vida, em completa adesão à nossa missão, e em condições de melhor se defenderem e serem defendidas de toda a maléfica e enganadora influência e solicitude do inimigo.

Das inúmeras acções e operações realizadas pelo B. Cav. 1863, destacam-se pelos bons resultados obtidos as seguintes:

Operações — «Maçarico», «Vamos à Dança», Sachingongo», «Zenzengoma», «Puro Sangue, 1.ª e 2.ª Fase», «Luena Grande», «Cinco Polos», «Macontene», «Ciclone, 1.ª e 2.ª Fase», «Rajada», «Pascoela», «1.º Teste», «Pantufas», «Titima» e «Caça».

Acções — «Terrar», «Alvega», «Limpa o Pó», «Taça de Honra», «Ao Galope», «Imperial», «Andar Depressa», «Recolha 1 e 2», «Será Desta», «Ao Trote», «Estrela d'Alva», «Victória», «Recolha 3 e 4», «Cruzeiro do Sul», «Busca», «Esmeralda», e várias outras acções em que foram recuperadas populações sujeitas à acção do inimigo e em que foi feito o seu reagrupamento e reordenamento. Leva consigo, o Batalhão de Cavalaria 1863, o sentimento de mérito colectivo, que o justo louvor do Comando da RMA lhe conferiu e amplamente justifica.

Tendo em atenção toda a actividade mencionada, o Batalhão de Cavalaria 1863 bem ficou a merecer toda a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Dezembro de 1967.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 754

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *José Pedro Simões Caçorino Dias* (Cruz de Guerra de 1.ª Classe)
Depois: Capitão de Cavalaria *Mário António Pádua Valente*; Capitão de Infantaria *Cruz Silva*; Capitão de Cavalaria *Oscar da Rocha Lima*

A Companhia de Cavalaria 754 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para Moçambique em 5 de Janeiro de 1965 tendo ali chegado a 23 do mesmo mês e tendo ficado em Vila Cabral

Revista da Cavalaria

a partir do fim de Junho a actuando no Niassa até Fevereiro de 1966 data em que foi transferida para Inhaminga no Distrito de Manica e Sofala. Daqui destacou dois pelotões, um para Marromeu e outro para Canxine. Antes do seu regresso ainda durante dois meses esteve na Beira.

Foi particularmente na região do Niassa que a Companhia desenvolveu uma intensa actividade operacional sendo de salientar os resultados obtidos nas operações «Fuzear», «Niza», «Víbora», «Cobra» e «Tilópia». Como resultado dessa actividade provocou muitas baixas ao inimigo, destruiu-lhe muitas bases e apreendeu grande quantidade de armamento. Em outros trabalhos construiu quartéis improvisados e abriu a pista de aterragem de Nova Coimbra.

Em alguns meses foi comandada por 4 oficiais, mas o facto em nada impediu o seu alto rendimento operacional.

Por seu lado a Companhia teve alguns mortos e feridos, sendo notável a quantidade e qualidade dos louvores recebidos, um dos quais colectivo e também as condecorações que lhe foram atribuídas.

Pela sua actuação a Companhia bem merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 755

Comandante: Capitão de Cavalaria *Armando Carlos Barbosa da Silva*

A Companhia de Cavalaria 755 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para Moçambique em 5 de Janeiro de 1965 tendo ali chegado a 23 do mesmo mês e tendo inicialmente ficado em Nampula. Em fins de Março foi transferida para a região de Mueda — Imbuo — no planalto dos Macondes. Mais tarde foi para Esposende deixando porém 1 pelotão em Imbuo.

Entre Setembro e Novembro ainda em 1965 manteve-se em Mueda, tendo seguidamente ido para Ancuabe ainda no distrito de Cabo Delgado e destacando 1 pelotão para Quiterajo, situação que manteve até fins de Maio de 1966 quando se deslocou para Porto Amélia a fim de embarcar para Lourenço Marques onde veio a terminar a sua missão em Junho de 1967.

Revista da Cavalaria

Foi particularmente na região do distrito do Cabo Delgado que a Companhia desenvolveu uma intensa actividade operacional sendo de mencionar as operações «Águia», «Triângulo», «Ofir», e «Melro». Como resultado destas operações provocou muitas perdas ao inimigo tendo por seu lado alguns mortos e feridos.

Tendo em atenção a sua actividade, os louvores recebidos as perdas sofridas e causadas ao inimigo a Companhia merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 756

Comandante: Capitão de Cavalaria *Vasco Luis Pereira Esteves Ramires* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

A Companhia de Cavalaria 756 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para Moçambique em 5 de Janeiro de 1965 tendo ali chegado a 23 do mesmo mês e tendo inicialmente ficado na Beira. Em Fevereiro deslocou para Marromeu um dos seus Pelotões e em Março o resto da Companhia, ficando com a missão de força de intervenção. Em final de Junho estava em Chomba no Cabo Delgado depois de um difícil deslocamento de 2000 km. Em Setembro foi para Nacatar onde se manteve até Fevereiro de 1966 data em que foi para Namapa, no distrito de Moçambique, voltando a constituir força de intervenção até Abril, altura em que foi destacada para Nipepe, local em que foi rendida em Setembro e em Namapa em Outubro e sendo então destinada à Namaacha, no distrito de Lourenço Marques, tendo porém destacado 1 pelotão para a Malvéria. Veio a terminar a sua missão em Junho de 1967 nos locais ultimamente indicados.

Foi especialmente nos distritos do Norte que a actividade da Companhia foi particularmente notável no aspecto operacional. São de mencionar as operações «Águia», «Elmo», «Carpa» e «Gato». É ainda de frisar o trabalho que a Companhia dispendeu na organização de instalações improvisadas, na montagem de novos aldeamentos, na segurança de perigosos itinerários, na obtenção da apresentação de toda a população Angoni, na eliminação de acampamentos e nas perdas em pessoal e material causadas ao inimigo.

Revista da Cavalaria

Tendo em atenção a actividade mencionada, os seus mortos, feridos, condecorados e alta percentagem dos louvores recebidos, a actuação da Companhia bem merece a gratidão da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1482

Comandante: Capitão de Cavalaria *João Ramiro Alves Ribeiro* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

A Companhia de Cavalaria 1482 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Outubro de 1965 tendo ali chegado em 25 do mesmo mês.

Em 27 de Outubro já estava em Bambadinca onde desempenhou a missão de companhia de intervenção de Sector. Logo a seguir tomou parte na operação «Brilho». A partir daí tomou parte em todas as operações do seu sector.

Em princípio de Janeiro de 1966 fez a ocupação e instalação de destacamentos em Amedalai e Taibatá.

Em Abril de 1966 rendeu a C. Cav. 678 nos destacamentos de Galomaro e Quirafo e ocupou Ponta do Inglês, ficando a sede da Companhia no Xime. Manteve-se nesta situação até Janeiro de 1967 data em que rendeu a C. Cav. 788 no Ingoré tendo exercido até esta data intensa actividade, apesar do seu fraccionamento pelos destacamentos mencionados e ainda, periódicamente, pelo destacamento de Candamã.

Neste período esteve reforçado com a Companhia de Milícias 1 e parte da Companhia de Milícias 14. Também recebeu em reforço, desde Setembro de 1966 o Pelotão de Caçadores Nativos 53.

Na sua estadia na Guiné tomou parte em numerosas operações, escoltas, patrulhamentos, emboscadas e guarda de pontos sensíveis, não tendo descurado uma intensa actividade no aspecto psicossocial.

Pelo alto valor demonstrado pela Companhia, o que é atestado pela elevada percentagem de condecorações recebidas pelos seus elementos, esta Unidade é bem digna da admiração da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1483

Comandante: Capitão de Cavalaria *José Olímpio Caído Costa Gomes*

A Companhia de Cavalaria 1483 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Outubro de 1965 tendo ali chegado a 26 do mesmo mês.

Inicialmente ficou em Bula com a missão de Companhia de intervenção do sector. Neste período actuou onde o inimigo mais intensamente se revelou, nomeadamente nas regiões de Jol, Naga, Biambe e Cassum.

Em menos de três meses tomou parte em dezoito operações, numa das quais foi destruída a base de Biambe e capturado grande parte de material.

Seguidamente a Companhia desempenhou missões de quadrícula, sendo-lhe atribuída a sede em S. Domingos com destacamentos em Susana e Varela. Ficou assim com a responsabilidade de mais de 70 km de fronteira, numa área densamente povoada onde o inimigo procurava a todo o momento o aliciamento das populações. Nesta fase a Companhia teve uma grande actividade quer no aspecto de pesquisa de informações, quer organizando populações em auto-defesa, quer desenvolvendo uma útil actividade psicossocial, quer ainda exercendo uma acção directa contra o inimigo.

Nas operações que levou a efeito é de destacar as realizadas em Março de 1966 sobre a base do Cassum e em Junho de 1967 sobre a base central de S. Domingos.

Tendo em atenção a actividade desta Companhia ela é digna da admiração da Arma e do Exército a que pertence.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1484

Comandante: Capitão de Cavalaria *Rui Manuel Soares Pessoa de Amorim*

A Companhia de Cavalaria 1484 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Outubro de 1965 tendo ali chegado a 26 do mesmo mês.

Revista da Cavalaria

Inicialmente esteve em Nhaca onde se manteve sete meses em intensa actividade psicossocial e de assistência sanitária às populações, assegurando-lhes a protecção, além da do Aquartelamento e acesso à ilha de Bissau.

Em Junho de 1966 recebeu a missão de companhia de intervenção num sector Sul, situação em que se manteve até ao final da comissão. Não obstante as adversidades de um terreno entrecostado por numerosos rios e povoado de densas matas onde o inimigo, numeroso e fortemente armado, se acoitava, a Companhia desenvolveu aí uma intensa actividade operacional, com merecido destaque nos últimos meses da sua comissão, em que solicitou ao seu pessoal um assinalado esforço físico e psíquico. Esta actividade saldou-se em numerosas baixas para o inimigo, material e documentos diversos capturados, além de vários acampamentos destruídos o que muito contribuiu para a insegurança e desarticulação das forças inimigas na área. Mercê do elevado grau de educação e disciplina dos seus homens esta unidade por onde quer que passou grangeou sempre as simpatias, a amizade e a confiança por parte das populações e autoridades administrativas, factor de capital importância como complemento do maior êxito da sua missão, dadas as características da luta em que viveu empenhada.

Por tudo que ficou relatado esta Companhia é digna da consideração da Arma e do Exército a que pertence.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1485

Comandante: Capitão de Cavalaria *Luis Manuel Lemos Alves* (Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma)

A Companhia de Cavalaria 1485 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Outubro de 1965, tendo ali desembarcado em 28 do mesmo mês.

Depois de breves dias em Bissau foi para Bula. O comando da Companhia juntamente com um Grupo de Combate deslocou-se posteriormente para Susana, assumindo a responsabilidade daquele sub-sector tendo os outros Grupos de Combate ficado a reforçar sucessivamente Binar, Bula, Ingoré e Pelundo.

Em Abril de 1966 tomou parte na operação «Arranque» instalando-se no Biambe, com missão de construir ali um aquartelamento.

Revista da Cavalaria

Nessa região o inimigo manteve uma acentuada actividade que se traduziu em numerosos ataques com efectivos importantes com o objectivo de se apoderar do seu célebre «Santuário do Irã». As perdas que lhe foram infligidas pela Companhia foram importantes.

Da intensa actividade operacional da Companhia no sector do Biambe destacam-se um patrulhamento a uma tabanca a Norte do quartelamento, as operações «Balil», «Batan», «Belon», Binidão», «Boscagem», «Bailadon», e «Boas-Festas».

Em Junho de 1967 a Companhia terminou a missão no Biambe e regressou a Bissau, ficando a aguardar o embarque.

Por toda a sua acção esta Companhia é digna de consideração da Arma e do Exército a que pertence.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 811

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Nuno Alvaro Bastos da Silva Amaral*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 811 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Moçambique m 5 de Janeiro de 1965, tendo ali chegado a 23 do mesmo mês.

Inicialmente ficou adido ao Esquadrão de Reconhecimento de Nampula. Entre Maio e Dezembro de 1965 actuou na região de Mueda mantendo uma constante e eficiente actividade operacional. Em Dezembro de 1965 foi transferido para Vila Cabral, mantendo-se na região do Niassa até final da sua missão. Nesta região a sua actividade operacional foi intensa e caracterizada, como na região dos Macondes, essencialmente por missões de escolta e protecção a colunas em zonas de perigosa actividade inimiga.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Abril de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 812

Comandante: Alferes Miliciano de Infantaria *César Abel Pires Gomes*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 812 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. Moçambique em 5 de Janeiro de 1965, tendo ali chegado a 23 do mesmo mês.

Inicialmente ficou adido ao Esquadrão de Reconhecimento de Nampula, sendo em Maio do mesmo ano sido transferido para Mocimboa da Praia onde manteve uma constante e eficiente actividade operacional. Em Fevereiro de 1966 foi transferido para Vila Cabral, mantendo-se na região do Niassa até final da sua missão. Nesta região a sua actividade operacional foi intensa e caracterizada, como em Mocimboa da Praia, essencialmente por missões de escolta e protecção a colunas em zonas de perigosa actividade inimiga.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Abril de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 829

Comandante: Alferes Miliciano *Alberto Maria da Maia Lima*

O Pelotão de Reconhecimento 829 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Angola em 28 de Maio de 1965, tendo ali desembarcado em 6 de Junho.

Durante a sua comissão de serviço permaneceu sucessivamente em Quibaxe, Luanda e Quibaxe.

As missões fundamentais que desempenhou no aspecto operacional referem-se a patrulhamentos, escoltas de colunas e outras missões de segurança.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Julho de 1967.

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 830

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *João Duarte da Silva
A. Caldas*

O Pelotão de Reconhecimento 830 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Angola em 28 de Maio de 1965 tendo ali desembarcado em 6 de Junho.

Durante a sua comissão de serviço permaneceu sucessivamente em Quibaxe, Luanda Quibaxe e Caxito.

As missões fundamentais que desempenhou, no aspecto operacional, referem-se a patrulhamentos, escoltas de colunas e outras missões de segurança.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Julho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 831

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *José Pereira Gomes*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 831 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Angola em 28 de Maio de 1965, tendo ali desembarcado em 6 de Junho.

Durante a sua comissão de serviço permaneceu sucessivamente em Luanda, Ambriz, Luanda, Quibaxe e Luanda.

As missões fundamentais que desempenhou no aspecto operacional referem-se a patrulhamentos, escoltas de colunas e outras missões de segurança.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 832

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Manuel Eduardo de Castro Arantes e Oliveira*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 832 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Angola em 28 de Maio de 1965, tendo ali chegado a 6 de Junho.

Durante a sua comissão de serviço permaneceu sucessivamente em Luanda, Quibaxe e Luanda.

As missões fundamentais que desempenhou no aspecto operacional dizem sobretudo respeito a patrulhamentos, escoltas de colunas e outras missões de segurança.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 833

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Jorge Coelho Alves*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 833 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Moçambique em 21 de Maio de 1965 tendo ali chegado a 12 de Junho.

Inicialmente foi para Mueda. Em Abril de 1966 foi transferido para Mocimboa da Praia e depois alternou várias vezes a sua posição entre Diaca e Mocimboa da Praia, sendo porém em Mueda que terminou a sua missão, para onde havia sido transferido em Março de 1967. Durante todo este tempo manteve uma intensa actividade operacional caracterizada por escoltas, guarda de pontos sensíveis, patrulhamentos, etc.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 834

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *João Arruda Bastos*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 834 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Moçambique em 21 de Maio de 1965, tendo chegado ali a 12 de Junho.

Inicialmente foi para Mueda, actuando em reforço dum Batalhão tipo comum até Abril de 1966 seguindo depois para Diaca e posteriormente para Mocimboa da Praia. Durante a sua missão alternou várias vezes a sua posição entre Diaca e Mocimboa da Praia sendo nesta última povoação que terminou a sua missão. Durante todo este tempo manteve uma intensa actividade operacional caracterizada por escoltas, guarda de pontos sensíveis, patrulhamentos, etc.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 835

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Hilário Rodrigues da Fonseca*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 835 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Moçambique em 21 de Maio de 1965 tendo ali chegado a 12 de Junho.

Inicialmente foi para Mocimboa da Praia. Em Março de 1966 foi transferido para Mueda onde se manteve durante um ano, indo seguidamente para Nampula e depois para Marrupa.

Com excepção da sua permanência em Nampula, em todas as outras situações manteve uma intensa actividade operacional caracterizada essencialmente por escoltas, guarda de pontos sensíveis, patrulhamentos, etc.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 836

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *José Manuel Amaral Pereira*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 836 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a R. M. de Moçambique em 21 de Maio de 1965 tendo ali chegado a 12 de Junho.

Inicialmente foi para Diaca, indo em Abril de 1966 para Mueda e em Março de 1967 para Nampula donde seguiu para Nova Freixo.

Com excepção da sua permanência em Nampula, em todas as outras situações manteve uma intensa actividade operacional, caracterizada essencialmente por escoltas, guarda de pontos sensíveis, patrulhamentos, etc.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Junho de 1967.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO «FOX» N.º 839

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Rui Pacheco de Oliveira*

O Pelotão de Reconhecimento Fox 839 formou-se no Regimento de Cavalaria 8, sendo porém constituído por elementos do Regimento de Cavalaria 4, 6, 8 e da Escola Prática de Cavalaria. Embarcou para o Comando Militar da Guiné em 23 de Abril de 1965, tendo ali chegado a 31 do mesmo mês.

No C. T. I. da Guiné actuou especialmente nas regiões de Aldeia Formosa e Guileje mantendo uma intensa actividade operacional sobretudo quer em acção de limpeza de itinerários, quer em apoio e reforço de várias unidades. É também de assinalar a acção psicossocial que desenvolveu.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Fevereiro de 1967.

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 1077

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Luis Pedro Marques Pereira de Almeida Pires*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 1077 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Janeiro de 1966 tendo ali chegado a 25 do mesmo mês.

Inicialmente ficou em Cacine adido à C. Caç. 799 e mais tarde à C. Caç. 1620. Em Abril de 1967 abandonou Cacine, foi para Bissau ficando adido ao Bat. Art. 1904.

Dum modo geral o Pelotão trabalhou em proveito ou reforçou outras Unidades efectuando patrulhamentos, escoltas, embuscadas, etc.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Novembro de 1967.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 765

Comandante: Capitão de Cavalaria *Manuel Soares Monge*

A Companhia de Polícia Militar 765 foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para a R. M. de Angola em 9 de Fevereiro de 1965 tendo ali chegado a 18 do mesmo mês.

Desempenhou a sua missão com a totalidade dos seus efectivos inicialmente em Luanda, tendo a partir de Fevereiro de 1966 destacado pelotões para Cabinda, Nova Lisboa e S. Salvador.

Dum modo geral desenvolveu intensa actividade em missões específicas à Polícia Militar, missões que soube cumprir com dignidade.

Regressou à Metrópole em Abril de 1967.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1443

Comandante: Capitão de Cavalaria *José Carvalho Andrade*

A Companhia de Polícia Militar 1443 foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para a R. M. de Angola em 24 de Julho de 1965 tendo ali desembarcado em 2 de Agosto.

Desempenhou a sua missão em Luanda, tendo desenvolvido uma intensa actividade em missões específicas da Polícia Militar, missões que soube cumprir com dignidade.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1444

Comandante: Capitão de Cavalaria *Abel Luís Lemos Caldas*

A Companhia de Polícia Militar 1444, mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2, foi destinada à Província Ultramarina de Moçambique, para onde embarcou no dia 30 de Julho de 1965.

Durante a sua estadia naquela Província, a C. P. M. 1444, desempenhou, especialmente, missões específicas de Polícia Militar, cooperando com o Comando, a que pertencia, no sentido de fiscalizar o cumprimento das determinações militares. Duma maneira geral as suas missões poderão resumir-se: fiscalização individual e de circulação de elementos militares, rondas à cidade e bairros da periferia, policiamentos a embarques e desembarques de tropas, escoltas a colunas e a altas entidades e pesquisa de notícias, missões que soube cumprir com dignidade.

Regressou à Metrópole, tendo desembarcado em Outubro de 1967.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1445

Comandante: Capitão de Cavalaria *João Luís Pereira Pissarra*

A Companhia de Polícia Militar 1445, mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2, foi destinada à Província de Moçambique, para onde embarcou em 30 de Julho de 1965.

Revista da Cavalaria

Durante a sua estadia naquela Província, até 1 de Março de 1966 foi a Unidade de Polícia Militar à ordem do General Comandante da R. M. M. A partir desta data passou a ficar à ordem do 2.º Comandante da R. M. M. e foi-lhe atribuída missão operacional no Comando de Defesa de Lourenço Marques.

Desempenhou, especialmente, missões específicas de Polícia Militar, cooperando com o Comando, a que pertencia, no sentido de manter a ordem entre o pessoal militar e fazer cumprir a lei e os regulamentos militares, proteger o pessoal militar e civil de todo o excesso de violência, deter os militares ausentes sem licença, recuperar propriedade militar perdida ou abandonada, fazer cumprir o regulamento sobre uniformes, fiscalizar a circulação militar, fazer escoltas, policiar zonas e dependências pertencentes às Forças Armadas, policiar embarques e desembarques de tropas e fazer guardas de honra a altas entidades, missões que soube cumprir com dignidade.

Regressou à Metrópole em Outubro de 1967.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1446

Comandante: Capitão de Cavalaria *Ruben de Almeida Mendes Domingues*

A Companhia de Polícia Militar 1446, mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2, foi destinada à Província Ultramarina de S. Tomé e Príncipe, para onde embarcou no dia 29 de Julho de 1965.

A Companhia ficou quartelada na cidade de S. Tomé.

Além das missões correspondentes às funções específicas de Polícia Militar também lhe foi atribuída uma zona sobre a qual tinha responsabilidade operacional.

Durante a sua permanência em S. Tomé executou patrulhamentos apeados e motorizados, desempenhou missões de ligação entre vários pontos da ilha, fez fiscalização individual e de circulação de elementos militares, fez rondas à cidade e aos bairros periféricos e colaborou na pesquisa de notícias.

Regressou à Metrópole em Setembro de 1967.

Revista da Cavalaria

Algumas vitórias militares

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 1489

Comandante: Capitão de Cavalaria *Eduardo de Matos Guerra*

A Companhia de Polícia Militar 1489 foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para o Comando Territorial Independente da Guiné em 20 de Outubro de 1965 tendo ali chegado a 26 do mesmo mês.

Substitui a C. P. M. 590 em Bissau, tendo destacado uma Secção para Farim.

Dum modo geral desenvolveu intensa actividade em missões específicas à Polícia Militar, missões que soube cumprir com dignidade.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 988

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Francisco Leal de Faria e Aguiar*

O Pelotão de Polícia Militar 988 foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para a R. M. de Angola em 9 de Fevereiro de 1965 tendo ali chegado em 18 do mesmo mês.

O Pelotão cumpriu a sua missão em Luanda, tendo reforçado a C. P. M. 765.

Desempenhou com dignidade as missões específicas da sua especialidade.

Regressou à Metrópole em Abril de 1967.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 1018

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Jacinto Alexandre Neves Fernandes*

O Pelotão de Polícia Militar 1018 foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para a R. M. de Angola em 24 de Julho de 1965 tendo ali desembarcado em 2 de Agosto.

Revista da Cavalaria

O Pelotão foi reforçar inicialmente a C. P. M. 641, tendo seguido depois para Cabinda onde se manteve até Fevereiro de 1966, data em que regressou a Luanda ficando em reforço da C. P. M. 1529, no cumprimento de missões específicas da Polícia Militar, missões que desempenhou com dignidade.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 1019

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Artur Lopes Madureira Osório*

O Pelotão de Polícia Militar 1019 foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para a R. M. Angola em 24 de Julho de 1965 tendo ali desembarcado em 2 de Agosto.

O Pelotão reforçou sempre a C. P. M. 1443 em Luanda, tendo cumprido missões específicas da Polícia Militar, missões que desempenhou com dignidade.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1967.

Algumas virtudes militares

I — A SOLIDARIEDADE E A CAMARADAGEM



nseio de alma, poderá ser definido o sentimento da solidariedade tão necessário ao Homem como a força de coesão à matéria, o equilíbrio ao metabolismo funcional, a sublime orquestração ao Cosmos. Ser solidário é viver no mundo de todos; admitir que a vida, nas suas alegrias e tristezas, gozos e dores, favores e trabalhos tem de ser compartilhada em comum, repercutida por todos, poderíamos dizer, vivida em unísono.

Ter o sentimento da solidariedade é querer colaborar com sua preocupação, seu esforço, seu labor, seu sacrifício na procura dum melhor bem e dum menor mal. É, podermos dizer, um dos sentimentos-base da sociedade real e perfeitamente constituída que confere ao Homem ambiente de segurança, de serenidade, de paz tão necessário à sua completa compenetração no meio onde vive, à expansão completa das suas possibilidades e à aplicação integral das suas qualidades.

Houvesse uma noção perfeita desse sentimento, cuidasse cada um apreciar os resultados fundamentais que se obtém quando é comumente usada a solidariedade, e as dificuldades da vida reduzir-se-iam a um limite inapreciável e o ritmo da vida seria suave e sereno como a alma humana pede e anseia.

*

A camaradagem é a expressão militar desse sentimento. Qualidade básica, vínculo definido e definidor da sociedade militar, melhor, da Família Militar, a camaradagem tem sido um dos valores que o agregado militar opõe, para sua defesa, à desagregação, à penetração das ideias deletérias, ao individualismo, gerando um egocentrismo, um

Revista da Cavalaria

egoísmo, uma divinização do indivíduo, teorias que corromperam a sociedade no século passado e tão nefastas foram para a vida social.

Podemos dizer que, se a disciplina é a armadura de arame de ferro de uma construção onde se apoia toda a estrutura da obra, a camaradagem é o massame que penetra em toda a obra ligando todas as peças, preenchendo todos os espaços, dando à construção o enchimento e a acabada firmeza que faltava ao essencial esqueleto.

A disciplina sem a camaradagem levaria ao cumprimento frio, mecânico, isolado, humanamente desinteressado do dever; a disciplina completada, melhor, adornada pela camaradagem dá ao cumprimento do dever o ambiente de quentura, de humanidade, de entusiasmo comunicativo em bem fazer, em bem cumprir tão necessários ao serviço das forças armadas.

A medida prática do valor da camaradagem pode ter-se quando se fala com alguém que, por algum tempo frequentou as fileiras e se viu envolvido pelos valores e pelos favores da camaradagem; nunca mais viveu esse sentimento tão nobre e tão grato à alma humana além de todos os outros que definem e afirmam as instituições militares.

Ter sempre a certeza que, em qualquer momento, se encontra um braço amigo, uma mão generosa, uma palavra compreensiva, um conselho esclarecedor, uma defesa apropriada, um auxílio desinteressado é sentir que a nossa vida, com valores além dos seus, com possibilidades que transcendem as suas, pode com tarefas que sem a camaradagem lhe estariam vedadas ou, pelo menos, ser-lhe-iam intensamente penosas ou tremendamente difíceis ou até mesmo impossíveis.

Tem tal valor a camaradagem nas organizações militares que, para medi-la, será necessário ver-se ou supor-se o que seriam sem ela. Conjunto de indivíduos, de espíritos portanto, ligados apenas por obrigações similares a um dever comum — servir a Pátria — mas sem a expressão humana da entreatajuda, do comum auxílio, da obrigação mútua, do sacrifício generoso, enfim, de todas as formas superiores de solidariedade que só têm parrelha — e porque não a origem e a essência? — Na verdadeira caridade cristã.

«Irmãos de armas» não é expressão vã, resume em linguagem simples mas precisa e incisiva, que no sentimento da camaradagem há muito do preceito cristão fraterno «amai-vos uns aos outros»; aqui por força do amor a Deus, ali animado pelo amor à Pátria.

Solidariedade e Camaradagem, maneiras diferentemente vividas dum mesmo sentimento, sentimentos diferenciados nas manifestações mas comuns no conteúdo e que manifestam e afirmam os espíritos nobres, os espíritos elevados, os espíritos sãos, em suma, aqueles espíritos que servem de exemplo e guia a quem deles se acerca ou deles recebe, por qualquer modo, luz e calor.

Solidariedade e camaradagem sentimentos que, quase por si só, definem quem os possui e cultiva.

II — SENTIMENTO DA HONRA E DO DEVER

Quanto mais conhecidos, por essenciais, são os sentimentos, mais difícil se torna defini-los. É esse o caso do sentimento da honra.

Procuremos em espíritos esclarecidos e hábeis as palavras, os conceitos, a forma que usaram para definir os sentimentos sublimes que são apanágio rutilante das corporações militares «A honra, no dizer de André Gavet, está acima de tudo, porque é ela a própria essência do ser moral militar».

«A honra, afirma o Cap. Michel no seu livro «Virtudes Militares», é o móbil de todas as belas e boas acções, o guarda atento da nossa reputação. Por este motivo, devemos considerá-la como a mais inalienável das qualidades e é nosso primeiro dever transmiti-la intacta aos nossos descendentes».

Sentimento mais puro onde se resume toda uma pessoa humana; vínculo quase sagrado que mantém o homem à altura da sua missão no Mundo; medida universal para diferenciar os que vivem a «vida inteira» aos que se negam a vivê-la, a honra é atributo, é sentimento que o militar deve, antes de todos os mais, estimar, defender, preservar.

A honra pessoal inculcada no espírito pela própria natureza e por uma superior doutrinação que lhe definiu as essências da pessoa humana, o militar junta-lhe a honra militar que não é mais do que a aplicação da honra pessoal às atribuições do serviço.

Repetindo André Gavet diremos que a «honra militar, individual ou colectiva, é a afirmação soberana do valor militar do soldado ou do

Revista da Cavalaria

regimento. A fidelidade à nação e à bandeira, a coragem, a disciplina, são os elementos principais especiais da honra militar.

Honra é portanto sentimento que tudo pode exigir porque as razões que invoca transcendem a natureza humana, e se são os homens que conferem existência aos fins que a honra serve, têm de tudo sofrer, «por sua honra», para que existam e persistam os motivos superiores que à honra dos homens foi cometida.

*

Se a honra leva à obrigação de proceder de acordo com os regimentos que dominam os espíritos e dirigem os homens, o cumprimento do dever está intimamente ligado à existência da honra.

Honra e dever, são sentimentos que vivem dependentes e ligados tão intimamente que não podemos compreender uma sem a outra. Poderíamos talvez dizer que sendo a honra o sentimento do dever em potencial, este é o sentimento da honra exercido.

O dever será o sentimento que nos faz executar em consciência tudo quanto nos mandam as leis, a honestidade, os usos, as conveniências; é o principal guia do homem de carácter.

É o sentimento que nos inspira a força de vontade, o governo e o domínio das paixões, tendo a sua origem na ideia de justiça que é inata no homem, mantem em todo o seu vigor a voz possante da consciência.

Todas as relações com o nosso semelhante implicam deveres, deveres que existem quando estamos perante superiores, iguais ou inferiores.

Dever é sentimento que nos acompanhando desde as tenras idades até ao declinar da vida, compensa-nos dos sacrifícios, pesados sacrifícios que nos exige, pela satisfação sem par do dever cumprido, satisfação que é o maior bem, o melhor lucro do homem de carácter.

O Dever é o sentimento que torna espontâneo o trabalho, útil o esforço, superior a intenção, suportável a fadiga, suave o sacrifício, dá enfim à actividade humana, seja qual for o sector visado, um fim elevado, verdadeiramente digno da criação.

Tem tal expressão esse sentimento que só por si serve para definir uma doutrina, impor uma ideia mestra, marcar uma directriz, como o fez NELSON em TRAFALGAR mandando inscrever no seu pavilhão DEVER.

Revista da Cavalaria

*

Sentimentos da honra e do dever, vinculados por força da natureza na pessoa humana, definidos na doutrinação superior que assiste ao homem civilizado, desenvolvidos e encarecidos na formação que deve estruturar todo o militar, é necessário que sejam sempre respeitados em toda a forma de acção que, por qualquer modo, afecte aqueles que servem nas fileiras das forças armadas.

Coronel MIRANDA DIAS

Não é de mais repetir, ser inconcebível que se ensine em detalhe, ao soldado, o funcionamento e o modo de emprego de tantas armas e engenhos, enquanto se deixa de ensinar aos chefes a maneira de se servir do único instrumento que ele é forçado a manejar: o homem.

Tenente-Coronel LEBAUD

O DIA DA UNIDADE



no Regimento
de Cavalaria 4

Palestra alusiva ao Dia, feita pelo Comandante



hoje um dia de festa em nossa casa.

É o dia do Regimento. No dia de hoje, ornamentado o nosso lar com bandeiras e guiões, vestidos os melhores uniformes, convidamos os nossos amigos para se associarem à nossa alegria, reunimo-nos para os receber, mostrarmos-lhes o lugar onde vivemos e manifestamos-lhes o nosso prazer

por os termos entre nós.

Dir-se-ia que alguma coisa se passa hoje que justifica este ar de festa, este ambiente de satisfação. Então que se passa? Dia de anos de alguém?

Sim, efectivamente celebra-se hoje um aniversário, o do nosso Regimento. Faz anos que nasceu esta unidade de que nós hoje fazemos parte, nós os homens, oficiais, sargentos e praças, todas as paredes dentro das quais vivemos, todo o material com que trabalhamos.

Mas, poderão perguntar, alguma coisa disto existia quando o Regimento de Cavalaria 4 foi fundado? Nenhum de nós era vivo, os

Revista da Cavalaria

materiais eram diferentes a unidade não estava em Santa Margarida, havia cavalos, os uniformes eram outros...

E parece que o Regimento já é bastante antigo...

Como se explica então que nos consideremos todos em conjunto, homens e coisas, o Regimento de Cavalaria que há mais de duzentos anos foi fundado?

É que para além dos nossos corpos, para além das pequeninas porções de matéria que constituem as coisas, os corpos morrendo, as coisas gastando-se, existe o espírito, a alma, e esta não morre. É por isso que nós hoje estamos aqui, nós, aqueles em quem está incarnado o espírito de outros que no século XVIII, os primeiros soldados do Regimento de Cavalaria 4, souberam morrer dignamente pela sua Pátria de então, a nossa Pátria de agora, e a Pátria futura daqueles soldados que nos substituirão quando nós tivermos desaparecido. É a estes, aos soldados do futuro, que nós, os actuais soldados de Cavalaria 4, transmitiremos a alma, o espírito do Regimento que até nós chegou transmitido através de sucessivas gerações de soldados que no seu uniforme usaram sempre as duas espadas e o algarismo quatro. É esta portanto a razão pela qual nós homens, paredes e armas, como disse — somos ainda o Regimento que há mais de dois séculos existe. Somos outros corpos, mas a alma é a mesma...

E bem idosos que somos! Foi há 205 anos, dois séculos e cinco anos, em 1762, que este Regimento nasceu. Havia guerra então, a chamada Guerra dos Sete Anos, e com ela surgiu a necessidade de se formarem 10 novos Regimentos de Cavalaria dos quais um foi entregue ao comando de um nobre estrangeiro, ao Príncipe de Macklemburgo. Naquele tempo os Regimentos não eram designados por números, mas sim pelo nome do seu primeiro Comandante. Só em princípio do século XIX é que, realmente, o nosso Regimento passou a ter a sua actual designação. Daquele Comandante, do Príncipe de Mecklemburgo, ainda hoje existe nesta casa o seu retrato e do Regimento que então tinha o seu nome guardam-se no gabinete do Comando de agora dois documentos, dois mapas diários com as datas de 1795 e 1796. São estas pequenas coisas que ajudam a passar de geração em geração o espírito do Regimento. Claro que o R. C. 4 teria muito para contar da sua vida se houvesse tempo para isso. Todos pensam, certamente, que esta nossa casa não é a primeira em que vivemos. Esta é nova, ainda muito recente. Mas já moramos na Feitoria de S. Julião da Barra a meio caminho entre Lisboa e Cascais, em casa que ainda hoje existe, pertencente ao Colégio Militar. Foi aí o nosso

Revista da Cavalaria

primeiro quartel. Mais tarde, depois de andarmos a combater por França e por Espanha, fomos viver para Belém, em Lisboa, e por lá ficamos até 1836. Depois mudámo-nos para Torres Novas, daí outra vez para Lisboa, em Campolide, e mais tarde de novo em Belém onde vivemos até 1919. Também tivemos quartel em Alcobaça durante perto de oito anos e em tempos mais chegados residimos perto de 27 anos em Santarém, até 1955. Desde 29 de Maio de 1964 que aqui estamos nesta nova casa que vós com o vosso trabalho de todos os dias ajudais a conservar e a manter.

Cuidemos dela, garrida e asseada como é, para que os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos nela possam vir viver e continuar a manter vivo o espírito de 4 de Cavalaria. Quantos feitos, quantos heroísmos, quantos actos de bravura praticados por aqueles de que hoje só existem cinzas e que foram os nossos antepassados neste Regimento.

Que fez o Regimento, que fizemos nós durante estes 205 anos de vida?

Claro que não estivemos apenas em serviço de guarnição, a fazer quartos de sentinela, plantões e faxinas por todos os quartéis onde vivemos...

Olhai para o estandarte verde rubro simbolizando a vossa Pátria, que neste momento se encontra na frente do Regimento, bem à vista de todos. Dele estão pendentes duas fitas, uma azul e outra às listas verdes e vermelhas. A primeira, a azul, representa a mais alta ordem honorífica que pode ser concedida a um militar ou a uma unidade. É a Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito. Quer isto dizer que ao nosso Regimento foi reconhecido públicamente o direito de usar uma insígnia que afirma o seu valor em combate e a lealdade e mérito dos seus homens. A segunda fita, a verde e vermelha, representa a medalha da Cruz de Guerra, concedida ao Regimento de Cavalaria 4, conforme manda o Regulamento da Medalha Militar, para premiar actos e feitos de bravura praticados em campanha, isto é, em guerra.

Valor, lealdade, mérito, actos e feitos de bravura do Regimento...

Onde? Quando foi isto?

É também o nosso estandarte que responde. Escondido nas suas pregas, em letras bordadas com fio de ouro, existe a seguinte legenda:

Buçaco, 1810; Fuentes de Oñoro, 1811; Fuentes del Mestre, 1812; Pireneus, 1813; Vielle, 1814; Coolela, Mujenga, Manjacaze, Chaimite, 1895; Mongua, 1915.

Revista da Cavalaria

Por cima desta lista de nomes e datas, também bordada, uma frase, a frase que constitui divisa do Regimento: «Perguntai ao inimigo quem somos...»

Se o inimigo ressuscitasse e quisesse responder a esta pergunta ouvi-lo-íamos responder em espanhol, em francês e em diversos idiomas africanos. E ele diria nessas diferentes línguas: São os homens de Cavalaria 4!

Sim, porque a glória deste Regimento que hoje somos nós, não foi conquistada apenas dentro das nossas fronteiras. Foi conquistada a golpes de coragem e de heroísmo por terras longínquas e estranhas da Europa e por terras distantes e exóticas de África. Quantos e quantos portugueses de raça rija não derramaram o seu sangue e não caíram à sombra do estandarte do «Quatro», de armas na mão, em terras na maior parte hoje ignoradas, mas sempre com o pensamento posto na terra donde haviam partido, na Pátria que os mandava marchar. Aqui no Regimento, em frente à porta de armas, mesmo à vista de quem entra, está uma placa com os nomes de alguns que caíram durante a primeira guerra mundial.

E antes desses? Quantos desde 1762? Os nomes deles são ignorados, mas neste momento se cerrarmos os olhos, vemo-los em pensamento, em galopada triunfal de espadas desembainhadas, desfilando, sob um sol glorioso e contemplando-nos a nós cá em baixo, seus descendentes e seus herdeiros neste ano de 1967 e neste quartel de Santa Margarida. Quartel deles e nosso. Nosso porque aqui estamos nós, deles porque aqui estão as suas almas. Almas que lhes fugiram dos corpos quando durante seis dias defenderam as passagens do rio Vouga contra os franceses de Napoleão, por forma tal que o seu Comandante Chefe deles disse: «Todos cumpriram como deviam e o inimigo o pode melhor dizer pelo que experimentou». Almas que lhes fugiram dos corpos por toda a Espanha em perseguição desses mesmos franceses e por fim no próprio território francês após terem atravessado os Pirenéus. Almas que lhes fugiram dos corpos em Moçambique sob o comando do glorioso Mousinho de Albuquerque patrono da Cavalaria, e em Angola tendo à frente a figura altaneira e distinta do Major Vieira da Rocha. E hoje também lá estamos, também estamos lutando em África, homens que saíram e quase todos os dias saem daqui do Regimento. Eu vi-os lá em Moçambique, cavaleiros, ao lado de artilheiros, de infantes, de engenheiros, todos de armas na mão, prolongando o nome da raça e da Nação nas terras de África que descobrimos para o mundo...

Revista da Cavalaria

Estamos lá, estão lá os soldados, os sargentos e os oficiais que ainda há bem pouco aqui viviam connosco, nestas paredes que todos os dias nos vêem e nos ouvem. E iremos, e estaremos, e combateremos, e morreremos quando a Nação nos chamar. E havemos de o fazer por forma a que aqueles soldados do Regimento de Cavalaria 4 que neste momento desfilam pelas alturas, possam dizer contemplando-nos: Não morremos em vão!...

Coronel ORLANDO BARBOSA

Comandar não é sòmente fazer-se obedecer, é acima de tudo, exercer uma autoridade moral da ordem mais elevada.

A. REDIER

Palavras de despedida

do Comandante do Regimento de Cavalaria 4, coronel do C. E. M. Orlando Ferreira Barbosa, publicadas na O. S. n.º 258 de 31 de Outubro de 1967, daquela Unidade

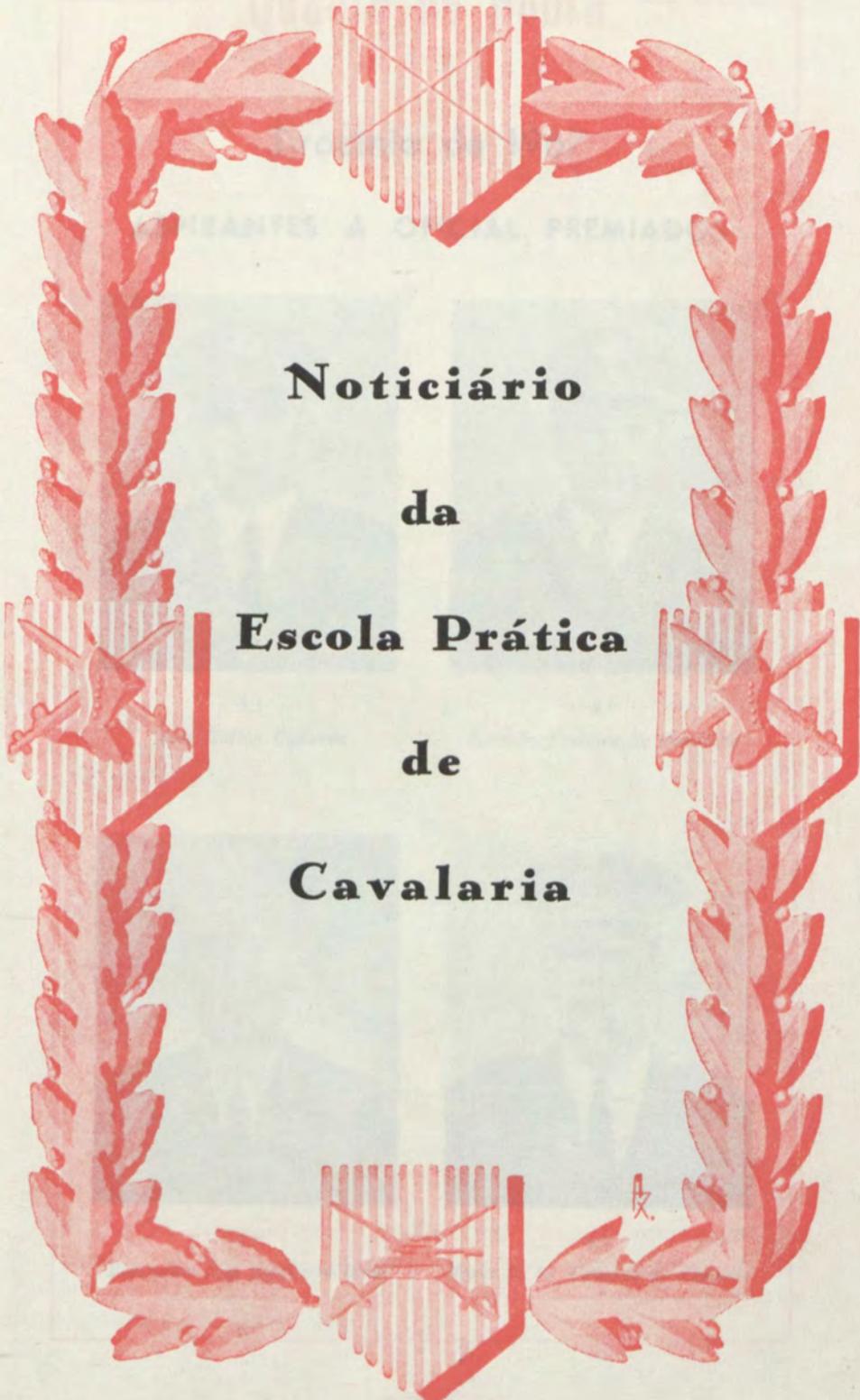
Ao abandonar este Regimento onde servi durante um ano, desejo por esta forma manifestar a honra que senti em vir comandar uma Unidade de tão gloriosas tradições na Arma de Cavalaria. Foi-me dado viver dia a dia no meio de militares que se distinguem pelo seu porte, pela sua actividade aprumada e pelo seu comportamento e que pelo seu trabalho diário contribuem para que o R. C. 4 seja uma Unidade considerada dentro da 2.ª Região Militar e em todo o Exército Português. A muitos tive a oportunidade e o prazer de premiar pela forma como se distinguiram mas o momento é próprio para agradecer a todos aqueles que anonimamente e com humildade empregam o seu esforço e inteligência para que o Regimento continue a ser o primeiro quer na paz quer na guerra. Não importa apenas que o R. C. 4 se distinga como Unidade territorial mas que todos se compenetrem que o seu dever é prepararem-se para a defesa da Pátria se tal lhes for exigido.

É com saudade que abandono o Regimento no qual apliquei a minha capacidade para que ele continue a viver para além dos 205 anos que hoje conta. Faço-o com uma palavra amiga para todos aqueles que ficam e com o desejo de que todos esses continuem a trabalhar para maior honra e glória do Regimento de Cavalaria n.º 4. Que Deus o proteja e a todos quantos nele vivem e hão-de viver.

HOMENAGEM AOS MORTOS
DA COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1508
DO BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1880



*Monumento inaugurado no dia 21 de Julho de 1967
por ocasião das cerimónias que comemoraram
o Dia da Cavalaria*



Noticiário

da

Escola Prática

de

Cavalaria

lx.

Quadro de Honra

Tirocínio de 1967

ASPIRANTES A OFICIAL PREMIADOS



1.º

José Carlos Cadavez



2.º

Estevão Ferreira de Carvalho



3.º

Fernando José Salgueiro Maia



4.º

Mário D. G. Tavares de Almeida

Tirocínio de 1967

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS
DO QUADRO PERMANENTE

(ANO ESCOLAR 1967)



Os novos Aspirantes com o General Director

ACTIVIDADES DA E. P. C. EM 1967

1 — Actividades Escolares



actividade escolar foi especialmente caracterizada pelos cursos do QC que dominaram a vida escolar. É principalmente o volume de instruendos, que obriga a utilizar o Quartel das Donas, que causa as maiores alterações.

Mas a função da Escola é justamente a formação de quadros. Pena é que, devido às dificuldades actuais se tenha de estar a distrair as actividades escolares para a formação de pessoal que não é destinado à Cavalaria.

Porque há muitos cavaleiros que, estando fora, não acompanharam esta mudança da organização da instrução, explica-se que:

- O 1.º ciclo do COM é todo feito na EPI no final do qual os instruendos são distribuídos pelas Armas indo fazer o 2.º ciclo nas respectivas Escolas;
- O 1.º ciclo do CSM foi feito em três CI (Santarém, Caldas da Rainha e Tavira) em que a instrução foi organizada pela DAI havendo no fim provas comuns e simultâneas nos três CI. Os instruendos são depois destinados às diferentes Armas, frequentando os 2.ª ciclos nas respectivas Escolas Práticas;
- Como cada ciclo tem anualmente quatro turnos, calcula-se o que isso representa para uma Escola.

A EPC dispondo do Quartel das Donas e de boas instalações nunca teve dificuldades especiais quanto a instalações, mas o mesmo já não se pode dizer quanto a terrenos e especialmente quadros para instruir este volume de instruendos.

Revista da Cavalaria

Como os terrenos não se podem inventar, exploraram-se ao máximo as possibilidades dos existentes, que, ao fim e ao cabo acabaram por satisfazer. Os quadros é que não se puderam improvisar. Em quantidade foi dada a solução, mas a experiência é que não se adquire dum dia para o outro e assim o 1.º ciclo do CSM teve como comandantes de pelotão os aspirantes a oficial que haviam terminado o anterior turno do COM.

Como já vem acontecendo há uns anos, também funcionou o CEOMR (Curso Especial de Oficiais Milicianos Reinspeccionados) para o que houve a possibilidade de enquadrar com oficiais do QP.

Quanto aos cursos da Arma, funcionou um TOQP, aquele tirocínio que já tem umas características tão diferentes dos daqui há uns anos!... É frequente ouvir-se dizer aos oficiais de Cavalaria que o tirocínio foi a melhor época da sua vida militar.

O tirocínio de hoje já não tem a alegria, as galopadas e aquele ambiente especial de Torres Novas. A Escola faz o possível, mantém-se a «espera» como é da tradição, os tirocinantes oferecem logo à chegada um beberete aos oficiais da Escola, mas os tempos mudaram, as instruções serão mais técnicas, talvez mais organizadas, mas... é tudo muito diferente. O TOQP foi composto por cinco aspirantes a oficial e um aspirante com a graduação de tenente. Infelizmente este tirocínio já nesta altura está reduzido a cinco, devido à morte em Angola do alferes Carvalho.

Os três cursos de PM para oficiais e um para sargentos que tiveram lugar na Escola, além de estarem a contribuir para que todos os oficiais da Arma fiquem habilitados a desempenhar as funções de PM tiveram a vantagem de trazer à Casa da Cavalaria alguns oficiais que já aqui não vinham há muito tempo. Um destes cursos também foi frequentado pelo TOQP.

Também se fez um estágio de AML Panhard para sargentos que também foi frequentado por dois oficiais, e, a segunda parte do curso de Transmissões para oficiais do QP.

Em resumo a actividade da Escola foi a seguinte:

A — Quadro Permanente

— Curso de PM para sargentos	24 Jan — 04 Mar
— Curso de PM para oficiais	29 Mar — 01 Mai
— Curso de Tms. para oficiais (2.ª parte)	17 Abr — 29 Abr
— Curso de PM para oficiais	19 Jun — 22 Jul

Revista da Cavalaria

— TOQP	29 Mar - 09 Set
— Curso de PM para oficiais	18 Set - 21 Out
— Estágio de AML Panhard	23 Out - 25 Nov

B — *Curso de Oficiais e Sargentos Milicianos*

— COM (2.º ciclo — 3.º T/66)	03 Jan - 18 Abr
— CSM (2.º ciclo — 3.º T/66)	03 Jan - 18 Abr
— CSM (1.º ciclo — 1.º T/67)	03 Jan - 18 Mar
— COM (2.º ciclo — 1.º T/67)	29 Mar - 09 Jun
— CSM (2.º ciclo — 1.º T/67)	29 Mar - 09 Jun
— CSM (1.º ciclo — 2.º T/67)	10 Abr - 24 Jun
— COM (2.º ciclo — 2.º T/67)	26 Jun - 09 Set
— CSM (2.º ciclo — 2.º T/67)	26 Jun - 09 Set
— CSM (1.º ciclo — 3.º T/67)	10 Jul - 23 Set
— CSM (2.º ciclo — 3.º T/67)	25 Set - 09 Dez
— CSM (1.º ciclo — 4.º T/67)	09 Out - 22 Dez
— CEOMR	02 Out - 28 Out

No total verifica-se que funcionaram na Escola 19 cursos compreendendo alguns deles muitos instruendos. Talvez a maioria desses cursos, no que diz respeito ao esforço pedido aos quadros, não sejam muito complicados, mas são muito trabalhosos, exigem um grande esforço físico e são de grande responsabilidade visto estar-se a preparar em tempo reduzido quadros que vão actuar nas PU com pouco mais ciência do que aquela que aqui absorvem. Há, no entanto, um facto que não deve causar preocupações aos velhos cavaleiros, a generosidade e entusiasmo dos seus sucessores nos quadros da Arma, foram aqueles que trouxeram de Torres Novas.

2 — **Outras Actividades**

— Ligados às actividades escolares houve vários factos a assinalar durante o decorrer do ano. Assim a Escola recebeu a visita do Ex.^{mo} General Director da Arma pelo menos uma vez durante cada curso e a quando das principais cerimónias que aqui se realizaram.

— Em 17 de Abril, a EPC celebrou o aniversário da sua criação oficial como Estabelecimento Militar independente.

Revista da Cavalaria

Nesta data, que assinala agora o «Dia da EPC», completou a Escola os seus 77 anos de existência.

À cerimónia comemorativa — a que presidiu Sua Ex.^a o General Director da Arma e que teve a honrá-la ainda a presença do Ex.^{mo} Brigadeiro 2.º Comandante da 3.^a Div., em representação de Sua Ex.^a o General Comandante da 2.^a RM, e os Ex.^{mos} Senhores Governador Civil do Distrito de Santarém, Presidente da Câmara Municipal, Comandante Militar da cidade e Comandante do Presídio Militar — constou de for-



Prova Patrulhas C. S. M. — Passagem de água sob rede de arame farpado

matura geral da Escola perante a qual o Ex.^{mo} 2.º Comandante proferiu uma palestra em que historiou, em breves palavras, os pormenores da criação da EPC e os passos da sua existência até agora.

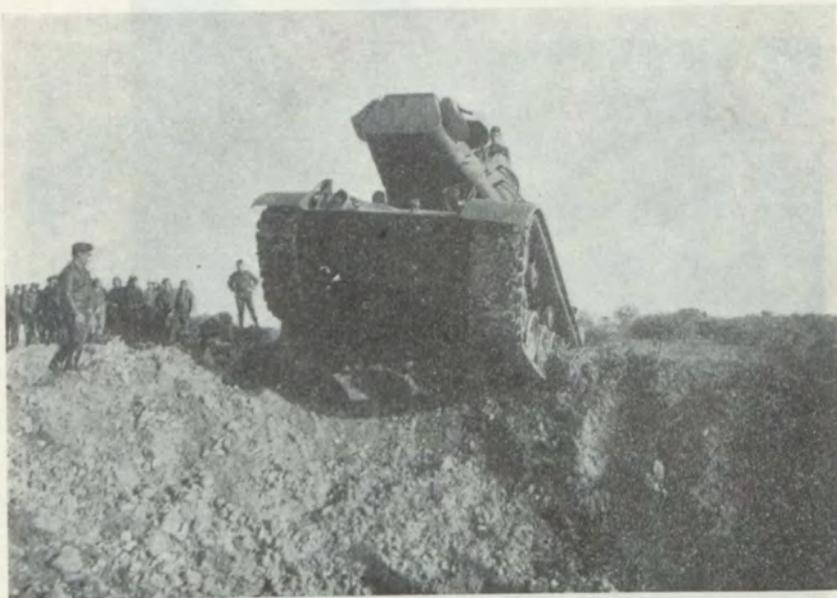
O mau tempo prejudicou grandemente a tarde desportiva que estava organizada, não tendo sido possível a realização do jogo de futebol, das provas de atletismo e da Poule Hípica que se previam.

— Em 10 de Maio, visitou a EPC, Sua Ex.^a o General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, com a finalidade de verificar as circunstâncias em que a EPC desenvolve a sua tarefa de C. I. dos Cursos de

Revista da Cavalaria

Milicianos. Percorreu Sua Ex.^a em especial, o Quartel das Donas onde estava instalado e funcionava o 1.º ciclo do CSM, inteirando-se do conjunto de condicionamentos que influenciam o rendimento da instrução. Sua Ex.^a o General Director da Arma esteve presente e acompanhou aquela alta entidade do nosso Exército.

— Já dentro da rotina anual da vida escolar, receberam-se as visitas do CPOS em 24 de Maio e em 6 de Dezembro a quem foram apre-

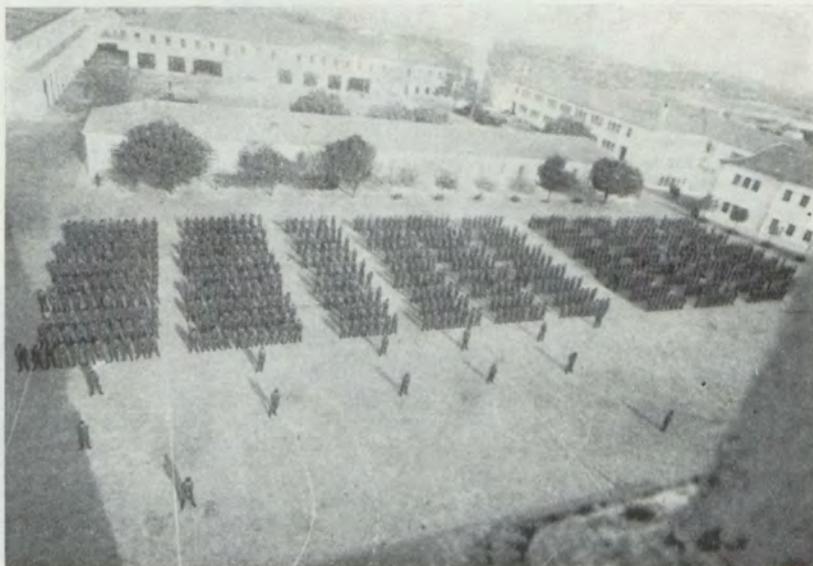


Demonstração nos C. P. O. S. das possibilidades do CC M47

sentados um E. Rec. e o que se pôde mostrar de C. C. Fez-se uma palestra sobre a Arma e na parte da tarde foram mostradas as viaturas especiais nos terrenos da Atalaia. São umas visitas que se consideram bastante úteis tanto por podermos mostrar alguma coisa da nossa Arma a um grande grupo de oficiais de outras Armas como por ser uma boa ocasião para estreitar laços de camaradagem, que tão necessários são no Exército. Como já é hábito fez-se uma visita às instalações da Escola e como também já é hábito, esta visita foi um motivo de orgulho para os cavaleiros que frequentavam o CPOS e, que como é natural consideram a Escola a sua Casa.

Revista da Cavalaria

— Em 9 e 10 de Março e 21 e 22 de Novembro foram os alunos do 1.º ano do C. G. E. M. que nos visitaram. É uma visita de dois dias em que não se pode perder nem um minuto... Assim foi possível, além das demonstrações feitas ao CPOS, ir ao CIM de Santa Margarida onde assistiram à apresentação em parada dum Comando de GCC e dum ECC. Também lhes foi mostrado um Pel CC num ataque e o tiro das armas de bordo das viaturas blindadas, CC e AM incluindo a AML que era novidade mesmo para os cavaleiros do curso.



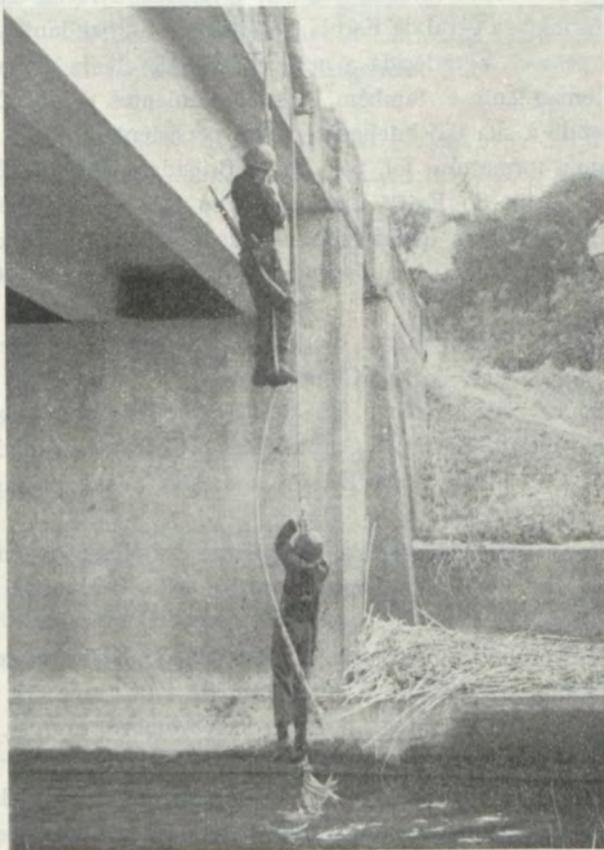
Formatura geral da E. P. C. na cerimónia de despedida do comandante Coronel Vasco Cordeiro

— Em visita de inspecção aos diversos departamentos escolares, estive na EPC, em 24 de Outubro, Sua Ex.^a o General Comandante da 2.^a RM que se fez acompanhar do seu Chefe do Estado-Maior. Foi esta visita de Sua Ex.^a, complementar da que havia feito em 1966 e durante a qual não foi possível percorrer a totalidade das instalações escolares. Deste modo ficou Sua Ex.^a completamente identificado com o estado e necessidades dos dois aquartelamentos da EPC.

— No decorrer do ano houve as cerimónias da ratificação do Juramento de Bandeira dos quatro turnos do 1.º ciclo do CSM e a do

Revista da Cavalaria

CEOMR. Em todas houve a solenidade devida a tão importante acto da vida dos jovens quadros do nosso Exército, para o que muito contribuiu a presença dos Excelentísimos General Director da Arma, Governador Civil de Santarém, Comandante Militar de Santarém e Pre-



Fase de instrução. Descida da Ponte do Celeiro

sidente da Câmara de Santarém. Como é hábito, as famílias dos instruendos compareceram em grande número.

— Em 2 de Novembro, por imposição de chamada à frequência do Curso de Altos Comandos, deixou o Comando da EPC o Ex.^{mo} Coronel Vasco de Castro Ataíde Cordeiro, o qual, durante exactamente dois anos, foi chefe ilustre da «Casa da Cavalaria».

Revista da Cavalaria

Dois dias antes, em 31 de Outubro, prestou a EPC reconhecida homenagem a quem tão bem soube atrair a amizade e respeito do seu pessoal.

Na presença dos Ex.^{mos} Brigadeiros Tristão Carvalhais — em representação de Sua Ex.^a o General Comandante da 2.^a RM — e Reymão Nogueira — representando Sua Ex.^a o General Director da Arma — e perante formatura geral da Escola, foi, pelo 2.^o Comandante, em nome de todo o pessoal, agradecida a notável lição de chefia que nos legou o Ex.^{mo} Comandante e, também, os melhoramentos da Escola que se ficam devendo à sua tão inteligente como persistente acção.

Perante a formatura, foi, pelo Ex.^{mo} Brigadeiro Reymão Nogueira, colocada no peito do Ex.^{mo} Coronel Vasco Cordeiro, a medalha de Serviços Distintos com que fora agraciado por Sua Excelência o Ministro do Exército em reconhecimento da sua acção no Comando da EPC.

Realizou-se, seguidamente, o desfile das tropas que prestaram a derradeira continência ao seu Comandante.

Depois, no Salão Nobre, foi, pelo Ex.^{mo} Brigadeiro Carvalhais, descerrado o retrato do Ex.^{mo} Coronel Vasco Cordeiro, o qual fica, na Galeria dos Comandantes da Escola, a atestar a sua passagem pelo Comando da EPC.

No almoço que em seguida se realizou na Messe de Officiais foi entregue ao Ex.^{mo} Coronel Vasco Cordeiro uma lembrança oferecida pelo pessoal da Escola.

— Por despacho de Sua Ex.^a o Ministro do Exército, tomou em 7 de Dezembro, o cargo de Comandante da EPC, o Ex.^{mo} Tenente-Coronel Leão Correia, o qual, desde 2 de Novembro, exercia, interinamente, as mesmas funções.

— Como vem já sucedendo há muitos anos, o Comando da Escola, ofereceu no dia 22 de Dezembro uma merenda aos filhos dos oficiais, sargentos e praças da EPC durante a qual foram oferecidos brinquedos às crianças. A árvore de Natal estava armada no ginásio que tinha sido decorado para o efeito.

Foi uma tarde de convívio da família militar que terminou com a projecção de filmes para as crianças.

— Ainda integrado nas cerimónias da quadra natalícia, o Ex.^{mo} Comandante, Officiais e Sargentos da Escola compartilharam a consoada com as praças, no refeitório geral, tendo o Ex.^{mo} Comandante e o Capelão dirigido aos presentes algumas palavras relembrando o significado do dia.

Revista da Cavalaria

— A EPC tomou parte nos campeonatos desportivos da II RM nas categorias de oficiais, sargentos e praças tendo obtido as seguintes classificações:

Futebol de 5 — Categorias de Oficiais	Campeões
Andebol de 7 — Categorias de Sargentos	Campeões
Voleibol — Categorias de Praças	Finalistas
Ténis de Mesa — Categorias de Sargentos:	
— Pares	Campeões
— Singulares	Finalistas

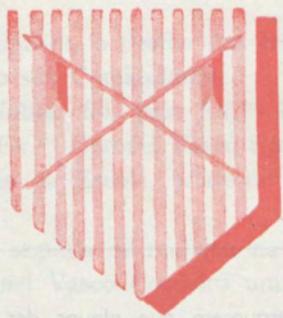
Muitos chefes esquecem que alguns dos seus subordinados são também verdadeiros chefes.

A. ROUJOU

Revista de Contabilidade

classificação: ...

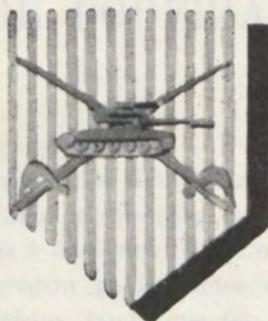
... de ...



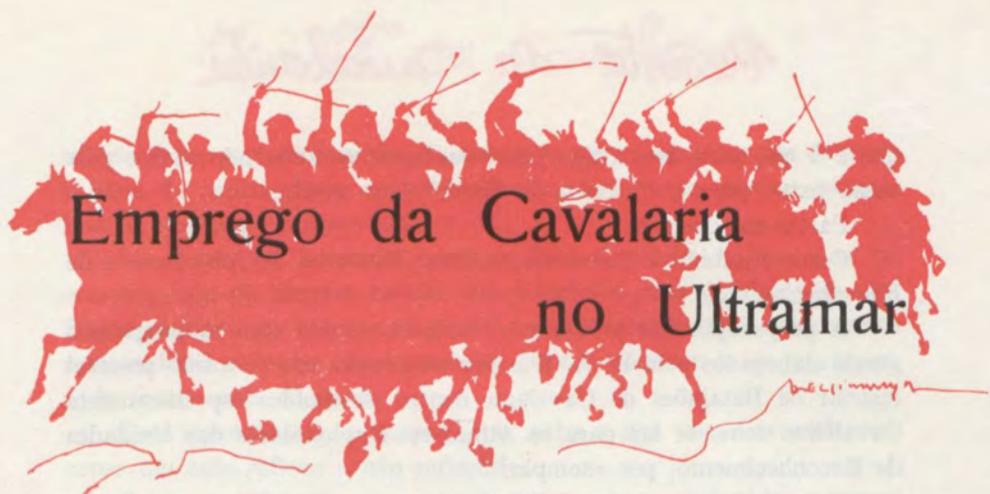
A decorative border made of red laurel leaves and berries, forming a rectangular frame around the central text and emblem. The wreath is rendered in a stylized, flat manner.

Doutrina

e



lx



Emprego da Cavalaria no Ultramar

O QUE É O QUE PODERIA SER



mais um ano da *Revista da Cavalaria* e também mais um ano de esforço e de vontade do Director da Arma e do Grupo de «carolas» que à volta dele se congregam para manter sempre vivo o espírito Cavaleiro, tarefa que tão pouco ambiente encontra fora do nosso restrito ciclo...

No entanto, nunca será demais repeti-lo, há que manter o espírito das Armas, pois só através dele se consegue o espírito de corpo que contra o que alguns pensam, nem é contrário à camaradagem nem à solidariedade que tem de existir e existe, Deus louvado, entre os elementos das Forças Armadas.

Todos os que comandaram tropas de várias origens sabem que assim é e que assim tem que continuar a ser, sem que tal conceito impeça que se continui a procurar explorar e desenvolver as características próprias de cada uma, para melhor rendimento global.

Estabelecido e assente este princípio, necessário para que se não pense que estamos deformados pelo espírito da Arma de origem, falemos um pouco da nossa luta no Ultramar e vejamos se não poderíamos fazer mais pela eficiência das Unidades de Cavalaria em particular,

Revista da Cavalaria

que é o que para este artigo interessa focar, contribuindo assim, pela nossa parte, para a eficiência do Exército em geral.

Parece-me que sim.

Como é sabido a Cavalaria mobiliza Unidades de Atiradores e de Reconhecimento.

A preparação das primeiras é dada de acordo com os programas gerais elaborados pela D. A. I. e por essa razão não tem sido possível instruir os Batalhões de Cavalaria dentro de moldes especificamente Cavaleiros como se faz para os Atiradores-Exploradores das Unidades de Reconhecimento, por exemplo.

Mas, dado essa impossibilidade e enquanto a não conseguirmos vencer, podemos e devemos, dentro dos moldes da instrução que nos é fixada, manter, ao menos, o espírito ousadamente manobrador que nos caracteriza e que podemos observar na maioria das Unidades de «Comandos» por exemplo. Podemos e devemos mesmo instruir as nossas Unidades baseando-nos afinal na instrução individual do combatente, no endurecimento e na justeza de pontaria, características fundamentais das unidades especiais.

Por outro lado, sendo certo que uma Unidade vale o que vale o espírito do seu Comandante e dos seus graduados, seria desejável que as Unidades de Cavalaria fossem todas enquadradas por pessoal oriundo da Arma. Sabe-se que é difícil mas não impossível. Ocorre por exemplo perguntar se não seria mais útil que os Oficiais Milicianos, futuros Comandantes das Companhias, fizessem o seu curso de preparação na Escola Prática correspondente à Unidade que vão comandar.

É uma questão de planeamento, mas não é impossível e é muito mais lógico e eficiente que cada Arma prepare os seus Oficiais de complemento ⁽¹⁾.

Consiga-se ou não a finalidade que atrás esbocei, não há dúvida é que temos que aceitar como dogma de fé que só a ofensiva conduz à

(1) Não significo com isto que o espírito Cavaleiro seja exclusivo dos oriundos da Cavalaria... Longe disso.

Penso em muitos que tive a honra de comandar na Guiné e eles sabem que é assim, não só porque lhes disse isto mesmo pessoalmente, mas porque os propuz para as mais altas condecorações e louvores.

Assim lhes sejam concedidos.

Quando pretendo que as Unidades de Cavalaria sejam só enquadradas por Cavaleiros, ou por estagiados na Cavalaria, tenho sobretudo em mente que sendo assim lhes poderemos pedir maiores responsabilidades e até «chamá-los à pedra» com mais autoridade...

Revista da Cavalaria

vitória e que portanto, mesmo na defensiva nunca devemos pôr de parte a ideia do contra-ataque e da exploração do sucesso, mesmo parcial, que ele nos possa proporcionar.

Isto tanto é Clausewitz como espírito Cavaleiro e para que tal conceito saia do simples campo dos princípios para produzir os seus frutos práticos, os homens têm que ser permanentemente preparados e mentalizados (passe o modernismo) para o poderem fazer em tempo e da forma mais eficiente.

Essa mentalização tem que estar neles e nos seus Comandantes, como um acto reflexo e não reflectido...

Para que tal se consiga, não bastam as bem conhecidas e nunca demais gabadas qualidades do nosso Povo.

Os homens têm que ser bem preparados para a guerra que estamos a fazer. E essa preparação é, ou tem que ser, constante e permanente. Não se combate normalmente durante as vinte e quatro horas do dia e bem de ver, temos que destinar ao repouso, bem ganho, algumas delas.

Mas é necessário não confundir descanso com inactividade, porque esta é altamente nociva, moral e fisicamente falando.

Mesmo em quadrícula (diria até, sobretudo em quadrícula) os homens têm que estar em constante actividade.

Os exercícios físicos colectivos e a prática de tiro (não tiro de carreira, mas tiro sobre quaisquer alvos improvisados) são as mais úteis ocupações para a guerra.

Um homem que se sente fisicamente em forma e que sabe que tem, pelo menos, três probabilidades em cada quatro de acertar no inimigo, é um homem cheio de moral, capaz de dar tudo e a quem tudo se pode pedir.

É aí que reside, sobretudo, a superioridade das Unidades especiais e não na selecção física, mais ou menos rigorosa, a que são sujeitos.

Durante o meu comando na Guiné, tive ocasião de confirmar esta opinião e de o dizer em directivas; quem as seguiu e me ler agora, há-de dar-me razão.

É claro que para isso não podemos poupar munições...

E por assim ser se emprega no C. T. I. G. o «slogan», talvez pouco ortodoxo para os regulamentos metropolitanos, de que «munições que se gastam em treino se poupam em operações».

Se aos três conceitos que enunciei (espírito manobrador e ofensivo; instrução do combatente e preparação física; disciplina e eficácia de fogo) juntarmos um treino frequente de embarque e de desembar-

Revista da Cavalaria

que de meios aéreos (penso especialmente nos helicópteros) ⁽¹⁾, rápida orientação e imediata adopção da formação adequada logo que se ponha o pé no terreno, teremos obtido uma muito maior eficácia para as nossas Unidades de Atiradores de Cavalaria (desejaríamos poder dizer Atiradores-Exploradores de Cavalaria) e dessa forma estaremos aptos a desempenhar da melhor maneira todas as missões incluindo, bom de ver, as helitransportadas, para as quais a Cavalaria estará particularmente bem dotada.

Mas, dir-me-ão os não Cavaleiros, tudo isto é aplicável a Unidades de Atiradores de qualquer Arma...

Pois é e então teremos que concluir que o Exército que nos con-vém para a guerra a que temos de fazer face deve, todo ele, ser preparado o melhor possível neste sentido.

Claro que nem todos, Oficiais, Sargentos e Praças podem atingir o mais alto nível. Não somos todos iguais e haverá sempre bons, médios e maus. Mas com melhor preparação os bons serão óptimos, os médios melhores e os maus menos maus... sobretudo se houver, por um lado, bom senso e discernimento da parte de quem comanda, escolhendo os homens de acordo com as missões e recompensando-os proporcionalmente aos seus méritos; e por outro, se as actuais gerações que tiveram a honra de ser chamados a cumprir a mais honrosa missão de que pode ser incumbido um patriota, não esquecerem, eles também, que quando se trata da defesa da Pátria, temos todos que relegar para segundo plano razões, por mais justas, mais humanas e mais pertinentes que elas sejam.

*

Falemos agora um pouco das Unidades tradicionalmente exclusivas dos Cavaleiros.

Não me ocuparei dos Carros de Combate que só esporadicamente serão utilizados na nossa guerra e assim passarei directamente às de Reconhecimento.

O Reconhecimento existe para *explorar* e proteger.

(1) O material para esse treino é fácil de obter: basta uma plataforma cuja última prancha esteja a cerca de 4 metros do solo e uma caixa aberta nos dois topos com a mesma largura e altura das entradas dos helicópteros a cerca de 50 cm do solo, além dos cuidados a recomendar aos homens com os ruptores, (a própria F. A. fornece cartazes elucidativos sobre os cuidados a ter com os ruptores que devem ser afixados nas unidades).

Revista da Cavalaria

Explorar para buscar a informação que nos permita tomar em tempo oportuno as precauções necessárias para evitar a surpresa. Proteger para que possamos tomar as medidas para nos defendermos, isto é, dispositivo adequado ao melhor rendimento dos nossos meios.

São conceitos clássicos com inteira aplicação à nossa guerra.

Assim, utilizamos as Unidades de Reconhecimento na guerra actual de guerrilhas, para sabermos o que se passa, para modificar o que se passa e para evitar, ou limitar, o que o Inimigo pretende fazer-nos, utilizando as informações e o efeito de surpresa.

Precisamos para tal, mobilidade, resistência, autonomia e poder de fogo; se não todos, pelo menos alguns destes requisitos.

E vamos cair nas Unidades de Reconhecimento dos tempos antigos e dos tempos modernos, isto é, de todos os tempos, que são:

Unidades a cavalo, Unidades motorizadas e helitransportadas.

Por definição todas têm que ser fortemente eivadas do espírito de Reconhecimento, isto é, do espírito Cavaleiro.

As Unidades a Cavalo, cujas primeiras e ainda, infelizmente, tímidas experiências se estão fazendo em Angola com sensacionais resultados, dão-nos maior resistência à fadiga e independência quase total da logística pesada.

Operacionalmente falando, dão-nos traficabilidade praticamente igual à do homem a pé, maior comandamento no tiro, maior rapidez na roptura do combate, se for caso disso, e a exploração duma área muito maior que as Unidades apeadas, com as quais se equiparam no poder de fogo.

As Unidades motorizadas, logisticamente com mais sujeições visto que são de mais difícil e onerosa aquisição, carecem de manutenção mais especializada e reabastecimento mais volumoso, são de menor traficabilidade especialmente nas zonas muito arborizadas, mas têm, em contra partida, muito maior poder de fogo e efeito psicológico sobre o Inimigo.

São portanto as mais indicadas para protecção a colunas e para acção psicológica sobre as populações ainda indecisas (especialmente impressionáveis com o «aparato» dos blindados), dão mais protecção ao pessoal contra as minas e fogos Inimigos e permitem acções em que se possa combinar a rapidez de intervenção com uma relativa riqueza de meios ofensivos.

As Unidades de Reconhecimento helitransportadas que têm, como é sabido, na guerra clássica, todas as especialidades de Reconhecimento tendem, como acontece com as de Reconhecimento terrestre, a redu-

Revista da Cavalaria

zir-se, na subversiva, apenas a duas: Atiradores e Apoio de fogos, o que simplifica as coisas porque dentro do condicionalismo de meios com que lutamos em helicópteros, poderemos utilizar para o efeito as Unidades de Atiradores que atrás se preconizam, apenas protegidas no desembarque por helicópteros armados.

Únicamente haverá que escolher os melhores e mais desembaraçados para a heliportagem, especialmente se ela for de assalto.

Por qual dos tipos (hipo, auto ou heli transportados optamos então?

Parece que tudo indica que as três modalidades são úteis e necessárias, especialmente se as utilizarmos judiciosamente e de acordo com as características das zonas, que aconselharão em última instância a de melhor rendimento.

Se conseguirmos este desideratum teremos aumentado a eficiência das nossas Unidades de Cavalaria e portanto a do nosso Exército, sem aumentar os efectivos, finalidade que devemos procurar atingir porque o Inimigo, ele, não pára de se aperfeiçoar e progredir nos seus processos.

E não lhe faltam nem solícitos e válidos instrutores, nem o mais aperfeiçoado e moderno armamento.

Brigadeiro REYMÃO NOGUEIRA

Um dos deveres do oficial combatente é exercitar o espírito a tomar decisões rápidas, a pensar depressa e a redigir ordens claras no mínimo de tempo.

G. HÉBERT



Cavalaria a cavalo no Ultramar?

Algumas reflexões

1 — Factos

Fez-se uma experiência de emprego de Unidades a Cavalo em Angola! O Relatório é concludentemente positivo, apesar do reduzido volume da unidade experimental constituída — 1 Pelotão — mais para testar os cavalos que o pessoal que lhe foi destinado. A sua difusão nas Unidades da Arma permite precioso elemento de consulta e análise.

Projecta-se passar a realizações mais amplas, em Angola e Moçambique, dentro em breve.

2 — Considerações

Quando, na Revista da Arma ou em conversa, se defendia o emprego possível do cavalo no Ultramar, um sorriso céptico surgiu, num «banir de ideia» por retrógrada!

Contudo, quantas «velharias» no mundo não foram desenterradas e assumiram o aspecto de «Grande Novidade»? Só que grande novi-

Revista da Cavalaria

dade não eram! Apenas as circunstâncias e momento, isto é, os motivos, que lhe deram origem, se verificavam de novo, em plena actualidade. Por «se sentir» que assim era, foi ousado fazer o «Esboço de Estudo» que a D.A.C. entendeu incluir na Revista de 1955.

A praticabilidade e rendimento dos itinerários, face à sua utilização por meios motorizados, e, conjuntamente, a minúcia do trabalho a efectuar recomendavam o recurso a Unidades a Cavalos, no Ultramar.

Sua Ex.^a o General Barreira Antunes, Comandante da R.M.A., dentro dos severos condicionamentos que se lhe impunham (efectivos, cavalos e verbas), propôs que se fizesse, em Angola, uma experiência com uma Unidade de efectivo de pelotão. Apesar do fraco volume das forças constituídas e dos curtos prazos para a sua preparação, os resultados corresponderam às previsões, excederam-nas mesmo e verificou-se, com total realidade, que as «velharias» eram oportuna actualidade.

Honra seja a quem assumiu as responsabilidades e se expôs a críticas!

Foi a um Engenheiro que coube tal resolução, tomada em «mente fria e decidida», isto é, alguém que estava em posição «totalmente isenta de interesse» em relação aos problemas da nossa Arma e, daí, o seu melhor sucesso: foi ouvido e aceite.

Um cavaleiro teria sido logo apodado de «saudosista»!

Perante os factos, há agora toda uma tarefa a realizar para que, do cavalo, se possa tirar o rendimento que se impõe, tarefa esta que implica a colaboração de todos os Cavaleiros, porque todos os Cavaleiros ambicionam que a sua Arma se continue a afirmar no nosso Ultramar, e, de preferência, fazendo uso dos meios que lhe são específicos:

- o cavalo
- o blindado de reconhecimento
- etc.

3 — Reflexões

Que problemas há a resolver? Os da Arma, no seu múltiplo aspecto de existência, tradição, vacaturas? Os dum Exército que precisa de manter e cultivar o harmónico jogo e desenvolvimento das suas partes componentes?

Revista da Cavalaria

Parece que à Arma competirá ajudar o Exército a resolver os problemas em que a conjuntura nacional é posta em causa, problemas da Nação que serve. Os problemas menores, embora com o seu interesse relativo, não são problemas de base.

Se, para aumentar o rendimento das tropas, houver que fazer largo emprego do cavalo, *faça-se*. Mas faça-se com verdadeiro sentido das proporções, com exacta apreciação das circunstâncias (terreno e In), com aguda visão da realidade, olhos postos no futuro à nossa frente.

Não parece que se esteja a regressar aos «tempos aureos» da Cavalaria (no sentido de «antigos» e, portanto, «inadaptados»). Muito ao contrário, caminha-se para uma vigorosa, eficiente e actual realidade, para a satisfação duma necessidade que se vem impondo mais e mais. Que de soluções práticas e efectivas se não teria já tido em casos concretos surgidos, se dos meios se dispusesse!

Onde, quando e com que volume? Isso é tarefa que, com equilíbrio, terá de ser determinada e que, com o fogo e capacidade dos Cavaleiros mais novos, irá ser conquistada.

- «É garantida a adaptação de cavalos no clima de Angola, pelo menos na região planáltica e no sul —...»;
- «É muito mais rendoso o emprego operacional do Pelotão a Cavalos que o de qualquer pelotão apeado...»;
- «É francamente mais económica a actuação a cavalo do que a motorizada...»;
- «É de grande factor psicológico a actuação de tropa a cavalo...»;
- etc.;

são conclusões muito encorajadoras que, entre outras, se podem ver no relatório.

Dos anexos, tratando desde os estudos e preparativos às acções a cavalo, respigou-se:

- a patrulha de 420 km, entre e, com reconhecimento de Quimbos na região e margens do rio ..., em cuja parte se lê:
«os cavalos estão em óptimas condições físicas ...», e «em qualquer altura se lhes podia pedir uma saída a galope ...», patrulha que durou de 8 a 27 num mês (englobando um transporte de 190 km em camion, por estrada de laterite),

Revista da Cavalaria

— a Operação «Prova dos Nove» convertida, logo após ter começado, em «Rédea de Abertura» (foi detectado In na zona), é igualmente elucidativa. No relatório pode ver-se:

«O pelotão deslocou-se sempre na mata, evitando as picadas e os trilhos, e sempre com um mínimo de duas Secções em linha o que lhe permitiu bater eficazmente uma frente nunca inferior a 300 metros».

Mais não é necessário referir e, não só a inacessibilidade de tantas regiões a motorizados (falta de vias de comunicação) como as enormes distâncias (impraticáveis para tropa a pé, em contraposição com etapas diárias de 50 km na mata para tropa a cavalo), aconselham a utilização do cavalo.

4 — Sugestões

Parecendo que se pode interpretar o anseio legítimo da Arma e em resultado de experiência havida em áreas muito vastas, surge o seguinte para sugerir:

- Conveniência em preparar já os espíritos para um alargamento dos meios, que se projecta, e considerar que, em futuro que pode não vir muito longe, *vários esquadrões a cavalo podem vir a ser constituídos;*
- necessidade de considerar desde já o pessoal que *vai ser necessário para fazer face a tal solicitação* (quadros em especial);
- vantagem em elucidar que, apesar do enorme esforço que está e vai estar a ser dispêndido na construção de estradas e pontes, em várias regiões, *da tropa a cavalo, que se constituir, se tirará total rendimento por muitos anos, sendo essa despesa largamente reembolsada pelos serviços prestados;*
- em complemento da sugestão anterior, a evidência de que a rede de estradas, mesmo que largas, com bom piso e muitas, nunca será suficiente para se prescindir do cavalo, cujo rendimento será até melhorado pela existência dessas estradas;

Revista da Cavalaria

UMA IDEIA BÁSICA

— a imperiosa necessidade de constituir, na Metrópole, um «alfo-bre» de pessoal, para reforço e substituição daquele que careça de rotação (Of., Sarg. e Praças), e cultivo e sustentáculo dos conhecimentos e experiência que se for adquirindo, para aplicação em períodos seguintes, isto é, designar e preparar desde cedo *uma das Unidades de Cavalaria para arcar com tão honroso encargo.*

Nota: Ao signatário foi dado assistir ao desenrolar de tão útil e convincente experiência.

Coronel LUIZ BARROS E CUNHA

A rapidez é a essência da guerra. Tirai proveito da impreparação do inimigo, metei-vos por caminhos inesperados e atacai os lugares não guardados.

SUN-TOÉ — ARTE DA GUERRA — 500 AC

UMA IDEIA BÁSICA sobre o futuro da Cavalaria



Quando, há muitos anos já, fui admitido à frequência da antiga Escola do Exército, com vaga nos Cursos de Infantaria e Cavalaria e no de Artilharia, pôs-se-me o problema de escolha de carreira a seguir, para resolução do qual eu não tinha mais dados que o entusiasmo adquirido na frequência dum COM completo na EPC e... a minha inexperiente juventude.

Procurando alicerçar a minha vida em bases mais fortes, aconselhei-me com um ilustre oficial general, oriundo de Cavalaria, na esperança de ouvir da sua boca palavras que dessem mais força ao meu entusiasmo e, ao mesmo tempo, me puzessem em condições de racionalizar o íntimo desejo de vir a ser cavaleiro.

Foi por isso que, desolado, ouvi as palavras amigas do nosso general contrariarem os meus propósitos com a afirmação final de que a «Cavalaria não tinha futuro...»

Apesar disso, e talvez por não *sentir* bem aquela afirmação sobre situações a longo prazo, decidi seguir o Curso de Cavalaria...

Passados já tantos anos, mais conhecedor agora dos problemas da Arma, das suas características e da situação crítica em que vive; sabendo mesmo quão erigido de dificuldades se apresenta o seu caminhar para diante — tornaria a não obedecer a conselho semelhante ao que me foi dado...

Respeitosamente discutiria a afirmação feita sobre o futuro da Cavalaria.

Realmente, porque razão é que a Cavalaria, como qualquer das outras Armas, não há-de ter futuro? Será que o nosso Exército tenda a desaparecer? Será que, mantendo-se, haja necessidade de sacrificar a Cavalaria mais que qualquer outra Arma? Porquê?...

É evidente que o futuro depende muito das decisões que superiormente sejam tomadas acêrca da «coisa militar» no nosso País — e,

Revista da Cavalaria

claro, eu não disponho dos elementos que me possam deixar perscrutar, ao menos, o sentido em que essa «coisa» venha a evoluir.

Tenho, porém, como certo que, evolua como evolua a estruturação do nosso Exército, nele terá de haver sempre lugar para uma tropa devidamente organizada, equipada e preparada para o desempenho de missões de reconhecimento e de segurança, em doseamento tal que possa cobrir eficazmente a vasta gama de modalidades que essas missões podem apresentar no quadro das F. T.

E, já agora, não vendo razões plausíveis para que a essa tropa seja mudada a designação clássica, podemos confiar que a Cavalaria terá de existir sempre... e em quantidade.

Como?... Com que orgânica e com que meios? Com que desenvolvimento?

Bem... creio que estas são, concretamente, as interrogações que mais nos preocupam ao tentarmos visionar o futuro da Arma.

Não me parece, contudo, que devamos desanimar perante a sua importância.

Com efeito, a resposta àquelas perguntas depende da que for dada como solução dum problema mais alto, qual seja o do futuro do nosso Exército — e estou certo que nessa solução se procurará conciliar o mais possível as necessidades com as possibilidades e, dentro dos condicionamentos resultantes, obter o mais alto grau de harmonia estrutural.

Ora, olhando só para a vastidão e características das nossas Províncias Ultramarinas, eu creio firmemente que as lições do passado e a experiência presente, levem a Cavalaria a uma grandeza talvez nunca igualada.

Não penso, claro, que essa futura Cavalaria seja igual às que possuem as poderosas FT das mais poderosas nações.

Não, não devemos querer meter-nos em «altas cavalarias», escalados que deveremos estar com semelhantes pretensões...

O que devemos querer, isso sim, é que seja uma Cavalaria bem organizada, em eficiente correspondência com o Exército de que tem de fazer parte.

Qual o critério a adoptar no que diz respeito a *quantidade*?

Será preferível *coisa pouca* mas bem apetrechada com meios modernos, ou, antes, *volumosa*, mas mais modesta?

Por mim, vou decididamente pelo segundo critério.

Porque os meios modernos, além de caros na aquisição tornam-se demasiadamente dispendiosos na sua manutenção e manejo — e, em consequência, só uma Cavalaria de reduzidas dimensões (a compensar

Revista da Cavalaria

aquelas carestias) se poderia obter. E essa não chegaria, a meu ver, para as nossas necessidades, como aliás a experiência dos últimos tempos tem mostrado.

Prefiro, pois, pensar através do segundo critério e, assim, «sonhar» com uma Cavalaria «em grande», dispondo dos meios que a nossa potência económica lhe possa fornecer e com grau de flexibilidade orgânica tão elevado quanto possível. Uma Cavalaria que possa ser convenientemente adestrada no cumprimento das suas missões sem que isso pese demasiadamente no orçamento. Uma Cavalaria que possa, em campanha, ser lançada para o desconhecido sem que a sua acção venha a ser perturbada por pesadas servidões de ordem logística.

Uma Cavalaria, enfim, que disponha dos meios que possam ser os mais velozes (dentro da potência razoável) nas diferentes regiões em que tenha de ser empregada.

Penso, deste modo, numa Cavalaria que saiba utilizar até ao esgotamento das suas possibilidades, meios como:

- O cavalo;
- A motocicleta;
- A viatura ligeira, tipo «Jeep» e «Unimog»;
- A AM ligeira;
- O CC ligeiro.

E não passo daqui, se é que, neste momento, deveria ir tão longe...

O tipo de organização mista, iniciada em escalão a definir para cada caso particular, será possivelmente o que mais convém para se poder fazer face às características dos diferentes terrenos e do inimigo com que teremos de nos haver, na certeza de que, se ele for muito forte, não poderemos fazer-lhe frente... «de frente», mas em tipo de guerra para o qual «aquela Cavalaria» estaria em boas condições de acção.

À medida que as nossas possibilidades económicas o fossem permitindo — e no quadro da melhoria potencial do conjunto — evoluir-se-ia cuidadosamente para o emprego de meios mais potentes, sempre com diferencial de velocidade em relação às outras Armas e, se possível, em relação ao inimigo.

Talvez um dia pudessemos ter a servir-nos os helicópteros suficientes para a satisfação mais rápida de necessidades logísticas, com vista a melhorar a capacidade e o rendimento da actuação cavaleira. Talvez até que, seguidamente, se pudessem organizar algumas subunidades de «Cavalaria do Ar», mas, por ora, o que me parece sobretudo neces-

Revista da Cavalaria

sário e indispensável é construir um edifício bem estruturado e, sobretudo, suficientemente alicerçado para poder aguentar o seu crescimento, sem soluções de continuidade — ou, até, para poder suportar, eventualmente, um edifício totalmente novo.

Deste alicerce tem de fazer parte, evidentemente, a forte espiritualização e a desenvolvida cultura militar e geral dos quadros da Arma, de sorte que os novos meios que venham a ser recebidos, bem como as modalidades de acção que novas doutrinas imponham, possam ser fácil e rapidamente assimilados dentro da estruturação existente.

Ao pessoal dos quadros exige-se um forte poder ecléctico para ser capaz de conduzir, na sua esfera de acção, qualquer tropa da Arma. Não me parece, contudo, que seja difícil conseguir o necessário eclectismo, pois ele pode já considerar-se como característica básica dos cavaleiros, tendo de haver, apenas, o cuidado de não o deixar morrer.

Lembre-mos que, actualmente, os oficiais da Arma, estão em condições de comandar unidades de reconhecimento de qualquer tipo, unidades de carros de combate, unidades de caçadores, unidades de PM e até, ultimamente, unidades a cavalo.

Há um bom lote de sargentos que está em idênticas circunstâncias para o comando das diferentes secções e, em melhores condições poderão ficar, quando se restrinjam as variadas «marcas» de viaturas existentes em cada uma das especialidades consideradas.

Temos, portanto, a base humana indispensável à formação de mais cavaleiros para o Q. P. é, em consequência, de muitos mais para o Q. C.

Não me digam, pois, que não há fortes possibilidades de termos, em futuro mais ou menos próximo, uma Cavalaria autêntica e com grande desenvolvimento...

Tenente-Coronel LEÃO CORREIA



Uma actuação de Companhias dos Dragões do Niassa

(B. Cav. 1879)



1507, ocupou logo de início, as instalações de uma antiga missão, cuja igreja imponente, domina o Lago, e é avistada da vizinha ilha de Likoma, que pertence ao Malavi, e onde se encontram refugiados alguns milhares de pessoas. A área à sua responsabilidade, inclui as linhas de reabastecimento de terroristas, vindas da Tanzânia. Serras elevadas separam o Lago do interior, e o terreno é de difícil progressão. Nos vales dos rios e nas picadas, o capim atinge por vezes grande altura, dificultando a visibilidade, e facilitando as emboscadas.

As populações, sob coacção dos terroristas, tinham abandonado a paz e o sossego da sua antiga vida, e viviam, ou refugiadas em Likoma e no mato, ou tinham ido para a Tanzânia.

A Companhia de Cavalaria n.º 1507, reforçada com um Grupo de Combate da 1506, com o seu comandante, Tenente Ferreira Gomes, recebeu a missão de destruir, capturar e aniquilar o acampamento inimigo de ...

No dia 23 de Fevereiro, pelas 16h45, partiu numa lancha LDP, tomando como medida de decepção a direcção Norte. Ao anoitecer, pelas 19 horas, rumou em direcção à costa, desembarcando na Baía de...

Feito o desembarque, e ultimados os preparativos (ligação rádio, planeamento da progressão, reacção em caso de ataque e acção no objectivo), iniciou a sua marcha em coluna, por um, levando na frente o guia Augusto, que fugira dos terroristas.

A distância entre os homens, nunca foi superior a um metro havendo necessidade, em certos pontos do percurso de ser diminuída, em virtude da densa vegetação, e da escuridão.

Revista da Cavalaria

O movimento foi feito no maior silêncio, apenas se sentindo o mato e os seus ruídos característicos. O que se passaria nos espíritos daqueles homens, que partiam para a sua primeira missão de guerra, só cada um saberia. Medo? Se o tinham, jamais o revelaram.

Eram cerca das 03h45, quando a força atingiu o posto da sentinela de dia, que ficava a um quilómetro do acampamento. Este foi alcançado às 04h15 e imediatamente adoptado o dispositivo de ataque, com o comando no centro e um Grupo de Combate de cada lado. A distância ao acampamento, era de 60 metros. A sentinela inimiga, dando pela presença das nossas tropas, disparou uma rajada de três tiros, de pistola-metralhadora.

Imediatamente foi dada ordem de abrir fogo, o que foi feito com grande potencial. O inimigo, apanhado de surpresa, pô-se em fuga desordenada. Tiros de morteiro caíram na sua retaguarda. Terminado o fogo, imediatamente avançou sobre o objectivo o 1.º Grupo de Combate, ficando o 2.º em apoio.

Atingido e conquistado o objectivo, foi logo montada a segurança, e seguidamente efectuada uma batida na direcção Sul-Norte.

A surpresa foi tal, que o inimigo abandonou todo o material, e teve vários mortos e feridos.

Poucas acções terão sido efectuadas, com tão bons resultados.

O acampamento inimigo estava situado debaixo de árvores frondosas com as copas bastante fechadas. O lado Sul, não tinha vegetação.

O sistema de alarme era constituído por latas, suspensas de uma árvore, a cerca de 2 metros do chão. Das latas seguia um cordão com 70 metros, para o lado Sul.

Do material capturado, destaca-se:

- 1 Metralhadora «Peça»;
- 1 Espingarda semi-automática chinesa;
- 1 Carabina automática chinesa;
- 2 Pistolas-metralhadoras «Pepoché»;
- 4 Pistolas-metralhadoras «Mat»;
- 2 Pistolas russas com coldre;
- 11 Espingardas 7,7 russas;
- 2 Espingardas 7,7 «Lee-Enfield»;
- 31 Granadas de mão defensivas chinesas;
- 2 Granadas de mão ofensivas;
- Muitos carregadores;
- Mais de 4000 cartuchos.

Revista da Cavalaria

Na impossibilidade de ser transportado, foi muito outro material aniquilado no local.

Esta acção constituiu um grave revés para o inimigo, e foi a primeira página da história dos Dragões da 1507, não se devendo esquecer, a magnífica contribuição do Grupo de Combate da 1506 e o papel do guia Augusto que, em virtude do seu comportamento, viria a ser feito «Dragão».

Tenente-Coronel FONSECA LAGE

Uma patrulha que não se mantenha alerta caminha para a morte.

HERRIOT

Problemas do ensino da Psicologia e Sociologia no Exército



necessidade de um ensino aprofundado e extenso de Psicologia e Sociologia nos Exércitos modernos, bem como a existência de um quadro de oficiais-psicólogos, constitui hoje verdade comum tão evidente que quase não carece de demonstração.

Problemas importantes e prementes como a selecção e orientação do pessoal, a acção psico-social, a formação dos chefes e a instrução das tropas e dos quadros, não podem, na actualidade, dispensar o concurso dos conhecimentos destas duas ciências que se impõem como fundamentais ao estudo do homem integrado numa sociedade definida: o Exército.

A época das improvisações, das intuições pseudo-científicas há muito que passou. O Exército moderno tem que adoptar os processos de administração e de gestão em voga nas grandes empresas, estruturadas nas conquistas prodigiosas das ciências humanas, pois se o não fizer arrisca-se a ser ultrapassado pelos factos e a constituir uma sociedade anquilosada e desprestigiada no seio da Nação. O ensino destas duas ciências eminentemente humanas e actuais — a Psicologia e a Sociologia — deve ser encarado por forma a produzir efeitos enraizados e duradouros nas mentalidades dos quadros e dos chefes, e consequentemente nas massas que passam pelas fileiras. Evidentemente que não é com os meios actuais que a Psicologia e a Sociologia podem ser convenientemente ensinadas e aplicadas às diversas camadas sociológicas que constituem o Exército.

Restringir o seu ensino a duas cadeiras semestrais de Sociologia na Academia Militar (¹), a umas quantas conferências de Psicologia e

(¹) Destas duas cadeiras apenas uma, a 19.^a — Introdução às Ciências Sociais, é ministrada aos Cursos de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Transmissões, Administração Militar e Aeronáutica. A 20.^a cadeira — Sociologia geral, pertence aos Cursos de Engenharia Militar e Electrotécnica Militar. Deste modo, cada curso da Academia Militar, frequenta apenas uma cadeira semestral de Sociologia.

Revista da Cavalaria

Sociologia no Curso Complementar de Estado-Maior, e a uns cursos brevíssimos no Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército (CEPE), é algo demasiado superficial que não atinge o objectivo proposto.

Repare-se que na Academia Militar, embora tivesse sido legislada, ainda não existe em funcionamento a cadeira de Psicologia Militar, na verdade indispensável para uma formação completa e correcta do futuro oficial do Exército.

Não conseguimos percepção das causas deste menosprezo pelo ensino de Psicologia na Academia Militar, mesmo tendo em conta as apertadas disponibilidades de tempo. Não seria possível equacionar de novo as matérias fundamentais, de modo a suprimir-se esta flagrante lacuna?

Façamos votos, pois, para um breve estabelecimento real de uma cadeira anual de Psicologia Militar na nossa primeira escola de preparação de oficiais, de nível universitário.

Vejam agora o que se passa no Instituto de Altos Estudos Militares. Funciona apenas a cadeira de Psicologia e Sociologia para o Curso Complementar de Estado-Maior. Ficam portanto à margem do seu ensino todos os restantes cursos. Sabido que na formação dos chefes militares é basilar o conhecimento de alguns capítulos das ciências que regem o comportamento humano, depressa nos apercebemos que não faz sentido alhear os Cursos de Promoção a oficial superior e o Curso de Altos Comandos do estudo da Psicologia e da Sociologia.

Torna-se portanto necessário estatuir o seu ensino no CPOS e no CAC, por professores qualificados e ao mesmo tempo com experiência forjada na realidade militar.

Quanto ao Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército (CEPE), este órgão, apesar dos reduzidos meios de que dispõe, tem cumprido algumas das tarefas concretas que lhe são próprias e ninguém hoje duvida da sua utilidade. Mas, para que funcione em pleno deverá ser dotado com os órgãos de trabalho essenciais, equiparando-se a uma autêntica Escola Prática de Psicologia do Exército, com todas as responsabilidades e direitos que lhes são inerentes.

Não queremos terminar estas breves notas sem nos referirmos a dois problemas basilares para o assunto que estamos focando: a constituição de um Quadro de Psicólogos Militares e a coordenação do ensino e das actividades psicológicas e sociológicas no Exército.

A organização de um Quadro de Psicólogos Militares, à semelhança de quadros já existentes: de engenheiros, médicos, veterinários, farmacêuticos e sacerdotes, terá de ser encarada num futuro mais ou

Revista da Cavalaria

menos próximo, dadas as necessidades da Psicologia nos sectores vitais do Exército atrás mencionados, agora realçados com a guerra nas Províncias Ultramarinas da Guiné, Angola e Moçambique.

Para a formação deste Quadro haveria que recorrer-se a:

- a) Oficiais do Q. P. credenciados com um curso universitário adequado;
- b) Civis credenciados com um curso universitário adequado, que tivessem prestado serviço militar e demonstrado nítida aptidão para a carreira das armas;
- c) Oficiais do Q. P. com especial aptidão para a Psicologia, que viessem a frequentar cursos adequados em Portugal ou no Estrangeiro.

Os oficiais do Serviço de Psicologia Militar seriam destinados a preencher lugares de técnicos de Psicologia, quer no CEPE, quer junto dos Comandos e Estados-Maiores dos vários escalões orgânicos.

A título de exemplo, indicaremos algumas aplicações possíveis para os Psicólogos militares: nos principais Centros de Instrução, nos Q. G. das Regiões e Comandos Militares Independentes (junto da 2.^a Repartição — Acção Psicológica), nos Gabinetes dos Comandos-Chefes, no Estado-Maior do Exército e no Ministério da Defesa Nacional.

Quanto à coordenação das actividades psicológicas e sociológicas no Exército, deveria realizar-se no nível de Estado-Maior do Exército, uma vez que interfere com organismos diversos do Ministério do Exército. Esta coordenação é absolutamente necessária porque não faz sentido que cada professor ou instrutor ministre conhecimentos a seu bel-prazer, e sem utilidade directa para o Exército.

Uma Comissão formada por determinados responsáveis (por exemplo, o Vice-Chefe do EME, o Chefe da 1.^a Repartição do EME, os professores catedráticos ⁽¹⁾ de Psicologia e de Sociologia da Academia

⁽¹⁾ Como é óbvio, com a formação do Quadro de Psicólogos Militares, desaparece a necessidade de recorrer a professores catedráticos civis, tanto na Academia Militar como no Instituto de Altos Estudos Militares. O ensino ficaria portanto totalmente entregue a militares profissionais, resultando daqui um evidente reforço estrutural da instituição.

Revista da Cavalaria

Militar e do Instituto de Altos Estudos Militares, o chefe do Serviço de Psicologia Militar e o director do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército) encarregar-se-ia de estabelecer essa coordenação, traçando as directrizes para o ensino e aplicação experimental da Psicologia e da Sociologia no Exército.

Façamos votos para que o incremento destas duas ciências humanas no Exército seja uma realidade. De certo que os resultados ultrapassariam, de longe, as despesas e os esforços despendidos.

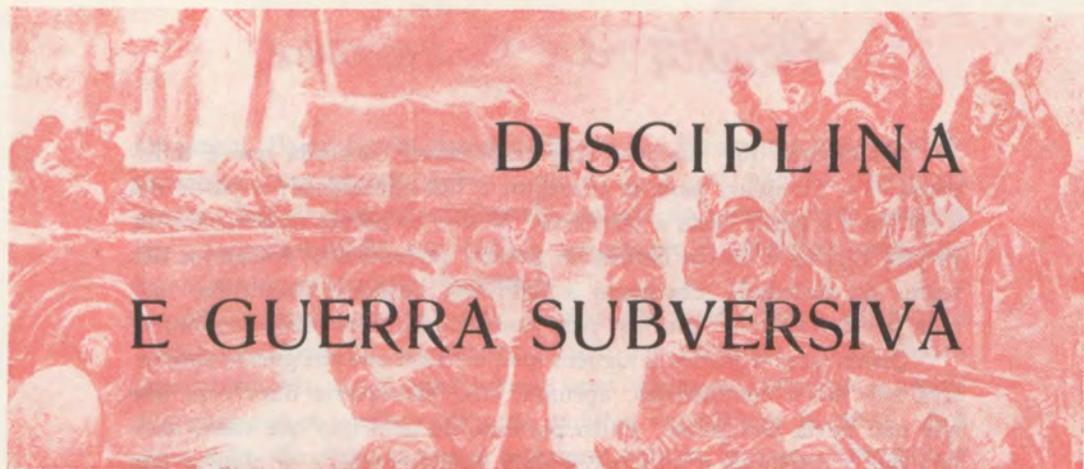
Major JOAQUIM R. SIMÕES

Todo o educador deve ser um psicólogo.

PAUL LIMON

A realidade do campo de batalha é que aí não se estuda; simplesmente faz-se o que se pode para aplicar o que se sabe. Por consequência para se poder um pouco é preciso saber muito e bem.

Marechal FOCH



DISCIPLINA E GUERRA SUBVERSIVA



orque por vezes se nota uma certa confusão nalguns espíritos quando se fala na Disciplina em ambiente de Guerra Subversiva, talvez valha a pena falar-se mais uma vez neste velho tema. É-se levado a compreender, quando as coisas não ficam bem esclarecidas, aquilo que mais nos convém. E parece que alguém, julgo que com certas responsabilidades, teria dito, quando se começaram a preparar os quadros para virem a actuar em ambiente de Guerra Subversiva, que «agora a disciplina é outra», ou qualquer coisa no género. Não acredito que o autor desta frase infeliz, pensasse da mesma maneira que pensam muitos que cobrem o seu desleixo, a sua ignorância, a indisciplina e consequentemente a falta de eficiência com a desculpa de que um dia alguém disse que «isso das continências, militares bem fardados com cabelos cortados e barbas feitas já não se usa».

A Disciplina não é um luxo dum exército em tempo de paz. É uma necessidade que caracteriza qualquer sociedade organizada. Não é privativa da sociedade militar, embora seja no meio militar que as manifestações exteriores se notam mais.

A Disciplina é necessária por várias razões que adiante se indicam, mas para já falemos na principal, que afinal resume as outras todas, é necessária para se conseguir Eficiência. Essa ideia tem-se mantido desde sempre e é tão intuitiva que nas sociedades mais simples e mais primitivas e até entre os animais, ela é reconhecida. A maneira de a conseguir, porque apesar de intuitiva e porque visa o bem geral, há sempre quem não se queira sujeitar, é que tem evoluído.

Revista da Cavalaria

Assentemos que qualquer ente responsável concorda que é indispensável a disciplina para se conseguir a homogeneidade, a partir daí a equipa e a partir desta a eficiência. Mesmo os pobres existencialistas, yé-yés, hippies e outras faunas no género, pretendendo desligar-se das regras da sociedade, obedecem a figurinos, bastante discutíveis, mas nem por isso menos rigorosos, para que sejam aceites uns pelos outros.

Quero fazer a justiça a alguém que, se disse que em guerra subversiva não havia continências, aprumo, etc., não queria dizer com isso que não havia Disciplina. Parto portanto do princípio que todos aceitam que a disciplina é uma necessidade fundamental, e se alguém tem dúvidas, é só verificar como têm procedido os vencedores através de todas as épocas, em casa mantêm uma disciplina de ferro e simultaneamente vão minando a disciplina do adversário.

Não pretendo apresentar mais uma definição de disciplina, mas só ressaltar que seja em que época tenha sido, a finalidade tem sido sempre a mesma: Obediência Incondicional ao Chefe. As características e a maneira de a conseguir é que têm variado muito e são funções: das características do chefe, das características do grupo, da época, da missão, do ambiente, do tempo, etc. O chefe pode ser do tipo persuasivo, daqueles que tudo conseguem dos seus homens sem que eles próprios dêem por isso, ou do tipo autoritário, que também consegue ter os seus homens disciplinados mas por outros processos. Hoje está-se mais inclinado para o primeiro tipo de chefe, mas o tipo autoritário também já fez época. O chefe tem que acompanhar a sua época e não se esquecer que a matéria-prima que tem de trabalhar não é a que vem nos compêndios, alguns já com bolor, mas sim a que está impregnada das ideias gerais actuais e que dificilmente esquecerá em dois ou três anos o que se habituou a achar natural. Ainda por cima não é cortado o contacto com o exterior, e que numa época em que tudo é, ou se julga que é, raciocinado não se pode voltar ao sistema do crê ou morres. A disciplina deve ser voluntária, racional e incondicional, mas as percentagens destas três condições podem e devem variar com alguns dos factores atrás indicados e talvez daí grande parte da confusão que vai no espírito de alguns jovens chefes.

Estamos a atravessar uma época que talvez não tenha tido outra semelhante na história do nosso Exército. Os quadros na Metrópole variam dum dia para o outro. Nas unidades a maioria dos graduados têm pouca experiência e as próprias praças ou estão de passagem ou *judgam* que já estão há muito tempo ao serviço, esquecendo-se dos camaradas que estão há mais tempo e em bem piores condições no

Revista da Cavalaria

Ultramar. Daqui resulta que a disciplina não é a mesma que era anteriormente, mas mesmo assim, pode-se dizer que não há problemas graves. Isso deve-se principalmente ao facto do nosso homem, embora por vezes desleixado, ser dócil e respeitador e continuar num ambiente em que tudo está organizado.

Mas o que é que se passa quando essa mesma tropa vai para o Ultramar? Começam por estranhar tudo, nos primeiros tempos andam espantados, são 100% «maçaricos», mas, depressa começam a copiar e a exagerar os «velhos» já com «muita» experiência da mata. Aos olhos deles são «heróis» que já estiveram debaixo de fogo. Eles julgam que quanto maior for o ar de rufia, com cabelo e barba à Guevara, camisa aberta até ao umbigo, ares irreverentes e porcos, mais valentes são. O pobre «maçarico» só mais tarde é que virá a saber pelos da sua unidade que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Ele próprio vai chegar à conclusão que os valentes são modestos e que a porcaria não tem nada a ver com a *tesura* na mata.

Alguém um dia fará estatísticas destas coisas, mas embora sem a linguagem dos números para me apoiar, e baseando-me no que tenho visto e em impressões que tenho trocado, não tenho dúvidas em afirmar que não é a unidade com pior aprumo ou que tenha o material em piores condições, não é essa unidade, que consegue melhores resultados.

Se na vida corrente de tempo de paz ou na guerra convencional se pode avaliar do grau de disciplina de determinada tropa através de certos sinais exteriores, com mais forte razão na guerra subversiva. Quando se vê uma tropa no Ultramar que é aprumada, que de facto é disciplinada e não me refiro a certa disciplina a que se pode chamar caseira por só o ser com os da casa, o que é que se pode concluir?

Em primeiro lugar, que é comandada. A inversa também é verdadeira. A falta de aprumo não representa que determinado comando esteja convencido que isso não interessa para que a tropa seja eficiente. Ouve-se a alguns «chefes de bando» tentar meter a ridículo o que eles chamam tropa de parada ou de solarine. Mas a verdade é que, continuando ainda com o problema aprumo, para uma tropa estar bem apresentada, deu trabalho, e representa que alguém se preocupa com ela, com o seu bem estar. Uma tropa limpa, bem fardada, disciplinada, interessa principalmente pelo que se não vê mas pelo que representa. Há quem cuide dela. Há quem a comande e fatalmente o aspecto exterior é o reflexo do que lhe vai lá dentro. Essa tropa acredita nos chefes que se preocupam com o seu bem estar físico e moral. Moral porque não a deixando faltar ao respeito a si mesmo sabe que

Revista da Cavalaria

não lhe está a tratar só da apresentação. É conhecido de nós todos e em geral sorrimos ao lembrarmo-nos do casal que em pleno mato se veste de cerimónia para jantar. É justamente porque há tendência para o abandalhamento, primeiro na compostura e depois no resto, que os chefes têm obrigação de através de todos os meios ao seu alcance, manterem um alto nível de disciplina. Certamente que o assunto não se resolve só com uniformes lavados e meia dúzia de continências. Mas só o que isso representa já é qualquer coisa. A Disciplina é acima de tudo uma consequência do comando. A convivência permanente, os perigos vividos em conjunto, o ambiente e as várias dificuldades tendem a aproximar os chefes dos seus homens, a quebrar determinada rigidez ou contracção conforme se lhe queira chamar, aumentar a camaradagem, a amizade e a compreensão mútua, mas isso são virtudes. Nada disto tem a ver com a quebra de disciplina. É preciso que quem comanda, mesmo roto ao fim duns dias de operações, de barba crescida e cansado, continui a ser o chefe.

Quando se tem ocasião de contactar muitas unidades que estão no Ultramar, vê-se muita coisa. Porque há jovens oficiais que podem ler estas linhas, vou contar alguns factos louváveis e outros que vos aconselho a não imitarem. Logo no desembarque se pode ver quem vem na carruagem...

Nalgumas unidades verificar-se logo à chegada que não constituem um TODO. Que se poderá esperar desta tropa? Não haverá muito mais a esperar daquela unidade que desembarca perfeitamente enquadrada, e que dentro das mais puras regras têm um comandante que só pensará em si depois de tudo instalado? Estas unidades são aquelas cujos soldados se distinguirão sempre em passeio ou em operações e que quando reembarcarem, dois anos depois, trarão mais medalhas no peito dos seus homens. Os bons hábitos ajudam a ter a tropa na mão, e daí só resulta benefício para a própria tropa.

Dia de coluna. Antes da hora marcada para a saída já o pessoal estava junto das viaturas. Em tempo, o comandante da coluna passou uma rápida revista, relembrou missões, distribuiu o pessoal que não pertencia ao grupo mas tinha de seguir.

A verificação das armas, equipamentos e dos uniformes talvez fosse desnecessária, mas foi feita, é o hábito. As distâncias durante o deslocamento, e segurança nos altos, as missões que a cada um competiam, a disciplina debaixo de fogo, tudo isso é natural. E no entanto o nosso alferes não é um ferrabraz, aquilo no batalhão é assim mesmo. E quando se chegou ao destino e se respirou mais fundo, não

Revista da Cavalaria

A Carreira das Armas

foi um bando que entrou em terreno conquistado. O ritual é sempre o mesmo, formatura junto das viaturas, armas arrumadas, guardas às viaturas. E como se está em terra «civilizada» respeitam-se os outros e as regras. Mas nem sempre é assim. Há os desenrascados muito «guerrilheiros» que quando chegam à hora dão um berro: «É malta, vamos a isto» e a «malta» lá vai para as viaturas de qualquer maneira. Os horários por vezes não se cumprem e calcula-se a eficiência desta «tropa». Tem havido dissabores por isso, pois que nem toda a gente se conforma. Não se podem admitir conceitos pessoais de «disciplina» pois que esta só pode ser uma. Os «caprichos» chegariam a ser cómicos se não representassem coisas muito sérias que são de lamentar. Já não me refiro aos vários tipos de pêras, bigodes ou «matações». Estou agora a lembrar-me duma vez em que me desloquei com uma escolta que, por sinal ia bem. Quando a escolta foi substituída, calhou à minha frente, um militar (?) que, devido à falta de disciplina no uniforme muitos arranhões sofreu durante as horas que se seguiram. Mas, se há um uniforme que é bom, que foi estudado para aquele fim e que é de graça, porque é que serão necessárias estas fantasias? Eu sei a resposta e, quando cheguei à sede da companhia daquele soldado tive a confirmação. Era daquelas onde não se faz a parada da guarda nem o içar e arrear da bandeira, e no entanto o inimigo não aparecia por ali há muito. Pode haver razões de segurança que por vezes não aconselhem a fazer estas cerimónias, mas isso será em poucos sítios e poucas vezes.

Havia muitas histórias para contar, mas também há, e muitas, do género diametralmente oposto. Há muitas unidades que em pleno mato mantêm estacionamento que nem parece que se está na guerra. Há limpeza, arrumação, gente limpa numa palavra, ordem. Os graduados exercem a sua função — Comandam — e comandar não é só dar ordens e preocupar-se com a preparação, no caso de que estamos a tratar, da comodidade dos seus homens. Exige trabalho, sacrifício e até habilidades, é certo, mas é para isso que usamos os galões nos ombros. É por exigir isto tudo e até por medo de se parecer ridículo que infelizmente há graduados que optam pelo caminho que parece mais cómodo, e, eu digo parece, porque a indisciplina acaba sempre por trazer grandes sensaborias, e é especialmente às mãos do inimigo que elas se pagam. Se a vossa tropa e vós mesmos não estiverem profundamente convencidos da necessidade da disciplina, haverá alturas em que, devido ao que se passa à volta, vos sentireis ridículos, mas se não se deixarem ir na corrente, vereis que serão os

Revista da Cavalaria

vossos soldados que terão vaidade em serem os mais bem fardados, em comerem em pratos e num refeitório limpo, em viverem como seres civilizados. E serão invejados. Isto só, não é disciplina, mas revela-a. Há muita «sabujisse» de cima para baixo, mas não engana ninguém. O soldado distingue bem quem cuida dele, e por esse dá tudo e vai para qualquer lado com ele. Na altura da verdade todos procuram quem não os enganou.

O Fidel e o Ché não ganharam a guerra com as barbas. A disciplina na guerrilha era duríssima. Porque será que só se quer copiar o modelo de barba e não as outras virtudes guerrilheiras? Reconheço que é preciso uma certa formação dos quadros que com a actual preparação em série, não é fácil de conseguir mas deve ser uma das preocupações dominantes dos comandos.

A disciplina na guerra subversiva ainda é mais necessária que na guerra convencional ou que no dia a dia da vida de guarnição.

Sempre que o comando directo se torna mais difícil é preciso que aumentem aqueles laços que ligam os homens ao chefe e que só se conseguem através dum comando eficiente e não pode haver comando sem disciplina, sem um forte moral, sem um bem compreendido espírito de corpo sem uma verdadeira eficiência da tropa em todos os tipos de missões.

Major DUARTE SILVA

Especialmente com soldados jovens, quanto valem os quadros,
tanto vale a tropa.

Capitão V. DURUY

A Carreira das Armas

«... porque ser Soldado não é arrastar a espada, passar revista, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda...»

(MOUSINHO)



Para abordar problemas íntimos da Profissão Militar, entendemos dever partir de definições e conceitos já consagrados, a ater-nos simplesmente a ideias originais que nos poderiam levar a casos particulares que, não nos interessa — e talvez não convenha — desenvolver neste trabalho. Procurá-mos, pois, e viemos a achar tudo — ou quase tudo — na carta que Mousinho escreveu um dia ao Príncipe Real, quando foi escolhido para seu preceptor e se dispôs a dar-lhe formação de Soldado.

Vivera o Grande Capitão as campanhas da África, as quais, segundo o que ele próprio nos legou em profusa literatura, não parecem diferir muito destas em que hoje andamos empenhados. De facto, temos o mesmo inimigo, traiçoeiro e fugidio; as mesmas situações de isolamento, de incomodidade e de risco; e, até, a mesma incompreensão por parte de quem, por imensas e bem variadas razões, nunca chega a «sentir» verdadeiramente que estamos numa guerra e porque a fazemos. Uma guerra, seja ela onde for, só toca os sentimentos quando se faz ou se sofre, quando se passa ou afecta de qualquer modo. Por isso, os conceitos e as definições relativas à Carreira das Armas, emitidos com conhecimento de causa como acontece com Mousinho, estarão sempre bem ajustados aos princípios que enformam a Instituição Militar, que, tal como ele, teimamos em defender. O nosso propósito reside apenas em discorrer sobre problemas que muito importam a esta profissão que é a nossa, e que desejamos apresentar com a generalidade que convém e é possível. Não particularizaremos, portanto, nem o assunto, nem os problemas.

Revista da Cavalaria

«Ser SOLDADO é dedicar-se por completo à causa pública,
trabalhar sempre para os outros.»

Ser Soldado — Militar de carreira — Oficial, Sargento ou Praça que se tenha decidido um dia — Voluntariamente — a ingressar nos quadros permanentes de quaisquer Forças Armadas, é obrigar-se uma pessoa a uma vida de sacrifício que pode ser selada, em qualquer altura e em qualquer lugar, pela dádiva total do próprio sangue. Este é o juramento que se faz e nele está implícita a ideia-força que conduziu à decisão e determina o empenhamento.

Considerando a transcendência da sua posição, é aos Quadros Permanentes que compete garantir a estrutura da Instituição Militar, mantendo a integridade dos seus princípios e a base ética em que tradicionalmente se continua. Daí, a importância desses Quadros que queremos desde já salientar.

Sendo as Forças Armadas o espelho das Nações, será sempre na salvaguarda dos seus Quadros que estas se afirmarão verdadeiramente, porque são eles que enquadram de uma maneira geral as tropas que as defendem, quer quando as instruem, quer quando as conduzem nas lutas que tenham de travar. Conclui-se, portanto, que o militar do quadro permanente deverá ter perante a Nação um lugar aparte e acima de qualquer outro enquadramento político ou administrativo. Servidor da Pátria, ele nunca poderá ser tido nem tomado por simples servidor do Estado ou funcionário público. É por isso que, seja onde for que o militar de carreira se considere, ele surge credor de um prestígio claramente enunciado e profusamente anunciado.

Esse prestígio, que em parte alguma se vê negado, não é, contudo, suficiente para garantir a constante valorização dos quadros e a sua indispensável renovação. Passa-se um pouco com o Prestígio, aquilo que se verifica com a *autoridade*, que nunca é suficiente, se, uma vez conferida, não corresponder a uma autoridade pessoal. Também o prestígio, para ser absoluto, não é bastante que seja enunciado e anunciado, porque tem de ser, sobretudo, «sentido».

Desçamos do Céu à Terra, e digamos, para encurtar razões, que, para que haja sentimento do prestígio, é preciso que este seja acompanhado de um estado de independência moral, social e económico bastante. Dizemos bastante, porque entendemos que a profissão não é para exorbitar nem para enriquecer, como também não será decerto para existir e morrer na miséria.

Revista da Cavalaria

«Desde os mesteres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz, porque todo o trabalho despido de interesse pessoal, entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito sempre, porque o vencimento de militar, seja «pret», soldo ou lista civil, nunca é remuneração de serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.»

Dir-se-á que o militar, precisamente por ser voluntário e se ter obrigado ao sacrifício, não deve perder, mesmo na vida privada, o hábito das dificuldades. Talvez isto pudesse acontecer se fizesse voto de castidade ou, de qualquer outro modo, fosse inibido de constituir Família. Mas porque assim não acontece, a mulher e os filhos são criaturas de quem se não pode desligar, e a Família é uma realidade que merece a maior atenção.

Assim, ao analisarmos as condições de valorização e de renovação dos quadros, não podemos esquecer todos os problemas sentimentais e materiais que se podem gerar no espírito do profissional pela existência do agregado familiar. Teremos que atender que a Mulher, que um dia cedeu ao *pé de alferes*, nem por isso assentou praça. Não gostará por isso de só viver com o seu marido um ano em cada três. Os Filhos — esses — que não têm culpa nenhuma da profissão dos Pais, passada a idade do deslumbramento dos uniformes e dos feitos heróicos, também não gostarão de viver no ambiente triste duma casa sem chefe, e não poderão deixar de sofrer as consequências que forçosamente daí resultam para a sua educação. Haverá portanto que estabelecer compensações, considerando que o espírito de sacerdócio nunca poderá fortalecer-se, ou mesmo conservar-se, se perturbado constantemente por problemas de Família. Também a renovação dos quadros pode ser gravemente afectada, na medida em que muitos Pais, de Famílias tradicionalmente militares, podem sentir-se levados, por natural amor aos filhos, a desencorajá-los de seguirem a carreira das Armas, por menos compensadora nos proventos, na assistência ou nas perspectivas de futuro.

Ao prestígio e à independência a que nos referimos já, teremos que juntar, pois, outras compensações e medidas efectivas de carácter assistencial, para que o militar possa partir sempre que for preciso, sem quebras de ânimo, desgaste psíquico ou simples preocupações de natureza material em relação à sua família.

Revista da Cavalaria

«... Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passamos fome e sedes e a não poucos prostraram em terra para sempre as fadigas e as doenças... Por isso nós também merecemos o nome de Soldados; é esse o nosso maior orgulho.»

Resta referir, finalmente, que as situações de campanha — campanha activa e prolongada, bem entendido — produzem na personalidade dos militares profundas modificações. Por um lado, pode dizer-se que os humaniza, libertando-os de um certo número de pequenos defeitos e desinteressando-os de certos aspectos egoístas da vida que até então os podiam absorver. Desprezam o que é mesquinho e — se não têm que se queixar de si próprios — não fazem mesmo alarde das suas proezas. Tornam-se, contudo, mais sensíveis à injustiça e ao favoritismo, mais rigorosos na apreciação dos actos e comportamento dos outros, mais francos, mais sinceros, mais leais, nas críticas e exposição dos seus pontos de vista. Contudo, quando peados pela disciplina, calam as bocas, mas removem as suas razões de queixa, caminhando a passos largos para um inconformismo que é, sem dúvida, negativo. Dificilmente se conseguem colocar entre a irreverência e a subordinação, e a sua concepção de respeito passa a assentar mais na consideração pessoal do que no grau da hierarquia. O seu espírito exige uma revisão da escala de valores, uma selecção cada vez mais rigorosa dos quadros. O que pode parecer uma tendência para a anarquia é, de facto, uma manifestação de melhor critério de escolha com base em factores humanos. Preocupam-se mais com os seus subordinados mas exigem cada vez mais apoio e consideração superior. Tendo dado o que lhes era pedido, consideram-se também credores do reconhecimento do seu esforço e do seu sacrifício. Isto são realidades que também não podem ser ignoradas. Tanto na selecção básica como na selecção natural que a campanha largamente permite estabelecer, haverá pois que entrar em linha de conta com um estado de espírito que nada tem com a lassidão ou o cansaço, de que muito se fala nestes tempos. Cremos sinceramente que terá de ser a escala de valores a ajustar-se à nova mentalidade criada e cada vez mais generalizada e, de forma alguma, se poderá pretender fazer regressar a velhas concepções indivíduos mudados por causas tão transcendentais.

Muito mais se poderia escrever sobre este assunto mas não queremos que estas considerações percam o seu aspecto geral, ou, mesmo, universal, que desde o início lhes imprimimos. Isto não quer dizer, claro, que elas nos não interessem em particular, e até, que se não tenham baseado na observação directa de factos, de fenómenos e de homens nossos.

Os Officiais, Sargentos e Praças, merecem em toda a parte, os mesmos cuidados porque, seja onde for, estão sujeitos às mesmas influências. As faculdades intrínsecas das raças, o valor próprio de cada uma, pode, de facto, conferir maior rendimento às forças constituídas mas, talvez valha a pena prever, para conservar as faculdades positivas, do que explorá-las até ao extremo.

Mousinho, na sua carta ao Príncipe Real, definiu magistralmente a profissão de Soldado. Noutros estudos que fez, com base na experiência tida, muito mais nos disse de importante sobre as guerras de África e a Carreira das Armas.

Fê-lo com a sinceridade, franqueza e lealdade que sempre o caracterizaram e também com o devido respeito que está nos princípios éticos que nos norteiam. Esperou que o ouvissem e acreditassem. Porque assim não aconteceu, até ele caiu no inconformismo que o levou a um acto desesperado. Apesar das analogias que já apontámos e da imutabilidade dos Princípios que tão bem definiu, vivemos noutra época, e é de admitir que os seus conceitos e definições possam ter hoje mais e melhores ouvidos que os escutem e acreditem.

Major ANTÓNIO MACHADO

PONTOS DE VISTA



alei na Revista anterior de uma hipótese de organização das Subunidades da nossa Cavalaria Leve. A finalidade que me propus foi contribuir para fazer discutir o assunto com os leitores que tiveram a paciência de me seguir, lendo aquelas linhas. Resumirei o que ali foi dito:

Considerando que o E. Rec. tipo americano parece demasiado complicado, foi esboçada a seguinte hipótese de organização:

— ESQUADRAS

- de Atiradores (5+2, montados em Viat. 3/4 Ton.).
- Autometralhadoras (peso < 6 Ton.).

— PELOTÕES

- 4 a 6 Esquadras de Atiradores e/ou de Autometralhadoras, conforme necessidades táticas e características do material.

— ESQUADRÃO

- 3 ou 4 Pelotões, consoante as necessidades táticas e a organização daqueles em 6 ou 4 Esquadras, totalizando Atiradores e Autometralhadoras numa relação de 50%.

Poder-se-á acrescentar que se considera o Esquadrão como a Unidade de menor escalão que pode ser independente. Se necessário o Esquadrão destacará Pelotões, mas não existirão Pelotões organicamente independentes.

Revista da Cavalaria

*

Relembrada a hipótese que se esboçou, mantendo o meu propósito de discutir o assunto, porque sinto haver necessidade de troca de ideias e participação dos elementos da Arma, na sua afirmação e no seu viver. É precisamente a falta de ligação doutrinária, cultural e espiritual que faz sentir o isolamento e a frustração, afrouxando os laços que nos unem como elementos da Arma.

Na Revista anterior foram publicados alguns interessantes artigos de carácter doutrinário, que reflectiam equilíbrio e experiência, focando da forma mais conveniente uma série de assuntos que nos interessam a todos. A leitura desses artigos quase me fez desistir de tentar colaborar novamente na Revista: estavam demasiado bem escritos e desanimaram-me de pretender sentar-me na mesma tribuna. Apesar de tudo, julguei preferível desprezar este complexo porque há realmente necessidade de haver troca de ideias e o melhor será escrever sem receio de escrever mal.

Antes de mais queria referir-me a uma preocupação que julgo geral, resultante de, actualmente, pouquíssimos serem os Oficiais que têm oportunidade de servir em Unidades de Cavalaria pròpriamente ditas (a Cavallo, Rec. ou CC).

Sobre o facto argumenta-se que, acima de outros aspectos, é fundamental o espírito cavaleiro que se imprime à acção! A atitude! Nós em Unidades de Atiradores na guerra de guerrilhas podemos ser cavaleiros! Isto é um facto constatado, pertence à realidade. Todavia, a realidade tem vários aspectos, por vezes contraditórios. Se por um lado o Cavaleiro-Atirador é um facto positivo que constitui afirmação do espírito da Arma, por outro lado vai-se verificando um lento mas contínuo desgaste nesse mesmo espírito, que se vai diluindo no geral; esbatem-se os contornos, diminui a diferenciação, desaparece a especialização do modo de agir característico. É humano e natural que um jovem Oficial que nas Unidades da Metrópole viveu um ambiente pouco definido, ao encontrar-se no Ultramar a comandar Atiradores, com Atiradores à esquerda, à direita, à frente, à retaguarda, actua como Atirador sòmente e não como Cavaleiro-Atirador. Está isolado, não tem concreto ponto-de-referência! Isto em absoluto não é um mal, mas para a Arma, é uma perda que se vai somando e acumulando ano após ano. Daqui a uns anos corre-se o risco de ouvir a pergunta: «na prática, além daquela saudação — a galope, a galope... etc. — como é isso do espírito cavaleiro? Nós, os mais novos temos

Revista da Cavalaria

dificuldades, por força das circunstâncias! Não comandámos Unidades a cavalo: quanto muito alguns montam por desporto e parece que até isso se vai deixando de usar! Poucos comandaram Unidades de Reconhecimento e pouquíssimos em acção! A ideia precisa de contactos com o real — concreto, que ali ela se formou!

Actualmente, parece-me ver no Reconhecimento (Cavalaria Ligeira) o caso médio desse real concreto que necessitamos de tomar como referência para não perder o fio à meada. Há que pensar na média e não em casos de excepção: Sim! Um Mousinho não precisaria de pontos de referência...!

Descendo ao tal concreto que nos interessa, gostaria de tentar novas hipóteses de discussão, em relação à organização de Subunidades de Cavalaria Ligeira, que foi lembrada no princípio deste artigo.

1 — Para o efeito vou começar por considerar o Pel a 6 Eqd, sendo 3 de At e 3 AMetr.

No artigo anterior este Pel foi comparado ao Pel Rec tipo americano, sendo em cada Eqd Expl os 2 Jeep substituídos por uma Viat 3/4 (uma vez que não há Viat BL Lig) e a Viat da Sec Apoio substituída por 1 AMetr (no caso da AML-61 mantém-se o Mort; se for outro modelo de AMetr o apoio de fogos será doutro tipo; se se precisar mesmo do Mort, seja uma Eqd Mort montada em Viat 3/4).

A — Posso então imaginar o meu opositor afirmar que este Pel tem menos flexibilidade, pois tem menos viaturas e a Sec Expl tem menos possibilidade de se desdobrar, de esquadriñar, de procurar...

Responderei que na procura da informação há vantagem em reduzir o volume dos Pel Rec, porque se é importante procurar a notícia, ainda mais importante é comunicá-la em tempo ao escalão que se serve e quase que deverá ser então o Cmdt Pel a procurar. Nesta hipótese será melhor organizar o Esq em 4 Pel, com o Pel a 4 Eqd: 2 pares que se apoiam mutuamente. O caso do Pel organizado em 6 Eqd destinar-se-á mais a missões de combate do que a reconhecimento puro.

Por outro lado em missões de combate este Pel é tão forte como o Pel Rec e o que me parece ver, é a transição duma situação para a outra mais simples e portanto mais eficiente. Os vários elementos que constituem este Pel são menos especializados; do que a Sec Expl clássica para a procura da notícia e do que o escalão de Combate (AMetr

Revista da Cavalaria

— At — Apoio) para combate; mas são igualmente aptos para as duas missões, produzindo um conjunto mais equilibrado e mais económico, pois que há melhor aproveitamento dos meios.

As considerações referidas mantêm-se para o caso do Esq, pois o ERec dispunha de 3 Pel Rec iguais e nesta hipótese há ainda a vantagem de o Esq poder dispor de 4 Pel com iguais possibilidades de reforço de meios.

B — O meu opositor poder-me-á perguntar: — esta organização traz alguma vantagem em relação ao emprego de Rec. na nossa guerra no Ultramar? Já que no princípio se falou em «*nossa Cavalaria Ligeira*», julgo que se tem de atender à *nossa* guerra actual e não considerar só as hipóteses clássicas.

— Responderei então que um dos factos que faz pensar nesta organização é precisamente a nossa guerra no Ultramar. Unidades que equilibradamente possam servir as necessidades clássicas, (sempre de considerar em qualquer circunstância, *custe o que custar*) e as necessidades actuais no Ultramar. Ao adaptar a casos concretos no Ultramar esta organização, parece-nos que há pleno ajustamento.

Casos simples do dia-a-dia e que mais chamam a atenção geral: Por exemplo, segurança de itinerários.

Realizado sob a forma de escolta a uma coluna: quase sem querer imaginamos uma parelha (1 Sec = 2 Eqd) à frente, outra no meio e a terceira atrás. É o que sucede na prática, se forem atribuídas duas ou três AMetr de reforço a uma Unidade de Atiradores que receba missão de escolta. Possivelmente à frente da coluna será colocado uma AMetr e At, no meio da coluna outra AMetr e At e na retaguarda uma terceira parelha: afinal o que sucederia com o Pel Cav, com a diferença que neste caso teríamos constituídas equipas treinadas e mentalizadas como tal. Se o Cmdt da escolta preferir concentrar AMetr para poder intervir ao longo da coluna, organizará uma parelha mixta, outra de AMetr e a terceira de At.

Se a segurança de itinerários for realizada de forma mais activa, por exemplo por meio de patrulhamentos, também este Pel tem melhor capacidade de articulação, pois pode organizar 3 parelhas com possibilidades iguais, o que não sucede com o Pel Rec; se neste ambiente o In poderá actuar em qualquer ponto, será a solução mais equilibrada lançar patrulhas com as mesmas possibilidades, não valendo o argumento de que com o Pel Rec se organizarão as patrulhas conforme as

Revista da Cavalaria

características do terreno, porquanto é grande a extensão dos itinerários e não há planeamento que possa eliminar todos os imprevistos, que são a característica desta guerra.

Pode-se considerar também estas Unidades em missão de intervenção, por exemplo de socorro a localidades ou forças ameaçadas. Numa missão deste tipo, a aproximação constituirá o problema e então o Pel actuará como um Pel Rec em exploração. Será a Unidade mais apta para este tipo de missão.

Ainda em missão de intervenção, na quadricula, 1 Esq de Cav deste tipo, às ordens de determinado escalão de Cmd, tem possibilidade de lançar ou cooperar em operações sobre zonas de refúgio do In: poder-se-ão empregar 2 Pel At como força de manobra, sendo empregadas as AMetr como base de fogos ou na segurança na aproximação, segurança dos itinerários ou na recolha da força de manobra. Se o terreno for plano e aberto e em certas épocas do ano permitir TT quase livre, será um caso ideal para a actuação duma Unidade deste tipo em missões género batida, ataque, cerco, etc.

Parece-me que seria de qualquer forma, uma óptima reserva para qualquer escalão de Cmd.

Ouvi dizer (não afirmo), ter sido referido por alguém que as tropas pedem AMetr como reforço, para se abrigarem atrás da blindagem, perdendo assim qualidades de combate — conclusão, nestes moldes não são necessários AMetr!

É possível, se as AMetr forem atribuídas isoladamente, como tem acontecido, que suceda assim em alguns casos. É um facto que vem precisamente ao encontro da afirmação, de que as AMetr só são empregadas com rendimento integradas nas Subunidades a que pertencem.

2 — Porque tudo é possível, gostaria ainda de imaginar que viríamos a dispor de Viat blindadas, AMetr e simultaneamente transporte com capacidade para 10 homens. Como organizar então o Pel com material deste tipo?

Na linha dos raciocínios anteriores, parece que teremos concentradas numa viatura 2 Eqd: 1 AMetr e 1 At. Sendo assim o Pel deveria dispor de 3 Viat, sòmente.

Também no campo das hipóteses, já ouvir dizer que se viessemos a dispor de Viat deste tipo cada Pel possivelmente viria a ter 7 Viat! Parece uma solução desequilibrada, pois o Cmdt Pel comandaria um efectivo quase equivalente a 1 Esquadrão: — Com os At apeados, 1 Pel AMetr (+) e 1 Pel At (+). É muito!

O Cmdt Esq seria quase Cmdt de 1 Grupo!

Revista da Cavalaria

Julgo que Pelotões com tal material poderão dispor *no máximo* de 4 Viat, sòmente para dar a possibilidade de articulação em 2 parelhas, que na base 3 não seria possível.

Seja como for, material deste tipo, embora servindo, não será o ideal para Cavalaria Ligeira, pois talvez já seja agora de considerar a perda de flexibilidade. Porquê considerar agora a perda de flexibilidade e não a ter considerado atrás, quando se falou da substituição de 2 Jeep da Eqd Espl do Pl Rec por 1 Viat 3/4?

Para um Pelotão de Cavalaria os seus núcleos base são as Esquadras:

— Atribuir a cada uma «montada» própria é dar possibilidades a que a articulação tenha realmente como base as esquadras.

— Atribuir uma montada a 2 esquadras é o mesmo que articular o Pelotão em Secções, com o que se perdeu flexibilidade. Não se pense que é só questão de nomes porque se afecta a articulação, portanto o modo de emprego, por isso as características, etc., etc.

Repare-se que atribuir 3 Viat a um Pelotão é quase sòmente montar um Pelotão de atiradores, organizado em Secções! Digo «quase» porque há ainda a considerar as Viat no aspecto AMetr e as novas características que por isso foram dadas ao conjunto, que seria apesar de tudo, uma Unidade nitidamente de Cavalaria. Sim! Lutando a Cavalaria com falta de equipamento moderno para a acção no Ultramar, ninguém se lembraria de atribuir material deste tipo a outras Armas ou a Paraquedistas!

Capitão JESUS DA SILVA

Para chegar ao fim das coisas, o primeiro passo é julgá-las possíveis.

LUÍS XIV



A CAVALARIA DO AR



de todos nós Cavaleiros por demais conhecido, que a principal característica de actuação da nossa Arma é a grande Mobilidade.

Foi desde sempre preocupação dominante dos responsáveis pela actuação da Cavalaria, a criação de novos meios de combate, no sentido de manter e se possível aumentar o diferencial de Mobilidade, a fim de fazer face ao aparecimento de armas cada vez mais potentes e precisas. Isto é bem ilustrado pelas palavras do Ten. Gen. Ulrich de Maiziere, inspector do Exército da Alemanha Ocidental que afirmou: «o combate moderno obriga cada vez mais o exército a usar a terceira dimensão uma vez que é este o único modo de conservar a mobilidade em equilíbrio com o substancial aumento da potência de fogo».

Também o incremento da luta de Guerrilhas com a grande mobilidade de que estas são possuidoras e a capacidade de rapidamente dispersarem as suas concentrações, exigia às forças hábeis para as combater, um aumento da mobilidade táctica então existente. Este como já vimos tão necessário, aumento da mobilidade, foi conseguido à custa do helicóptero que estava então em franco aperfeiçoamento.

É assim que o Secretário de Defesa dos Estados Unidos Robert Mac Namara, no começo de 1962, nomeia uma comissão presidida pelo General de Divisão Howze, conhecida por Comissão Howze, para estudar o aperfeiçoamento da mobilidade táctica. Era já existente o conceito de «mobilidade total pelo ar» com a Divisão Aeroterrestre, mas foi-lhe então acrescentado o aspecto, de que a unidade teria de ser capaz de atacar e de retirar, se tal fosse necessário, inteiramente pelo ar.

A Comissão Howze considerou inicialmente, que a mobilidade aérea seria a capacidade que a unidade teria de desenvolver, manobrar e combater, usando veículos aéreos sob o comando do coman-

Revista da Cavalaria

dante das forças terrestres, mas verificou posteriormente, que dando também ao comando mobilidade aérea, lhe daria maior possibilidade de localizar e surpreender o IN., ultrapassar obstáculos e pontos fortes e concentrar rapidamente as suas forças no ponto decisivo com um máximo de surpresa e um mínimo de baixas.

É em resultado do trabalho da Comissão Howze, que surge em Julho de 1965 em Fort Benning, na Georgia, a primeira Divisão Aeromóvel do Exército denominada 1.ª Divisão de Cavalaria (Aeromóvel).

Esta nova divisão representa um grande progresso no uso de meios aéreos no campo de batalha. Durante a 2.ª Guerra Mundial a antiga divisão triangular tinha apenas 10 aviões. Na Guerra da Coreia dispunha de 26, entre aviões e helicópteros. Na Divisão Pentómica este número passou para 49. Houve depois um acréscimo enorme — para mais de o dobro — na Divisão ROAD, em que aquele número passou a ser de 101. Finalmente temos na 1.ª Divisão de Cavalaria (Aeromóvel) 434 aeronaves, quase todas helicópteros.

A organização de uma divisão aeromóvel com base em helicópteros, nunca fora até então julgada exequível, devido à baixa velocidade, à vulnerabilidade aos fogos terrestres, à pequena capacidade de carga e à alta exigência de manutenção do helicóptero. Quanto à vulnerabilidade aos fogos terrestres, ela é mais fictícia que real. Os Franceses na Argélia tinham até Nov59 voado mais de 35 000 horas de combate em helicóptero, tendo perdido menos de meia dúzia abatidos pelo fogo terrestre IN. Não nos esqueçamos do ditado popular que diz «Se o pato atirasse não havia tantos caçadores de patos...». Além disto há ainda a considerar que as partes mais vulneráveis têm blindagem de protecção que reduz consideravelmente a vulnerabilidade.

Quanto às outras limitações consideradas, programas de estudo que duraram anos reduziram-nas a um limite tal, que tornou evidente que as unidades aeromóveis eram praticáveis.

Vejamos então, embora sucintamente, algo sobre a 1.ª Divisão de Cavalaria (Aeromóvel).

Dela fazem parte 15 787 homens e está equipada com 434 aeronaves, na sua maioria helicópteros e 1600 viaturas. Comparativamente, a Divisão ROAD tem 15 900 homens, 101 aeronaves e 3200 viaturas.

Estudemos agora, também em comparação com a Divisão ROAD, as necessidades logísticas da Divisão Aeromóvel. O consumo diário desta, em reabastecimentos, é de 550 toneladas para 450 da Divisão

Revista da Cavalaria

de Infantaria. A quase totalidade destas 100 toneladas adicionais, é de combustíveis e lubrificantes.

Se atendermos porém, como foi demonstrado em exercícios efectuados, que a Divisão Aeromóvel — 1.^a Divisão de Cavalaria — executa a mesma missão em metade do tempo que a Divisão de Infantaria leva a executá-la, somos necessariamente levados à conclusão de que a Divisão de Cavalaria consome metade da tonelagem necessária à Divisão de Infantaria.

Sob o ponto de vista de transporte a longas distâncias, a estimativa é de que a Divisão de Cavalaria Aeromóvel pode deslocar-se quase duas vezes mais rapidamente que a Divisão ROAD. Com excepção dos helicópteros pesados «Chinook» transportados em aviões C-133, toda a divisão pode ser transportada em aviões C-130, da Força Aérea.

Como armamento individual a quase totalidade do pessoal está armado com a espingarda automática M 16. Logo após a sua organização, todo o pessoal sofreu um treino intensivo, com vista a ensinar-lhe as técnicas específicas de operações aeromóveis tais como: fuga e evasão, carregamento por guindaste, fogo defensivo de helicópteros, saltos em pára-quedas, ascensão em rede de carga, carregamento do helicóptero e alpinismo.

Como exemplo do armamento pesado, veremos o do Grupo de Artilharia Aérea da Artilharia Divisionária. Dele fazem parte 36 helicópteros UH-1, armados com o conjunto XM-3, constituído por 48 tubos lança-foguetes de 69,85 mm, de cauda dobrável. A precisão do sistema é de 10 a 15 milésimos quer em direcção quer em alcance, para alcances compreendidos entre os 1000 e os 2000 metros. Este grupo é normalmente usado em reforço de fogos aos grupos de apoio directo de 10,5 cm.

Para instrução, quando em Fort Benning, a divisão organizou-se em 3 Brigadas, cujos comandos constam do organigrama da Fig. 1, com a seguinte constituição:

- 1.^a Brigada — 3 batalhões de atiradores pára-quedistas sob o comando de um Comando de Brigada pára-quedista;
- 2.^a Brigada — 3 batalhões de atiradores;
- 3.^a Brigada — 2 batalhões de atiradores.

Operacionalmente, os oito batalhões de manobra, assim são designados os batalhões acima citados, serão dados às brigadas de acordo com as necessidades da missão a cumprir.

Revista da Cavalaria

Reportando-nos ainda ao organigrama da Fig. 1, poderemos ver um pouco mais em pormenor alguns dos órgãos da Divisão de Cavalaria:

- Comando de apoio — compreende uma companhia administrativa, um batalhão de transporte (para manutenção e reabastecimento de aeronaves), um batalhão de manutenção, um batalhão do serviço de saúde, um batalhão de reabastecimento e serviços e um pelotão químico de apoio;

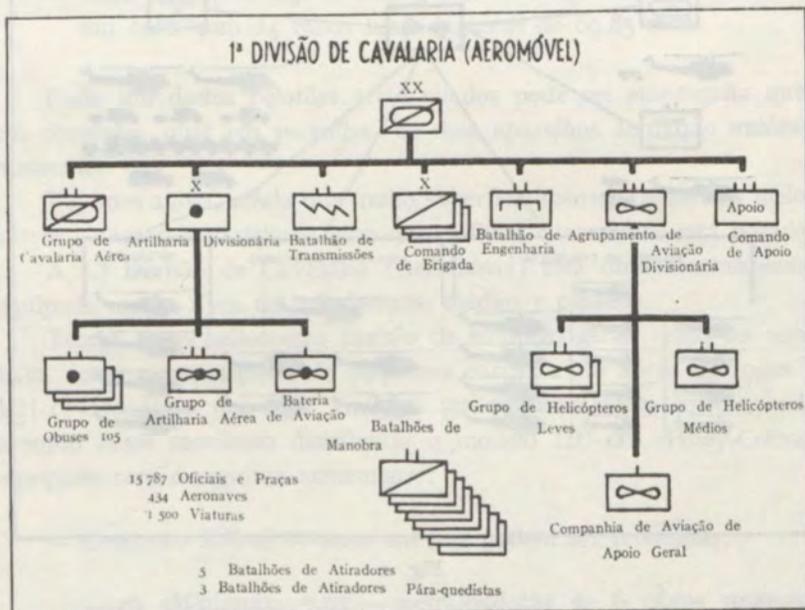


Fig. 1

- Agrupamento de aviação — compreende dois batalhões de helicópteros leves (de assalto), um batalhão de helicópteros médios (de apoio), uma companhia de aviação de apoio geral e um destacamento meteorológico.

O Agrupamento de Aviação, tem por principais missões: o transporte simultâneo dos elementos de assalto de três batalhões de atiradores e de duas baterias de obuses de 10,5 cm; a escolta armada e fogos defensivos; a vigilância aérea e localização de alvos; o apoio em avia-

Revista da Cavalaria

ção para o Quartel General Divisionário e outras unidades que não disponham de meios aéreos orgânicos.

Veremos em pormenor, por nos interessar particularmente, a orgânica do Esquadrão de Cavalaria do Ar.

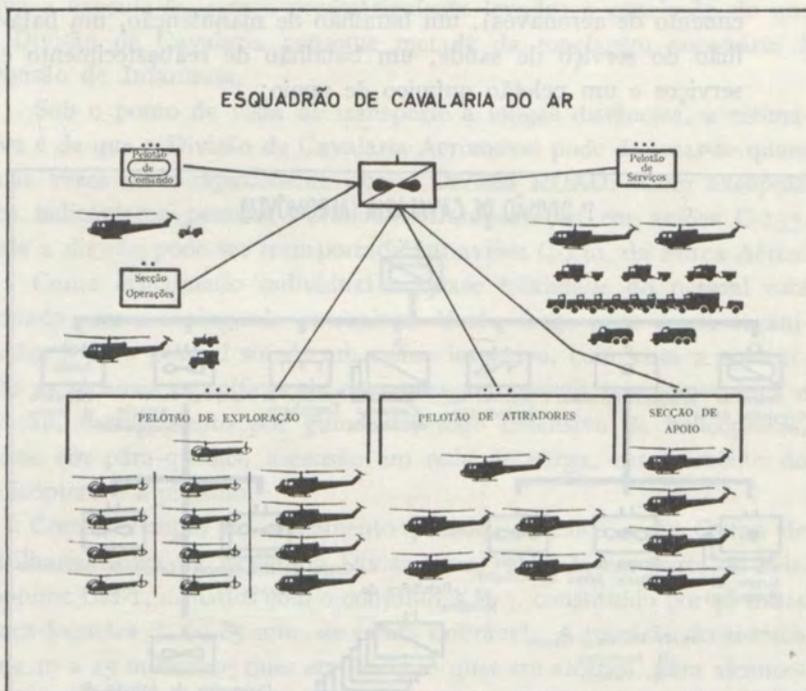


Fig. 2

Como podemos ver pelo organograma da Fig. 2 o Esquadrão de Cavalaria do Ar tem:

- Um Pelotão de Comando;
- Uma Secção de Operações, «centro nervoso» capaz de assegurar o funcionamento dum P. C. A. e dum P. C. terrestre;
- Um Pelotão de Serviços;
- Um Pelotão de Exploração, que se articula em:
 - comando;
 - duas secções ligeiras de exploração, cada uma com quatro helicópteros OH-6A (ligeiros), armados com metralhadoras 7,62 mm;

Revista da Cavalaria

- uma secção de apoio com quatro helicópteros UH-1 «Iroquois» (médios), armados com seis SS-11.
- Um Pelotão de Atiradores articulado em:
 - comando, transportado num helicóptero UH-1 «Iroquois»;
 - quatro secções de 10 homens cada, transportados em 4 UH-1 «Iroquois».
- Uma Secção de Apoio com 4 UH-1 «Iroquois», armados cada um deles com 24 tubos lança-foguetes de 69,85 mm.

Cada um destes pelotões atrás citados pode ser empregado quer em conjunto, quer em patrulhas de dois aparelhos actuando autónomamente.

Vejamos agora, ainda que muito superficialmente, alguns dos meios aéreos e suas características, com que a divisão aeromóvel está dotada.

A 1.^a Divisão de Cavalaria (Aeromóvel) está fundamentalmente, equipada com 2 tipos de helicópteros: médios e pesados.

Temos como helicóptero padrão de emprego geral, tanto no combate, como no transporte de pequenas cargas e no apoio de fogos o UH-1 «Iroquois» que tem vindo a ser sucessivamente aperfeiçoado estando neste momento distribuído o modelo HU-1H «Huey-Cobra» equipado com o seguinte armamento:

- Conjunto XM-28 — torre em que podem ser montadas:
 - ou «Miniguns» 7,62 — metralhadoras de 6 canos rotativos com uma cadência de 6000 tiros/minuto, pesando 15,5 kg;
 - ou lança-granadas de 4 cm.
- Foguetes de 69,85 mm.

O HU-1H desenvolve uma velocidade de 315 km/h.

Como grande transportador temos o CH-47 «Chinook» no seu modelo actual CH-47B, cujas principais características são as seguintes:

- | | |
|--------------------|---|
| — Peso bruto | 17 500 kg |
| — Carga útil | 7 160 kg ou 70 homens completamente equipados |
| — Velocidade | 290 km/h |

Revista da Cavalaria

Existe também uma versão armada do «Chinook», equipado com 1 lança-granadas de 4 cm., 19 foguetes de 69,85 mm ou uma metralhadora «Gatling» 7,62 de canos rotativos, 1 metralhadora de 20 mm disparando projecteis explosivos, 5 metralhadoras 7,62 ou 12,7 para protecção dos flancos e ainda uma outra metralhadora 7,62 ou 12,7 na rampa traseira de carga para protecção contra o fogo terrestre, depois de sobrevoar o alvo. Tem ainda blindagem para protecção dos tripulantes e órgãos essenciais.

Prevê-se a substituição deste helicóptero pelo CH-47C, já em fase de provas e cuja entrega está prevista para a primavera de 1968, dotado de maior potência e com o peso bruto de cerca de 20 000 kg.

Existem ainda seis aviões OV-1 «Mohawk» propulsionados por dois turbo-hélices, que são usados em missões de reconhecimento e vigilância, utilizando equipamentos infra-vermelhos, câmaras fotográficas e radar.

A Divisão de Cavalaria (Aeromóvel), dadas as características que vimos, embora sucintamente e que lhe permitem actuar em qualquer tipo de terreno, está portanto apta a rapidamente contra-atacar e facilmente manobrar sobre grandes áreas; a reconhecer e cobrir grandes frentes; a retardar forças e executar incursões na retaguarda inimiga.

É no entanto, na manutenção do contacto com o IN. ou entre forças amigas, no combate a forças aeromóveis ou aeroterrestres e na contra-guerrilha, que a divisão se revela particularmente eficiente.

E para terminar citarei uma declaração do Secretário de Defesa dos Estados Unidos Mac Namara, declaração esta fundamentada no enorme êxito alcançado pela 1.ª Divisão de Cavalaria (Aeromóvel) no Vietname. Disse ele que se propunha transformar outras Grandes Unidades sob a orientação das estruturas atrás expostas, para lhes permitir desempenhar

«UM PAPEL EM TUDO COMPARÁVEL AO DA CAVALARIA A CAVALO»

Capitão LEMOS CALDAS



A Polícia Militar

na

Região Militar de Angola

INTRODUÇÃO



Estão-se a ministrar na Escola Prática de Cavalaria em Santarém, cursos de Polícia Militar para Oficiais do Quadro Permanente da Arma, com vista à extensão desta especialidade a todos os Oficiais das classes de Subalternos e Capitães. De tal facto resulta que, potencialmente, qualquer oficial da Arma e das classes apontadas, possa vir a ser chamado a servir como Comandante duma Companhia de Polícia Militar, em comissão no Ultramar. Pensando que da experiência que tive, como Comandante dum tal tipo de Unidade na Região Militar de Angola, pudesse dar testemunho, na intenção de esclarecer e divulgar o dia-a-dia duma missão desse género, propus-me transmitir através da Revista da nossa Arma, alguns dados fundamentais, especialmente aqueles que dizem respeito aos serviços que uma Companhia de Polícia Militar tem que fornecer.

SERVIÇO DUMA C. P. M. NA R. M. A.

A Polícia Militar na Região Militar de Angola é constituída por várias Companhias.

Cada uma destas Companhias é organizada, como é do conhecimento geral, no Regimento de Lanceiros n.º 2 e comporta orgânica-

Revista da Cavalaria

mente um Comando e três Pelotões. Reconheceu-se, no entanto, que tal efectivo se revelava insufficiente para as necessidades do serviço, solucionando-se o problema com o reforço de mais um Pelotão de Polícia Militar, o qual muito embora seja independente à saída da Metrópole, na realidade passa a depender da Companhia onde vai adir sob todos os aspectos. É, pois, com um efectivo de quatro Pelotões que a C. P. M. conta para fazer face a todos os serviços que lhe são solicitados. Podemos dividir em dois grupos diferentes esses serviços: *os normais e os extraordinários*. Entre os normais contam-se os seguintes:

- Ronda;
- Piquete;
- Serviço Interno;
- Guarda de Polícia ao Campo Militar do Grafanil ou Quartel General.

Entre os extraordinários podemos considerar os que a seguir se indicam:

- Policiamento de Espectáculos Desportivos;
- Guardas de Honra aos Tribunais Militares Territoriais;
- Guardas de Honra a altas Entidades;
- Embarque e desembarques de tropas;
- Policiamento de Cinemas;
- Escoltas a altas Entidades e a munições;
- Condução de funerais militares;
- Etc.

Analiseemos rapidamente as missões a executar em cada um destes serviços:

Ronda — A sua missão consiste na Fiscalização de Movimentos Individuais, Fiscalização da Circulação de viaturas militares e resolução de incidentes de qualquer tipo em que intervenham elementos das Forças Armadas. Convém esclarecer desde já que a actuação da Polícia Militar visa somente os elementos das Forças Terrestres, ficando a Marinha e a Força Aérea a cargo da Polícia Naval e Aérea, respectivamente. São ainda constituídas Patrulhas Mistas, compostas por elementos dos vários Ramos das Forças Armadas e um elemento da P. S. P.

Revista da Cavalaria

Da eficiência de tal tipo de Patrulha abstenho-me de falar, esclarecendo, no entanto, que, na prática, pouco ou nenhum resultado dá. O serviço de Ronda funciona durante 24 horas, mas tem incidência de patrulhamento especial no período compreendido entre as 17 horas de um dia e as 8 horas do dia seguinte.

Como se compreende fàcilmente, o efectivo empenhado na Ronda, que é um Pelotão não se mantém no máximo da sua força em actuação. É princípio aceite que, pelo menos uma Patrulha fique permanentemente no Quartel para fazer face a qualquer chamada de urgência. Penso porém, que será de referir o facto de que são estabelecidos itinerários a rondar pelas várias patrulhas, a fim de facilitar o controle e fiscalização da sua actuação. Os meios rádio que existem para equipar as C. P. M. no Ultramar, têm-se revelado de pouca eficiência. Na devida altura foi feita proposta para que as C. P. M. fossem equipadas com rádios do tipo dos utilizados em Lisboa, mas nada de concreto foi decidido sobre o assunto.

No final dum dia de serviço de Ronda, o Oficial de Ronda elabora um relatório que junta a todas as Participações relativas a ocorrências durante o serviço. A esse relatório e a essas participações é dado destino para a Chefia do Serviço de Justiça do Quartel General, para a Chefia do Serviço de Preboste e para o Comandante da Unidade do infractor ou interveniente.

Este sistema tem revelado falhas que se poderiam fàcilmente remediar. A Chefia do Serviço de Justiça, está assoberbada com todos os assuntos de Justiça da Região Militar, pelo que não pode prestar a atenção devida ao expediente da P. M. Uma das soluções que se julga ser mais eficiente é a de atribuir como missão à Chefia do Serviço de Preboste a fiscalização e controle dos procedimentos disciplinares em relação às participações enviadas pela P. M. Duma maneira geral verifica-se uma certa dificuldade por parte dos Comandantes das Unidades em punirem os seus militares, quando a infracção é participada pela P. M. Por determinação de Sua Ex.^a o General Comandante da R. M. A., do procedimento havido em relação às participações da P. M., deve ser dado conhecimento à Chefia do Serviço de Justiça, Chefia do Serviço de Preboste e à unidade participante. Tal procedimento não tem sido seguido na prática, o que redundava em desprestígio dos agentes de P. M.

Creio ter apontado, assim, os assuntos principais que dizem respeito ao serviço de Ronda duma C. P. M. em Angola, muito embora outros assuntos pudessem ser abordados.

Revista da Cavalaria

Piquete — Este é outro dos serviços que uma Companhia de Polícia Militar tem que fornecer diàriamente. O efectivo empregue neste serviço é de um Pelotão. A sua missão é igual à missão atribuída aos Piquetes que existem nas unidades. A saída deste pessoal poderá ser ordenada pela Chefia do Serviço de Preboste ou pelo Comando da Defesa de Luanda. É uso corrente nas Unidades de Polícia Militar aproveitar o dia de Piquete para instrução técnica do pessoal.

Serviço Interno — Para fazer face às necessidades internas da Companhia é nomeado um Pelotão de Polícia Militar, que fornece pessoal para Guarda de Polícia, Reforço, Ronda Externa ao Aquartelamento, Faxinas, Condutores de Dia, Ordenanças, etc.

Guarda de Polícia ao Campo Militar ou ao Quartel General — Dado o intenso movimento de militares e viaturas que tem diàriamente o Campo Militar do Grafanil, foi determinado superiormente que a Guarda de Polícia à entrada do Campo passasse a ser fornecida por uma C. P. M. O efectivo empregue é de uma secção de P. M.

Também em relação ao Quartel General acontece do mesmo modo. Uma secção de Polícia Militar é destacada diàriamente para lá, a fim de constituir a Guarda de Polícia e fornecer pessoal para controle dos vários acessos às áreas reservadas existentes. Cada uma das Companhias aquarteladas em Luanda, fornece uma secção.

Pode desde já concluir-se que dos quatro Pelotões que integram uma C. P. M., três são nomeados diàriamente de serviço na sua totalidade enquanto o quarto faz manutenção de viaturas e limpeza de armamento e equipamento durante a manhã e folga durante a tarde. Tal folga tem, porém, um carácter de periodicidade muito relativo face às necessidades de pessoal para serviços extraordinários. Na realidade, é do pessoal de folga que sairão efectivos para os seguintes serviços:

Policimento de Espectáculos Desportivos — A quando da realização de qualquer espectáculo do tipo de desafios de futebol, campeonato de Luta Livre, etc., é sempre solicitada a presença da P. M. para policimento da parte respeitante a militares. O efectivo empregue é variável e é função da importância e provável número de espectadores militares.

Revista da Cavalaria

Policimento dos Cinemas da Cidade — Diariamente é nomeada uma secção de P. M. para este serviço. Patrulhas constituídas por dois agentes de P. M. são destacadas para cada cinema para a fiscalização dos militares presentes. Este é um dos serviços preferidos e melhor aceites, porquanto dá possibilidades ao pessoal nomeado de assistir à sessão de cinema sem gastar dinheiro. De qualquer modo esclarece-se que este serviço, contrariamente ao que sucede com a P. S. P., não é gratificado.

Guardas de Honra aos Tribunais Militares Territoriais de Angola — Este serviço é fornecido em regime de alternância pelas duas C. P. M. aquarteladas em Luanda e é pedido, em média, vinte vezes em cada mês.

Escoltas a altas Entidades e a munições — Entrando numa escala geral das unidades aquarteladas em Luanda, sempre que é necessário, é nomeado pessoal para escoltar altas entidades ou munições, nas suas deslocações para o Teatro de Operações.

Condução de Funerais — Sempre que se realiza um funeral de algum elemento militar, são nomeadas duas Patrulhas de P. M. para a sua condução e encaminhamento até ao Cemitério.

Muitos outros serviços extraordinários são pedidos à P. M. da Região Militar de Angola. Dispenso-me, no entanto, de os abordar para não tornar demasiado extenso o trabalho.

DIFICULDADES FUNDAMENTAIS

Efectivos — Da análise do Quadro Orgânico duma Companhia de Polícia Militar para o Ultramar, e da experiência de trabalho com tal tipo de unidade, ressaltam duas dificuldades fundamentais:

- 1.^a — A necessidade de um ajudante enfermeiro (cabo), o qual não está previsto no Q. O. actual, mas cuja existência é de grande necessidade para o bom andamento do serviço da sua especialidade. O problema tem sido resolvido com o fornecimento desse especialista pela 1.^a Repartição do Quartel General, a título provisório. De qualquer modo a solução é transitória e merece estudo atento para resolução definitiva.

Revista da Cavalaria

2.^a — A necessidade de existência dum Sargento mecânico, porquanto, unidades com um muito menor número de viaturas (caso das C. Caç.) têm no seu Q. O. este especialista. As C. P. M. têm dois cabos ajudantes de mecânico, o que é por demais insuficiente para a solução do problema. Foi o problema já ventilado, mas ainda não foi solucionado.

Missão da Polícia Militar — Grandes problemas se têm levantado em torno deste assunto. Tais problemas surgem essencialmente como resultado de a Polícia Militar actuar em relação a casos do foro civil. A P. S. P., autoridade a quem está atribuída essa missão, por insuficiência de efectivos, não pode fazer face ao patrulhamento intensivo nas zonas em que ele tem maior acuidade. Nos contactos havidos entre a P. M. e as forças de manutenção da ordem, sempre se reconhece a utilidade e necessidade de a Polícia Militar continuar a ter acção directa, sob o ponto de vista controle de movimentos individuais, na zona sub-urbana da cidade de Luanda. Se atendermos, porém, ao facto de que, a autoridade dos agentes de P. M., no tocante a problemas de foro civil, se circunscreve ao determinado no art.º 252.º do Código do Processo Penal (prisão de réus em flagrante delicto), então teremos a noção exacta de toda a dimensão do problema: reconhecimento, por um lado, da utilidade da P. M., para a fiscalização e controle de movimentos individuais em determinadas zonas da cidade; por outro lado, não há qualquer determinação legal que apoie e autorize essa actuação. Salvo melhor opinião, suponho que seria de urgente necessidade a legalização de tal problema, pelo menos enquanto as forças de manutenção da ordem não dispuzerem de efectivos que lhes permitam fazer um policiamento, tão eficiente quanto possível, de toda a cidade de Luanda.

CONCLUSÃO

Pretendi, através do que ficou dito, transmitir, em resumo, as múltiplas facetas de que se reveste o dia-a-dia duma comissão, como comandante duma C. P. M. na Região Militar de Angola. Muito mais poderia ser dito e analisado. Como resumo final, gostaria novamente de chamar a atenção para os problemas que eu julgo serem fundamentais e que mais atenção merecem, que são:

— Atribuições de 4 Pelotões Orgânicos de P. M. às Companhias com destino a Angola;

Revista da Cavalaria

- Revisão com vista ao estabelecimento de missões bem definidas e apoiadas em determinações legais, a fim de evitar situações embaraçosas e de difícil solução;
- Revisão do Quadro Orgânico da C. P. M. para o Ultramar, com vista à inclusão de um ajudante enfermeiro e um Sargento mecânico de viaturas auto rodas;
- Atribuição do controle das Participações de P. M. à Chefia do Serviço de Preboste, que, no seu próprio interesse e para prestígio das unidades de Polícia Militar, promoveria que sempre fosse dado andamento integral às mesmas.

Capitão CARVALHO DE ANDRADE

Todo o chefe não descurando o seu comando próprio, deve pensar em obedecer; antes de ditar as suas ordens, inspirar-se naquelas que recebeu.

General FOCH

A Razão de um Lema



ANTES SUOR QUE SANGUE, foi o lema escolhido pela C. Cav. n.º 1509, após pouco tempo de permanência na zona do Planalto dos Macondes. Porque surgiu tal lema? Pergunto porque surgiu pois nem sequer sempre podemos ter a pretensão de escolher um lema adequado antes de enfrentar a realidade. É certo que quando se deixa a Metrópole apenas uma ideia se deve procurar incutir no espírito de todos «VONTADE». Conseguido esse objectivo tudo o resto será fácil e o lema surgirá traduzido nas mais diversas frases e a maioria das vezes nas máximas mais variadas de indivíduos célebres.

Chegados ao local que nos destinaram, tivemos a sorte de render uma Companhia que bastante experiência possuía deste tipo de guerra, e que num só dia de sobreposição soube esclarecer-nos sobre todas as nossas perguntas, que eram de uma avidez extrema, como se deve calcular. Tinha desaparecido o espírito académico e assim todos os nossos sentidos se apuraram para num só dia, podermos apreender tudo. Foi essa a inesquecível Companhia de Cavalaria n.º 756. Urgia não só seguir os seus preciosos ensinamentos como também procurar modificar essas formas de actuar quando a situação o exigisse.

Desta forma cónscios das nossas responsabilidades e baseados naquele «Centouro», símbolo do nosso Batalhão, que iniciámos a nossa missão com força de cavalo e inteligência de homem.

É do conhecimento geral que os deslocamentos nas picadas são aqueles que maior perigo oferecem às NT e sobretudo no nosso caso, em que donos de uma só picada que nos ligava à sede do Batalhão, permitiam ao In. 100% de iniciativa nos deslocamentos de regresso. Tínhamos que deslocar-nos frequentemente nessa picada, visto ser ela o nosso cordão umbilical. Por outro lado, todos os reabastecimentos vindos do Sul eram conduzidos por nós para o Planalto, pela mesma via.

Revista da Cavalaria

Quase todas as semanas um G. C. (+) lá seguia rumo ao Planalto, o qual se avistava após a saída do Estacionamento em toda a sua imponentia. Parecendo à primeira vista a muitos que esse trajecto seria um agradável passeio à montanha, esses mesmos não poderão avaliar a tensão a que cada militar era sujeito, nem o suor que dos mesmos brotava, nessas oito horas de marcha que a coluna demorava normalmente a cobrir esses 29 km. Como será possível demorar tanto tempo para percorrer tão pequena distância? Perguntarão certamente os gigantes do volante, sobretudo aqueles habituados a uma vida cómoda, se esquecem que no Norte de Moçambique existe guerra e que os engarrafamentos de trânsito são uma pequena contrariedade, comparados com aqueles que poderão surgir neste teatro de operações, onde muitas vezes andar devagar e com cuidado significa maior segurança e maior velocidade de marcha. É possível até demorar mais tempo, e para tal basta haver a mais pequena alteração.

Jamais esquecerei a minha primeira coluna..., dois dias após a nossa chegada..., em que demorei dezoito horas. Saímos do Estacionamento às 6 horas com duas secções apeadas, uma em segurança e outra em pesquisa do itinerário e as restantes montadas. As secções apeadas seguiam em colunas de marcha. Atendendo ao facto de o capim estar baixo e a visibilidade ser grande a guarda de flanco foi nesse dia desprezada. A coluna lá seguia embora mal, dada a pouca experiência do pessoal, o acanhamento natural e desconfiança admissível de poder existir um In. atrás de cada árvore e uma emboscada a cada curva da picada. Nunca o graduado foi tão necessário como nessas primeiras horas em que o exemplo tinha que ser dado, e aos olhos dos militares ele tinha que ser não um homem tímido, mas um chefe destemido. Na coluna motorizada os problemas eram grandes. Os condutores faziam o que podiam, mas inexperientes constantemente deixavam parar a viatura que dado o aquecimento excessivo originado pela pouca velocidade de marcha, se negava por vezes a trabalhar. Até cerca de metade do percurso a coluna avançou com dois unimogs rebocando outros dois, mas precisamente no local que nos tinham indicado como o mais frequentado pelo In. nas suas visitas à picada, eis que a viatura pesada avaria. Uma pergunta surgiu então no espírito de todos. Como continuar a marcha? Para mim surgiu o momento da decisão. Recordado do que sempre me tinham dito que valia mais uma má decisão do que uma indecisão fiz montar duas secções nas duas únicas viaturas operacionais, e segui para o Planalto a fim de mais tarde regressar ao local onde deixei as restantes secções sob o

Revista da Cavalaria

comando do Alferes comandante do G. C. Felizmente cheguei ao cair da noite e regressei o mais depressa que me foi possível. Atingido o local, iniciámos a marcha, montados, tendo chegado pelas 24 horas, depois de mais de uma série de avarias.

Desde então bateram-se recordes e houve G. C. apeados a fazer esse percurso em seis horas graças à grande experiência do pessoal em guarda de flanco. O graduado passou a plano secundário e a coluna seguia como um bloco. A 17 de Fevereiro iniciámos a segurança em guarda de flanco e por coincidência uma emboscada estava montada pelo In. aguardando a coluna no regresso. Ao sentir-se envolvido, um tiro de pistola foi ouvido e o In. retirou deixando os seus vinte abrigos vazios. Transmitiu então o Rádio Tanzânia referências elogiosas para a nossa Companhia a qual designaram pela 2.^a Americana, aconselhando simultâneamente muita prudência aos guerrilheiros com os nossos G. C.

Foi adoptado então o dispositivo que a seguir indico, não obstante ter havido algumas alterações, quer pela evolução natural das tácticas In., quer sobretudo com a finalidade de não cairmos na rotina.

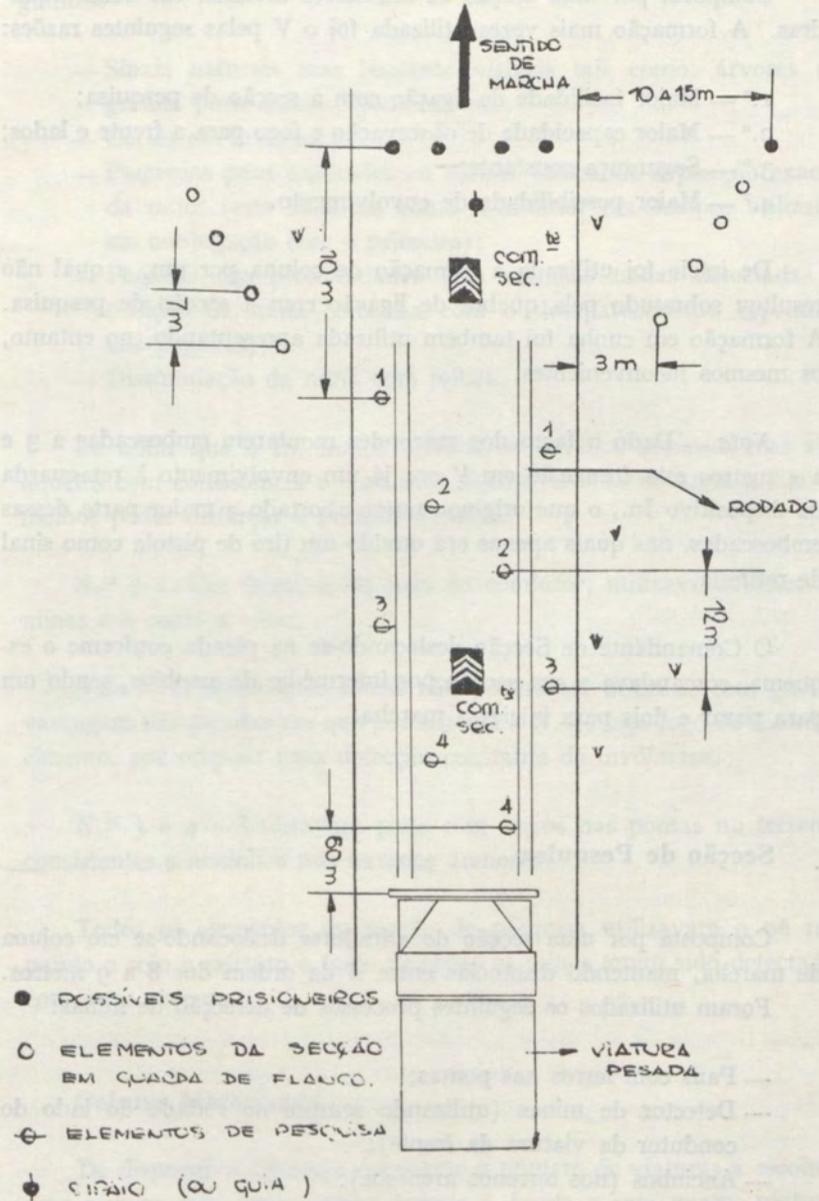
Possíveis Prisioneiros

Trabalhavam como elementos de pesquisa e aos mesmos eram distribuídos paus com lanças na ponta, com a finalidade de espetar o terreno e detectar possíveis minas. Eram utilizados a toda a largura da picada para pesquisa de minas anti-pessoal colocadas fora dos trilhos das viaturas. Os dois elementos pertencentes à guarda de flanco tinham duas funções específicas: abrir caminho aos elementos da guarda de flanco com o auxílio de uma catana e detectar armadilhas. O guia seguindo imediatamente atrás dos prisioneiros comandava os mesmos às ordens do comandante de secção de guarda de flanco. Com este sistema conseguiu-se, não só uma maior integração dos referidos autóctones, como também formar, por assim dizer, uma pequena milícia, que bastante nos ajudou, ao longo de um ano de permanência na zona, pela sua natural intuição deste tipo de guerra e conhecimentos profundos da zona.

De salientar o facto de nunca nenhum deles ter tentado fugir.

Revista da Cavalaria

DESCRIÇÃO DO ESQUEMA



Dispositivo

Revista da Cavalaria

Guarda de Flanco

Composta por uma secção de atiradores dividida em duas esquadras. A formação mais vezes utilizada foi o V pelas seguintes razões:

- 1.º — Maior facilidade de ligação com a secção de pesquisa;
- 2.º — Maior capacidade de observação e fogo para a frente e lados;
- 3.º — Segurança constante;
- 4.º — Maior possibilidade de envolvimento.

De início foi utilizada a formação de coluna por um, a qual não resultou sobretudo pela quebra de ligação com a secção de pesquisa. A formação em cunha foi também utilizada apresentando, no entanto, os mesmos inconvenientes.

Nota — Dado o facto dos macondes montarem emboscadas a 3 e a 4 metros esta formação em V era já um envolvimento à retaguarda do dispositivo In., o que originou terem abortado a maior parte dessas emboscadas, nas quais apenas era ouvido um tiro de pistola como sinal de retirada.

O Comandante de Secção deslocando-se na picada conforme o esquema, comandava a sua secção por intermédio de assobios, sendo um para parar e dois para iniciar a marcha.

Secção de Pesquisa

Composta por uma secção de atiradores deslocando-se em coluna de marcha, mantendo distâncias entre si da ordem dos 8 a 9 metros. Foram utilizados os seguintes processos de detecção de minas:

- Paus com ferros nas pontas;
- Detector de minas (utilizando sempre no rodado do lado do condutor da viatura da frente);
- Ancinhos (nos terrenos arenosos);
- Vista (observando possíveis sinais nas bermas e nas picadas);
- Pé raspando o terreno, sem contudo exercer pressão vertical.

Revista da Cavalaria

A distribuição destes processos pelos homens era a seguinte:

N.^o 1 — Utilizavam a vista (os indícios normais eram os seguintes:

- Sinais naturais mas bastante visíveis tais como: árvores de grande porte caídas, pontões, etc.;
- Cortes em árvores;
- Pequenos paus espetados na berma, indicando a posição exacta da mina (este sinal tal como o anterior era sempre utilizado em conjugação com o primeiro);
- Pegadas nas proximidades (em algumas minas detectadas a posição da mina coincidia com o desaparecimento repentino das pegadas);
- Dissimulação da mina com folhas.

De notar que o In. nunca utilizou os terrenos arenosos mas sim aqueles com consistência e com uma ligeira camada de areia a fim de melhor poder disfarçar a posição da mina.

N.^o 2 — Um deles, o do lado do condutor, utilizava detector de minas e o outro a vista.

Nota — O detector de minas não poderá ser utilizado com grande vantagem nas picadas em que por sistema a N. T. faça fogo de reconhecimento, por originar uma detecção constante de invólucros.

N.^o 3 e 4 — Utilizavam paus com ferros nas pontas no terrenos consistentes e ancinhos nos terrenos arenosos.

Todos os elementos da secção de pesquisa utilizavam o pé raspando o solo e saliento o facto de todas as minas terem sido detectadas com estes sistema.

Coluna Motorizada

De dispositivo diferente consoante o número de viaturas a escoltar, mas sempre com uma viatura pesada à frente e com quatro viaturas tipo Unimog transportando cada uma, uma esquadra de atiradores.

Revista da Cavalaria

Conselhos à coluna motorizada:

- Viatura pesada se possível Berliet-Tramagal com atrelado de 1 Ton. c/areia;
- Pára-brisas abatido sem qualquer capota;
- Condutores com capacete e óculos de protecção;
- Sacos de areia nos Unimogs;
- Pessoal transportado sempre com botas de cabedal;
- Distância entre viaturas da ordem dos 40 a 50 metros;



Pesquisando a picada

- Ligação da coluna da retaguarda para a frente, a qual se poderá conseguir facilmente por intermédio de toque de claxon;
- Se a coluna parar todos os homens devem apeiar e montar segurança.

Abortada esta primeira emboscada e ouvidas tais referências do Rádio Tanzânia, a Companhia moralizou-se de tal forma, que eram

Revista da Cavalaria

os militares os primeiros a sugerir a guarda de flanco quando para fugir à rotina se mandava montar.

Estava portanto enraizado em todos o lema.

*

Em 18 de Março o In. tentou nova emboscada a qual preparou com os maiores cuidados. A coluna que regressava de ... utilizava o dispositivo do esquema. Assim, embora a zona de morte tivesse cerca de 100 metros, apenas os dois primeiros homens da guarda de flanco ficaram nela. Esses dois bravos soldados reagiram prontamente tendo o In. ripostado, mas em fuga, conseguindo no entanto uma baixa nas N. T. Batido o local foi capturado armamento e bastante material. Iniciada a marcha, com cuidado da parte da secção de pesquisa, foi detectado e levantado um forninho com cerca de 40 kg de T. N. T. o que faria certamente a detecção à frente, no caso do pessoal seguir montado.

O In., desiludido, tentou nova emboscada no regresso da coluna. Esta foi no entanto montada em moldes pouco normais, porquanto ocupavam um terreno em declive para um vale. Desta forma, e embora montados, os tiros passaram por cima das viaturas e com a reacção da N. T. o In. retirou desordenadamente. Mais uma vez a sorte nos bafejou. Para culminar, dois caças apareceram e após a comunicação rápida rádio, foi localizada e bombardeada toda a zona de retirada do In. A propósito, alguém um dia me perguntou: «Quando vocês levam protecção aérea porque não vão montados?» Limitei-me então a dizer: por mais hábeis e destros que sejam os pilotos creio que eles não terão uma vista de tal forma apurada que distingam uma mina enterrada. Mais uma vez o In. tinha um forninho com cerca de 40 kg de T. N. T. com pregos e vidros que foi de novo levantado.

Até final da nossa estadia do Norte, o In. tentou mais emboscadas mas em todas se ouviu apenas um tiro de pistola, porque nós continuávamos a acreditar no nosso lema e a segui-lo à risca.

Seguiu-se então o reinado da mina e durante cerca de 9 meses quase só nos preocupávamos com estas. Apenas uma mina rebentou numa viatura Berliet. Aproveitando as inúmeras folhas que se encontravam na picada todos os sistemas de detecção já referidos falharam. Esta foi para nós a tal excepção que confirmou a regra.

«ANTES SUOR QUE SANGUE»

Revista da Cavalaria

Não quis de modo algum fazer teoria nem tão pouco ensinar algo de novo, pois tudo está escrito, mas apenas aconselhar e tentar demonstrar que não podemos esquecer os ensinamentos que nos deram, só porque é bastante mais cómodo sentarmo-nos numa viatura e deixarmos o barco ao sabor das ondas, como é normal dizer.

Capitão CONDE FALCÃO

A guerra faz-se com homens. As relações com os subordinados e, com mais forte razão, com os superiores, até com os próprios comandos, nada tem de mecânico, mas pelo contrário alguma coisa de pessoal e vivo: a faculdade de empregar judiciosamente os homens, de conhecer as suas forças e fraquezas, de ler na sua alma.

General LUDENDORFF



O cavalo e a arma de Cavalaria



percebendo-me dia a dia do debate que dentro da Arma surge, sobre manutenção e utilização do cavalo, gostaria de o mais objectiva e resumidamente que me fosse possível, emitir a minha opinião sobre o assunto, entrando no debate como jovem, sem experiência, inclusivé ultramarina, tendo como objectivo principal, defender a existência do animal, activando o Interesse de alguns e a Memória de outros, a fim de, efectiva e construtivamente, se debruçarem e integrarem no problema.

Como base para justificação do meu ponto de vista, ter-se-á que constatar os factos indiscutíveis (pelo menos para quem vive relativamente perto do cavalo), que são:

- a) Diminuto número de cavalos dentro da Arma;
- b) Restrição a outras modalidades Hípicas que não seja a de obstáculos;
- c) Falta de cavalos de instrução;
- d) Pequeno número de oficiais em competições Hípicas;
- e) Prática inexistência de cavalos com possibilidades de competir em plano de igualdade nas provas internacionais;
- f) Deficiente conhecimento, interesse e sacrifício para se «porem» cavalos;
- g) Quebra, em relação ao nível em que encontravam anos atrás, as instalações e condições de vida do Hipismo Militar;
- h) Tentativa de utilização do cavalo na guerra de guerrilhas.

Todos estes pontos são resultantes, uns mais outros menos, do nosso esforço de guerra no Ultramar, em que os dois factores mais assinaláveis são, a Justificação económica e militar do cavalo na vida da

Revista da Cavalaria

Arma, e a Inconstante permanência dos oficiais na Metrópole, portanto com condições diminutas de trabalho, pessoal e dos cavalos, do incentivo e continuidade desse mesmo trabalho, e do esforço extra-serviço que é pedido para o mesmo.

Partindo desta base, vou tentar analisar três pontos de discussão que me parecem os de maior dúvida, e mais consentâneos com a minha opinião.

I — Utilização do Cavalo para Instrução;

II — Utilização do Cavalo como meio Desportivo e de Representação;

III — Utilização do Cavalo na Guerra de Guerrilhas.

I — Utilização do Cavalo para Instrução

Com alguma justificação se criou dentro da Arma, uma estrutura e orgânica com vista à instrução desportiva a cavalo. Penso não ter sido apenas a ideia do combate a cavalo que a ela presidiu. Penso também que essa instrução foi um meio extraordinário, apesar de caro, do desenvolvimento de qualidades físicas e morais dos oficiais, sargentos e praças da Cavalaria. Actualmente criam-se e montam-se para treino do combatente, provas de obstáculos, dificuldades através de pistas e cross, galhos e slides, aperfeiçoam-se condições para tal e esquamizam-se uma linha de rumo para tornar o militar desembaraçado. Não seria em certa medida lógico, que se juntasse a tudo isto, a instrução de Equitação, na medida em que, não sendo a modalidade de índice físico mais alto, deve ser a mais compensadora no aspecto moral?

A qualquer pessoa que não esteja rotinada na lide e no montar a cavalo, não é fácil fazê-lo sem uma ponta de medo, receio, respeito ou outros termos equivalentes em que o «calão» cavaleiro é fértil.

Com certeza que, durante os primeiros tempos em que o faz, vai passando por situações em que, terá de pôr à prova domínio, destreza, e uma certa coragem para, vencer o medo, a desconfiança, o embaraço e a integridade física. Tudo isto com muito maior dose de perigo Aparente que Real, vantagem que por nós não pode ser ignorada. Passado este período (que nem todos ultrapassam...) o militar mais

Revista da Cavalaria

desembaraçado e auto-confiante apura as suas qualidades, pois as dificuldades são progressivas, e nunca atinge um estado estacionário, nem ninguém por muitos cavalos que tenha montado, sente ao montar segurança idêntica à de quando se senta numa cadeira!

...e quantas vezes as pernas das cadeiras encaruncham.

A minha ideia no ressurgimento da instrução a cavalo também se baseia no não discernir grande dificuldade Económica Militar e Humana para tal.

Uma vez que temos infra-estruturas montadas do anterior, é pena que elas não sejam utilizadas, devido ao gasto no renovamento do gado cavalariço, e à manutenção do mesmo. Um ajustamento económico para tal, removeria muitas dificuldades.

Uma experiência desta instrução, pelo menos não só nos oficiais do Q. P. mas também do Q. C. da Arma, traria com certeza mais desembaraço e espírito da Arma, tão necessário ao comando e acção, principalmente no Ultramar.

II — Utilização do Cavalo como Meio Desportivo e de Representação

Esta utilização do cavalo é cara, quer para o Estado, quer para 90 % dos oficiais. Mas para quem gosta de competir, quem quer apresentar o resultado do seu trabalho no defeso, é a única forma de o fazer.

Tomando um aspecto de recreio, é uma modalidade desportiva como qualquer outra, onde surgem qualidades e defeitos, aptidões e inibições, vitórias e derrotas, tudo mais válido, que o simples passear a cavalo ou o dormir em hotéis de luxo (?).

Quanto ao aspecto de representação, não podemos ignorar o prestígio e propaganda que, para a Nação, é conquistado nas pistas nacionais e internacionais. Actualmente é normal no meio civil, saber-se que o oficial X chegou do Ultramar ou que vai partir, conhecer o seu nome completo, aplaudir e torcer pela sua actuação e o conjunto de tudo isto consegue para a Arma um maior conhecimento, apreço, e até comunhão de esforços e opiniões, que por vezes outros meios não conseguem.

Não me quero alongar neste ponto, até porque já está bastante debatido mas não deixo de abordar o problema de distribuição de cavalos.

A distribuição, dos Cavalos Aptos a Competir deverá ser feita conforme as possibilidades de cada um, olhando não só às actuais mas fundamentalmente às futuras. Refiro-me à provável permanência na Metrópole, aptidões, desejos expressos, e principalmente, não esquecendo a continuidade que um jovem oficial apesar de Ignorante poderá assegurar. A igualdade entre o número, de oficiais superiores e restantes em concursos hípicas (quando o número dos primeiros não é superior!), resulta não só da desigualdade de espírito e formação, mas também, da desigualdade na qualidade dos cavalos distribuídos, facto esse aproveitado para Quase justificar a ausência de subalternos nas pistas, quando não mesmo desistências de montar a cavalo.

Não seria de pensar em que o trabalho dos cavalos novos, com rótulo de «cracks» fosse entregues aos oficiais mais antigos e sabedores, mas com limitadas possibilidades de interesse e continuidade? Esses cavalos não teriam melhor princípio de trabalho do que entregues a mãos inexperientes?

Posteriormente distribuídos aos jovens oficiais, interessados e desejosos de competir (devidamente acompanhados e fiscalizados dentro de cada Unidade por um responsável perante a C. Técnica) progrediriam, e ajudariam a progredir os cavaleiros?

Um oficial cuja sua permanência provável na Metrópole é de 1 ano, e declarando o seu desejo de competir, não deverá ter distribuído um cavalo «pronto» a entrar em competições Hípicas?

Paralelamente ao que acontece na E. P. C., não terão possibilidades outras Unidades da Arma, de estruturar e manter, uma instrução de Equitação, para os oficiais que têm montadas de desporto distribuídas?

Para todas as perguntas em minha opinião a resposta é Sim.

III — Utilização do Cavalo na Guerra de Guerrilhas

Esta será a alínea que reputo de maior interesse, e na qual gostaria de me alongar um pouco, mas, por não estar directamente ligado no assunto, nem possuir qualquer experiência de tropa a cavalo, não poderei satisfazer tal gosto. O que irei escrever não será, como é lógico, resultante do contacto com o cavalo no Ultramar, mas sim, da síntese do problema, através de relatórios, artigos já escritos e da opinião fundamentada dum oficial Superior que pelo prestígio possuído, e responsabilidade directa que teve nesta experiência merece ser destacado ...porém não o consente!

Revista da Cavalaria

Começo por aproveitar o termo Experiência, porque é realmente o mais adequado para definir a utilização actual do cavalo, na guerra subversiva; mais que isso: da existência dum pelotão (?) a cavalo em Angola, não se podem tirar muitas conclusões de natureza táctica.

Fundamentalmente é um conjunto de homens e cavalos, com efectivo equivalente a Pelotão, devidamente comandados e em nível Experimental, com o fim de provar ou reprovar a utilização do cavalo na região de Silva Porto, como ponto de partida para futuro emprego, em outras regiões de Angola e se as possibilidades existirem e justificarem, o emprego em outras Províncias Ultramarinas.

A ideia que presidiu à experiência do cavalo na guerra subversiva, não foi primordialmente para emprego das Unidades a cavalo nas operações típicas da guerrilha (emboscada, golpe de mão, limpeza, cerco de povoações, e batidas). Não quer dizer que as não faça, algumas até, com mais possibilidades de êxito, que as forças motorizadas e apeadas.

Mas as finalidades a atingir, com o emprego do cavalo, serão fundamentalmente: Deslocamentos, Patrulhamentos (Completo) Perseguições, Segurança, Escoltas, Contactos com a População, e Ligação e Apoio a Outras Unidades.

Ao terminar um ano de experiência, já se puderam tirar conclusões, esclarecer muitas das muitíssimas dúvidas, e sem grande dose de optimismo podemos afirmar que a ideia posta em prática confirmou-se.

Analisando os resultados de tal experiência, teremos que elucidar resumida e esquemáticamente como se chegou a tais resultados.

1) Cavalos

Sobrevivem, mesmo em condições deficientes de assistência Médico-Veterinária. Os cavalos utilizados, comprados na República da África do Sul, serviram plenamente até à data. Cavalos rudes, tipo cavalo creolo, dóceis, sem problemas de instrução, fisicamente são, de preço acessível e já desbastados. Andaram e andam desferrados, não havendo casos de impossibilidade por isso, (a região arenosa, em grande percentagem, o que contribui para evitar problemas de cascos). A alimentação têm sido à base de milho e capim. Experimentaram-se rações concentradas, mas pelo seu custo e pelo positivismo da alimentação atrás focada, desistiu-se.

Revista da Cavalaria

2) *Pessoal, Armamento e Equipamento*

O pessoal pertencente a este pelotão experimental não pode ser tomado como base para futuras formações, pois foi pessoal «repescado» em outras Unidades já existentes na Província, com os defeitos e virtudes inerentes.

Têm cumprido, denotando de princípio, como é natural, total desconhecimento do cavalo; instrução da especialidade a quadros e praças para formação de Unidades a cavalo, é para o futuro, medida básica.

Quanto ao armamento e equipamento, pouco de novidade se poderá dizer, pois foi utilizado, o idêntico ao das outras Unidades, em que, ficando o pormenor de adaptação, sempre em evolução, cumpriu plenamente. Talvez, se houvesse possibilidades, a utilização duma espingarda automática de menores dimensões, trouxesse vantagens.

3) *Instrução*

A instrução foi mais ou menos dividida em três modalidades:

- a) Adaptação e trabalho dos cavalos;
- b) Instrução geral e de equitação ao pessoal;
- c) Instrução táctica do pelotão nas diversas situações.

A experiência demonstrou, nos três pontos, a validade da resultante e a possibilidade de a atingir, sem tantas complicações como à primeira vista se poderia supôr. Em tempo, em meios utilizados, em divisas gastas, pode-se concluir que Tudo valeu a pena e que mesmo com as servidões a que foi sujeita, atingiu um alto nível. Como deficiências a rever, sem dúvida, colocam-se como principais a Assistência Médico-Veterinária e o modo de recrutamento do pessoal. Sobrepondo-se às de menor importância relativamente a meios, que apesar de insuficientes, não têm travado a iniciativa e a acção do pelotão.

4) *Emprego do Pelotão*

Para se atingir, qualquer das finalidades para que foi criado o pelotão, ressalta como primordial a necessidade dos cavalos e homens estarem treinados para longos deslocamentos e logisticamente sejam auto-suficientes. Na primeira necessidade, a experiência de um ano já mostrou que, desde que a instrução seja progressiva, os homens e cava-

Revista da Cavalaria

los não denotam grande cansaço, mesmo quando são obrigados a saírem da base por mais de vinte dias. Quando à segunda, o conjunto homem-cavalo mostrou-se auto-suficiente para cerca de dez dias (desde que o meio natural disponha de água e capim); este espaço de tempo pode ser aumentado para cerca de vinte dias, desde que o pelotão utilize «bastes».

A superioridade em autonomia duma Unidade a Cavallo, sobre qualquer outra Unidade, torna-se portanto indiscutível, e olhando ao lugar que, na guerrilha, ocupa o apoio logístico, teremos de contar com tal vantagem.

Se formarmos o binário Autonomia + Velocidade Média de Deslocamento (superior à da Unidade apeada, inferior à da Unidade motorizada em Eixo) resultará um Raio de Acção que serve perfeitamente as nossas necessidades. Junte-se a Flexibilidade duma Unidade deste tipo, veja-se a facilidade com que se desloca e actua em zonas onde a viatura não pode ir e ao infante é pedido grande desgaste físico; extraia-se o positivismo do cavalo nas finalidades operacionais a atingir.

Convém lembrar que estas conclusões são devidas a um ano de experiência duma Unidade a cavalo na região do Bié e Moxico; serão extensíveis a outras regiões de Angola e restantes Províncias? Só um estudo profundo sobre os factores, terreno meios, condições de adaptação do gado, e actividade inimiga, poderá determinar tal emprego.

Para já pode-se afirmar que, no tempo e no espaço em que o pelotão actuou, justificou a sua experiência. Ele, perseguiu grupos inimigos, causando baixas (velocidade + poder de Choque + surpresa), bateu diversas zonas com rendimento de espaço e tempo (comandamento + frente de acção + frescura física), actuou sobre acampamentos inimigos, desbaratando-os e recolhendo material (surpresa + flexibilidade + rapidez de acção), controlou e contactou com populações e montou seguranças. Até mesmo na reacção à emboscada, onde se prevêem grandes dificuldades para a Unidade a cavalo, devido ao alvo que representa o cavalo, poderemos compará-lo ao alvo representado por uma viatura... que não transporta apenas um homem?

Para quem, como eu, não vive directamente a experiência, esta e outras perguntas, tornam-se de difícil resposta. Mas, analisando o conjunto de vantagens e desvantagens, apetece perguntar: desprezarias, camarada, reforçar a tua companhia com um pelotão a cavalo?

Tenente MENDES SENTIEIRO



Os futuros materiais radioelétricos

INTRODUÇÃO

As ideias gerais que têm sido expostas ao longo do tempo, relativamente à evolução destes materiais, continuam válidas no seu conjunto. Podemos relembrar as principais:

- Pesquisa de dimensões reduzidas;
- Aumento das possibilidades de emprego;
- Melhoramento da manutenção;
- Simplificação da exploração.

Os estudos elaborados pelos americanos e franceses têm sido coroados de êxito.

Permitem-nos para breve o aparecimento de aparelhos radioelétricos modernos adaptados às novas exigências do combate e cujos protótipos já se executaram em certas fábricas sendo a experiência feita e controlada pelos órgãos especializados do Exército.

O aparecimento em massa destes novos tipos acarreta no entanto um grande problema financeiro. Todo o progresso técnico paga-se muito caro de maneira que um aparelho mais moderno pode custar duas ou três vezes mais o preço do material mais antigo do mesmo tipo que aquele vem substituir.

Em face do que anteriormente se expôs vou passar agora à apresentação das características gerais a que de uma maneira geral obedecem os novos tipos de rádios.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

a) *Transistorização*

De preferência o seu emprego é evidentemente constituído nos conjuntos radioeléctricos portáteis. A potência da alta frequência posta em jogo não ultrapassa alguns watts e o material pode ser assim inteiramente transistorizado. Isto acontece para os postos franceses TR-PP-11 e TR-PP-13 que substituíram os postos TR-PP-8A e AN/PRC-8, 9 e 10. Pelo contrário os conjuntos de potência HF superior a uma dezena de watts não poderão ser senão parcialmente transistorizados. Por sua vez o transistor nos receptores e nos primeiros andares dos emissores em cujos andares de potência fica uma válvula electrónica é um problema a resolver. É o caso do posto de origem alemã TR-VP-5, destinado a equipar os carros de combate de 30 toneladas.

No entanto, a coexistência válvula-transistor não é aplicável num mesmo conjunto para evitar que haja complicações nos dispositivos de alimentação e assim dificuldades na manutenção. Este problema atrasou talvez o aparecimento de certos modelos esperando que a indústria forneça um transistor HF de potência conveniente para equipar o andar final da emissão como é o caso do posto BLU 10 watts TR-VM-4.

Sòmente o posto BLU 100 watts TR-VM-10 comporta exclusivamente tubos electrónicos, a sua concepção data já de alguns anos. É preciso mencionar que este último material dispõe de uma alimentação transistorizada que o torna consideravelmente mais leve.

Aliás este termo de transistorização não deve ser tomado num sentido demasiado restrito uma vez que os conjuntos radioeléctricos citados utilizam diodos semi-condutores em vez de tubos diodos clássicos bem como diodos ditos ZENER nos dispositivos de regulação da tensão de alimentação. Em breve o semi-condutor será um elemento essencial desta profunda transformação interna nos aparelhos rádio.

b) *Extensão da gama de frequências*

O TR-PP-11 tem a sua gama acrescida de 2 MHZ em comparação com o TR-PP-8A. A este melhoramento acrescenta-se ainda o do espaçamento de 50 Khz em vez de 200 Khz com maior vantagem de utili-

zação pelos pequenos escalões. A extensão da gama de frequências é ainda mais acentuada para o posto portátil TR-PP-13. Este engloba não somente quase a totalidade das gamas de frequência atribuídas à Cavalaria, Infantaria, Artilharia, AGQ (respectivamente 20-27, 9, 38,9, 38 a 54,9 Mhz), mas estende-se ao limite inferior dos cabos herzeianos clássicos (72 Mhz). Aos 370 canais da antiga geração dos AN/PRC, o novo posto tem ainda mais 550 canais suplementares (seja um total de 920 canais) com a vantagem evidente de um modelo único.

Este alargamento da gama dos postos de modulação de frequência é igualmente realizado para um TR-VP-5 (Equivalente único dos AN/GRC-3 a 8). A sua gama 26-70 Mhz tem 880 canais. Para os postos de banda lateral única, a gama 2-12 Mhz do AN/GRC-9 tem sido conservada.

c) *Facilidade de exploração*

Sobre este ponto, nada de francamente novo há para acrescentar ao posto TR-PP-11 pois este é presintonizado como o seu predecessor cujo canal seleccionado pode ser escolhido e cuja pilha de monotensão (15V) é facilmente introduzida na caixa. Nos outros modelos a inovação essencial é a de Standard de frequências.

Designam-se com o vocábulo anterior os conjuntos osciladores de grande precisão e de sensibilidade muito alta, permitindo a afinação directa dos emissores-receptores ainda que de modificações de frequência perfeitamente seguras.

O processo de afinação do posto de rádio por batimento zero foi totalmente abandonado. O essencial das operações de regulação dum posto radioeléctrico consiste em fixar a frequência por acção sobre os comandos diferentes, para os Mhz, as centenas de Khz, as dezenas de Khz e unidades Khz, e a indicação das frequências, efectuando-se por valores legíveis através de um quadro de frequências. A frequência fixada pode ter uma estabilidade de (10^{-7}) por semana, ou seja um erro da ordem do Hertz para uma frequência afixada de 10 Mhz no caso do BLU 10 W. A tomada de contacto é quase instantânea.

Este emprego do Standard, com os princípios de realização diferentes, está generalizado ao conjunto de meios radioeléctricos novos com um grau de estabilidade menor para os postos de modulação de frequência. É no entanto de notar que o posto BLU 100 W TR-VM-10B possui um oscilador variável para os Khz cuja derivação necessita de

Revista da Cavalaria

um dispositivo de regulação. Sobre o plano de exploração, a introdução progressiva dos aparelhos BLU pode conduzir à colocação em serviços de resultados heterogêneos constituídos nos aparelhos em M.A. tipo AN/GRC-9 e aparelhos BLU em que é preciso assegurar a compatibilidade de funcionamento. Um comutador nestes aparelhos permite a escolha do modo de funcionamento e uma operação de interpolação permite a calagem em frequências num aparelho clássico menos estável. Temos que admitir simplesmente que em funcionamento compatível o aparelho BLU perde as suas qualidades próprias (potência HF, espectro de frequência ocupado, sensibilidade utilizável mais elevada) e que a constituição de resultados heterogêneos será de evitar na prática para beneficiar plenamente as vantagens da banda lateral única. Certas possibilidades particulares da exploração têm sido mantidas ou ajustadas, entre as quais podem citar-se:

— A retransmissão automática: isto é possível com os conjuntos radioeléctricos TR-PP-13 e TR-PP-6.

— Frequências presintonizadas.

Se o dispositivo inicialmente previsto sobre o TR-PP-13 não tem sido finalmente retido (duas frequências sintonizadas) a preselecção mecânica de duas frequências, retida nos conjuntos AN/GRC-3 a 8, é elevada a dez frequências nos conjuntos TR-VP-5 e 6, a manobra de selecção faz-se sobre o quadro de comando sendo este extremamente rápido.

— O comando a distância.

A partir do lote standardizado AN/GRA-6 os postos TR-PP-13 e os BLU 100 Watts e 10 Watts podem ser comandados à distância sob o mesmo princípio que um AN/GRC-3 a 8. Os TR-PV-5 e 6 oferecem a mesma possibilidade com um conjunto de caixas de comando local e à distância que lhe é próprio. Enfim, o emprego dos materiais é facilitado pelas dimensões e pelo peso reduzido permitido pela transistorização. Um TR-PP-13 por exemplo equipado com pilhas, não pesa mais de 7 kg; contra 12 kg do AN/PRC-10. A ordem de grandeza desta redução é válida para os outros conjuntos. Resulta assim um ganho notável de espaço muito apreciável nas instalações em viaturas de combate tipo carro de combate. O emissor-receptor com base de montagem e suporte do TR-VP-5 pesa mais de 23 kg e a sua maior dimensão não ultrapassa os 30 cm; como exemplo o seu painel frontal não comporta nenhum elemento de comando, podendo ser colocado num local dificilmente acessível ao operador.

Revista da Cavalaria

d) *Simplicidade de manutenção*

Este problema apresenta-se-nos debaixo de variados aspectos. Analisemos no entanto o problema da alimentação: a presença de tubos electrónicos nos aparelhos radioeléctricos portáteis necessita a utilização de pilhas compostas, de tensões múltiplas e particulares para cada tipo de postos. A transistorização traz-nos uma simplificação importante quanto ao problema da alimentação por pilhas sob um duplo ponto de vista.

— Um posto transistorizado pode alimentar-se com energia eléctrica a partir de uma pilha de monotensão de uma dezena de volts, por exemplo. Mais simples de construir, de um custo reduzido e de relativas dimensões.

— O transistor é um modesto consumidor de corrente (alguns micro-ampéres no seu circuito de entrada, alguns mili-ampéres no seu circuito de saída) e não têm necessidade de uma ficha de capacidade notável. Se com o SCR-300 o consumo era de 37 Watts por Watt emitido este consumo por Watt emitido vem para 4 micro-Watts no TR-PP-13.

Estes resultados explicam que os futuros postos TR-PP-11 FI e TR-PP-13 serão alimentados a partir de um mesmo tipo de pilha de 15 volts (um elemento ou dois em série para o segundo posto) cuja maior dimensão não excede dez centímetros e cuja autonomia é superior a 24 horas. A vantagem é considerável: um só tipo de pilha monotensão para dois géneros de postos radioeléctricos. As fontes autónomas (gerador de pé do BLU 10 Watts ou baterias de cádmio-níquel de potência mais reduzida são por este facto mais manejáveis e de um transporte mais fácil.

Nesta ordem de ideias menciona-se que para os postos instalados em viaturas a tensão foi normalizada para 24 V o que não necessita mais adaptações nos conversores e evitará erros muito prejudiciais. Os dispositivos de alimentação sem órgão rotativo e sem peça mecânica constituído por um bloco de regulação transistorizado e de um filtro de transistores prevenido contra as tensões induzidas para os outros órgãos eléctricos da viatura são de um funcionamento mais seguro e por consequência mais fáceis de manter.

Podemos assim sublinhar que graças ao sistema de regulação de tensão, a tensão da bateria pode variar em limites maiores, o que reduz as consequências de uma má conservação ou de uma falta de energia mais acentuada.

Revista da Cavalaria

Um segundo aspecto da manutenção é o da standardização dos acessórios de exploração: elementos de antena, bases de antena, altifalantes, equipamentos de cabeça que são geralmente comuns aos novos conjuntos de postos.

O seu tipo é o dos materiais actualmente em serviço.

Esta intermutabilidade interessante sobre o plano de exploração, é-o igualmente sob o ponto de vista financeiro, o preço unitário da composição estando relacionada com a importância da série a produzir. No entanto o aspecto capital deste melhoramento de manutenção é o aspecto tecnológico.

O rigor das especificações impostas à indústria de criar composições electrónicas, verdadeiramente a toda a prova, devem satisfazer as normas cuja importância está ainda acrescida pelas exigências militares.

Sem encontrar uma fidelidade absoluta que seria muito dispendiosa, os realizadores esforçam-se para conceber e realizar postos radioeléctricos, «apto para serem utilizados em campanha».

As condições de funcionamento em temperatura aumentaram em geral de 40° a 55° C. O material foi concebido para ser estanque à imersão (ensaio debaixo de 1 m de água) e aos ventos de areia, foi sujeito igualmente a provas de queda sobre todas as suas faces de vibração para pesquisar as suas frequências próprias e os combater contra o choque e dureza mecânica. Estas diferentes experiências são destinadas a obter uma alta segurança de funcionamento. Então poder-se-á dizer que a intervenção do radiomontador será rara, os acidentes serão menos frequentes. A tecnologia tornou-se mais racional facilitando a reparação. Utiliza o circuito impresso sobre o qual são realizadas todas as ligações de um mesmo sub-conjunto (amplificador B. F. por exemplo) construído a partir de módulos ou de composições restituíveis e soldáveis numa só vez humedecendo o papel para impressão num banho.

Estes sub-conjuntos formam placas adaptáveis, fáceis de desmontar e de verificar graças à judiciosa disposição de pontos de medida, facilmente substituíveis em caso de avaria. Logo que o sub-conjunto está concluído e constitui um bloco funcional (oscilador amplificador de vários andares, andar de potência do emissor) facilmente destacável do bloco por fios com tomadas aparafusadas. A intermutação com um bloco funcional em bom estado é imediato.

As regras de reparação clássica estão postas de parte: uma banca de ensaio, prevista para cada tipo de aparelho, detectará o bloco ava-

Revista da Cavalaria

riado quando um circuito de controle e de medida não permitir ao utilizador orientar o serviço de reparação pois que é interdito abrir as caixas dos emissores-receptores.

Esta tecnologia apresenta no entanto exigências ao serviço de reparação: um semi-condutor não é destacável como uma válvula, as possibilidades de intervenção estão reduzidas num circuito impresso, a complexidade técnica caso do Standard de frequência pode necessitar de uma precisão no controle superior do laboratório, até a assistência técnica do fornecedor semelhante ao serviço depois da venda.

Para o escalão utilizador e seu escalão imediato (terceiro escalão) existem meios de reparação pròpriamente ditos, a intervenção toma a forma de uma mudança de pequenos blocos funcionais e irreparáveis no local. Esta tendência irá aumentando com o aparecimento de circuitos integrados e infra-estruturas.

Este largo horizonte permitirá sublinhar algumas particularidades susceptíveis de interessar tanto o utilizador como o técnico. Os dois terão, qualquer que seja o escalão e o grau de rotina das ocupações quotidianas uma vista bastante geral duma parte dos meios que terão de utilizar num futuro próximo.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

Numa primeira tentativa ter-se-á como objectivo melhorar os novos modelos que serão limitados a três tipos:

— O posto manual TR-PP-11 FI que não traz outra inovação senão a de modificação de detalhe.

Só a integração dos circuitos poderia admitir ganhar sobre o tamanho e o peso do posto TR-PP-13 cujos requisitos serão melhorados por:

— Adaptação de um circuito de sintonização da antena automática, no qual todo o órgão mecânico será excluído (sistema à base inductâncias saturáveis e de matrizes por meio de resistências e diodos). O fabrico de um amplificador HF 15 Watts de tubos electrónicos destinado a ser montado sobre os helicópteros S. A. 330 inteiramente transistorizado para permitir realizar um conjunto de média potência sobre viatura evitando a construção de um análogo aos AN/GRC-3 a 8 ou TR-VP-5 este último modelo estando limitado ao equipamento dos carros de combate de 30 toneladas.

Revista da Cavalaria

— A construção de um painel de comando a distância permitindo ao piloto do helicóptero ou comandante de bordo de uma viatura de combate a partir do quadro de bordo afixar a frequência de exploração e de regular o volume de som.

— O posto BLU 10 Watts TR-TM-4 ao qual acrescentaremos para a montagem em viatura um amplificador de transmissão de 100 Watts e cuja gama poderia ser aumentada (1,5-30 Mhz). A partir deste último conjunto, realizar para benefício das transmissões divisionárias uma estação de rádio-teleimpressor-cifrador com a cifração em linha ou fora de linha à escolha do operador, montado numa cabine aero-transportável e colocada sobre viatura 1,5 ton. cujo equipamento telegráfico seria constituído por material Olivetti (unidade colectiva AI-5B e transmissor automático TX-5.

Um transformador Coquellet transformaria os sinais de corrente contínua em sinais de baixa frequência. Operaria assim a lista do adaptador telegráfico FI do forjão de transmissões TR-VM-10B e cuja solução está abandonada. A máquina de cifrar electrónica tem chave incorporada (Myosotis) que virá integrar-se entre o tele-impressor e o transcodificador. Numa segunda fase que será para o período posterior a 1970 definir-se-á uma geração nova sempre com tendência para limitar o número de modelos. Estes conjuntos seriam construídos à volta de um elemento comum, um Standard de frequência único com estrutura modelar cobrindo a gama 1,5-80 Mhz com canais disponíveis em todos os KHZ. Este Standard que disporia de dispositivos mecânicos demasiado delicados e imprecisos numa posição a 5/100 de mm não oferece a precisão desejada deveria ter uma dimensão inferior ao decímetro cúbico e nunca ultrapassando meio Watt. A sua estabilidade seria imediata contrariamente àquele que se obtém com circuitos termostáticos actuais, para os quais a demora de estabilidade aguarda alguns minutos. Nesta nova geração seria dado lugar a um emissor-receptor de banda lateral única compatível em modulação de frequência (e não mais em modulação de amplitude A3 como os postos procedentes). Estas realizações permitem criar um sistema radioeléctrico muito coerente, duma fidelidade excelente, muito fácil emprego operável pelo pessoal sem competência técnica especial e cujo custo efectivo total (preço dos aparelhos e manutenção) seria reduzido pela presença de um elemento Standard comum.

CONCLUSÃO

A indústria francesa não se contenta em produzir com alguns melhoramentos os postos radioeléctricos de origem americana como foi o caso para a geração dos materiais actualmente em serviço. Em todos os escalões tácticos serão efectuados, no futuro postos apropriados que poderão sustentar a concorrência dos modelos americanos actuais com os quais serão compatíveis seguindo as normas estabelecidas no quadrado da O. T. A. N.

Sem dúvida os materiais não aparecerão senão progressivamente nas unidades devido ao importante problema financeiro que acarreta a distribuição no sistema de meios inteiramente novos. Estes modelos no futuro, duma tecnologia e concepção muito delicados, são evidentemente de um preço unitário elevado: 28 000\$00 para um TR-PP-11 F1 e 72 000\$00 para o TR-PP-13 para não citar mais de 2 exemplos — os mais baratos. A simplicidade do emprego e a complexidade da construção exigidos para os materiais cujo funcionamento deve ser seguro no decorrer do tempo, é sempre dispendiosa.

Este último não dispensa no entanto uma disposição interna muito flexível à base de sub-conjuntos destacáveis muito facilmente substituídos em caso de avaria. Os meios radioeléctricos novos aumentarão, sem dúvida, a confiança dos utilizadores nas ligações rádio que ficam mais apropriadas à extrema mobilidade das unidades de combate modernas.

O único ponto falível das ligações radioeléctricas, sobretudo no enquadramento de uma guerra electrónica inevitável, é a indiscrição devida ao carácter omnidireccional das suas antenas. A nova categoria de aparelhos não traz solução (a técnica BLU reduziu-a numa certa medida). Estudos elaborados nos Estados Unidos da América, têm previsto um novo sistema de radiocomunicações de concepção revolucionária denominada R. A. D. A. (Radom Acces Discret Adress).

Este sistema permitiria uma exploração semelhante à da telefonia automática. Um correspondente móvel caracterizado por um número de chamada pode ser chamado em qualquer momento por um outro correspondente que ignora a sua posição geográfica e que não está ligado a qualquer órgão tipo central.

Uma vez que a distância entre os correspondentes é demasiado grande, os postos que o servem são incorporados no sistema de retransmissão nas imediações do correspondente que pode intervir e estabelecer a ligação entre eles.

Revista da Cavalaria

Um conjunto deste tipo, adaptado ao escalão divisão, permitirá a retransmissão de 2000 correspondentes à razão de 400 conversações simultâneas.

Um sistema de código, tempo-frequência, dá uma certa segurança de tráfego e permite que o posto receptor não atenda senão o posto desejado, com a possibilidade de uma chamada de conferência. A banda ocupada em tais condições, seria da ordem de 45 Mhz. Parece no entanto que todas as dificuldades técnicas não devem ser resolvidas e que o sistema não poderá estar operacional antes de 1975. No estudo de um sistema radioelétrico mais generalizado, apto a transmitir em todos os tipos de modulação, a partir da técnica de impulsos codificados, resistindo ao ruído, de uma descrição superior tendo a harmonia da telefonia automática sem fios» e de um preço de venda razoável, convençionamos, para concluir, que o próximo equipamento radioelétrico, de concepção puramente francesa, constituirá já um sistema de comunicações de qualidade, que cada utilizador, com a ajuda de experiência de emprego, saberá apreciar a eficiência.

Nota — Artigo baseado nos Cahiers de Transmissions Français.

Tenente REY VILLAR

A profissão das armas é de todas a mais bela desde que se saiba compreendê-la.

Comandante R. ANDRIOT

DA NECESSIDADE DOS

«CENTROS DE RECRUTAMENTO
E SELECÇÃO»



or não existirem, até hoje, no nosso Exército os centros de recrutamento e selecção, cabe às Escolas Práticas, CIBs e CICAs a execução das provas psicotécnicas.

Como Oficial Testador, sou delegado do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército na Escola Prática de Cavalaria. Pela experiência adquirida e entusiasmo posto nestes assuntos em quase dois anos de permanente trabalho na execução de provas e recolha de elementos, base da selecção dos instruendos aqui incorporados, propus-me fazer algumas considerações sobre esse mesmo trabalho e apontar factos que se me apresentam justificativos da necessidade daqueles centros.

As opiniões a apresentar são na verdade fruto de uma experiência pessoal e localizada numa escola — na Casa da Cavalaria. Creio porém não ser de todo errado admiti-las como um testemunho dos vários delegados do CEPE.

Temos tido o nosso campo de acção nos instruendos do 1.º ciclo do Curso de Sargentos Milicianos, na ordem dos 350 a 400 por incorporação, os quais são submetidos a um conjunto de provas tendentes à escolha judiciosa do indivíduo para determinada especialidade.

A escolha é feita em função das suas aptidões naturais, dos seus conhecimentos gerais e técnicos, e das suas preferências, de modo a que cada possa dar o maior rendimento na especialidade para que for encaminhado.

Interessa ao exército observar o indivíduo num aspecto global. Os questionários e testes dão-nos o seu perfil psicológico, elucidam-nos da sua craveira intelectual, grau de conhecimento e aptidões técnicas. Não esquece o Exército a importância da robustez e desembaraço físico do recruta, pelo que é sujeito a um exame médico, orientado no sentido

Revista da Cavalaria

de uma classificação de cotas por valores funcionais. Como fonte de pesquisa e confirmação dos dados obtidos há ainda a explorar a entrevista.

Tem o Comando da E. P. C. facilitado o aproveitamento de duas salas com condições que consideramos boas, pelo que a aplicação dos testes e questionários tem sido executada respeitando por completo as instruções que regulam a utilização dos testes colectivos.

Cabe no entanto afirmar que, pelo facto dos instruendos se encontrarem simultaneamente na fase de incorporação, não é o equilíbrio psíquico dos mesmos, o ideal. A iniciação na vida militar exige uma adaptabilidade mais ou menos imediata: o horário estabelecido, o uniforme, as refeições colectivas, a caserna, o convívio com desconhecidos, a sujeição à disciplina, dispersam e confundem o recruta.

Terá ele nestas condições a estabilidade emocional e clareza de espírito necessárias?

O problema não será de pôr apenas para os questionários biográficos, pois no seu preenchimento eles não exigem mais que a declaração da identidade, da situação familiar, habilitações escolares e profissionais, actividade desportiva, etc.

Compete também ao delegado do CEPE providenciar à correcção das folhas de resposta, lançamento dos resultados e extratos dos QB ⁽¹⁾ e DP ⁽²⁾ nas respectivas fichas de selecção.

Temos contado com alguns dos oficiais e cabos do quadro de complemento, instrutores e monitores dos pelotões de instrução, para as equipas de correcção e lançamentos.

Apesar de toda a boa vontade posta na sua colaboração, estarão habilitados para tais tarefas?

Tentamos previamente esclarecê-los quanto à responsabilidade do seu trabalho e prepará-los para a utilização das chaves de correcção e preenchimento das fichas. Mas não será escassa e insuficiente essa preparação? Não advirão daqui erros que podem afectar a correcta atribuição das especialidades?

Num exame psicotécnico, prova de grande importância para o conhecimento perfeito das aptidões e desejos manifestados é a entrevista que até hoje não pôde ser aproveitada na sua totalidade. O diálogo vivo, directo e a um tempo perspicaz, cauteloso e orientado que só um

(1) Questionário Biográfico.

(2) Declaração de Preferência.

Revista da Cavalaria

psicólogo saberá dirigir, poderia ser um valiosíssimo contributo para completar as informações obtidas nos testes e no exame médico, verificar a personalidade do candidato e permitir ao recruta uma atitude inicial de maior confiança.

Pela falta de psicólogos em número que permita o seu trabalho nos centros de instrução, onde as provas psicotécnicas são executadas, tem a entrevista sido reduzida à obtenção de alguns dados, como apresentação física e situação familiar.

Poderia aceitar-se válida a exploração em todo o seu domínio por oficiais — no nosso caso aspirantes milicianos — não qualificados?

A limitação da entrevista não é uma falha importante que urge solucionar?

Para a repartição do contingente, não interessa porém só a determinação das aptidões dos instruendos. O valor físico apresenta-se igualmente como factor da maior importância, e muitas vezes é ele que vai impor ao mancebo uma determinada Arma ou Serviço. Sem exame médico ficava a observação do recruta incompleta. Está a cargo do oficial médico das E. P. ou C. I. a atribuição das categorias médicas dos instruendos incorporados. Os elementos estudados para determinar o perfil médico são analisados por factores contidos na designação «SIVAGE».

S — representa o valor funcional do membro superior;

I — representa o valor funcional do membro inferior;

V — representa o valor funcional do aparelho visual;

A — representa o valor funcional do aparelho auditivo;

G — representa o valor físico geral;

E — representa a estabilidade emocional.

Consideramos, com pleno conhecimento, que a execução dos exames necessários à finalidade em causa não pode ser cabalmente realizada na E. P. C., por falta de recursos ao seu dispor, exigindo-se ao médico, ainda que para um rigor mínimo, a melhor boa vontade e bom senso para a determinação das cotas dos diversos factores do Sivage.

Sobre o assunto seria interessante ouvir o depoimento do nosso Capitão médico, Jaime Sarmiento, apontado pelo CEPE como «merecedor de elevada consideração pelo esforço, interesse evidenciado e método utilizado». (O. S. n.º 13, de 13 de Janeiro de 1968 da EPC — Referência elogiosa).

Revista da Cavalaria

— Quando tomou o Doutor contacto com o exame médico na orientação classificativa do Sivage?

— Há pouco menos de dois anos, quando fui colocado nesta Escola. Após uma permanência de seis anos no Ultramar, encontrei realmente com agrado o «SIVAGE» como prova de selecção, necessidade de que eu já anteriormente me tinha apercebido.

— Embora eu conheça as suas condições de trabalho, com mais autoridade poderá o Doutor falar-nos delas. É fácil ao médico das E. P. ou C. I. a determinação do valor funcional dos vários factores pela escala das cotas? Que se lhe oferece dizer?

— As condições são rudimentares. Não existe pessoal paramédico nem material que permita uma observação cuidada para fins de classificação. Dispomos, para além do necessário senso clínico, do estetofonoscópio e dos meios de observação correntes em medicina para a determinação do valor geral; das Tabelas de Monoyen para a acuidade visual; das tabelas de Ichiara para a sensibilidade cromática; e de métodos expeditos para a determinação da acuidade auditiva e capacidades funcionais dos membros. Aproveitamos ainda o Serviço de Radiastreio que habitualmente desloca aqui uma equipa quando das incorporações.

— Como tem o Doutor procurado solucionar até agora esse problema?

— Dada a insuficiência dos meios apontados e procurando satisfazer o rigor de classificação pedido pelo CEPE, temos recorrido aos serviços do H. M. P., após triagem inicial.

Todos os que apresentam deficiências anatómicas ou funcionais, susceptíveis ou não de correcção, são enviados ao H. M. P. a fim de ser avaliado o seu grau. A posse desses elementos permite-nos uma melhor classificação segundo as cotas estabelecidas para o SIVAGE, e consequente melhor aproveitamento do contingente pelo CEPE. É sobretudo aos serviços de Oftalmologia do H. M. P. que temos recorrido, em virtude do grande número de recrutas que apresentam deficiências visuais.

— Mas, Doutor, não irão essas baixas ao H. M. P. prejudicar os instruendos no seu aproveitamento escolar, e contribuir para um possível excesso de faltas?

— Sem dúvida. Mas a selecção assim o exige. Aliás só se verifica pelo facto das provas psicotécnicas e exame médico terem lugar imediatamente antes da Instrução e durante a incorporação. É por isso que, no que diz respeito aos recrutas que necessitam ser presentes em

Revista da Cavalaria

Oftalmologia e Otorrinolaringologia, temos seguido o processo de pedir autorização à R. M. para a sua deslocação a aqueles serviços, em viatura auto. São observados em grupos de 6 a 10, baixando unicamente os que são portadores de lesões que necessitam tratamento demorado ou que os incapacitem do serviço, regressando no mesmo dia à Unidade os restantes.

Assim se tem evitado que percam o ciclo por faltas desnecessárias, e ao mesmo tempo se tem conseguido a correcção da maior parte das deficiências observadas.

— Mas ainda assim tenho eu observado, através da elaboração dos mapas de situação a enviar ao CEPE, como seu delegado, que é grande o número de instruendos que não chegam ao fim da recruta por terem baixado ao hospital, quer mantendo-se nesta situação ou entrando de licença nos termos dos artigos 160.º e 165 do RGIE e da alínea f) do artigo 167.º do RGSE.

— Há realmente um número maior ou menor de instruendos que são mandados baixar ao hospital para avaliar o seu grau de capacidade para o serviço, visto que são portadores de lesões que não foram despistadas nas Juntas de Recrutamento e que os incapacitam do serviço ou diminuem a sua resistência física para o mesmo. Lembro-me por exemplo de alguns casos de cardiopatias congénitas ou adquiridas que enviei ao H. M. P., bem como portadores de outras lesões, que após confirmação foram considerados incapazes para o serviço militar pela J. H. I. ou dados pela mesma como aptos para os serviços auxiliares.

— Daí posso inferir que esses indivíduos são incorporados por deficiências das Juntas de Recrutamento?

— Sim, até certo ponto existem deficiências na observação dos mancebos pelas J. R. em virtude de uma ainda maior carência de meios técnicos ao seu dispor e não por falta de competência profissional. Há também a possibilidade dos mancebos adquirirem doenças no intervalo que medeia entre aquelas observações e a sua incorporação.

Pelos motivos apontados, consideramos o sistema de classificação SIVAGE o ideal para a selecção dos mancebos mas executado antes de incorporação e com os meios necessários e possíveis num centro fixo. O que até traria creio, uma economia monetária, de trabalho e de tempo.

— Essa é também a minha opinião não só para o aspecto clínico como para o restante trabalho de selecção. O ser realizado antes da incorporação permitiria que o recruta tivesse, quando da sua incorporação, já uma especialidade atribuída. As vantagens que daí resultariam são facilmente percebidas.

Revista da Cavalaria

Por tudo o que atrás ficou dito, e nas respostas às nossas interrogações cremos estar evidenciada a necessidade dos Centros de Recrutamento e Selecção.

Para melhor esclarecimento e compreensão da sua utilidade terminamos indicando sucintamente a orgânica prevista superiormente dum C. R. S.

I — *Comando;*

II — *Secção Técnica;*

III — *Secção Psicotécnica:*

- a) Sub-secção de Preparação;
- b) Sub-secção de Testes colectivos — Aplicação;
- c) Sub-secção de Testes colectivos — Correccção e classificação;
- d) Sub-secção de Laboratório;
- e) Sub-secção de Selecção.

IV — *Secção Médica:*

- a) Sub-secção de Clínica Médica;
- b) Sub-secção de Neuropsiquiatria;
- c) Sub-secção de Otorrinolaringologia;
- d) Sub-secção de Oftalmologia;
- e) Sub-secção de Radiologia;
- f) Sub-secção de Laboratórios;
- g) Sub-secção de Estomatologia.

V — *Serviços:*

- 1. Secretaria;
- 2. Conselho Administrativo;
- 3. Formação:
 - a) Secção de Enquadramento e Guarda de Polícia;
 - b) Secção de Material e lavandaria;
 - c) Secção de Alimentação.

Tenente PICÃO DE ABREU



Os reconhecimentos francês e alemão



Pelotão de Reconhecimento tipo Francês é constituído por 3 EBR, 3 viaturas 1/4 toneladas e 1 viatura de 3 toneladas.

O primeiro EBR transporta o Comandante do Pelotão e os dois restantes com 4 homens cada, constituem a Secção de Carros;

As 3 viaturas 1/4 toneladas formam a Esquadra de Exploração e a viatura de 3 toneladas destina-se ao apoio logístico do próprio Pelotão.

Os 3 EBR dispõem além da metralhadora 7,5 mm de 1 peça de 90 mm anti-carro cada uma.

Na reforma da Cavalaria Ligeira Blindada interessa muito particularmente a **MANOBRA DO PELOTÃO**.

É um novo estado de espírito que deve animar o Comandante do Pelotão de Reconhecimento, desempenhando, ele próprio à cabeça de uma célula de combate uma missão elementar simples dentro de um mesmo compartimento de terreno no quadro do Esquadrão, actuando na maioria dos casos fora das vistas do seu comandante.

O Comandante do Pelotão dispõe, com as peças dos seus 3 EBR, da potência de fogo que lhe é necessária e multiplica o rendimento desta potência com a surpresa que lhe fornece a acção discreta e flexível dos seus jeeps.

Ao Comandante do Pelotão exige-se uma **AGRESSIVIDADE** constante em todas as actuações da sua subunidade.

O Pelotão ainda que ligeiro possui uma grande potência de fogo.

Revista da Cavalaria

Ela é devida ao poder perforante do projectil de 90 mm anti-carro e também ao poder de neutralização das granadas anti-pessoal e das metralhadoras 7,5 mm.

Mas este poder de fogo só é total se os EBR intervierem em conjunto e no momento oportuno.

A fim de se obter por exemplo, numa ofensiva a máxima potência de fogo torna-se indispensável que na zona de reunião se faça a passagem do dispositivo em profundidade, imposto pelas necessidades da progressão e do apoio mútuo para um dispositivo em linha.

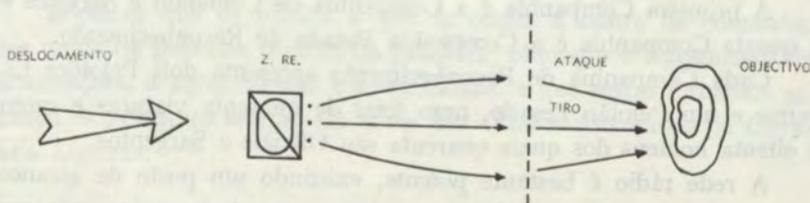
O desencadeamento do fogo deve ser considerado como acto decisivo de toda a manobra.

Quer seja em progressão ou instalado, o pelotão deve permanentemente esforçar-se por surpreender o adversário em acções imediatas.

Durante a progressão obtém-se o factor surpresa com a colocação rápida de 1 viatura, EBR ou jeep numa posição de observação no limite à frente do compartimento de terreno que se atravessa; quando o pelotão está instalado obtém-se o factor surpresa com a criação de dispositivos que serão verdadeiras «emboscadas blindadas».

A discrição e a escolha do momento propício para a abertura do fogo condicionam o bom resultado de tais acções.

Se bem que a aplicação dos fogos seja o ponto culminante do combate, a execução de um tiro não pode estar separada da agressividade do movimento.



Se a missão é ofensiva há que tirar toda a iniciativa ao Inimigo, ao mesmo tempo que se deve paralizá-lo e evitar que ele recomponha o seu dispositivo.

No caso de a missão ser defensiva o princípio é o mesmo, podendo até ser necessário um ligeiro avanço no terreno a fim de completar o efeito destruidor das armas de fogo.

O Comandante do Pelotão comanda directamente todas as suas viaturas e adapta permanentemente o seu dispositivo aos imperativos da missão, do inimigo e do terreno. Ele comanda e combate num EBR.

Revista da Cavalaria

Vai à frente do Pelotão para o conduzir ou arrastar consigo. Em outras circunstâncias coloca-se em segundo lugar.

A repartição dos EBR e dos Jeeps não obedece a nenhuma regra rígida e a formação tomada à partida deve ser considerada, como uma ordem de marcha e não uma articulação de combate.

A cada paragem ou incidente modifica-se o dispositivo, à ordem do Comandante de Pelotão, estando implícita a rápida e imediata instalação das guarnições.

As missões elementares atribuídas ao Pelotão são:

- A — Em marcha para o contacto, informar acerca de um ponto do terreno ou de uma sucessão de pontos.
- B — Reconhecer um eixo de deslocamento.
- C — Defesa de um ponto sensível.
- D — Vigiar um determinado sector do terreno.
- E — Acção retardadora.

No Reconhecimento alemão existe um Batalhão Blindado de Reconhecimento constituído por quatro Companhias das quais só a segunda e a terceira Companhia são de Reconhecimento.

Cada uma destas Companhias é constituída por três pelotões, que por sua vez se articulam em patrulhas.

A primeira Companhia é a Companhia de Comando e Serviços e a quarta Companhia é a Companhia Pesada de Reconhecimento.

Cada Companhia de Reconhecimento apresenta dois Pelotões Ligeiros e um Pelotão Pesado, num total de quarenta viaturas e cento e oitenta homens dos quais quarenta são Oficiais e Sargentos.

A rede rádio é bastante potente, existindo um posto de alcance médio até ao nível patrulha comandada por subalterno ou por um Sargento adjunto.

O Batalhão de Reconhecimento apresenta um total de catorze patrulhas Ligeiras e oito patrulhas Pesadas.

O Coronel Comandante do Batalhão comanda directamente todas as patrulhas necessárias para uma determinada acção.

O Capitão, regra geral, fica em reserva pelo que são os tenentes os seus adjuntos os Comandantes das respectivas patrulhas.

Depois de um estudo de situação são convocados todos os Comandantes de patrulhas a fim de lhes serem dadas as respectivas ordens, que incidirão sobre o objectivo, zona de acção, direcção, atitude a

Revista da Cavalaria

tomar sobre o objectivo encontros com o inimigo, mudança de frequência rádio, etc.

Todas as patrulhas actuam geralmente independentes umas das outras, podendo no entanto serem reforçadas com os meios necessários, fornecidos pela quarta Companhia Pesada de Reconhecimento.

Do anterior exposto verificamos que no Reconhecimento Francês a célula de combate é o Pelotão de Reconhecimento, enquanto que no Exército Alemão essa célula é a patrulha em que se articula cada um dos Pelotões de Reconhecimento; o Capitão no Reconhecimento Francês é a pessoa que decide em todas as acções, ao contrário do do Reconhecimento Alemão em que o seu papel é bastante diminuto; uma vez e que são os tenentes que assumem o comando das patrulhas;

No respeitante à rede rádio, ela aparece-nos muito mais numerosa numa unidade de reconhecimento alemã, dada a dotação de postos rádio até ao escalão patrulha.

Na execução de uma determinada missão o Comandante da patrulha encontra-se sempre na viatura da frente e comanda ao gesto, o que implica um ligação constante pela vista e um perfeita e permanente camuflagem no terreno.

Este estilo de combate que confia a um jovem chefe, actuando à cabeça de uma vintena de homens e de alguns engenhos, uma missão essencial, exige mais do que nenhuma, qualidades de dinamismo e de audácia.

Impõe-se que os oficiais a que se confia a honra de comandar tais unidades possuam o culto da pesquisa, obtenção e transmissão de informações, a agressividade e a velocidade, e que sejam formados segundo os princípios sempre tão vivos dos «Postos Avançados da Cavalaria Ligeira».

Tenente FERNANDO MAIA

A INFORMAÇÃO

no teatro da guerra psicológica



propósito de guerra subversiva, escreve certo autor: «a população é, para o guerrilheiro, o mesmo que a água para o peixe; este não pode viver sem aquela».

«As Forças Armadas — lê-se, em consequência, algures num manual — não podem alhear-se da existência actual de uma arma psicológica de valor preponderante e da sua aplicação tanto ofensiva como defensiva».

Com efeito, a par de operações tipicamente militares e de apoio às autoridades civis — as Forças Armadas preocupam-se (necessariamente) em exercer uma acção psicológica, não só sobre o adversário que as ataca, mas (principalmente) sobre a população que preserva dos terrores do inimigo.

Por acção psicológica entende-se, grosso modo, a aplicação de medidas destinadas a influenciar atitudes e comportamentos.

Em caso de guerra subversiva, se, por um lado, há necessidade de fazer Propaganda a fim de gerir um sentimento colectivo, por outro lado, impõe-se o simples esclarecimento da Opinião Pública através da pura Informação.

Actuando sobre a opinião e comportamento dos indivíduos, a Informação condiciona atitudes e tem repercussões importantíssimas na sociedade moderna. No fundo, sob o influxo da Informação, tais comportamentos e atitudes implicam alterações radicais e notórias nas estruturas sociais.

E eis por que a difusão social de notícias, acontecimentos, ideias, imagens, símbolos, opiniões, etc., vêm merecendo nestas últimas décadas, apreciável atenção em todo o mundo civilizado, por parte dos grandes estadistas, sociólogos e, mais especialmente, por parte dos técnicos ligados à imprensa, rádio, cinema, televisão.

O homem moderno informa e informa-se portanto, com objectivos políticos, económicos, culturais, militares, etc. — o motivo principal,

Revista da Cavalaria

porém, é a ideia de segurança e estabilidade. O político pretende adeptos; o comerciante... publicidade e lucros dos seus negócios; o automobilista tem de saber se há limites de velocidade, nesta época; o desportista lê, ouve e vê as jogadas mais excitantes do seu clube. Hoje em dia, um jornal ou aparelho de rádio fazem parte dos utensílios necessários ao homem. Pena é que a maioria das pessoas forme opinião decalcada das notícias que a informação lhes inculcam.

O cinema, a TSF, a TV e a Imprensa, além de instrumentos que eficazmente transmitem Educação, universalizam usos, costumes e cultura às massas — inspiram-lhes, muitas vezes também, alterações político-sociais que, conseqüentemente, provocam milhares de vítimas.

«O Mundo em que vivemos — escreve o Prof. Júlio Gonçalves — encontra-se sob o impacto dos meios de informação». Em contrapartida mais de 50 % da população mundial vive em regiões onde nem a Imprensa nem a Rádio, TV ou Cinema, atingiram desenvolvimento considerado como mínimo indispensável. Não há dúvida, todavia, que estes meios de comunicação penetram cada vez mais a fundo em todo o Globo e em todos os espíritos. Esta será a civilização audiovisual — como sugere o sociólogo Juan Beneyto.

A informação, não obstante, é uma força que poderá enfraquecer, destruir, fortalecer e reforçar o poder político. Sangrentas e prejudiciais alterações de regime são acarinhadas pelos modernos meios de comunicação. O público, de uma maneira geral, acredita na imprensa e é fortemente influenciado pelo que ela publica.

E, cada vez, se torna mais difícil ao homem vulgar apreender os complexos sucessos do mundo. A opinião pública é quase sempre influenciada emocionalmente (e não por dados racionais) pela propaganda de ideologias e interesses.

A opinião pública é um conjunto de juízes — compartilhados por um grande número de indivíduos conciliários — formando sentimentos, acções e reacções a respeito de certa pessoa, ideia ou facto. E a simples opinião por sua vez, é influenciada por crenças profundas e atitudes duradouras.

«As correntes emocionais que arrastam a opinião podem traduzir a confiança numa personalidade, a esperança numa promessa, a reacção a um estado de coisas, o ressentimento causado por um medida impopular, o receio de um mau presentimento ou outro sentimento generalizado».

Revista da Cavalaria

Escreve o Ilustre Professor Marcelo Caetano que *os meios de informação — Imprensa, Rádio, TV, Cinema, Jornais... — formam as opiniões da vida quotidiana, que através da intenção com que dão relevo a umas notícias e mingnam o mérito de outras (quando as não omitem), quer pelo comentário de que se fazem acompanhar. A objectividade da informação é um mito: só excepcionalmente o repórter que recolhe a notícia, a agência que transmite, o redactor que publica não contribuem em alguma coisa ainda que insensivelmente, para a sua valorização ou depreciação.*

Robert Chapius considera até, a informação pura a mais perfeita ilusão, uma vez que ela é produto das intensões de quem a recolhe, elabora, transmite e condiciona.

Para conhecer uma opinião, de resto, à que conhecer também o meio de onde provem, com todas as suas crenças, hábitos, tradições, sentimentos e preconceitos. Três zonas de conhecimento interessam no indivíduo: a zona profunda a zona média e a zona superficial. À primeira pertencem os juízos dominantes de família, sobre a propriedade, moralidade, educação e religião; estão de tal modo enraizados que caracterizam colectivamente a cultura de um povo. Na zona média já se encontram juízos colectivos menos profundos e estáveis, que decaem consoante circunstâncias de momento; pertencem a este caso as modas e as vogas doutrinárias que, mais tarde ou mais cedo decaem. Por seu turno da zona superficial esboçam-se juízos de figuras e acontecimentos, sob impressões mal esclarecidas, volúveis ao dia a dia.

«A opinião pública será tanto mais fácil de conhecer e tanto mais estável nas suas opções quanto mais sólida for a zona profunda, isto é, quanto mais radicadas e conscientes forem na população as crenças e convicções básicas. Se estas não existem ou são frouxas, falta o alicerce sólido em que se possa construir uma opinião válida» — (Professor Marcelo Caetano).

«Mas há influências que chamamos descendentes — acrescenta aquele catedrático — e que resultam de um impacto que os acontecimentos vulgares provocam na opinião na zona superficial e que vão causando nas atitudes assumidas na zona média, levando os indivíduos a mudar de posição e a rejeitar doutrinas ou atitudes que tinham perfilhado antes. Por sua vez estas oscilações na zona média podem ir erosionando as crenças e convicções básicas de modo a transformá-las lenta e insensivelmente. Esta é sobretudo a razão por que a idade e a experiência da vida tão frequentemente fazem mudar nos indivíduos

Revista da Cavalaria

as opiniões perfilhadas na juventude ao revelar que as realidades não confirmam convicções baseadas em meras ideologias».

Ora saber o que se passa nos espíritos das pessoas que servem nas retaguardas das Forças Armadas e em volta das unidades militares pode ser tão importante como saber o que se passa por detrás das linhas inimigas. As Forças Armadas, por seu lado devem procurar apreender o interpretar a opinião pública para orientar o seu serviço de informação e ir ao encontro das críticas e das incompreensões para as esclarecer no sentido mais conveniente e contribuir assim para uma estreita cooperação do público com as Forças Armadas.

Alferes Miliciano SILVA LOPES

É necessário que o chefe tenha confiança absoluta no seu direito de comandar, tenha o hábito de comandar, e o orgulho do comando.

Coronel A. DU PICQ



á lá vai o dia 27 de Agosto de 1967 e com ele vinte minutos de emboscada.

São 12 horas e 25 minutos! Para trás deixámos uma Companhia de Pára-quedistas para operações. Volvidos vinte minutos apenas, soam três apitos. É o início de mais uma emboscada. Mal começam a «cantar», do lado esquerdo, as metralhadoras IN, acompanhadas «em coro» por espingardas automáticas (?) eis-nos a saltar, instantâneamente, quais ratos ladinos. A ZM compreende cerca de 1 km e de permeio há uma curva. A nossa reacção inicial é à base de G. M. D. para desalojar quaisquer elementos IN que, porventura, se encontrem junto às bermas da «picada». Em seguida, é a vez de entoarmos o nosso «Hino» com «notas harmoniosas» de Browning, Madsen e G-3. O IN que ataca apenas dum lado passa, também, a fazê-lo do outro, na mira de nos surpreender. Todavia, a nossa resposta sai pronta. Entretanto, um T6 «metralha» as «posições» adversas.

12 horas e 50 minutos! Do lado esquerdo, proclama-se incêndio no capim seco. Talvez que o IN tenha colocado gasolina para o efeito. O lume avança no sentido da frente para trás. Os elementos da Secção «A» vão mudando de posições, continuando a combater sobre o rescaldo. Enquanto tudo isto se passa um Apontador de Metralhadora muda o cano, em brasa, da sua Arma. Outro Soldado, aponta a sua G-3 a um IN «empoleirado» numa árvore, mas a Espingarda encrava-se-lhe. Desmonta-a «num abrir e fechar de olhos». Faz de novo pontaria. Porém, o «Alvo» já vai em queda. A «rajada» ainda sai..., mas encontra apenas a árvore.

12 horas e 55 minutos! Cessa, por instantes, o fogo oposto. O incêndio alastra cada vez mais, tentando nalguns pontos, galgar a «pi-

Revista da Cavalaria

cada». E, assim, vem a acontecer. Alguém grita pelo AN/PRC-10 para que a «coluna» chegue à frente, o que não é possível, pois que as línguas de fogo e o calor não o permitem. O IN «volta ao desafio», havendo da nossa parte uma reacção imediata. Os canos das Armas já escaldam!...

13 horas! Ouvem-se gritos agonizantes vindos do interior do «mato». Os tiros adversários tornam-se poucos e dispersos. É o sinal de que começa a «retirada» Da frente da «coluna» saem algumas GM para lhes «fazer companhia». Não se efectua a «batida», pois não se dispõe de força de manobra em virtude de que se escoltam 22 viaturas vazias.

As chamas começam a diminuir de intensidade e a «coluna» já pode, então, chegar à frente e seguir marcha. Nas viaturas vão somente os Condutores. Os restantes elementos prosseguem, mas apeados, fazendo a protecção, «não vá o diabo ser tendeiro».

13 horas e 5 minutos! Já tudo está normalizado. A «coluna» continua a sua marcha vagarosa, na ânsia de detectar mais fornilhos. O avião faz XX sobre a «coluna». Além do que se passara algo mais nos esperava ainda nesse dia. Mas, à noite, ao chegarmos ao Quartel, no coração de cada um pairava a alegria de mais uma missão tão orgulhosamente cumprida.

Alferes Miliciano FERREIRA NUNES

A arte de comandar não é completa se não tem por base a arte de persuadir.

GUSTAVE LE BON

A Guerra do Ultramar

e a sua influência sobre os soldados metropolitanos que nela participam⁽¹⁾



Território Nacional, embalado no costumado sono de longos anos, despertou sobressaltado. Quebravam-lhe a sequência de toda essa estabilidade pacífica e ordeira, tentando traiçoeiramente aniquilar a soberania Lusa, onde durante séculos vinha sendo mantida.

Julgavam realizável o desmoronar da fortaleza e o seu ceptismo fê-los esquecer o acendrado fervor patriótico deste povo.

Engendrado o plano, ei-lo em prática. Corria o ano de 1961...

... a Juventude Metropolitana recorda ainda o que foram os dias longos em que as atrocidades foram cometidas. Não esqueceu quantos indefesos; homens, mulheres e crianças foram sacrificadas pela onda selvagem. Percebe, é fácil, que não criamos nem fomentamos guerras e, é evidente, continua bem Portuguesa! Portuguesa, como Portugueses nos ensinaram a batermo-nos pelas causas justas, os Lusitanos de antanho.

Há, ela tem bem presente, ensopado as terras daquelas longínquas paragens, sangue generosamente derramado, pelos bravos que a antecederam no cumprimento do dever.

Alicerçada nestas inequívocas realidades, vai sulcar os oceanos como o fizeram os nossos navegantes e descobridores para que tão cobiçadas parcelas nos fossem legadas. Acorrendo onde a Pátria chama, convicta e consciente de que está pisando mais uma Província, bem nossa, como qualquer Metropolitano, olham seus naturais de forma bem diversa do que acontece em vários pontos do globo, pois está perfeitamente integrada no princípio de que há Portugueses de diferentes cores de pele mas que, são e serão sempre, bem Portugueses.

Revista da Cavalaria

É nesta fonte inesgotável que se colhem argumentos verídicos para combater os tradicionais inimigos nas grandes assembleias e nela é também que o bravo Soldado Metropolitano colhe uma influência necessária e indispensável para levar de vencida os obstáculos que se lhe opõem durante o período em que milita na campanha. É, durante este, conhecendo as riquezas e recursos da Província em que se encontrar empenhado, contactando com os Portugueses de todas as etnias ali encontrados e até com provas insofismáveis, por vezes colhidas durante acções militares nas zonas afectadas, quer através de documentos e material apreendido quer até de pessoal capturado, que vai verificar como é mórbida e vil a cobiça estrangeira!

Já nada lhe podem esconder. Ele viu, como só é possível, a guerra no nosso Ultramar. Viu os documentos e material que comprometem países nela implicados e que tanto clamam pela paz. Ouviu bons Portugueses que já há anos eram forçados a manterem-se onde muito mal se sentiam... do outro lado. Do lado, onde só conheceram promessas, fome, frio, maus tratos, miséria. Nele despertam novos incentivos para que prossiga, para que continui a obra de todos e de cada um; a manutenção do bom clima, do clima de segurança e bem-estar, tão necessário ao desenvolvimento em ritmo acentuadamente progressivo que se verifica no nosso Ultramar.

Observando, a constante e segura incrementação assinalada nos domínios da Construção, Assistência, Indústria, Comércio, Agricultura e Ensino, por si só demonstrações indeléveis de que não desconhecemos a intenção do inimigo mas de que também não o tememos, atinge a maturidade absoluta e a plenitude da razão que nos assiste com a experiência durante os, cerca de, dois anos por lá vividos. Dois anos duros, difíceis, quantas vezes impregnados de doloroso sofrimento. Conhece emoções, riscos e privações. Cai nas ardilosas emboscadas e delas se desembaraça com inatingível ardor combativo. Persegue e não dá tréguas aos intrusos bandoleiros. Procura-os em seus refúgios com extraordinário espírito de sacrifício, com inigualável determinação que nem a distância, nem o tempo e a conseqüente saudade consegue condicionar.

A saudade apenas priva com ele nos breves momentos de ociosidade. Porém, dá-se o que chega a parecer paradoxal... com o aproximar do termo da obrigação naquelas paragens principia a sentir uma saudade ténue daquela terra que ainda não o viu partir e que mais e mais se vai avolumando. Se por um lado o afastamento de seus familiares e amigos criou nele um compreensível desejo enorme de regressar,

Revista da Cavalaria

por outro, principia a sentir dificuldade em deixar o torrão que conheceu e a que já quer muito.

É humano, mas lamentável, que aquele desejo acabe numa esmagadora maioria das vezes por vencer esta dificuldade, até porque avalliou da possibilidade da sua fixação ali e das vantagens que para si e para o Ultramar, para a causa, resultariam. Caberá, creio, abrir um pequeno parentesis para focar o que me parece ser a chave do momentoso problema: conseguir-se, embora saibamos quão difícil, adicionar as facilidades já lá existentes, a vinda à Metrópole, terminada a comissão de serviço, durante curto período de tempo com as garantias asseguradas de colocação e retorno ao Ultramar.

Assim não acontecendo o nobre e valoroso Soldado é já um homem feliz, porque sabe ter dado à Pátria o melhor do seu contributo e vai continuar na Metrópole a ser de uma utilidade incondicionada. Vai continuar lutando, pois a elucidação e mentalização das camadas continuadoras é tão essencial na retaguarda como o foi sua arma na frente — arma escolhida de acordo com a situação queurgia solucionar; castigando com firmeza os guerrilheiros a soldo do terrorismo internacional ou auxiliando os que desejam voltar a acolher-se sob a nossa Bandeira — e é ele, a juventude, a mais ouvida e mais acreditada.

É um soldado a menos na frente mas será mais um pilar da estrutura que tem por base a valorização dos jovens e em que assentará o nosso desejado triunfo final.

A Nação admira-o e está-lhe reconhecida. Reconhecida, porque seus jovens filhos não estão desmerecendo o conceito em que foram e são tidos os guerreiros Nacionais.

Alertados. Chamados para esta guerra imposta, difícil, diferente e novidade para nós, todos responderam e batem-se hoje como veteranos, como combatentes consumados. A Pátria mais uma vez se orgulha, mais se cobre de glória.

Eles embuídos do natural orgulho da sua contribuição, sentir-se-ão realizados, tranquilos e recompensados, pois — se é certo que no clima de paz habitual em que vivíamos a sua passagem pelas fileiras lhes era extremamente benéfica — verifica-se hoje, que regressam ao convívio dos seus lares, homens válidos e cada vez mais úteis.

Foram-lhes em muito desenvolvidas as capacidades físicas, de iniciativa, de sofrimento, de coragem, de decisão, capacidades intelectuais e realizadoras. Doravante, são vantagens aproveitáveis para lhes proporcionar desenvolvimento e melhores resultados em sua vida futura. Lá entre dois combates congemina e ali ainda, iniciam a preparação

Revista da Cavalaria

do que virá a ser a ascensão de posição na escala social que ocupam. É frequente, para além da obrigatoriedade para os que não possuem o mínimo de habilitações literárias exigido, verem-se soldados tentando e conseguindo algo mais. Outros até, no sector profissional, anos volvidos, não vacilam em recomeçar, dando à carreira já encetada um curso diferente, correspondendo a esta decisão uma subida notória. São disto exemplo, não só os que enveredam pelo funcionalismo público mas também os que o conseguem através das muitas empresas de carácter privado.

Foi uma dura experiência, mas graças a ela, e, após a transmissão do testemunho feita por estes gigantes, continuamos contando com uma juventude, soldados de amanhã, conhecedora profunda dos problemas graves que afligem no momento, disposta a pela Bandeira das Quinas dar o que de melhor tiver ainda que para isso seja necessário regar com o seu sangue, mais ainda, o solo bem Português, que é, todo o nosso tão invejado e cobiçado, já glorioso Ultramar!

2.º Sargento LUÍS DE CARVALHO GONÇALO

(¹) 1.º Classificado na categoria Sargentos em Concurso Literário na 2.ª R. M.

Comandar os outros, mas primeiro comandar-se a si próprio,
isto é: obedecer antes de comandar.

A. REDIER

OBJECTIVO ATINGIDO



lgures em Moçambique, Fevereiro de 1966. Dia vinte e três. Um dia como os demais. A manhã surgiu alegre. O sol penetrava nas casernas, convidando-nos à alvorada.

O tempo corria... e os soldados, atarefados na limpeza das armas, mostravam uma descontração e bom-humor impressionantes.

...E chamávam-nos «chekas» ⁽¹⁾!...

Entretanto, aproximava-se a hora aprazada. Naquela tarde ardente, apetecia mesmo, um passeio pelo lago. E os «turras» fizeram-nos a vontade...

Todos, em formatura, escutámos em rigoroso silêncio as recomendações do nosso Comandante: «Não façam barulho! Não façam barulho que o êxito é quase certo!»

Ultimados os preparativos, descemos ao cais.

Talvez pensando que a minha presença era de utilidade sob diversos aspectos e também movido por curiosidade, integrei-me voluntariamente como enfermeiro nos dois grupos de combate.

A bordo da LDP ⁽²⁾, encontrava-se já o grupo de combate da Companhia de Cavalaria 1506, que nos vinha reforçar.

Eram quase dezassete horas. A lancha pôs-se em movimento e afastou-se da praia, abrindo caminho por entre a caniçada. Ao meu lado, viajava o Augusto (quem o não conhece?) cuja conduta lhe granjeou grande simpatia entre os soldados e graduados da Companhia. Jovial e simplório, enfiado num «camuflado» como o nosso, lá ia «cravando» de vez em quando um cigarrito ao soldado mais próximo.

(1) Novatos.

(2) Lancha de Desembarque Pequena.

Revista da Cavalaria

A lancha deslizava a reduzida velocidade. Pelos vistos, não tinha pressa... Muito próxima, a Ilha Licoma ⁽¹⁾ ía-nos dizendo adeus.

Por vezes, um curto relance pela nossa costa servia para divagar-mos livremente o pensamento... Palhotas abandonadas e semi-destruídas, lá longe, obrigavam a encarar a realidade. Mas depressa a nossa fisionomia mudava, pois a paisagem era variada. Entretanto, viam-se as águas dum rio a fazerem um trajecto caprichoso para esbarrarem no lago. Mais ao lado, uma casa branca, uma capela como tantas outras, quase nos coagia a elevar o pensamento a Deus. Aqui próximo, dar-se-ia o desembarque, mais exactamente na baía de...

Contudo, para não darmos conhecimento dos nossos intentos ao inimigo, rumámos mais para norte.

Anoiteceu. A LDP, agora, reduzindo sensivelmente a velocidade, decidiu voltar para trás.

O lago estava mais calmo que nunca. No céu, a lua semi-en-coberta, prosseguia na sua missão de serva... e o seu luar, pouco nítido, espelhava-se nas águas mansas. Olhei para terra. Nada se via. A escuridão e o silêncio reinantes pareciam dizer que faltava pouco...

Dezanove horas. Num ápice, atingimos a praia. Ao lado, a tal capela. Uns após outros, abandonámos a lancha em velocidade vertiginosa para nos estancarmos na areia. Para os lados, uma série de vultos, estendidos pela praia, com as armas apontadas para a mata, tão imóveis estavam que pareciam pétreos.

Fixei o céu. Lembrei-me de Deus. A lua lá ia... A lancha abandonou-nos, ali, entregues ao destino...

A água, a meus pés, no seu eterno vai-vem, ia acariciando a areia fina, confundindo o seu barulho com o chilrear das aves noctívas que faziam ecoar as suas tristes melodias pela selva adiante.

Pensei em mim. Uma bolsa com medicamentos, um bernal com uma ração de combate, dois frascos de soro, uma pistola e eu.

Em coluna por um, os vultos começam a movimentar-se. Ocupei o lugar ideal. Mesmo no meio da coluna. À frente, o Augusto ia alcançando caminho através do leito dum rio completamente seco; nós, atrás, quase colados, seguimo-lo, armas prontas, ouvidos à escuta.

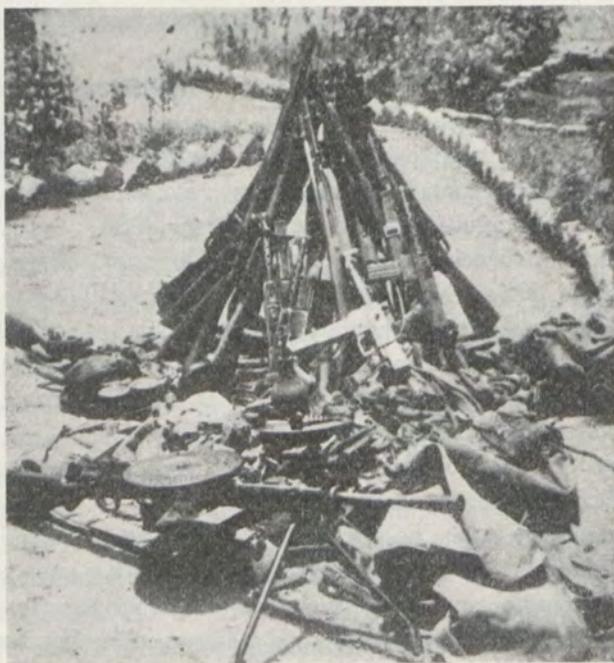
A noite era cerrada. A luz desaparecera. Notei que já não estávamos no rio. Caminhávamos a corta-mato. Ao lado, uma picada de curso sinuoso, quase interminável, ditava o rumo.

⁽¹⁾ Esta ilha pertence ao Malawi, embora se situe nas nossas águas territoriais.

Revista da Cavalaria

A vegetação densa, árvores frondosas a impedirem de ver o céu, aliadas ao nosso silêncio, tornavam o ambiente pesadíssimo. Julguei-me a sonhar... Por cima de nós, esvoaçavam aves de grande porte, talvez mochos.

O terreno parecia inclinar-se com acentuação. O silêncio foi quebrado por um «passe-palavra», quase sumido. Baixinho, inquiri do que se passava. Ali corria um rio. O emaranhado da vegetação assim o fazia compreender. O cantarolar da água era confirmativo. A noite



Material capturado aos terroristas numa base inimiga

estava escura como breu. Parámos. A coluna tinha um grande obstáculo a passar. De quando em vez, não era raro um estrondo provocado por um homem menos cuidadoso ou mais infeliz que caía na água.

A travessia custou-nos cerca de uma hora. A picada prosseguia. Nós, também, mas através do capim. Mesmo assim, estávamos a andar depressa. Para «queimar» tempo, parámos. Ouvia-se o rugir longínquo das feras e o piar dos mochos e outras aves. As rãs a coaxar nos charcos também contribuíam...

Revista da Cavalaria

Continuámos. Na vanguarda, o Augusto seguia para o destino e na cauda da coluna o Sargento Batata cuidava da segurança. A certa altura, percebe-se um balbuciar de sons, quase imperceptíveis: «Passo-fantasma»! Pensou-se imediatamente que o objectivo estava próximo. O capim era altíssimo. Talvez três metros. A picada, quase irreconhecível, prosseguia...

Outro obstáculo; uma rampa. Aqui apeteceu rir a muita gente. Era ver soldados, quase safos da íngreme subida, a reboarem por ela abaixo...

A muito custo e com disciplina, continuámos. Atravessado um pedaço de mata, fomos ter a uma extensa plantação de mandioca. As coberturas das palhotas apareciam aqui e além como manchas, de entre a vegetação. Estavam desabitadas. Havia uma, porém, mesmo junto do carreiro, que durante o dia albergava uma sentinela inimiga.

O relógio contava quatro horas da madrugada. Agora, um céu límpido, repleto de estrelas. Estávamos a um quilómetro do objectivo: *A Base Inimiga do...*

Abandonámos a cultura. Para trás ficaram as palhotas e as machambas. O «Passo-fantasma» repetiu-se. Vagarosamente, íamos galgando os últimos metros. À minha frente, aquelas figuras, esticando com calma as pernas, faziam-me recordar trechos de filmes. O silêncio era impressionante. Afastámo-nos ainda mais da picada. Agora para o lado esquerdo. Ela ia para qualquer lado...

O acampamento estava à vista. Para dar cumprimento à táctica previamente estabelecida, cada pelotão ia ocupar o lugar destinado: um, para cima; outro, para baixo. Eu fui com este último.

A parte sul da base (onde nos encontrávamos) era pouco arborizada. À nossa frente, uma corda primitiva cuja finalidade poucos conheciam, parecia rodear o acampamento.

Aquí, a nossa disposição era outra. Estávamos ansiosos por começar o «trabalho». Eu não me sentia preocupado, antes pelo contrário, estava optimista. Tudo tinha corrido bem e no momento actual, beneficiávamos da surpresa.

Não pensei em nada. Procurei, pé ante pé, um abrigo. A poucos metros de mim, um taludezito... Saquei da pistola.

Entrementes, duas rajadas de três tiros soavam na minha direcção. Numa fracção de segundo, via-me no chão bem abrigado.

A sentinela havia dado pela nossa presença. Accionara o sistema de alarme, constituído por um cacho de latas na extremidade da tal corda. Para a direita, todos os soldados em linha apontavam as armas.

Revista da Cavalaria

Dada a ordem de abrir fogo, desencadeou-se um potencial tremendo. As nossas bazucas começaram a funcionar. À minha beira, um cabo, numa dobadoira incansável, ia substituindo os carregadores consumidos. As «FN» continuavam a cantar. As morteiradas, dirigidas para a frente do inimigo, entram na mistura no intuito de lhe fazer barreira. Lá em cima, o Furriel Sousa apontava competentemente a bazuca.

O inimigo, salvo as duas curtíssimas rajadas iniciais, nada mais fez; melhor, deu mais uma vez mostras da sua habitual cobardia, fugindo desordenadamente.

Ladrões, bandidos e alguns impropérios ecoavam pelos ares, dando assim, conhecimento ao inimigo da nossa disposição. Este não se fez rogado e desapareceu (só Deus sabe como!) pelo mato fora.

Sob o comando do nosso tenente Gomes (hoje, Capitão), avançou o grupo de combate estacionado em cima. O outro, da Companhia de Cavalaria 1506, onde me encontrava, sem arredar pé, dava apoio.

Desatei a correr, também. Alguns metros andados, achei-me no local da sentinela. No chão, a pistola-metralhadora que ela momentos antes utilizara. Era uma «Matt». Estava encravada.

O dia despontava. Uma secção executava uma batida no sentido da fuga. O outro pelotão mantinha-se imóvel na posição inicial. Encontrei-me dentro duma palhota com o «cigano» (coitado dele!) (1). Sem dizer palavra, mostrava, todavia, grande satisfação em pôr à prova a sua inexcedível competência em actos de pilhagem... As suas mãos mais pareciam máquinas a abrirem caminho por entre aquela amálgama de roupas e mochilas. Eu cá encontrei apenas bocados de espelhos partidos e pentes encebados...

Abandonei as «casernas», pois a catinga e o pulguedo pareciam vingar os «turras». O «Cigano» e mais alguns lá andavam na «colheita». Ao sair da última palhota esbarrei numa maceira com farinha. Tentei identificá-la, porém, os meus conhecimentos de moleiro e padeiro não bastaram.

À esquerda, em plena parada, uma mesa muito tosca, circundada por quatro bancos, completava a «móbia» (pelos modos, ali não havia carpintaria...). Garfos desdentados e alguns pratos de esmalte, ainda sujos, faziam antever o lauto jantar já digerido. Talvez carne de macaco cozida com farinha...

(1) O soldado «cigano» mais tarde foi vítima dum engenho explosivo numa praia do Lago Niassa. A sua infelicidade está representada na amputação dum pé.

Revista da Cavalaria

O pelotão de apoio montava a segurança em redor da base conquistada.

Entreguei-me totalmente à curiosidade. A luz do dia já penetrava, embora com dificuldade, através das árvores frondosas cujas copas tiravam qualquer possibilidade de visão aérea.

Diante de mim, a «caserna» principal. Meia dúzia de estacas, uma mancheia de capim, mais davam a configuração dum pombal. Para lá me dirigi. Um colchão melhor que os outros fazia perceber que pertencia ao chefe da base. Entre a palha, encontrei um maço enorme de documentos. À esquerda daquele, ficava a cama do chefe de «peça» (metralhadora ligeira). Tirei as mantas. Vi então outros tantos documentos, mais variados. Pedacos de revistas com fotos a mostrarem um largo sorriso do Senhor Mao-Tsé Tung em conversa animada com um «grande» da Frelimo, livros escolares e religiosos, cadernos tratando duma grande gama de assuntos, desde apontamentos de operações especiais até rascunhos de cartas amorosas...

Alguns soldados entretinham-se a capturar mantas, mochilas e demais fardamento; outros empenhavam-se a inutilizar marmitas e panelas com moscas.

Embrenhado no capim, o Furriel Sousa ia apanhando armas abandonadas que os «turras» mais afoitos haviam teimado em levar, mas as morteiradas assustaram-nos...

A luz do dia, agora mais reforçada, a muito custo já alumiaava a base. Os ramos das árvores que cobriam a parada confundiam-se em intermináveis abraços. Dirigi-me para a esquerda. Porque vi uma combinação de mulher no chão, fiquei a saber que naquele covil predominavam *meninas*. Continuei. Algumas gotas de sangue, manchando o solo, faziam crer que alguma bala perdida tinha arranjado aboletamento no corpo de algum bandido...

Além, à beira duma palhota, uma cratera de granada, ainda fume-gava. Mais ao lado, já se via um amontoado de fardas; de calças pintalgadas com os mais diversos tons; de camisas de cores berrantes das mais variadas procedências (as etiquetas atestavam); sapatos; botas; boinas de caqui amarelo; panamás verdes, providos de botões metálicos com as insígnias soviéticas; armas chinesas e russas; munições dos calibres mais usuais; mochilas; bornais; polainitos de lona; medicamentos em mau estado, alguns de origem israelita; etc.

O Augusto, com uma pistola na mão, gritava: — Olhem uma «pistola»! É russa! Era a do chefe! — Ele sabia, pois aquela base albergara-o, forçosamente, durante meses. Entretanto o ex-«turra» que

Revista da Cavalaria

conseguiu fugir para se apresentar, voluntariamente, às autoridades, ia escolhendo «material» para vestir a mulher, segundo ele próprio dizia...

Fez-se uma escolha. Sim, porque para levar aquela tralha toda nem dois camiões de grande tonelagem. Parte das roupas e equipamento foram queimados. O resto foi distribuído para transporte por todos os elementos.

A um canto, o telegrafista tentava obter ligação para relatar o facto.

Nove horas. Iniciámos o regresso ao lago. Atrás de nós, o capim das barracas, a arder gritava amargamente, parecendo traduzir a mágoa dos bandidos. Por vezes, ouvia-se o reventar de cartuchos e de granadas sob a acção das chamas que destruíram a base.

O pessoal não continha a alegria. O «Cigano», silencioso com um fardo de roupa às costas, outrora pertença dos «turras» preocupava-se em magiciar os preços de venda do que sacara.

Na testa da coluna, o Augusto com um carregamento de roupa à cabeça, marchava veloz.

Ao longe, o lago, sempre acolhedor, esperava-nos também com ânsia. Pelo caminho, continuámos a nossa missão destruidora.

Das palhotas abandonadas, saíam chamas e fumo. O ruir das barracas emprestava um ar desolador às antigas povoações.

A distância, os «turras», ainda nós e não refeitos do susto, lamentavam a triste sina.

Nós, agora, mais afastados uns dos outros, íamos galgando caminho através dum extenso pântano. Alguns caíam; outros, mostrando notável noção de equilíbrio, prosseguiam.

Até que enfim! Chegámos ao lago. Onze horas.

Lá no horizonte, mais para sul, uma mancha no lago, movia-se em direcção a nós. Tudo tem sido bem combinado...

Tomei o pequeno almoço: uma lata com sardinhas, um pacote de bolacha e uma cerveja.

O dia estava maravilhoso. As águas continuavam a lamber de mansinho a areia.

Ali, um soldado tentava explicar o funcionamento dum canhão-gulo. A lancha aproximava-se.

Às onze e meia daquela gloriosa manhã, no meio do lago, já víamos o... A nossa alegria era transbordante. A tristeza dos «turras» ficou com eles.

Nós, os vencedores. Eles, os vencidos.

...E chamavam-nos «chekas»!...

Revista da Cavalaria

Alguém lembrou-se de estimar a «caçada»: 27 armas; 33 granadas; 33 000 cartuchos; carregadores dos diversos tipos que abundam nos arsenais russos e chineses; almotolias para óleo (pois então!) fio eléctrico para minas; cartucheiras; cinturões e um nunca mais acabar de coisas.

Desferimos, deste modo, uma valente punhalada no coração, já agonizante, da Frelimo.

Grande vitória!...

...E chamavam-nos «chekas»!...

Furriel Miliciano SILVA NEVES

Chefe, impõe-te aos teus graduados pelo cérebro, aos soldados pelo coração.

Tenente-Coronel POUPOINT

Uma reacção

à emboscada



acção que o Esquadrão de Cavalaria n.º 2, vem desenvolvendo nesta Província de Moçambique, tem sido motivo de várias elogiosas apreciações. Os seus pelotões têm contribuído com o máximo do rendimento que lhes poderia ser solicitado. E se o Esquadrão de Cavalaria n.º 2, no seu todo, tem sabido cumprir a missão que lhe é incumbida diariamente e feito, muitas vezes, mais do que se era de esperar, para além do que lhe compete como unidade de cavalaria que é, os seus pelotões, as respectivas secções, os seus homens particularmente, têm enfrentado todas as acções e factores subversivos com heroísmo, desprezo da própria vida, orgulho Pátrio de bons Portugueses, com verdadeiro espírito de cavaleiros.

São muitas, no entanto, as dificuldades com que se luta quando em missões de escolta. Aparte do mau piso das picadas que nos apresentam aqui um areal, ali fundas e incertas poças de água, por mau escoamento, e mais além, por as chuvas terem aberto disformes e perigosos sulcos, quilómetros de picada que obrigam a redução de velocidade das viaturas, surgem-nos, ainda, muitas deficiências e avarias que nem todos se apercebem e, muitas vezes, aceitam.

Uma das secções que vive com mais insistência estas deficiências que originam graves atrasos e quase que irremediáveis problemas é a das auto-metralhadoras. Só uma virtude, aliás bem típico do soldado português, tem vencido todas as barreiras — a força de vontade, o fazer-se muito com o pouco que se tem.

Revista da Cavalaria

Ninguém acalenta dúvidas de que é esta secção a força principal das nossas colunas. Quem ousa entregar à incerteza a ideia de que as nossas AM infundem tremendo respeito, para não dizer medo, nos elementos subversivos? Somos testemunhas de como esses mesmos elementos têm procurado aniquilar essa força, essas nossas máquinas que amamos porque nos têm servido de escudo, não só individual mas ao nível de pelotão, no decorrer de já passados mas sempre recordados reencontros com o IN.

Duas auto-metralhadoras estão distribuídas a cada um dos pelotões. Uma delas, no entanto, estava avariada. A zona a atravessar é bastante perigosa na medida em que não é a primeira vez que as nossas tropas são ali atacadas. Mas a missão tem de ser cumprida! Sai-se só com uma AM que ocupa o segundo lugar de uma coluna de quinze viaturas. Para quem já se incorporou numa coluna auto vai a minha afirmação de que uma coluna com este número tão reduzido de viaturas ocupa centenas de metros enquanto progride na picada.

A má interpretação de horas e local preciso obrigou-nos a uma demorada paragem, onde deveríamos esperar por dois grupos de combate que, durante três dias, reconheceram limitada zona. Um erro que não se justifica, é certo, mas compreensível, afinal, dado que os ditos grupos se encontravam deveras cansados.

Chegou-se mesmo a supor que havíamos avançado demais e que já estivessem à nossa espera em algum ponto da picada mais recuado. Foi esta dúvida que nos levou a retroceder. Duzentos metros que percorridos quando rebenta a emboscada. Entre o Jeep do comando e a viatura que seguia à sua frente cria-se a trajectória de uma bazookada. A zona de morte abrangia cinco viaturas, entre elas um granadeiro cuja guarnição era apenas composta por uma equipa de Madsen e quatro atiradores exploradores. O granadeiro-força fechava a coluna. O descarregar das armas ligeiras e pesadas bem como as granadas de mão IN caíram sem conta na picada.

Quando o radiotelegrafista, soldado que por mais de uma vez demonstrou serena coragem debaixo de fogo, sangue-frio, profundo conhecimento da sua especialidade e até desprezo pela própria vida, entrou em contacto com a minha auto já esta estava manobrando na picada para ir apresentar à zona de morte o trá-tá-tá das brownings, que até nós criam respeito. Ouvira as detonações pelo rádio! Enquanto a manobra de retrocedência se fazia ordenei e o meu apontador limpou a zona adjacente à picada com curtas rajadas de metralhadora. Mas a

Revista da Cavalaria

picada era relativamente estreita. As demais viaturas que escoltavamos impediam a progressão da Auto.

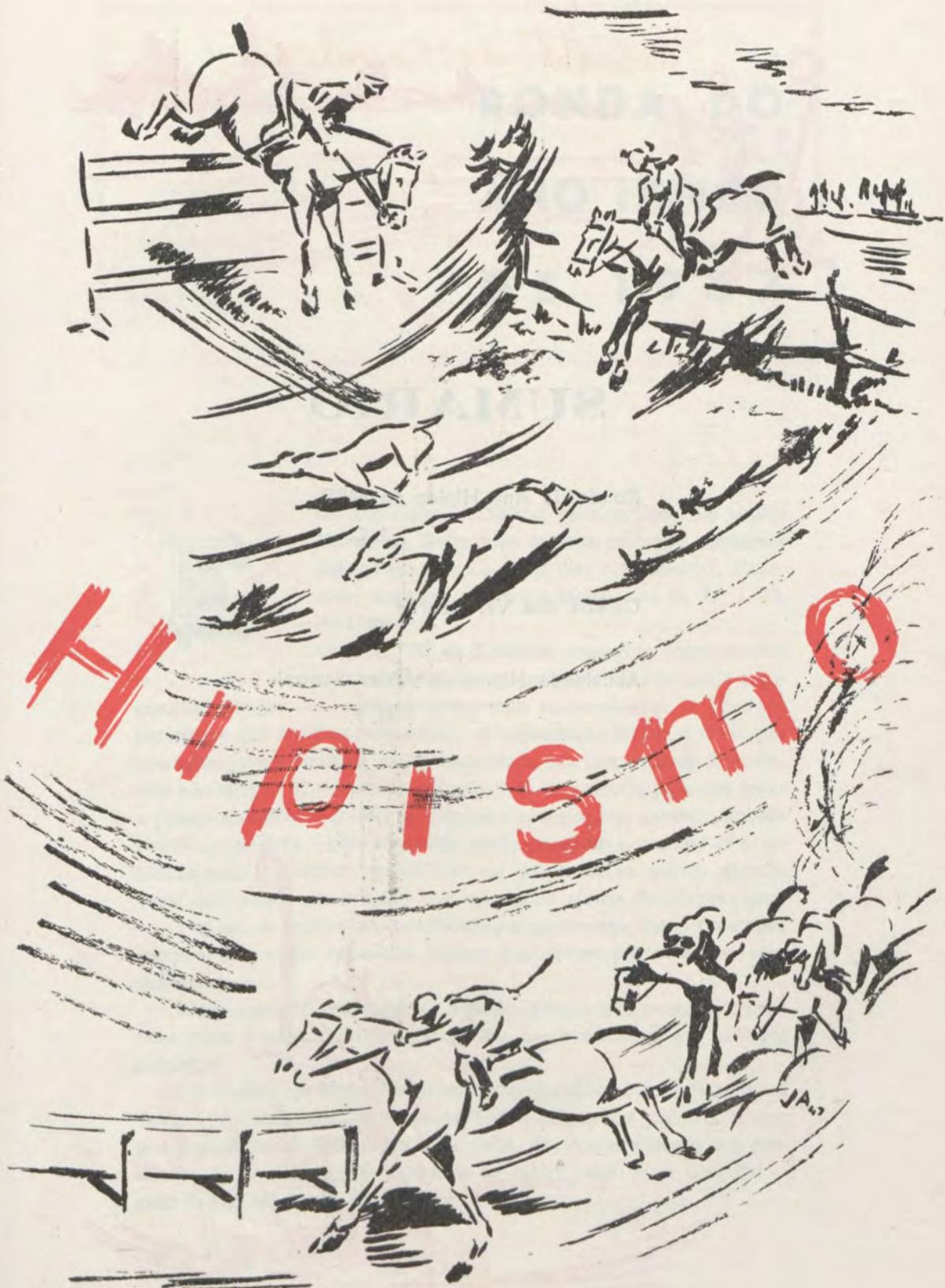
Quando a picada, logo a seguir, se apresentou com mais largura disse ao condutor que avançasse com metade da auto a derrubar os arbustos que se nos apesentavam pela direita. Orgulho-me da minha guarnição! Rapazes como eu, em quem deposito inconfundíveis e imperturbáveis confiança e admiração! Numa porção mínima de tempo apresentámo-nos, qual gigante, na zona de morte. O soldado coberto de sangue, pelo efeito de estilhaços de granada, e os seus colegas a cobrirem-no com o fogo de espingarda e com granadas de mão criaram-me um rápido reflexo e noção de que o perigo estava ali, defronte deles. O IN, quando se apercebeu da chegada da viatura-força da coluna, pôs-se em debandada e reconheci a sua fuga pela ondulação do capim que, no entanto, os encobria por ser relativamente alto. E eles decerto que iam debruçados! Não havia que hesitar. Duas ordens dadas: o condutor introduz a AM pelo mato e o Apontador faz fogo. A auto, entretanto, enterra-se. Corrijo o fogo e decerto que o IN, uma vez mais, sentiu em seu corpo o chumbo quente da metralhadora. As detonações sentiam-se fortes e ensurdecedoras. Além, um martelar seco de uma arma ligeira desconhecida. O IN continua a fazer fogo à distância. Cai, perto da auto, uma bazookada, cujos estilhaços de encontro à blindagem nos aturde por uma fracção de segundo mas logo serve de incentivo para melhor cumprirmos o nosso dever.

As ordens tiveram de ser dadas! Para me fazer ouvir no meio da tantas detonações tive que vir para o exterior da Auto, agachar-me sobre o pneu sobressalente e, daí, dirigir a manobra da torre e o tiro das incansáveis metralhadoras.

Foi o dia 27 de Novembro de 1967. Foi essa a primeira vez que me senti em plena zona de morte. Celebrou-se o meu Baptismo de Fogo! E compreendi quão duro se torna comandar uma Auto-metralhadora.

Um reconhecimento posterior devolveu-nos, apenas, um pedaço de camuflado ensanguentado. As restantes secções reagiram de um modo excelente à acção IN. Não é de admirar: por Portugal, no Norte de Moçambique, lutava o primeiro pelotão do Esquadrão de Cavalaria n.º 2.

Um Cabo Miliciano



HIPISMO



SUMÁRIO

Ronda do Ano Hípico de 1967

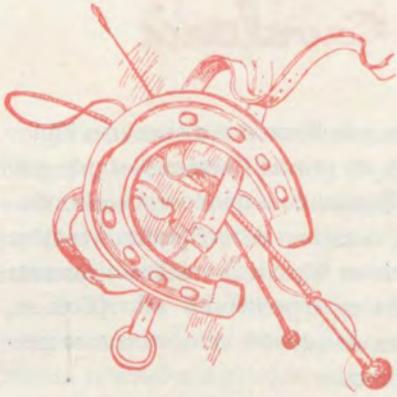
S. C.

Galeria dos Vencedores

Actividade Hípica na África Austral

M. P.





RONDA DO ANO HÍPICO DE 1967



ste ano hípico de 1967 à parte o Concurso Hípico Militar de Mafra teve os seus primeiros concursos hípicos em Cascais (dois dias em Janeiro), Estremoz, novamente Cascais seguido do C. H. I. O. de Lisboa.

O **C. H. N. de Estremoz** conseguiu reunir muitos cavalos e, embora não se possa afirmar que a organização estivesse boa, contudo decorreram razoavelmente as provas e parece-nos que resultou menos mal. A organização levada a efeito por amadores jovens mostrou que a vivacidade e a boa vontade é muito, mas não chega. É necessário um pouco de experiência para nos levar a pensar que nem tudo são facilidades e que por isso mesmo, embora a crítica seja livre... bem entendido sendo **construtiva**, quando os organizadores se encontram envolvidos no seu trabalho sofrem alguma coisa, por vezes necessitando das chamadas ajudas da última hora.

Por isso se lembra aos cavaleiros que pretendem, como é natural, competir em vários concursos hípicos que devem por vezes ser condescendentes.

Neste concurso realizaram-se algumas provas que mostraram interesse para o público havendo algumas que terminaram em barrages animadas.

Foi servida no Hotel Alentejano uma simpática comida e no final das provas realizou-se um baile para distribuição dos prémios, a que por circunstâncias várias, faltaram parte dos concorrentes e dos premiados. Não sabemos se havemos de achar bem!... ou remediar o caso de alguma forma futura.

Revista da Cavalaria

Cascais 25 a 28 de Maio. Embora não fosse o seu concurso hípico anual que se realiza em fins de Agosto, as provas tiveram bastante animação. O público não foi demasiado atendendo a que teve a concorrência de outros espectáculos na mesma ocasião. Assim porém aconteceram algumas povoações em que os concursos hípicos se realizam durante as festas daquelas localidades e então os espectáculos sobrepõem-se.

Tiveram lugar provas para cavalos das quatro categorias e os percursos dum maneira geral estiveram bons.

Notaram-se bons percursos de *Calipso* com o Major Semedo de Albuquerque, *Cravo* com D. Jennifer Holroyd, *Romeo* com o Capitão Lobo da Costa, *Hovara* com José Cansado Paes, *Beduino* com o Dr. Carvalho Martins, *Zawel* com o Capitão Marinho Falcão, *Conhoque* com o Capitão Fernandes Tomaz, *Ufir* com o Major Mário Delgado, *Novelista* e *Alentejo* com Manuel Malta da Costa, *Albiac* com o Tenente Pimenta da Gama, etc.

A este concurso seguiu-se o **C. H. I. de Lisboa**, de 3 a 11 de Junho que teve logo de início de ser classificado em C. H. I. por falta de comparência de equipas estrangeiras. O motivo é bem conhecido de todos nós visto que tanto os nossos cavalos como os estrangeiros estão impedidos de atravessar a Espanha.

Para que ainda assim se pudesse dar um pouco de relevo conseguiu a S. H. P. através de grande esforço económico e de boa vontade trazer a Lisboa dois cavaleiros brasileiros de nomeada Nelson Pêssoa e José Fernandes que montaram cavalos amavelmente cedidos por cavaleiros nossos.

De facto os nossos convidados mostraram que tinham verdadeira classe internacional. Quanto ao número dos nossos concorrentes foi razoável e suficiente para se disputarem grande parte das provas despertando interesse. O terreno estava com bom piso que existe do antecedente e os traçados das provas consideramos bem delineados graças a um bom colaborador que tivemos no Capitão Prezado Pimenta. O campo de concurso sofreu algumas modificações de interesse como seja entre outras as tribunas do juri, imprensa e concorrentes e bem assim a montagem dum cobertura eficiente nas bancadas do público a qual já havia sido projectada, e bem, pela anterior Direcção da S. H. P. Temos portanto a impressão de que o concurso hípico, apesar da falha da presença de equipas estrangeiras, agradeou.

Podemos dizer que com o C. H. I. O. de Madrid ocorreu a mesma falha de concorrentes estrangeiros e o público apareceu na mesma. Claro está que o interesse na competição é diferente.

Revista da Cavalaria

Dos nossos cavaleiros distinguiram-se especialmente o Major Mário Delgado, o Tenente Pimenta da Gama e Manuel Malta da Costa, devendo dizer que apesar da ausência durante dois anos nas nossas competições hípicas do Coronel Henrique Callado ele apresentou-se ainda mostrando o seu valor real.

O **C. H. de Elvas** organizado com muito boa vontade, teve menos concorrência do que esperavam os voluntários das maçadas. Nestas condições e porque estando anunciado um C. H. A. mas a que não puderam comparecer os cavaleiros do País vizinho e também porque faltaram cavalos das categorias para algumas das provas previstas, viu-se a organização obrigada a solicitar do Juri de Terreno algumas modificações no programa, o que envolve por vezes bastantes dificuldades a vencer. Preferível será sofrerem-se as consequências dos programas. Tocado o assunto é bom dizer que por experiência levada a efeito por uma proposta aprovada pela F. E. P. este ano substituiu-se a classificação dos cavalos dentro de handicaps por outra de grupos divididos em quatro categorias conforme descrito no Boletim n.º 8/966 da F. E. P.

Esta classificação com o rodar dos concursos tem suscitado novos temas resultantes de várias observações feitas. Assim é natural que novas modificações se tenham de operar.

Devido ao esforço dos oficiais da G. N. R. realizou-se o **C. H. N. do Barreiro**. As provas tiveram lugar em campo próprio com boas dimensões e os concorrentes apareceram em grande número dando real interesse às provas.

Mais uma vez teve lugar em **Arruda dos Vinhos** um modesto, mas simpático concurso híptico como sempre devido especialmente a um «carola», Jorge Ferreira, insistindo sempre e resolvendo dificuldades. Aproveitamos para dizer que estes C. H. N. mais fracos são necessários e devem ser acompanhados na boa vontade dos organizadores.

Temos porém a impressão que em parte devem ser reservados a certos cavaleiros e cavalos, pois que o público ali interessa-se por ver saltar e necessita apenas conhecer os cavaleiros que ali vão e manter o seu concurso lembrando que poderiam ir cavaleiros de nome montando cavalos novatos.

Tivemos em seguida de 21 a 23 de Julho um C. H. N. de apreciar, o de **Peniche** que tem conquistado a nossa simpatia e bem assim os seus louros. Tem a organização, Comissão Municipal de Turismo, conseguido nestes poucos anos de existência do concurso melhorá-lo relvando o terreno, aumentando as suas dimensões que pode dizer-se

Revista da Cavalaria

satisfazem plenamente e ao mesmo tempo embelezando o recinto com boa jardinagem.

Teve ainda bastantes concorrentes e a assistência ali tem ocorrido em bom número. De facto a organização, devidamente apoiada pelo eficiente Presidente da Câmara Municipal de Peniche, desenvolve através das pessoas que a compõem e bem nossas conhecidas, verdadeiros «carolas», em especial o Sr. José Maria Vicente, os esforços necessários para que este concurso hípico resulte a contento dos mais exigentes. A vila porém ainda se encontra deficiente em número de aposentos em certas ocasiões de maior afluência turística.

C. H. N. de Oeiras de dois dias realizado em Julho, pela sua localização na linha de Cascais apresenta vantagens sobre o concurso de Arruda dos Vinhos. Contudo melhorado de vez para vez também deveria ter as suas reservas quanto a concorrentes. O recinto apresentou-se já com dimensões razoáveis e bom dispositivo para o público.

Dois concursos bem conhecidos seguiram na lista prevista, o de **Matosinhos** de 2 a 6 de Agosto e o das **Pedras Salgadas** de 10 a 15 do mesmo mês. Dispõem ambos do seu campo próprio o que é vantajoso, sobretudo para quaisquer modificações ou melhoramentos que tenham de ser feitos.

Ambos estes concursos hípicos são organizados por entidades definidas, o que já temos frizado ser vantajoso. O primeiro pela Comissão Municipal de Turismo e o segundo pela Empresa das Águas de Vidago e Pedras Salgadas.

Cada um tem as suas características próprias; Matosinhos próximo do oceano oferece a água salgada do mar, o outro das Pedras Salgadas a sua boa piscina de água doce em Vidago.

Sintra fez o seu habitual concurso hípico. O público continua a não ajudar o esforço da organização e não contribui com a sua presença. As provas decorreram bem, com as já tradicionais Parelhas Mistas, as gincanas e apresentação de poneys com meúdos e a prova de Caça com parte do percurso em corta-mato fora da pista.

Cascais de 26 de Agosto a 3 de Setembro não nos pareceu ter a animação costumada, em parte devido à falta da aposta mútua que ali animava a juventude.

Temos verificado que o sistema de apostas em concursos hípicos não é fácil de organizar para obter resultados práticos. Existe porém um sistema eficiente posto em prática em alguns concursos espanhóis que se tornaram importantes devido à aposta.

Revista da Cavalaria

Este sistema levou alguns anos a criar o interesse e a confiança do público, mas as organizações que dele se utilizam obtêm actualmente resultados positivos e concludentes.

Posto em prática o sistema, tem que existir todavia a colaboração entre os técnicos da aposta, o Juri e também a boa compreensão da parte dos concorrentes.

Figueira da Foz. Este ano o público falhou com a sua presença e assim de facto desaparece grande parte do interesse das competições.

Os concorrentes seniores também não eram muitos. Porém os juniores, embora seja de louvar a sua presença, quanto a nós deveriam ter as suas provas em dias diferentes dos seniores.

O **Concurso Hípico da Penina** de 16 a 20 de Setembro teve lugar junto ao Hotel do Golfe em local muito aprazível, próximo de várias praias, este ano o único no Algarve.

O terreno do concurso de 100 x 56 metros tem umas dimensões óptimas, é relvado e não escorregava, por isso os cavalos saltaram bem. As provas satisfizeram, embora haja quem tivesse a ideia de que se abusou um tanto de provas com barrage, sobretudo num dos últimos concursos da época. Por nós pensamos que o abuso que se pode talvez apontar é o exagero do número de provas de juniores misturados com provas de seniores. Parece-nos que este sistema diminui o valor não só das provas de seniores como também do próprio concurso hípico que pretende ter foros de internacional. Marcaram à nossa vista a sua possível posição futura os cavalos *D. Juan, Mikado, Romeo e Risque Tout* e também *Vagabonde* mais concursada. Dos cavaleiros presentes os que mais se evidenciaram foram o Coronel Henrique Callado, o Capitão Vasco Ramires, Manuel Malta da Costa e os Tenentes Pimenta da Gama e Brito da Cruz.

Esperamos que este concurso hípico continui no nosso calendário hípico melhorando ainda mais os seus obstáculos e preparando cavaliarias mais próximas do terreno do concurso.

C. H. N. de Lisboa de 29 de Setembro a 8 de Outubro. Realizou-se nos terrenos da S. H. P. e sob o signo do bom tempo com dias de sol radioso. Apesar disso a afluência do público muito pouca, como aliás quase todos os anos tem acontecido.

Talvez se tenha de considerar já fora da época adequada, terminus de férias grandes etc.

Este ano teve lugar durante o concurso a realização das provas que constituíram o Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos de que foi vencedor Manuel Malta da Costa montando o cavalo *Alentejo* (Couto) se-

Revista da Cavalaria

guido do Tenente Pimenta da Gama com *Albiac* (irlandês) e do Coronel Henrique Callado com *Joc de l'Île* (francês).

Este concurso hípico talvez tivesse tido um programa demasiado extenso em número de dias. Também se me afigurou mau sistema o de misturar provas de discípulos e júniores com as de sêniores nos mesmos dias.

Devido à impossibilidade dos nossos cavalos se deslocarem ao estrangeiro, os nossos cavaleiros não participaram em nenhum concurso fora do País, à excepção do Tenente Pimenta da Gama que tomou parte nos **C. H. I. de Casablanca e de Rabat** onde os cavaleiros convidados montavam cavalos fornecidos pela organização. Ganhou uma prova, foi à final do campeonato e a sua actuação causou a melhor impressão merecendo elogiosas referências na imprensa local.

Coronel SOUZA COUTINHO





Galeria dos Vencedores

Oficiais vencedores dos Grandes Prémios e respectivos cavalos

Cerlames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. N. de Mafra	Maj. Álvaro Sabo	<i>Marau</i>
C. H. N. de Estremoz	Cor. Henrique Callado	<i>Lord Robert</i>
C. H. N. do Barreiro	Maj. Mário Delgado	<i>Ufir</i>
C. H. N. de Arruda dos Vinhos	Ten. Pimenta da Gama	<i>Regina</i>
C. H. N. de Peniche	Ten. Brito da Cruz	<i>Foxglove</i>
C. H. N. de Sintra	Ten. Pimenta da Gama	<i>Castiço</i>
C. H. N. de Cascais	Ten. Pimenta da Gama	<i>Castiço</i>
C. H. N. da Penina	Cor. Henrique Callado	<i>Joc de l'Île</i>

Revista da Cavalaria

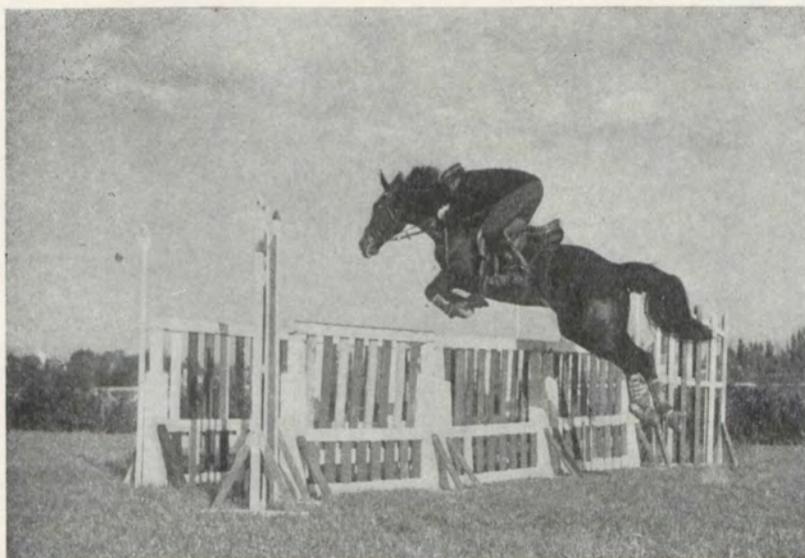
Oficiais melhores classificados nos Concursos Internacionais e respectivos cavalos

Certames	Caveiros	Cavalos
C. H. I. de Lisboa	Maj. Mário Delgado	<i>Ufir</i>
C. H. I. de Johnsburgo	Cap. Vasco Ramires	<i>Limpopo</i>
C. H. I. de Lourenço Marques	Cap. Moura dos Santos	<i>Limpopo</i>
C. H. I. de Rabat	Ten. Pimenta da Gama	(a)
C. H. I. de Casablanca	Ten. Pimenta da Gama	(a)

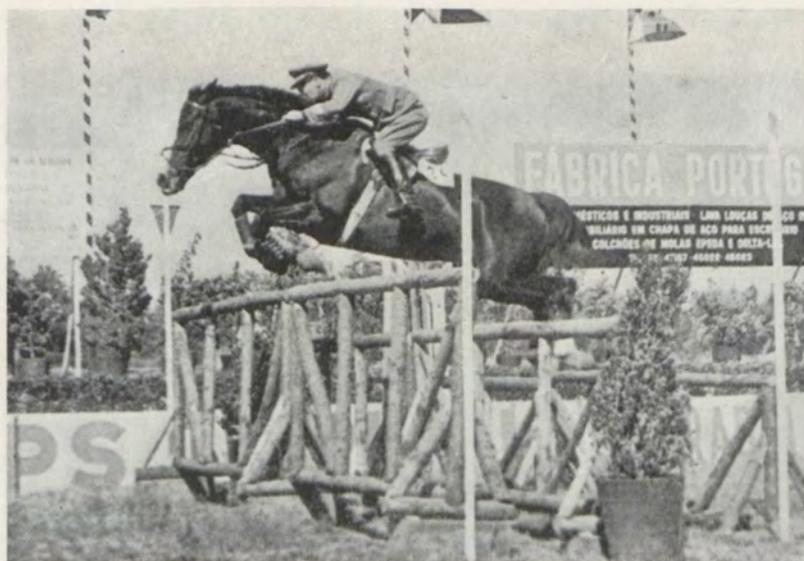
(a) Montou cavalos fornecidos pela organização do concurso.



Revista da Cavalaria



Major Alvaro Sabo montando Marau



Coronel Henrique Callado montando Joc de l'Ile

Revista da Cavalaria



Major Mário Delgado montando Ufir



Tenente Brito da Cruz montando Foxglove

Revista da Cavalaria



Tenente Pimenta da Gama montando Castiço



Coronel Henrique Callado montando Lord Robert

ACTIVIDADE HÍPICA

NA ÁFRICA AUSTRAL



actividade hípica na África Austral foi, apesar de diversas flutuações nas presenças de Oficiais de Cavalaria no principal Centro onde em Moçambique se pratica a Equitação, a todos os títulos notável especialmente no que se refere à nossa representação além-fronteiras.

É do conhecimento geral que na Prática da Equitação, para se atingir um nível que possa na realidade pôr os cavaleiros em condições de competição, sobretudo quando se trata de representar o País, é necessária uma preparação cuidada, em profundidade e com um certo número de condições que presentemente se tornam impraticáveis, por muitas e variadas razões, especialmente pelas alterações constantes nas situações dos Oficiais de Cavalaria no nosso Ultramar e neste caso em Moçambique. Além disso nos países onde nos fazemos representar, especialmente a África do Sul e a Rodésia, pelo seu passado britânico, pelo seu fervoroso culto do cavalo, enfim pelo seu cunho tradicionalista muito especial, a Equitação atingiu um nível verdadeiramente sensacional que obriga consequentemente a uma maior e mais cuidada preparação da nossa Representação.

Acontece que apesar de tudo isto a nossa equipa representativa conseguiu resultados surpreendentes que muito contribuíram para o bom nome do nosso país além-fronteiras.

Vejamos seguidamente os resultados conseguidos pelos nossos Cavaleiros Militares nos diversos Concursos Hípicos que se realizaram na África Austral, nomeadamente em Moçambique, na África do Sul e na Rodésia.

Revista da Cavalaria

C. H. I. DE JOHANNESBURG

Integrado no Rand Easter Show realizou-se no Ilner Park, de 14 a 17 de Março o Concurso Hípico Internacional de Johannesburg. Teve este Concurso características diferentes dos anteriores, em virtude do número de cavalos inscritos nas categorias superiores (A e B) não permitirem que o Concurso abrangesse cavalos de grau C, onde as nossas representações tinham em anos anteriores, obtido o maior somatório de classificações.

Desta maneira tornava-se para a nossa Equipa um Concurso particularmente difícil dada a categoria de cavalos A inscritos e de cavaleiros representando a Alemanha, Rodésia, Estado Livre de Orange, Natal, Cabo, Transval e Moçambique.

Apesar de todos estes contratempos comportou-se a nossa representação de maneira assaz brilhante como se pode verificar pelas palavras do Presidente do Concurso Hípico aquando da festa de despedida de todos os Concuristas, entidades e outros convidados, que declarou que esta Equipa tinha sido desde há muitos anos aquela que venceu melhor a sua representação, não só dada a sua maneira de montar, mas também pela presença e modo de apresentar as suas montadas.

A Equipa de Moçambique cujo chefe foi o Capitão Martins Ferreira era constituída pelos Capitão Carlos Campos com *Nevado* e *Ofir*, Capitão Moura dos Santos com *Harpagão* e *Ontário* e Capitão Vasco Ramires com *Micamber* e *Quionga*.

RESULTADOS

Prova *Dressage*

3.º Capitão Moura dos Santos com *Ontário*

Prova *The Easter Stakes* (B)

1.ª *Poule*

6.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

7.º Capitão Moura dos Santos com *Ontário*

2.ª *Poule*

3.º Capitão Vasco Ramires com *Quionga*

6.º Capitão Vasco Ramires com *Limpopo*

Revista da Cavalaria

Prova *Tally-Ho* (Caça) (B)

- 3.º Capitão Carlos Campos com *Nevado*
- 5.º Capitão Vasco Ramires com *Limpoço*
- 6.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Prova *Team Events*

- 3.º Portugal (Moçambique)

Prova *Lufthansa Visitors* (A e B)

- 2.º Capitão Vasco Ramires com *Limpoço*
- 6.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*
- 8.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Prova *Grande Prix* (A)

- 4.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Potência* (B)

- 1.º Capitão Vasco Ramires com *Limpoço*
- 4.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Prova *Prix D'Honneur*

- 6.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

C. H. I. DE BULAVAIIO

Integrado no Annual Central African Trade Fair disputou-se de 2 a 6 de Maio o C. H. I. de Bulavaio.

A equipa portuguesa, foi chefiada pelo Ten.-Coronel Vet. João de Carvalho Mesquita e foi constituída pelos Capitão Martins Rodrigues, Capitão Martins Ferreira e Capitão Moura dos Santos. Também tomaram parte no Concurso dois cavaleiros civis de Lourenço Marques, nomeadamente o Sr. António Barbedo e Sr.ª D. I. Fritz Patrick.

As provas estavam muito bem apresentadas, com elevado nível técnico, a isto se devendo o facto de terem sido armadas pelo Coronel Ponsomby, Chefe da Equipa Olímpica Inglesa.

Revista da Cavalaria

A actuação da nossa equipa foi de molde a justificar os maiores elogios quer dos restantes concorrentes, quer da crítica em geral, sendo justo destacar a actuação do Capitão Moura dos Santos especialmente no *Harpagão*, como se pode constatar com os resultados que se seguem:

RESULTADOS

Prova *Elementary Dressage*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*
- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Ontário*

Prova *B Grade Junping* (Tab. A)

- 3.º Capitão Martins Rodrigues com *Limpopo*
- 4.º Capitão Moura dos Santos com *Ontário*

Prova *A and B Grade Lixbar Evente*

- 2.º Capitão M. Rodrigues com *Limpopo*

Prova *A and B Grade Junping* (C. I. T. Trophy)

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Ronson Trophy* (Grande Prémio)

- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Rhodésia Oxigen Top Score, A and B Grade*

- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Petit Prix, C Grade*

- 4.º Capitão M. Ferreira com *Ideal*

Prova *Internacional Team Junping Event*

- 3.º Portugal (Moçambique)

Capitão M. Rodrigues com *Ontário*
Capitão M. Ferreira com *Ideal*
António Barbado, com *Pegasus*
Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Revista da Cavalaria

C. H. I. DE SALISBURY

A este concurso que se realizou de 9 a 14 de Maio concorreu a nossa equipa com a mesma constituição da de Bulvaio obtendo também honrosos resultados. É também de toda a justiça destacar a actuação brilhante do Capitão Moura dos Santos, cavaleiro que como nos foi dado observar atingiu um nível que o coloca sem favor ao lado dos nossos melhores cavaleiros. A sua actuação neste concurso com o cavalo *Harpagão* causou sensação ao ponto de os jornais desta cidade lhe terem tecido os mais rasgados elogios. Para se verificar a verdade desta afirmação basta referir que com *Harpagão* recebeu o Capitão Moura dos Santos, o Troféu da Anglo-American Company, destinado ao Conjunto mais classificado no C. H. de Salisbury.

RESULTADOS

Prova *Elementary Dressage*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Ontário*
- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *C Grade Welcome Stakes* (Tab. A, Mista)

- 6.º Capitão Moura dos Santos com *Scottish Heart*

Prova *C Grade Tally Ho* (Tab. C)

- 4.º Capitão Moura dos Santos com *Scottish Heart*

Prova *The Farmer's Accumulator Stakes*

- 4.º Capitão Moura dos Santos no *Harpagão*

Prova *C Grade Top Scote Competition*

- 5.º Capitão Moura dos Santos com *Scottish Heart*
- 6.º Capitão M. Ferreira com *Ourique*

Prova *Tally Ho* (Tab. C)

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Revista da Cavalaria

Prova *The Rhomil Prize* (Potência)

3.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Petit Prix for the Tobacco Producers Floor Cup*

2.º Capitão M. Ferreira com *Tooblue*

Prova *Rothmans of Pall Mall Cup* (Grande Prémio)

1.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *C Grade Championship* (Tab. A)

2.º Capitão M. Ferreira com *Tooblue*

Prova *The Inter-African Territories Cup* (Equipas)

2.º Portugal (Moçambique)

Capitão M. Rodrigues com *Ontário*

Capitão M. Ferreira com *Ourique*

António Barbedo com *Pegasus*

Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

C. H. I. O. DE LOURENÇO MARQUES

De 17 a 25 de Junho realizou-se no sempre bonito Hipódromo de Lourenço Marques o C. H. I. O. a que concorreram além dos Cavaleiros Portugueses mais representativos na altura presentes em Lourenço Marques equipas da África do Sul e da Rodésia.

As provas estiveram duras disso se ressentindo os nossos cavaleiros que muito menos concursados que os restantes não tiveram actuação condizente com a sua categoria e com o resto da época.

No entanto o Cap. Moura dos Santos voltou a impressionar não só com a sua actuação mas também pelos resultados obtidos. Novos cavaleiros civis de Lourenço Marques apareceram que contribuíram para aumentar o nível geral do Concurso alguns deles com actuação de realce nomeadamente Iuftu Grabam, cavaleiro de reais qualidades e José Correia Mendes.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova I — Taça «Steia»

6.º Capitão Martins Ferreira com *Limpoço*

Prova IV — Taça «Governador do Distrito de Lourenço Marques»

5.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova VI — Taça «F. E. P.»

1.º Capitão Moura dos Santos com *Limpoço*

Prova X — Taça «C. M. de Lourenço Marques» (Grande Prémio)

4.º Capitão Moura dos Santos com *Limpoço*

Prova XII — Taça «Governador Geral de Moçambique» (Taça das Nações)

2.º Portugal

Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Capitão Martins Rodrigues com *Ontário*

Capitão Martins Ferreira com *Ideal*

José Correia Mendes com *Blue-Bell*

Prova XIII — Taça «Herdade do Freixo» (Ensino)

1.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*

2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

3.º Capitão Moura dos Santos com *Limpoço*

C. H. I. DA FACIM

Integrado na Feira Internacional de Lourenço Marques e no recinto da mesma disputou-se de 27 a 30 de Junho com extraordinário interesse um Concurso Hípico Internacional nos moldes de Jumping com a participação de Cavaleiros Sul Africanos além dos nossos melhores representantes quer militares, quer civis. Este Concurso por várias razões das quais é de salientar o ter sido disputado à noite num recinto relvado de óptimas qualidades, teve uma aceitação fora de série no

Revista da Cavalaria

público de Lourenço Marques; uma vez mais há que realçar a actuação do Capitão Moura dos Santos e também do Major Martins Rodrigues que apresentou o cavalo *Distinguished* um dos animais novos de mais classe em Moçambique.

RESULTADOS

Prova I — *Hab. A S/Cronómetro*

1.º Major Martins Rodrigues com *Distinguished*

Prova II — *Caça*

2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova IV — *Potência*

1.º Capitão Moura dos Santos, com *Harpagão*

Prova V — *Eliminatórias Sucessivas*

1.º Major Martins Rodrigues com *Distinguished*

Prova VI — *Grande Prémio*

4.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova VII — *Ensino*

2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

SALISBURY ANNUAL SHOW

Integrado neste Show realizou-se de 23 a 26 de Agosto um Concurso Hípico Internacional ao qual concorreu uma equipa de Moçambique, constituída pelos Major Martins Rodrigues, Capitão Martins Ferreira e Capitão Moura dos Santos.

A actuação desta nossa representação foi pelos resultados obtidos uma vez mais de molde a receber os mais rasgados elogios quer dos restantes concursistas, quer da imprensa em geral. É de inteira justiça, destacar novamente o Cap. Moura dos Santos que, não só em Salisbury,

Revista da Cavalaria

mas também nos dois outros concursos que se seguiram (Gwelo e Salisbury) também integrados no Show Annual, teve actuação de mérito, apresentando agora mais um crak de largo futuro, a égua *Lady Spray*. Vejamos os resultados dos 3 concursos indicados:

SALISBURY (23 a 26 de Agosto)

Prova *Welkoms Stakes* (Tab. A)

- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*
- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Jumping C Grade* (Tab. A)

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*

Prova *Waterfells Trofy*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*
- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*

Prova *Grande Prémio*

- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

GWELO (31 de Agosto a 2 de Setembro)

Prova *Dressage Elementary*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*
- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*
- 3.º Major Martins Rodrigues com *Ontário*

Prova *C Grade Welkome Stakes*

- 4.º Capitão Martins Ferreira com *Ourique*

Prova *Tantou Vale Competition*

- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Lady Spray*
- 4.º Capitão Martins Ferreira com *Tooblue*

Prova *Top Score Competition*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Lady Spray*

Revista da Cavalaria

Prova Rhonil

- 2.º Capitão Martins Ferreira com *Ourique*
- 4.º Capitão Martins Ferreira com *Tooblue*

BULAWAIO (6 a 8 de Setembro)

Prova *Ouverture Shakes* (B and C Grade)

- 3.º Capitão Martins Ferreira com *Ourique*
- 4.º Major Martins Rodrigues com *Ontário*

Prova *C Grade Jumping*

- 3.º Capitão Martins Ferreira com *Tooblue*

Prova *Elementary Dressage*

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*
- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

Prova *Choose Your Ouline* (B and C Grade — Handicap)

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Micawber*
- 3.º Capitão Martins Ferreira com *Ourique*

TAÇA C. H. L. M. E FESTIVAL DE ENCERRAMENTO

Para término da época e substituindo o Campeonato de Moçambique do Cavaleiro de Obstáculos que, por razões várias se não pode efectuar realizou-se nos últimos 3 fins de semana do mês de Outubro a disputa da Taça «Centro Hípico de Lourenço Marques» e o Festival de Encerramento no decorrer do qual se prestou homenagem a um dos melhores e mais ganhadores cavalos que houve em Lourenço Marques, precisamente o cavalo «*Marajá*» que foi quase sempre montado pelo Capitão Trigo de Sousa, também presente a essa homenagem.

Na Taça «CHLH» fizeram a sua estreia em pistas de Lourenço Marques os Capitães Marques Pereira e Marinho Falcão; ao disputar uma das provas desta Taça o Capitão Moura dos Santos fracturou um pulso inibindo-o de prosseguir na disputa da Taça.

Revista da Cavalaria

O Festival de Encerramento já não contou com a presença dos Major Martins Rodrigues e Capitão Martins Ferreira que entretanto terminaram as suas comissões.

As Provas de uma maneira geral tiveram bom nível, apesar dos poucos cavaleiros concorrentes.

RESULTADOS

Taça «C. H. L. M.»

- 1.º Capitão Marinho Falcão com *Ofir*
- 2.º Capitão Marinho Falcão com *Ourique*
- 3.º Capitão Marques Pereira com *Ontário*

Festival de Encerramento

- 1.º — Capitão Marques Pereira com *Distinguished*
- 2.º — Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*
Capitão Marinho Falcão com *Ofir*

Capitão MARQUES PEREIRA

Jornais revistas livros

REFLEXÕES SOBRE O COMBATE MODERNO

Tradução do artigo da autoria do Major HUBERT DE SAGAZAN,
pelo Coronel RAÚL RAMOS, publicado na «Revue de Defense Nationale»
— Fevereiro de 1966.

As dominantes do combate moderno resultam dos consideráveis progressos conseguidos nas ciências humanas e dos que se referem à matéria. A sua aparição dá um relevo mais marcado que nunca à constante da guerra: a natureza do homem e a sua vontade de se bater.

No plano humano, vê-se que a antiga civilização das «élites» deu lugar a uma «civilização de Massas». As Massas humanas tornaram-se o capital e a alavanca de toda a política. A actual extrema rapidez de difusão de ideias é uma das causas. A Televisão, a Rádio, as grandes empresas de Imprensa, o colossal intercâmbio humano devido aos modernos meios de transporte, cada vez mais importantes e rápidos, fizeram do mundo uma enorme «caixa de ressonância». Paralelamente desenvolveram-se as ciências psicológicas. O mecanismo do psiquismo colectivo foi cuidadosamente inventariado e começa a ser manejado com um notável engenho. Logo que houve tais possibilidades, todo o projecto de domínio mundial passa pela conquista «da caixa de ressonância» e pelo «condicionamento das massas». Fazer nascer nas massas inimigas o complexo de culpa, ou o horror de toda a guerra, é quebrar a alavanca política do seu campo, é enfraquecer as forças morais das suas forças armadas; ora ausentes as forças morais não há combate possível. Suscitar no seio das massas inimigas o

complexo de revolta, é preparar as condições de uma guerra subversiva e interna. Em «civilização de Massas» é suficiente fazer bascular as massas para tudo conseguir e isto é hoje possível. A acção psicológica e a guerra subversiva situam-se então no sentido da História.

No domínio da matéria, a ciência penetrando no coração do átomo e ali descobrindo as fantásticas reservas de energia que ele guardava no seu núcleo, abriu a «era atómica». A brutal libertação da energia nuclear dá ao homem uma arma sem paralelo com as precedentes, o explosivo nuclear. Esta mesma energia dirigida e domada está já em condições de fazer revolucionar as possibilidades de locomoção pelo aperfeiçoamento do motor a propulsão nuclear. Paralelamente o início da conquista do cosmos desenvolveu consideravelmente um veículo particular, o foguetão, e progressivamente abre ao homem um imenso campo de manobra e de observação. Assim a era atómica fez adquirir à manobra uma componente «Fogo» e está em vias de lhe fazer obter as componentes «Movimento e Informação», jamais igualadas, que permitirão ao homem de guerra de desdenhar todas as distâncias e todos os obstáculos e de instantaneamente neutralizar regiões inteiras, consequentemente de perturbar os aspectos do combate moderno. Certamente as consequências apocalíticas do emprego de tais meios, reterão, é preciso esperá-lo, os homens de coração e os homens sensatos. Mas há os loucos e os calculistas sem piedade. É certo que o facto de que ninguém ainda praticamente possui as paradas realmente eficazes aos golpes nucleares será um motivo ainda mais forte de retenção. Mas há cálculos falsos. Assim, no futuro, a ameaça nuclear e os formidáveis meios «Fogo», «Movimento», «Informação» que progressivamente nos abre a energia atómica dominam todas as perspectivas do combate moderno e regem os dados.

Deste modo, as duas dominantes do combate moderno são hoje a dominante subversiva e a dominante nuclear. A nossa defesa nacional tem-nas em conta e a sua organização delas deriva. Tentaremos aqui, sublinhar certos aspectos, tais como pessoalmente nos aparecem depois de uma rápida apreciação.

I — A DOMINANTE SUBVERSIVA

A ameaça subversiva, latente no Ocidente e no Terceiro Mundo desde há numerosos anos, chama periódicamente a nossa atenção por crises que rebentam aqui e ali.

Tais crises poderão estar um dia na origem dum conflito generalizado e em seguida prolongar-se através de outra ameaça, a nuclear, para dar ao combate moderno o seu aspecto global.

Sem nos lançarmos numa pormenorizada análise da dominante subversiva, muitas vezes empreendida, como poderíamos nós esboçar uma síntese, algo verdadeira, do combate moderno sem relembrar os traços característicos duma das suas componentes originais? Relembremos então aqui os principais aspectos dos conflitos de estilo subversivo e debruçar-nos-emos mais particularmente sobre as suas manifestações propriamente guerreiras: a guerrilha e a contra-guerrilha.

Lembrança de alguns aspectos gerais da dominante subversiva

O termo de «dominante subversiva» toma-se aqui como expressão genérica de múltiplos afrontamentos em que os principais são os seguintes:

- *Ações psicológicas e de propaganda* sobre massas antagónicas;
- *Empreendimentos de subversão revolucionária* através de massas progressivamente «condicionadas» ligadas e enquadradas por hierarquias «paralelas»;
- *Ações múltiplas e diversas das Forças da Ordem* para contrabalançar estas ameaças;
- *Ações de guerrilha e reacções de contra-guerrilha* apoiando-se sobre massas parcialmente captadas e controladas a partir dum contexto seja de «conflito interno» alimentado do exterior, seja de guerra generalizada, depois da fase de subversão total por forças clássicas superiores.

Pode-se vislumbrar um primeiro carácter comum a todos estes afrontamentos. Nos duelos de tipo clássico, o meio através do qual os dois adversários se dirigem um para o outro e procuram atingir-se é «o terreno» no seu mais largo sentido de meio físico a três dimensões. Oferece as vantagens de posições e de condições de deslocamento que o fazem muitas vezes o primordial capital das batalhas.

Nos conflitos que nos interessam, o meio físico passa a segundo plano. O seu interesse não é senão intermitente e localizado. O «terreno» é «ardente» para o combatente guerrilheiro. Não somente não se lhe agarra mas também nunca nele se demora. «O terreno é vazio» para as forças da ordem que o batem em vão! O verdadeiro «caminho» para o atingir é o «Meio Humano»: é o objectivo primordial que os dois antagonistas disputam com furor. Esta constatação, banal à força de ser repetida, não é menos fundamental à compreensão de tais confrontos. A estratégia, indirecta por natureza, nas guerras de tipo subversivo, resulta deste facto: é passando pelo meio humano e fazendo-o bascular em seu proveito, que se atinge, que se paralisa e que finalmente se vence o adversário.

Parámos nesta simples anotação de conjunto e debruçemo-nos imediatamente sobre os casos particulares da guerrilha e da contra-guerrilha.

Alguns aspectos particulares dos combates de guerrilha

A guerrilha é a única forma de guerra possível face a um adversário clássico em que a superioridade do número e dos modernos meios é enorme, e que portanto é inatacável de início *de cara descoberta*.

Ela tende primeiro, por uma sucessão de manobras muito flexíveis e de *estilo indirecto* a lentamente reduzir esta superioridade e sobretudo a, levar o adversário a pôr-se em situação de inferioridade em certos momentos e em certos lugares.

Revista da Cavalaria

Ela consiste então a instantâneamente passar ao *ataque directo* cada vez que nesses lugares e nesses momentos a inferioridade adversa é tal que o sucesso é assegurado.

Duma maneira mais explicita, *ela começa por uma «aproximação indirecta»* do adversário clássico visando essencialmente a *dispersar* progressivamente as suas forças e esticar as suas comunicações interiores e exteriores.

Toda uma bem conhecida série de actividades tende a este fim: corte dos seus eixos rodoviários e ferroviários, *sabotagem* das suas obras de arte, destruição dos seus depósitos, *inquietação* dos seus comboios logísticos, aqui e ali, e sempre nos sectores mais fracamente mantidos e nos momentos em que a vigilância mais abranda. Estas operações obrigam pouco a pouco o adversário a guardar-se *por toda a parte, sempre e face a todas as direcções* e, portanto a «esfarelar-se» a «dispersar-se» sobre o terreno mais e melhor do que se aplicasse fortes meios e potentes ataques.

Ela prolonga-se em seguida por ataques directos e brutais desencadeados cada vez que o adversário surge localmente em incontestável inferioridade. O ataque é então lançado por surpresa, do forte ao fraco, numa acção muito curta de modo a beneficiar das condições dum sucesso «sem vestígios» não deixando nenhum traço e não podendo ser seguido de nenhuma reacção: superioridade moral e psíquica pela surpresa, superioridade no espaço pelo número e meios concentrados localmente, superioridade no tempo prevenindo-se de toda a reacção adversa pelo imediato afastamento. É o *golpe de mão* contra um adversário estático ou a *emboscada* contra um adversário em movimento..

Em resumo: *aproximação indirecta de um contra dez, ataque directo de dez contra um.*

Mas as condições de sucesso duma tal tática, tão simples em teoria, são terríveis de satisfazer na prática.

O guerrilheiro deve viver e sobreviver restando inatingível

Deve viver em refúgios, desconhecidos do adversário e da população, situados em zonas incontroláveis em vista da sua complexidade e impermeabilidade.

Deve sobreviver em condições de rusticidade reservadas a certo pessoal perfeitamente treinado porque elas exigem uma resistência e um moral a toda a prova.

Deve ser alimentado do exterior em meios que lhe permitam travar o seu combate (materiais de destruição e sabotagem, munições, material sanitário).

As zonas favoráveis para travar tais acções parecem bem ser as de regiões montanhosas ou arborizadas, com populações rudes e endurecidas agarradas a costas ou fronteiras abertas sobre países amigos.

Deve ser informado a cada momento sobre a situação e os movimentos do adversário, o que supõe que mil olhos e mil orelhas estejam ao seu serviço.

Enquanto as forças de guerrilha beneficiam do apoio e da cumplicidade do «meio humano» elas restam inatingíveis, atacam por surpresa e podem durar o tempo necessário à usura do seu adversário clássico. Em caso contrário não podem durar, estiolam-se e, repelidos pelo meio humano são apanhadas bocado por bocado. O ideal como disse Mao Tsé-Tung é que «o guerrilheiro viva na população como o peixe na água». Há disso imensos exemplos.

Revista da Cavalaria

Deve ser inatingível no seu combate propriamente dito. Isto supõe tropas muito ligeiras, aptas a reduzirem-se em bocados e a dissolverem-se no ambiente; muito aguerridas, aptos a suportar o isolamento, a saber impor-se o mais rigoroso silêncio e dissimulação, a suportar longas e rápidas marchas.

A guerrilha exige, em resumo, uma longa e minuciosa preparação material e psicológica, uma instrução muito dura e uma grande selecção do pessoal combatente, um terreno favorável, uma ajuda exterior, uma organização secreta e implacável, uma descentralização muito elástica e forças morais levados até à paixão. Ela chama o empenho simultâneo de dois combates diferentes: acções sobre a população e acções contra as forças clássicas adversas.

Condições duma contra-guerrilha

Desgraçadas as forças clássicas que se deixarem prender no jogo de guerrilheiros e se lançarem no louco trabalho de *manter o terreno*, todo o terreno susceptível de ser objecto dos seus golpes. Elas se pulverizarão; se pregarão e se imobilizarão no solo enquanto que a táctica adversa será toda de mobilidade e de bruscas concentrações; elas situam-se estáticamente e oferecer-se-ão ostensivamente a um adversário escondido e inatingível. Manter os pontos sensíveis é necessário mas está longe de ser o essencial. O essencial é destruir o adversário que parece ter o dom da ubiquidade.

Para isso, as forças clássicas deverão transformar uma parte dos seus elementos em forças de contra-guerrilha, as únicas aptas a trabalhar sobre o mesmo plano que o guerrilheiro e por consequência a encontrá-lo e destruí-lo.

A *contra-guerrilha* deverá empreender uma *aproximação indirecta* do guerrilheiro no mesmo estilo que a sua. Ela visará a *cortá-lo dos seus reabastecimentos*, isolando-o do exterior e destruindo sistematicamente os seus depósitos e refúgios e a *cortá-lo das suas formações*, por um lado isolando-o da população de que ela empreenderá a conquista e, por outro lado, adquirindo ela mesma a ubiquidade pelo «movimento».

Lembre-mos das «colunas infernais» de Hoche na Vendéia. As forças de contra-guerrilha devem adquirir uma fluidez e uma rusticidade comparáveis à do seu adversário.

Operando a partir de algumas bases de repouso e de reabastecimento seguras e bem centradas sobre zonas de caça bem limitadas, elas devem lançar nestas zonas colunas que se dissimularão, as sulcarão de postos de espera, utilizando a noite para se deslocar e desenvolvendo uma verdadeira «guerra de corso» ao adversário.

Assim possuirão o terreno percorrendo-o em vez de ser agarradas por ele fixando-se; assegurarão a sua segurança pelo movimento, porque não está na natureza do adversário montar acções improvisadas. Acima de tudo manterão uma forma guerreira de que tirarão benefício no momento dos encontros. Quanto ao adversário, sempre sobre o «alerta», sempre «fora de folego» encontrar-se-á rapidamente em situação de inferioridade e por consequência em condições de ser destruído.

Informação e acção psicológica por órgãos especializados, bem entendido, guarda de pontos sensíveis por forças de segunda ordem, guerra de movimento a

partir de algumas bases sólidas e confortáveis estabelecidas tanto para o repouso como para o reabastecimento das forças principais, conservação em reserva de unidades de choque para destruição dum adversário previamente fixado, tais são as condições primárias dum combate eficaz de contra-guerrilha.

Eis então, rapidamente esboçados, alguns dos mais característicos aspectos da «dominante subversiva». Seria aconselhável não esquecer no estudo global do combate moderno, porque elas ajudam à compreensão do seu aspecto de conjunto. A aproximação subversiva é tentadora. Ela pode permitir retardar uma conflagração geral, senão evitá-la; por vezes precipitar o resultado. Em caso de submersão total por um adversário superior em meios clássicos e modernos a guerrilha é o último recurso.

Aliás nós vamos ver que a «dominante nuclear» por ela mesmo é susceptível de fazer nascer, em certas circunstâncias, formas de combate que serão em certos aspectos muito próximas daquela que acabamos de estudar.

II — A DOMINANTE NUCLEAR

Na guerra, como em todos os domínios, há o permanente e o contingente. Desgraçados daqueles que no curso dos tempos, descuram um ou outro destes dois aspectos das coisas.

«O permanente» é, por exemplo, a natureza humana com as suas forças morais e a sua maior ou menor grande vontade de vencer, sem a qual não há combate possível. É também, no domínio mais particular da Manobra, os grandes factores que a comandam: informação, movimento, fogo, choque.

«O contingente» é a aquisição científica e técnica durante séculos que transforma umas vezes em conjunto, outras vezes um após outro, tal ou tal factor da Manobra e actua por este motivo mais ou menos profundamente sobre o ritmo e o desenrolar dos combates. É assim que hoje o factor *fogo* adquiriu um potencial desproporcionado com tudo o que se tinha visto antes e uma elasticidade de emprego que conquistou de repente e por agora a preponderância na Manobra. A seu serviço e como consequência a *informação* e o *movimento* encontram-se, por seu turno, lançados num ciclo de desenvolvimento técnico considerável de que não se pode ainda prever todas as consequências.

Tudo isso perturba completamente as características do combate clássico e hoje ninguém pode dizer qual o aspecto de que ele se revestirá amanhã. Pelo contrário, se um conflito clássico, sob a dominante nuclear, surgisse no imediato, certos dados adquiridos e experiências parciais permitiriam descrever pelo menos algumas dessas características essenciais. Foi o que fizeram várias vezes os especialistas do assunto. Limitamo-nos aqui a lembrar as principais fases dum tal possível combate, e, aproveitando a ocasião, mencionar as reflexões e hipóteses que elas nos inspiram.

O duelo dos vectores nucleares estratégicos

Descreveu-se o formidável potencial de destruição dos fogos nucleares estratégicos e a sua extraordinária flexibilidade de emprego. Sem nenhuma concentração de meios, excepto aqueles inerentes à sua própria logística os *vectores*

Revista da Cavalaria

estratégicos podem, eles só, por si atingir e destruir totalmente não importa qual o objectivo inimigo estejam a que distância estiverem e mesmo a grandes profundidades subterrâneas. Podem perturbar grandes espaços, impregnar o seu solo de radioactividade e assim erguer a distância potentes barragens. Ser-se-ia tentado a dizer que o fogo nuclear destroi e que a sua reminiscência radioactiva conquista e mantém o objectivo. Numa primeira aproximação do problema, pareceria então que ele se basta a si mesmo.

Então para que serviriam hoje as fantásticas acumulações de materiais e de efectivos tão necessários antigamente para se obter o efeito maciço de destruição e para ocupar o objectivo uma vez este destruído ou neutralizado? Não somente essas massas de efectivos e de materiais seriam agora inúteis, mas seria loucura fazer apelo a elas. Seriam rapidamente pulverizadas pelo fogo nuclear inimigo.

Eis então a condenação dos exércitos de massas; o seu desaparecimento do moderno campo de batalha é certo, pelo menos onde haverá duelo nuclear e durante o tempo que ele durar. Tudo isto anuncia o aparecimento de sistemas de forças de volume consideravelmente mais fraco e duma tecnicidade bem maior.

A preponderancia do fogo nuclear impõe de «fazer o vazio» no campo de batalha e leva-nos a pensar que entre os sistemas de forças do futuro, aquele que primará, *aquele que será fundamental, será à base de vectores nucleares estratégicos*. Imaginemo-los em perpétuo movimento, separados uns dos outros por vastos intervalos, projectando em volta deles potentes antenas de investigação à escala dos continentes e sempre prontos a intervir num duelo sem limites à potência nuclear inimiga e a atirar, se for necessário, para além das fronteiras amigas, uma profunda barragem radioactiva.

O COMBATE DE COBERTURA

A necessidade dum moderno corpo de batalha

Mas um vazio total do campo de batalha não incitará o inimigo a precipitar-se sobre o nosso território nacional? Assim ele estaria ao abrigo dos nossos mais potentes fogos que não o poderiam bater sem destruir aquilo que eles são encarregadas de defender. É o dilema do «pavé de lours» (1). Assim apoderar-se-ia de riquezas intactas e ficaria com um considerável penhor. O perigo está longe de ser illusório. Esta estratégia anti-nuclear de estilo directo visando a nos «cintar» no início da acção poderia ser possível *por surpresa*, com um corpo de batalha à medida da ameaça nuclear. Chegaria imaginá-lo duma extrema mobilidade nas três dimensões, capaz quer de concentrações instantâneas, quer duma tal diluição que nenhuma das suas partes seria um objectivo à escala do fogo nuclear. Um corpo de batalha para quem a manobra por cima do terreno seria a regra. O seu veículo base poderia ser um aeromóvel semi-blindado, quer versão «transporte», quer versão «combate» (terraplano, por exemplo). Em 1940, a

(1) Alusão à fábula de La Fontaine: «O urso e o amator de jardins». Emprega-se para designar um acto irreflectido e funesto inspirado por uma amizade cega.

Revista da Cavalaria

linha Maginot foi envolvida e os nossos exércitos pulverizados pelas Divisões Panzers, mecanizadas e todo o terreno. Amanhã, uma verdadeira «Cavalaria alada» poderia saltar por cima dos terrenos revolvidos e impregnados de radio-actividade e não oferecer senão objectivos fugitivos e insignificantes aos golpes nucleares.

O vector estratégico, arma essencial, o único capaz de suscitar um terror salutar, o único capaz de dissuadir e, se necessário, de aniquilar a distância, deve ser *coberto*. Um segundo sistema de força deve ser posto em acção à medida do perigo que acaba de ser descrito, complemento indispensável do primeiro.

Face ao «golpe de mão» à escala duma nação é preciso um corpo de batalha moderno, cobrindo, em permanência, as suas fronteiras.

Considerações sobre o papel dum tal corpo

Já há um certo tempo que a nossa Defesa Nacional viu tal necessidade. O actual estado da técnica levou-a a pôr em acção, para o momento, um corpo de batalha de «transição» com base em mecanizados e motorizados e onde a aviação ligeira das forças terrestres (ALAT) mostra já o que poderia ser o ferro de lança de amanhã: uma cavalaria aeromóvel ligeiramente blindada.

Um tal corpo deverá, em *permanência*, ser ao mesmo tempo capaz de se opor ao «golpe de mão» sobre o nosso território e em condições de «encaixar», sem demasiadas perdas, os terríveis golpes nucleares inimigos.

— *Ser capaz de se opor ao «golpe de mão»*, significa:

— *No melhor*, de antecipar-se ao inimigo graças a uma vigilância sem falhas, de se lançar impetuosamente sobre ele antes que atinja as nossas fronteiras, graças a uma extrema *mobilidade* e de quebrar o seu ímpeto inicial por uma potente *manobra de fogos*, condições que não poderiam ser cumpridas senão com um corpo de batalha sobrepondo-se consideravelmente ao seu rival, nos domínios do «fogo», do «movimento» e da «informação». Ora actualmente todos os exércitos do mundo estão aproximadamente ao mesmo nível a respeito dum corpo de batalha que resta ainda a construir. Eis a oportunidade ou nunca conseguiremos tentar a inovação e estar enfim avançados numa ideia, num ano, num exército...

— *Pelo menos*, de travar o «arremeço» potente do inimigo sobre o nosso território antes que ele tenha submergido tudo e nos tenha subtraído toda a possibilidade de manobra. Todo o problema consiste em nos reservar um espaço e uma profundidade de manobra suficientes, para utilizar, restabelecer o equilíbrio de forças, e, enfim retomar a ofensiva. Ora se se pensar nos imensos espaços necessários ao moderno combate de meios muito móveis evolucionando em ordem muito dispersa e as consideráveis flutuações dum tal combate, apercebemo-nos que o nosso território nacional, por razão da sua exiguidade, não está mais à sua medida. É então absolutamente necessário, seja porque preço fôr, prolongar o nosso espaço de manobra em todas as direcções. Começar o retardamento além das nossas fronteiras, prosseguindo mesmo para além das nossas costas, sobre o mar se isso for necessário, ganhar sempre em altura nos ares... O nosso corpo de batalha deve montar guarda, desde o tempo de paz, para além das nossas fronteiras. É assunto aceite. Ele deve ser inter-forças-armadas; tende-se para

Revista da Cavalaria

isso. Isto não quer dizer que não deve haver mais que um tipo de força armada, uma horrível massa de tropas obtida pela destruição de cada uma das forças de terra, mar e ar, mas nele deve haver uma íntima e harmoniosa combinação das possibilidades manobradoras de cada um dos ramos das forças armadas, quando não há senão uma Manobra. Ora a Manobra de cobertura é única; começada sobre a terra, ela deverá poder prolongar-se sobre o mar e nos ares. Portanto não deve haver senão um corpo de batalha inter-forças-armadas. Em particular este corpo de batalha deve ser anfíbio ou pelo menos de poder ligar-se a forças anfíbias tácticas como está previsto que se ligue a forças aero-tácticas. A existência de três forças anfíbias tácticas (Mancha, Atlântico, Mediterrâneo) daria uma grande flexibilidade aos prolongamentos da manobra de cobertura no mar. Certamente tudo isto não é ainda senão um sonho e tais forças anfíbias não são imagináveis com os actuais meios de desembarque e reembarque, mas o problema para nós não é de tornar a fazer a guerra de 1940, é de ter, enfim a ferramenta que nos teria permitido ganhá-la...

É preciso, o mais rapidamente possível, pôr em acção uma viatura anfíbia à medida da guerra de hoje. Neste aspecto também, todos os exércitos do mundo estão na mesma posição, mas não por muito tempo; alguns experimentam apressadamente diversos aeromóveis (viaturas de almofada de ar e outras).

— *Estar em condições de encaixar os golpes nucleares do inimigo.*

Isto exige, a todo o momento, satisfazer aos imperativos de uma nova segurança, ajustando às outras «a segurança anti-nuclear». Estes imperativos são essencialmente, no actual estado da técnica:

- a extrema e habitual *dispersão*, dando nascimento à noção de «Peão nuclear»;
- a extrema *mobilidade* nas três dimensões desembocando sobre o «rush à l'imbrication» (1).

— *A Dispersão*, extrema e habitual tem dois limites. *Um limite longo*, ou limite de elasticidade das unidades para lá do qual seria o rompimento, o aniquilamento de toda a possibilidade de manobra clássica. Este limite recuará sempre mais com os melhoramentos técnicos que aumentarão as possibilidades de ligação, de pesquisa e de apoio de fogos a distância, assim como a rapidez de intervenção das Reservas. *E um limite curto*, abaixo do qual um golpe nuclear táctico médio, assentado pelo inimigo provocaria um estrago inadmissível. Em conclusão, este limite curto corresponde ao «risco consentido». Como o golpe nuclear médio inimigo é susceptível de ir aumentando com a evolução da técnica, é preciso que este limite curto de dispersão possa paralelamente ser aumentado, o que não é possível senão na medida em que o limite longo se desloque, quer dizer na medida em que a elasticidade das unidades aumente no mesmo ritmo. Vê-se então que é imperioso que o corpo de batalha aumente sempre a sua elasticidade interna à medida que o golpe nuclear médio se torna mais potente. O melhoramento técnico dos meios rádio, dos meios de pesquisa nos intervalos, do

(1) Corrida à imbricação.

Revista da Cavalaria

alcance e dos apoios directos (que não podem ser senão à base de fogos clássicos) e da *mobilidade das unidades* deve pois ser um desejo permanente. Um atraso neste domínio é a pulverização do corpo de batalha desde os primeiros momentos.

Este imperativo de extrema dispersão desemboca necessariamente sobre a noção de «peão nuclear», ou unidade táctica elementar à escala do combate moderno, capaz de fazer face, sòzinha, a toda a eventualidade num espaço tal que um golpe nuclear não possa destruir mais do que uma duma só vez. Tàcticamente para fazer face sòzinha a não importa qual situação de combate no seu próprio espaço, é preciso que ela seja autónoma, logo *inter-armas*, enfim tècnicamente para efectivamente controlar o seu espaço táctico, precisará de mobilidade nas três dimensões, uma grande potência de fogos e importantes meios de pesquisa. Actualmente está-se ainda num «peão nuclear» de transição, «peão em superfície», unicamente todo o terreno, constituído *a pedido*, de elementos de diferentes armas e centrando-se ou em volta duma unidade de infantaria motorizada, ou em volta dum binómio infantaria mecanizada-carros de combate. Este peão marca o fim das antigas unidades de armas onde os homens e os quadros se conheciam, e que eram, por este facto verdadeiros «geradores de forças morais». Este peão, resultado de uma verdadeira decomposição de unidades cara a cara do inimigo, não é, certamente, senão uma solução de transição. O peão do futuro será provavelmente «por cima do terreno» assim como «todo o terreno», e voltará a ser, sem dúvida, orgânico restando, no entanto, *inter-armas*. Será de diversos tipos e é a dosagem destes tipos e a sua combinação que se fará «a pedido da manobra» no escalão subagrupamento e agrupamento. Parece que o carácter «orgânico» deve ser salvaguardado «no cimo» do corpo de batalha para manter a *unidade de comando* e, na base, para dar ao esforço uma densidade e coesão máxima. Pelo contrário, o carácter «a pedido» deve ser mantido nos escalões intermediários para conservar à manobra a sua maleabilidade.

— *A Mobilidade* máxima é imposta pela Dispersão, pois que cada unidade elementar deverá controlar um grande espaço (espaço unitário do peão nuclear actual, cujo volume é da ordem duma companhia reforçada, engloba uma superfície de 6 a 7 km²). Ela é igualmente imposta pela manobra de pormenor que pede pontas de esforço, quer dizer «concentrações fugitivas», por exemplo no momento de ataque a resistências fragmentárias. Além disso, a mobilidade é, por ela mesma, uma parada anti-nuclear. O corpo de batalha esquivará tanto melhor os golpes nucleares inimigos quanto mais fugitivos sejam os objectivos que ele apresenta. A segurança pelo movimento inscreve-se mais do que nunca na ordem do dia.

Enfim, a Mobilidade permite o «rush à l'imbrication» quer dizer uma aproximação táctica directa muito rápida do inimigo, tendendo a «colar-se» a ele o mais rapidamente possível e a imbricar-se nos intervalos, a fim de escapar a todos os golpes nucleares, à excepção dos mais «pequenos». Isto será, sem dúvida, a mais eficaz parada anti-nuclear. As minuciosas pesquisas do inimigo serão abolidas, fora das operações de pormenor. Serão substituídas por aproximações muito rápidas, muito dispersas, acompanhadas dum duelo nuclear táctico que será crucial. Este duelo poderia ser imediatamente seguido duma imbricação dos corpos de batalha que passageiramente transformariam a fisionomia dos combates. Uma relativa concentração de meios seria então possível, a manobra

Revista da Cavalaria

de fogos clássicos retomaria parcialmente os seus direitos. Seria a fase dos combates de infiltração, de duração mais ou menos longa, susceptível de ser seguida depois de uma rápida «rotura de contacto», duma nova manobra de fogos nucleares tácticos.

O combate dos restos e o concurso das forças de D. O. T. (1)

Uma terceira e última força de combate é de encarar no caso de um conflito moderno, e, por consequência um terceiro sistema de força deve ser-lhe adaptado. O nosso território pode ter sido submetido pela surpresa, ou o nosso corpo de batalha pulverizado pela manobra das forças nucleares do inimigo. Nos dois casos, o problema não é opor-se ao inimigo por uma manobra de fogos nucleares sobre o nosso próprio território, a menos de aceitar-se concorrer para o seu aniquilamento.

Em caso de submersão, o que resta do nosso corpo de batalha deve então poder repartir-se em comandos que se irão juntar e alimentar uma pré-estabelecida infraestrutura de guerrilha. Em caso de «pulverização» pela manobra nuclear, «os restos» dos peões nucleares devem igualmente poder fundir-se numa infraestrutura de guerrilha. Num e noutro caso, a coisa não é possível a não ser que os peões nucleares do corpo de batalha e os seus apoios logísticos tenham, uns e outros, a mais do seu primeiro destino, uma segunda aptidão ao combate de guerrilha. Os peões nucleares devem ser «pulverizáveis», quer dizer decomponíveis em destacamentos de comandos, eles mesmo decomponíveis em grupos de comandos, por seu turno decomponíveis em células de comandos de modo que tudo tenha, por mais pequeno que seja, uma aptidão ao combate de guerrilha. Mas estas células, estes grupos, estes destacamentos não podem transformar-se e empenhar-se no derradeiro combate a não ser que se baseiem numa infraestrutura de guerrilha estabelecida sobre toda a área do território. A nossa Defesa Operacional do Território, destinada primeiro a fazer face a uma ameaça subversiva inimiga, deve também ter por último fim de absorver «os restos» do corpo de batalha para continuar a luta sob a forma duma guerrilha generalizada: vê-se assim que no seu limite, o combate moderno, desemboca num combate de forma subversiva pela fusão do que resta dos sistemas de forças anteriores.

A permanência do «factor humano» através da mudança dos dados do combate moderno

Acaba-se de divisar quanto a aposição da energia nuclear sobre os campos de batalha é susceptível de afectar cada vez mais os dados do combate, primeiro pela razão da presença dum factor «fogo» jamais igualado, e em seguida graças ao contínuo desenvolvimento das possibilidades do «movimento» das forças em presença e do seu potencial de «pesquisa». Viu-se, em particular, os novos imperativos que daí derivam: necessidade duma extrema *dispersão*, duma *mobilidade*

(1) Defesa operacional do território.

Revista da Cavalaria

permanente e duma *autonomia* elementar, impondo uma *combinação de armas*, íntima e estreita, desde os mais baixos escalões.

Em conclusão deste capítulo é útil e necessário de confrontar estes novos imperativos com o que há de *permanente* na guerra, se se quer evitar graves inconvenientes.

Ora, que existe de mais permanente que a *natureza humana*? O homem está na origem de todas as guerras e no coração de toda a acção de força. Nenhum acto de guerra, por menor que seja, não pode ser realizado se o homem não tem coração para o fazer, quer dizer se não é apoiado pelas *Forças Morais*. A existência e a manutenção das forças morais tem sido sempre a primeira condição de todo o combate e todo o chefe que esqueceu esta verdade sempre correu para o desastre.

Isto é hoje mais verdadeiro que nunca pois que o projectil nuclear provoca destruições sem medida comum com tudo que se viu anteriormente, o que é susceptível de criar *um terror e um pânico extremos*. É também mais verdadeiro que nunca porque o homem é susceptível de ser prévia e potentemente «condicionado» sobre o aspecto psicológico, e que as interferências da guerra *subversiva* no combate moderno introduzirão um clima de terror latente que se juntarão a tudo o resto.

Face a tão fantásticas provas, como poderão então as Forças Morais, condição prévia de toda a luta, resistir se elas não forem a primordial preocupação dos pensadores militares e dos chefes de guerra?

Encontrar as condições de existência e de conservação das Forças Morais no ambiente do combate moderno é um *preliminar* a tudo o resto. Enquanto se fugir a este preliminar nada se terá feito, e a nossa colectividade social pode ser considerada, desde o princípio, como aberta a toda a iniciativa inimiga. Ora, estas condições têm, sempre, estado na base da «Crença», do «Conhecimento» e da «Confiança».

— *Crença* na excelência da causa que se defende, do Ideal para o qual se vive. É um trabalho de educação cívica em que o Estado tem grave responsabilidade.

— *Conhecimento* exacto dos perigos que são susceptíveis de aparecer; é uma preocupação de instrução. Não somente da instrução dos militares, mas também da instrução de toda a população. A imaginação não deve ter lugar neste capítulo; é preciso pôr «camisa de forças» à imaginação. O conhecimento dos efeitos do projectil nuclear e dos meios de se proteger contra ele constitui um preventivo necessário contra a surpresa e o pânico. A prévia «desmitificação» do projectil nuclear é indispensável à entrada e participação do homem no combate moderno.

Esta desmitificação está também na base da certeza que alguma coisa é feita para proteger as populações. O soldado não se baterá nunca mais para satisfazer as ambições de um homem, mas para proteger a colectividade social à qual pertence, e mais particularmente a sua família. Eis o que bem justifica, que torna mesmo necessária a «Defesa Civil» e a «Defesa Operacional do Território», e eis o que nos leva a falar de confiança.

— É sobre a «Confiança» que nós vamos insistir porque ela é o *alimento fundamental* das Forças Morais. Mas como a análise das condições de confiança exigiria um muito longo desenvolvimento, vamo-nos limitar contentando-nos em

Revista da Cavalaria

a pôr em presença dos novos imperativos da segurança anti-nuclear: a Dispersão e a combinação interarmas.

a) *O imperativo da máxima dispersão é compatível com o clima de confiança necessária ao combate do homem? Não, se a dispersão significa poeira de indivíduos, «isolamento» e a «solidão». Não é bom que em combate o homem esteja sozinho.* Hoje menos que nunca um homem sozinho não poderia suportar os terríveis choques emocionais do combate. A dispersão deve ter uma compensação, deve ser limitada a um elemento que se poderia chamar «peão moral», por paralelismo como o «peão nuclear». Poderia definir-se como sendo o mais pequeno «gerador elementar» de forças morais. Este peão moral é a célula de combate, quer dizer, em certos casos, a equipa, pequeno conjunto de três a seis combatentes em volta dum graduado de pequena patente. A equipa, «peão moral», deve ser indivisível. (Mas no interior da equipa, os combatentes devem ser levados a trabalhar por pares; a solução de dupla vigia, duplo esclarecedor, etc... é cada vez mais de adoptar no combate). O termo de «Dispersão» é impróprio. Ele deve ser substituído pelo de «Articulação dispersa».

b) *O imperativo de autonomia, portanto combinações interarmas, é compatível com a necessária conservação das forças morais no escalão colectivo, quer dizer com a «solidariedade do campo de batalha?» Não, se as combinações interarmas significam anonimato, reunião improvisada de combatentes que não se conhecem, porque uma tal reunião de anónimos não vale mais, sobre o plano psicológico, que uma multidão, e a multidão está sujeita a pánicos ainda mais terríveis que o homem isolado.*

O anonimato é pior que a solidão.

Antigamente, os combatentes eram agrupados em unidades hierarquizadas onde todos os homens se conheciam e onde existia a *corrente horizontal de camaradagem e a vertical da confiança.*

Estas unidades eram verdadeiros «geradores colectivos» de forças morais. Este princípio deve ser absolutamente salvaguardado nas condições interarmas, e para isso é altamente desejável que ao menos nos pequenos escalões de execução, onde se estará ao contacto permanente das realidades do combate moderno, as combinações interarmas se tornem «orgânicas». Isto é muito importante porque é destes pequenos escalões que tudo dependerá quando tudo o resto voe em estilhaços. É quase necessário porque é a condição da sua verdadeira autonomia.

O peão nuclear, para ser verdadeiramente autónomo, deverá tornar-se orgânico, quer dizer tornar-se «unidade moral» no combate moderno. Não é impensável que se caminha para a constituição de peões nucleares adaptados a tal ou tal espécie de combate: peões nucleares mecanizados, peões nucleares motorizados, etc... Nada impediria então que no escalão superior, agrupamento ou subagrupamento, a combinação interarmas continue a realizar-se «a pedido». Estar-se-ia, deste modo, em presença duma combinação interarmas «orgânica» no cimo e na base, salvaguardando a unidade de comando e a solidariedade dos combatentes e duma combinação interarmas «a pedido» nos escalões intermédios conservando à manobra toda a sua manejabilidade.

Em resumo, em todo este assunto, trata-se de não confundir «mistura» com «combinação».

O aspecto global do combate moderno

Acabamos de nos debruçar sucessivamente sobre as duas «ameaças» subversivas e nucleares. Avaliámos a sua actualidade e a sua intensidade e presentimos as suas múltiplas possibilidades de interferência.

É muito provável que uma guerra generalizada as englobe, uma e outra.

Focos de guerra subversiva poderiam atizar-se aqui e ali sobre o território nacional no próprio momento em que um gigantesco duelo intercontinental de vectores estratégicos se travaria e onde potentes forças inimigas se precipitariam para as nossas fronteiras. Uma campanha de acção psicológica teria provavelmente precedido estes acontecimentos, proclamando o horror, a ilegitimidade e a fragilidade de toda a defesa.

O inimigo poderia por outro lado conhecer, rapidamente, dificuldades semelhantes nas regiões que ele acabava de submergir e mesmo, talvez, nos países satelizados de longa data.

É assim que se poderia assistir ao mesmo tempo a espectaculares encontros entre os grandes corpos de batalha muito móveis, com dispositivos muito dispersos, procurando mutuamente obrigar o outro a concentrar-se para o aniquilar e a um embate subjacente entre as forças da ordem e as forças de subversão, aproveitando ao máximo os «vazios» do campo de batalha.

Eis porque os dois grandes sistemas de forças, defesa operacional do território e forças de cobertura se justificam plenamente. Eis porque eles devem estar estreitamente ligados. O corpo de batalha deve não somente cobrir a força estratégica mas igualmente encostar-se às forças de D. O. T. Ele deve prolongar os esforços desta última na profundidade do dispositivo inimigo por acções de guerrilha e deve igualmente ser capaz, cada vez que ele terá sido parcialmente submerso pelas forças inimigas, de se converter, nas correspondentes zonas, em elementos de guerrilha indo espontaneamente engrossar as forças de defesa em superfície que ficaram nos seus lugares e dando a mão aos elementos da população que tenham recusado o jugo.

Eis o que nos parece de melhor para justificar a necessária bivalência dum tal corpo de batalha: extrema tecnicidade mas também extrema rusticidade, aptidão a passar, quase sem transição, do conflito mais científico e mais evoluído ao choque mais primitivo, do combate moderno à guerrilha; triunfo da viatura mais aperfeiçoada, da ferramenta e da arma mais científica mas permanência do «meio primário»: o homem, presença duma cavalaria mecanizada sobre viaturas de combate todo o terreno ou «por cima do terreno», mas também duma infantaria certamente transportada sobre viatura de igual valor, mas em que o verdadeiro combate resta o combate a pé conduzido por todos os lados, nas piores condições e quando necessário até ao corpo a corpo.

Como não sublinhar uma última vez a capital importância das *forças morais* em tais embates. Elas serão precisas antes da luta para não ser penetrado pela manobra psicológica que a precederá. Elas são precisas para dominar o medo que fará pairar a potente ameaça nuclear. Elas são precisas no momento do encontro das forças em presença; elas são precisas no meio da loucura da população. Elas serão ainda precisas, e mais do que nunca, para prosseguir a luta mesmo no interior do dispositivo inimigo depois do desferrar inevitável das suas primeiras vagas.

Revista da Cavalaria

— Ameaça nuclear, ameaça subversiva, triunfo da técnica, importância maior que nunca do homem, meio primário, tal nos aparecem certos traços do combate moderno, cara de duas faces tanto mais perturbante e tremendo que ele é completamente novo e que apenas começa a esboçar-se.

— Fica-se perplexo diante da escolha das paradas à ameaça subversiva na medida em que se conhece mal a ciência das massas humanas, a arte de controlar a sua extrema sensibilidade, de dirigir esta sensibilidade e mesmo quando é preciso de a mentalizar. Mas existem desde há muito laboratórios e seminários onde esta ciência e esta arte são cada vez melhor estudadas e dominadas.

— Se se é abalado de pavor diante da ameaça nuclear é sobretudo porque ela é uma arma da era atômica suspensa por cima dum mundo que está ainda, senão nos laboratórios, ao menos no seu modo de vida geral, na era do petróleo e do carvão. Esta arma ultrapassou a sua época. Não estando à medida dos seus objectivos ela é terrível. A razão da sua prematura vinda reside em que é mais fácil aos sábios de brutalmente libertar a energia nuclear do que de a «domesticar». O mal está feito. Agora a verdadeira parada à arma atômica está na rápida domesticação, custe o que custar, da energia nuclear, quer dizer na corrida à era atômica em todos os domínios. Desgraçados dos povos que se detenam à idade do petróleo. Quando estivermos na era atômica, todas as medidas do homem serão imensamente aumentadas e a arma atômica ser-lhe-á proporcionada.

Então, a verdadeira face do combate moderno surgirá em plena luz.

Resolução da Assembleia

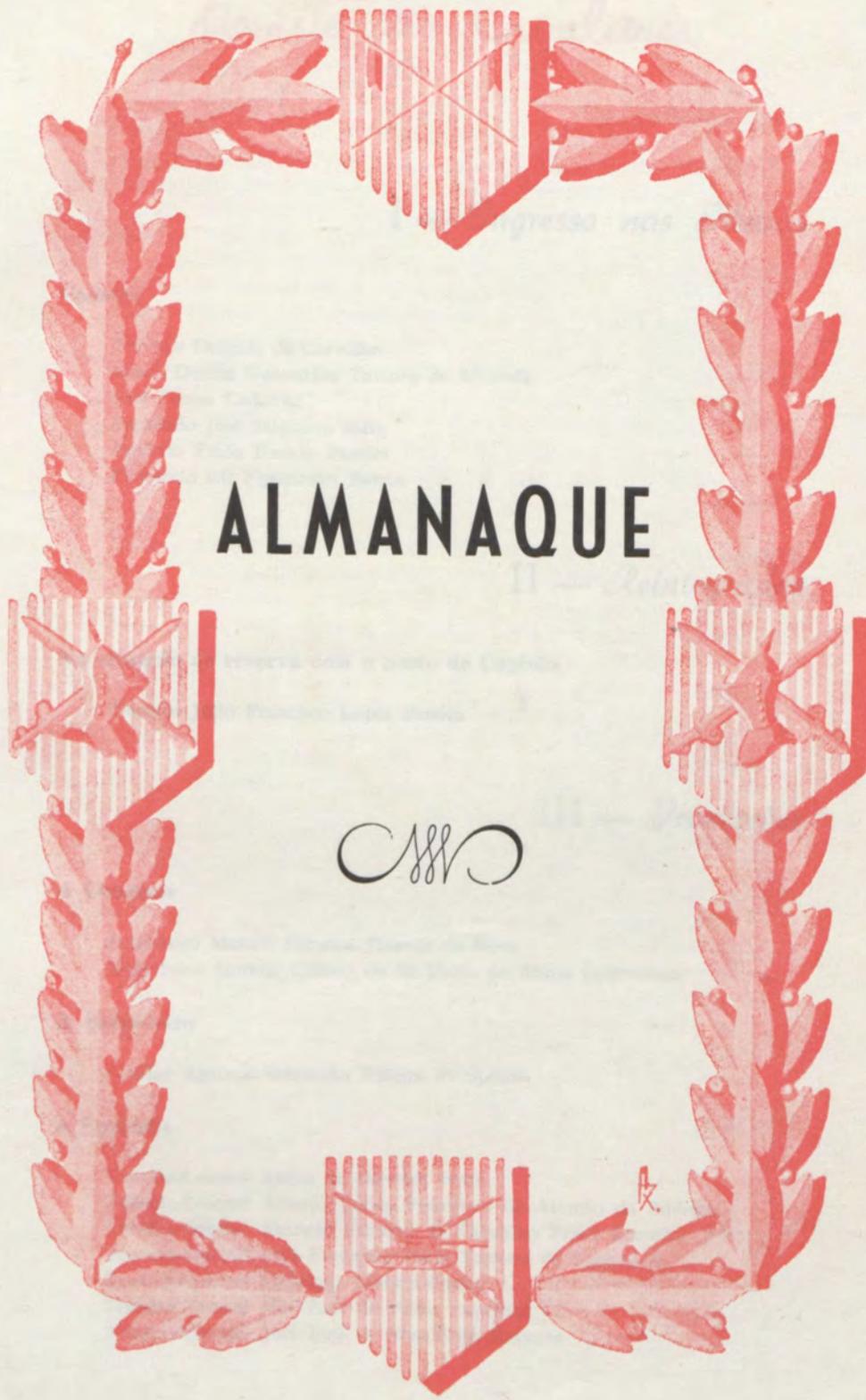
— A seguir, a Assembleia, após a leitura do relatório, decidiu, por maioria de votos, em favor da proposta de alteração da Constituição, para que o Poder Executivo seja exercido por um Conselho de Ministros, composto por sete membros, sendo o Presidente da República o chefe do Poder Executivo, e os demais membros, nomeados e destituídos pelo Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 100 da Constituição.

— A seguir, a Assembleia, após a leitura do relatório, decidiu, por maioria de votos, em favor da proposta de alteração da Constituição, para que o Poder Judiciário seja exercido por um Conselho de Ministros, composto por sete membros, sendo o Presidente da República o chefe do Poder Judiciário, e os demais membros, nomeados e destituídos pelo Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 100 da Constituição.



— A seguir, a Assembleia, após a leitura do relatório, decidiu, por maioria de votos, em favor da proposta de alteração da Constituição, para que o Poder Judiciário seja exercido por um Conselho de Ministros, composto por sete membros, sendo o Presidente da República o chefe do Poder Judiciário, e os demais membros, nomeados e destituídos pelo Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 100 da Constituição.

— A seguir, a Assembleia, após a leitura do relatório, decidiu, por maioria de votos, em favor da proposta de alteração da Constituição, para que o Poder Judiciário seja exercido por um Conselho de Ministros, composto por sete membros, sendo o Presidente da República o chefe do Poder Judiciário, e os demais membros, nomeados e destituídos pelo Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no artigo 100 da Constituição.



ALMANAQUE

CS&O

lx.

Revista da Cavalaria

I — Ingresso nas Fileiras

Cadetes

Estevão Ferreira de Carvalho
Mário Delfim Guimarães Tavares de Almeida
José Carlos Cadavez
Fernando José Salgueiro Maia
António Pinto Duarte Pereira
Fernando Gil Figueiredo Barros

II — Reintegrados

Na situação de reserva com o posto de Capitão

Tenente Júlio Francisco Lopes Pereira

III — Promoções

A Generais

Brigadeiro Manuel Ferreira Peixoto da Silva
Brigadeiro António Camilo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor

A Brigadeiro

Coronel António Sebastião Ribeiro de Spínola

A Coronéis

Tenente-Coronel Abílio de Oliveira Ferro
Tenente-Coronel Alberto Carlos Perestrelo de Alarcão da Silveira
Tenente-Coronel António Ferreira de Carvalho Freire Damião
Tenente-Coronel Luís Frederico Pinto Tavares de Figueiredo
Tenente-Coronel Henrique Alves Callado
Tenente-Coronel José Luís de Pinho Canelhas
Tenente-Coronel José Luís de Mondonça Ramires

Revista da Cavalaria

A Tenentes-Coronéis

Major Manuel da Fonseca Pinto Bessa
Major Joaquim Maria Facco Viana Barreto
Major Rodrigo de Melo Tudela Laranjeira
Major José Vítor da Costa Morais
Major Luís da Silva Rodrigues Pena
Major Jorge Luís Ferreira Osório
Major Luís Leite Ferreira
Major Carlos José Machado Alves Morgado
Major Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira
Major Augusto da Fonseca Lage
Major António Pereira da Silva
Major José Luís Trinité Rosa
Major Nuno Caldas Franco Duarte
Major Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

A Majores

Capitão António Monteiro da Graça
Capitão Alfredo Alves Ferreira da Cunha
Capitão José Mestre Rodrigues
Capitão António de Castro Gentil Soares Branco
Capitão António Valadares Correia de Campos
Capitão Inácio José Correia da Silva Tavares
Capitão Manuel António Minas da Piedade
Capitão Manuel Felisberto Martins Rodrigues
Capitão João Sequeira Marcelino
Capitão Rui Luís de Faria Fernandes
Capitão Fernando Ferreira da Cunha
Capitão Leonel Raúl Tavares Belo Lobão Ferreira
Capitão Rui Coelho Abrantes
Capitão Henrique Augusto Teixeira de Sousa Sanches
Capitão Ricardo Ivens Ferraz Galiano Tavares
Capitão José Alberto dos Santos Teixeira
Capitão Adão Antunes Baptista
Capitão Henrique de Ataíde de Sousa Dias
Capitão Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito

A Capitão

Tenente Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona

A Tenentes

Alferes Luís Filipe Rei Vilar
Alferes Raúl Fernando Durão Correia
Alferes Manuel Urbano Moreira Dias

Revista da Cavalaria

Alferes António Fernandes Caetano
Alferes Álvaro Camilo de Almeida Seabra de Albuquerque
Alferes José Augusto da Cunha Rodrigues Cruz
Alferes Luís Manuel da Silva Pereira Coutinho
Alferes Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto
Alferes Jaime Gomes Vieira
Alferes Orlando Antero Rebanda Páscoa
Alferes Fernando Emanuel de Carvalho Bicho
Alferes Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso
Alferes Hernâni dos Anjos Moás
Alferes c/patente de Tenente Alfredo Manuel Coelho e Campos Ghira
Alferes José Diogo da Mota e Silva Temudo
Alferes Luís Gonzaga Coelho Vilas Boas Marques
Alferes c/patente de Tenente José Manuel Júdice Pontes
Alferes Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins
Alferes José António Candeias Valente
Alferes João Firmino Dinis Gonçalves
Alferes Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira
Alferes Amílcar Maximiano Rebelo Alves Casquilho
Alferes Vítor Hugo da Mota
Alferes José Maria Félix de Moraes
Alferes José António Ribeiro de Almeida
Alferes Miguel de Lencastre e Távora
Alferes João Francisco Ramos do Rego Bayam

A Alferes c/patente de Tenente

Aspirante-a-Oficial c/patente de Tenente Fernando Gil Figueiredo Barros

A Alferes

Aspirante-a-Oficial Estêvão Ferreira de Carvalho
Aspirante-a-Oficial Fernando José Salgueiro Maia
Aspirante-a-Oficial José Carlos Cadavez
Aspirante-a-Oficial António Pinto Duarte Pereira
Aspirante-a-Oficial Mário Delfim Guimarães Tavares de Almeida

A Aspirantes-a-Oficial

Cadete Estêvão Ferreira de Carvalho
Cadete Mário Delfim Guimarães Tavares de Almeida
Cadete José Carlos Cadavez
Cadete Fernando José Salgueiro Maia
Cadete António Pinto Duarte Pereira
Cadete Fernando Gil Figueiredo Barros

Revista da Cavalaria

A Sargentos-Ajudantes

- Sargento-Ajudante Grad. João Fernando Resende Vieira
- Sargento-Ajudante Grad. Belarmino Ferreira de Aguiar
- Sargento-Ajudante Grad. Estanislau Guerra
- Sargento-Ajudante Grad. José António da Cancela
- Sargento-Ajudante Grad. Domingos Roque
- Sargento-Ajudante Grad. José Joaquim Baptista de Almeida
- Sargento-Ajudante Grad. Ladislau Pinheiro Esteves
- Sargento-Ajudante Grad. Manuel Damásio Benvindo
- Sargento-Ajudante Grad. António Marques Fontes
- 1.º Sargento Gil Ribeiro Torres
- 1.º Sargento António Vieira Peixoto
- 1.º Sargento José Baptista Júnior
- 1.º Sargento Carlos da Conceição Silva
- 1.º Sargento Ramiro Martins de Carvalho
- 1.º Sargento Virgílio de Almeida Magalhães
- 1.º Sargento José António Correia

A Primeiros Sargentos

- 2.º Sargento Manuel Gil Correia

A Segundos Sargentos

- 2.º Sargento Grad. Carlos Candeias Henriques
- 2.º Sargento Grad. Eliseu Salvado Lisboa
- 2.º Sargento Grad. Ricardo Ema
- Furriel João Magueijo Duarte
- Furriel António Gomes Fonseca
- Furriel Joaquim Laço Ramalho
- Furriel António Amador Miranda Rodrigues
- Furriel Adelino de Jesus Pires Rodrigues
- Furriel Joaquim dos Santos Rodrigues
- Furriel Manuel Francisco Lopes Gomes
- Furriel Manuel Joaquim Bandeira
- Furriel Francisco Diogo Moreira
- Furriel José Vieira Castro
- Furriel Manuel Barros
- Furriel António Luís Bonito Favita
- Furriel Domingos Nunes Pascoal
- Furriel António Pereira

A Furriéis

- 2.º Sargento Grad. António Manuel Mogadouro
- 2.º Sargento Grad. Jaime Augusto Taborda
- 2.º Sargento Grad. Joaquim Mendonça Rodas Pinedo
- 2.º Sargento Grad. Manuel Joaquim Serrano

Revista da Cavalaria

- 2.º Sargento Grad. Joaquim da Luz Feiteceiro Galhardas
2.º Sargento Grad. José da Silva Sanches
2.º Sargento Grad. Manuel Fernandes Lavado
2.º Sargento Grad. Joaquim Francisco Santana Casação
2.º Sargento Mil.º José do Rosário Simão
2.º Sargento Mil.º Humberto dos Santos Almeida
Furriel Mil.º Luciano Freire Nave
Furriel Mil.º José S. Leitão Ferreira
Furriel Mil.º José Pires da Eira
1.º Cabo Francisco da Conceição Nunes
1.º Cabo Joaquim Batista dos Santos
1.º Cabo Edgar Valério dos Santos
1.º Cabo Joaquim Rosário Pascoal
1.º Cabo João Guilherme Gonçalves
1.º Cabo António Morcela Guerra
1.º Cabo Agostinho Catarino Leal
1.º Cabo José Lourenço Carapinha
1.º Cabo Joaquim Martins Balasteiro Laranjo
1.º Cabo Gracindo Rodrigues Fragoso
1.º Cabo Bernardino Arlindo Raleira Laureano
1.º Cabo César José Sapateiro Lagarto
1.º Cabo João Maria Alfaia
1.º Cabo Fernando da Graça
1.º Cabo António Justiniano Romeira Guerreiro
1.º Cabo Antero da Silva Caridade
1.º Cabo Jorge de Jesus
1.º Cabo José Rafael
1.º Cabo Félix José Mira
1.º Cabo Isaac Pereira Alves
1.º Cabo João dos Santos Ramos Mateus
1.º Cabo Aníbal Joaquim Mestre
1.º Cabo João Ribeiro Pires
1.º Cabo João Manuel Carvalho Canhão
1.º Cabo Gabriel de Brito
1.º Cabo Manuel Augusto Vila Nova Bocas
1.º Cabo Francisco Manuel Buinhas Batista
1.º Cabo Augusto Ferreira
1.º Cabo Isidro Maria Correteiro
1.º Cabo Luís A. Carpinteiro Alexandre
1.º Cabo Ernesto Hiyolwa
1.º Cabo Arnaldo Fitas Nunes
1.º Cabo Fernando Victorino Ferreira
1.º Cabo Domingos C. Palminhas Caeiro
1.º Cabo António José da Silva
1.º Cabo Rui Eugénio Gonçalves
Soldado José Azinhães Leão
Soldado Manuel Catalão Carriço
Soldado Manuel António Cigarro Nepomuceno

1. POR FEITOS EM CAMPANHA

a. Medalha de Cobre de Valor Militar, com Palma

Soldado Manuel Rosa Correia
Soldado José Lopes de Sousa Marques
Soldado José Luís de Brito Ferreira

b. Medalha de Cruz de Guerra

(1) De 1.^a Classe

Capitão José Pedro Simões Caçorino Dias
Capitão Miliciano Álvaro Manuel Alves Cardoso
Alferes Miliciano Manuel Jorge de Carvalho Sampaio Faria

(2) De 2.^a Classe

Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
Tenente-Coronel Fernando Rodrigues de Sousa Costa
Major Manuel José Lopes Cerqueira
Capitão Ramiro José Marcelino Mourato
Capitão Fernando Luís Franco da Silva Ataíde
Capitão Rui dos Santos Ferreira Fernandes
Tenente António Manuel Pinto Ferreira Gomes
Alferes Mil.^o Luís Manuel Nobreza de Almeida Rainha
Alferes Mil.^o António Manuel Santos Dias Ferreira
1.^o Cabo Fernando de Oliveira Lopes
1.^o Cabo David da Silva
Soldado Francisco Martins Pires
Soldado Joaquim Luís dos Reis
Soldado José Caetano Lameiras Pires
Soldado Jorge de Almeida Lameiras
Soldado Ezequiel Manuel Fonseca Serrano

(3) De 3.^a Classe

Alferes Mil.^o Médico graduado em Tenente Horácio Alves Marçal
Alferes Mil.^o Carlos Manuel Ramos Lopes
Alferes Mil.^o Vicente Carlos Flor Batalha
2.^o Sargento Helvídio Raimundo Lobinho Cachatra
2.^o Sargento Adelino Januário Marques Mandriana
1.^o Cabo Aníbal José Oliveira Rodrigues
1.^o Cabo Joaquim Gonçalves Machado
1.^o Cabo Carlos Manuel da Fonseca Cabral

Revista da Cavalaria

Soldado Manuel Guilhermino Nunes
Soldado Manuel Tomé dos Santos Carmo
Soldado Álvaro Pereira
Soldado Sebastião Antónjo

(4) De 4.^a Classe

1966 (não publicado na revista anterior)

Soldado António Maria Aparício

1967

Alferes de 2.^a Linha José de Elia
Alferes Mil.^o José Maria de Almeida Montalvão Machado
Alferes Mil.^o Jaime Ribeiro do Espírito Santo
Alferes Mil.^o António Manuel Bairros Areias
Alferes Mil.^o Carlos Manuel Lopes Madeira
Alferes Mil.^o António José Pires Condesso
Alferes Mil.^o Miguel Isidro Carrilho da Silva Pinto
2.^o Sargento Domingos Dias
2.^o Sargento Amílcar Teixeira
2.^o Sargento Manuel Francisco Serra
Furriel Mil.^o Higino Domingos Ferreira da Silva
Furriel Mil.^o Jorge Torres Fernandes Ribeiro
Furriel Mil.^o António Coelho
Furriel Mil.^o João Mestre Matos Veríssimo
Furriel Mil.^o José Nuno Barroso da Costa
Furriel Mil.^o António Cândido Alves
Furriel Mil.^o Mário de Jesus Manata
Furriel Mil.^o Manuel António dos Santos
1.^o Cabo João Carlos Gomes Teixeira
1.^o Cabo José Roque Alexandre
1.^o Cabo Arsénio da Piedade Saraiva
1.^o Cabo João Jacob Roque
1.^o Cabo Manuel Augusto de Araújo Fonseca
1.^o Cabo António Lourenço Carvalho
1.^o Cabo Domingos Valente Soares
1.^o Cabo João Gonçalves Marcelo
1.^o Cabo António Victor Prachedes
1.^o Cabo António Nunes Caldeira
1.^o Cabo António Manuel Machado
1.^o Cabo Adriano da Silva Santos
1.^o Cabo Feliciano da Silva Santos
1.^o Cabo Fernandes Antunes Pinhão
1.^o Cabo Manuel de Jesus Silva
1.^o Cabo José Pontes da Luz

Revista da Cavalaria

1.º Cabo Manuel José dos Santos
1.º Cabo Salvador Silvestre Gonçalves
1.º Cabo Cipriano António de Jesus Patrício
1.º Cabo Manuel Torres Campino
1.º Cabo Américo José Raposo Pinto
1.º Cabo Alcino Luís de Almeida
1.º Cabo Marcolino Martins Gomes
Soldado Albino Pinto Gonçalves da Cruz
Soldado António José Guerreiro da Silva
Caçador Nativo Malique José Semedo
Caçador Nativo Aleu Bari
Soldado Milícia Suma Jamanca
Soldado Manuel Pereira Antunes
Soldado Alin Seidi
Soldado Braima Baldé
Soldado Armando de Jesus Ascensão
Soldado Adula Baldé
Soldado António Joaquim Ferreira Bastos
Soldado David Manuel Ribeiro da França
Soldado Luís Rebolos Rodrigues
Soldado Serafim da Silva Almeida
Soldado Manuel Afonso
Soldado João Carlos Mendonça Lourenço
Soldado Rogério Fernando das Dores Carneiro
Soldado Eduardo dos Santos Marques
Soldado José Fernandes dos Reis Gonçalves
Soldado João Vicente Ventura Baptista
Soldado José Rafael dos Santos Rato de Almeida
Soldado Mário José de Oliveira
Soldado Joaquim Catarrinho Rodrigues Catarino
Soldado Casímiro Pires Costa
Soldado Basílio Pinto
Soldado Mamadu Jaló
Soldado César Joaquim Simões
Soldado Alcides Fachada Correia
Soldado Venâncio José Hortinha Caritas
Soldado António Sebastião Lopes Quirino
Soldado António Manuel Imaginário Sota
Soldado José Orlando da Silva
Soldado Cristóvão Rodrigues Lebres
Soldado Justo dos Santos Morcela Gaita
Soldado Fernando Gonçalves Mendes
Soldado Acácio Ribeiro Costa
Soldado Alfredo João dos Santos
Soldado Milícia Nhinte Cudé
Soldado Milícia António Sungar Darame
Soldado António de Assunção Ferreira
Soldado Eliseu Augusto Baptista

Revista da Cavalaria

c. Medalha Militar de Serviços Distintos, com Palma

(1) *De Ouro*

Brigadeiro Francisco da Costa Gomes
Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira

(2) *De Prata*

Tenente-Coronel Henrique Alves Callado
Tenente-Coronel Carlos de Moura Cardoso
Tenente-Coronel Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas
Tenente-Coronel Joviano Aloísio Chaves Ramos
Tenente-Coronel José Luís de Mendonça Ramires
Tenente-Coronel João A. da Costa Barros Magalhães Cruz Azevedo
Major Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias
Major Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira
Major Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva
Major Carlos José Machado Alves Morgado
Major Ricardo Fernando Ferreira Durão
Capitão António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho
Capitão Ramiro José Marcelino Mourato
Capitão Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme
Capitão Luís Manuel Lemos Alves
Capitão Vasco Luís Pereira Esteves Ramires
Capitão Alberto Mourão da Costa Ferreira

(3) *De Cobre*

2.º Sargento Mariano Aranha Agapito

d. Medalha dos Mutilados e Estropiados de Guerra

Soldado Fernando Teixeira da Silva

e. Medalha de Mérito Militar

(1) *De 2.ª Classe*

Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues Alho
Tenente-Coronel Mário de Lima
Major Alberto de Nápoles Ferraz de Almeida e Sousa
Major António Octávio Dias Machado
Major António Teixeira da Rocha Pinto
Major Luís Cipriano Jorge de Lorena Oliveira Birne
Major Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias
Major Álvaro Francisco Torres de Andrade e Silva

Revista da Cavalaria

(2) De 3.^a Classe

Capitão José Alberto dos Santos Teixeira
Capitão Eduardo Jorge Gomes Coelho Picciochi
Capitão António Torres de Andrade e Silva
Capitão Orlando José Sequeira da Silva
Capitão Eduardo Roque da Cunha
Capitão Mário Arnaldo de Jesus da Silva
Capitão Jorge Alberto Gabriel Teixeira
Capitão João Goulão de Melo
Capitão Rafael Lopes Saraiva
Capitão Ricardo Ivens Ferraz Galiano Tavares
Capitão Mário da Cunha Seixas
Capitão Rui Luís de Faria Fernandes
Capitão Filomeno Jorge Malheiro Garcia
Capitão Jorge Barbosa dos Santos Leite
Capitão Rui da Costa Ferreira
Capitão Jorge Manuel Bicudo e Castro Valério
Capitão Rui d'Orei Pereira Coutinho
Capitão António Gabriel Teixeira
Capitão João António Branco Martins da Rosa Garoupa
Tenente Grad. Capelão José Arnaldo da Silva Monteiro Fernandes
Tenente Mil.^o Médico Manuel Veríssimo da Silva
Alferes Mil.^o Joaquim António de Castro Pina Correia
Alferes Mil.^o Paulo Henrique Baptista Patrício
Alferes Mil.^o Rui Manuel Nunes Lousa
Alferes Mil.^o Eduardo Casimiro de Deus Pereira da Silva
Alferes Mil.^o José Henrique Martins Nobre de Oliveira
Alferes Mil.^o Armindo Castro e Nunes
Alferes Mil.^o Raúl Azevedo Saleiro
Alferes Mil.^o José Maria Reino Cobrado
Alferes Mil.^o Carlos Alberto Mendes das Neves
Alferes Mil.^o Adelino Varela Santos
Alferes Mil.^o António Almiro Ribeiro Esteves
Alferes Mil.^o Artur Luís Gomes Cadete
Alferes Mil.^o José António de Lima Faisca
Alferes Mil.^o Júlio da Silva Barrisco
Alferes Mil.^o Armindo Gregório Ferreira Júnior

(3) De 4.^a Classe

1.^o Sargento António Lourenço Mestre Coelho
1.^o Sargento Manuel Rodrigues Cachada
1.^o Sargento António Pereira de Sousa Teles
1.^o Sargento José Figueiredo de Assis
1.^o Sargento Manuel António Gonçalves
1.^o Sargento José Batista Júnior

Revista da Cavalaria

2.º Sargento António Roque do Nascimento Delfino
2.º Sargento José Rocha Coelho
2.º Sargento Francisco José Branquinha Baloca
2.º Sargento António Fortes Balagueiras
2.º Sargento Victor Manuel Pereira da Guia
2.º Sargento António José Galdes
2.º Sargento Luís de Jesus Gonçalves
2.º Sargento Manuel Figueiredo Carvalho
2.º Sargento Mariano da Costa Nicolau Dias
2.º Sargento Aníbal Castanho Tomé
2.º Sargento Mil.º João Alves
2.º Sargento Mil.º João Martins da Silva
2.º Sargento Mil.º António Monteiro Igreja
Furriel Gabriel de Brito
Furriel Mil.º Francisco Manuel da Branca Rocha Garrancho
Furriel Mi.º António Armindo Alves de Sousa
Furriel Mil.º Eduardo Henriques de Sousa Gentil
Furriel Mil.º Armando da Graça Gameiro
Furriel Mil.º José Manuel Fernandes Rebolo Casimiro
Furriel Mil.º Higinio Domingos Ferreira da Silva
Furriel Mil.º José Joaquim Pinheiro Adubeiro
Furriel Mil.º Joaquim Manuel Vicente Miranda
1.º Cabo José Godinho Bonito
1.º Cabo Joaquim Manuel Santos Marques
1.º Cabo Eusébio Craveiro Duarte
1.º Cabo António Ferreira Gandarez
Soldado Domingos Monteiro Soares
Soldado Mário Esteves das Neves
Soldado Fernando Artur Almeida
Soldado Adelino José Esteves Gamas
Soldado José Adriano de Jesus
Soldado António José Severo Cravinho
Soldado Graciano Correia
Soldado Augusto Correia Lúcio
Soldado Augusto Gomes da Graça
Soldado José da Silva Gaspar
Soldado Carlos Moreira Monteiro
Soldado Virgílio Gonçalves Negreiros
Soldado Porfírio Viegas de Sousa
Soldado Amândio de Jesus Lopes Caldeira

2. POR DIVERSOS MOTIVOS

a. Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar

General António Camilo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor
Coronel Res. Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes

Revista da Cavalaria

b. Medalha de Prata de Serviços Distintos

Coronel Vasco de Castro Ataíde Cordeiro
Tenente-Coronel António Manuel Pinto do Amaral

c. Cruz de 1.^a Classe com Distintivo Branco da Ordem de Mérito Militar de Espanha

Major Álvaro Augusto da Fonseca Sabbo
Major Alfredo Alexandre Fernando Ordaz Mangas
Tenente António Jorge de Campos Pimenta da Gama
Tenente Artur Alfredo Brito da Cruz

d. Cruz de 3.^a Classe com Distintivo Branco da Ordem de Mérito Militar de Espanha

Coronel Res. Luís Soares de Oliveira

e. Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique

Coronel Res. Carlos Maria do Carmo

f. Grau de Oficial da Ordem Militar de Avis

Capitão Rui Luís de Faria Fernandes

g. Grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis

Tenente Mil.^o Afonso Luís Augusto G. Primavera Charlo Quesada

h. Grau de Cavaleiro da Ordem de Mérito Militar dos Estados Unidos do Brasil

Capitão Rui Coelho Abrantes

V — Louvores em Campanha

1. Pelo Ministro da Defesa Nacional

21 Mar 67 Major Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira

2. Pelo Ministro do Exército

1966 (ainda não mencionados)

23 Set 66 Capitão Carlos Manuel de Azevedo Pinto Melo e Leme
21 Dez 66 Capitão António Xavier Areu y Campos Pereira Coutinho
21 Dez 66 Soldado Manuel Rosa Correia
21 Dez 66 Soldado Joaquim Luís dos Reis

Revista da Cavalaria

1967

10	Jan	67	Soldado José Luís de Brito Ferreira
21	Fev	67	Capitão José Pedro Simões Caçorino Dias
21	Fev	67	Capitão Ramiro José Marcelino Mourato
03	Mar	67	Major Alberto de Nápoles Ferraz de Almeida e Sousa
03	Mar	67	Capitão Vasco Luís Pereira Esteves Ramires
14	Mar	67	Capitão Luís Manuel Lemos Alves
28	Mar	67	Tenente-Coronel Henrique Alves Callado
28	Mar	67	Tenente-Coronel Carlos de Moura Cardoso
28	Mar	67	Tenente-Coronel Manuel M. P. Coutinho Correia de Freitas
28	Mar	67	Tenente-Coronel Joviano Aloísio Chaves Ramos
28	Mar	67	Capitão Henrique de Ataíde de Sousa Dias
28	Mar	67	Soldado José Caetano Lameiras Pires
11	Abr	67	Soldado Jorge de Almeida Lameiras
18	Abr	67	Capitão Alberto Mourão da Costa Ferreira
25	Abr	67	Tenente-Coronel José Luís de Mendonça Ramires
06	Jun	67	Major Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva
04	Jul	67	Tenente-Coronel António Manuel Pinto de Amaral
14	Jul	67	Tenente-Coronel António Maria Rebelo
25	Jul	67	Soldado Ezequiel Manuel Fonseca Serrano
01	Ago	67	Tenente-Coronel Luís Carlos Abreu de Barros e Cunha
01	Ago	67	Major Carlos José Machado Alves Morgado
01	Ago	67	Major António Teixeira da Rocha Pinto
16	Ago	67	Major Ricardo Fernando Ferreira Durão
16	Ago	67	Alferes Mil.º Manuel Jorge de Carvalho Sampaio Faria
29	Ago	67	Major Manuel José Lopes Cerqueira
12	Set	67	Major Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias
20	Set	67	Brigadeiro Francisco da Costa Gomes
26	Set	67	Capitão Mil.º Álvaro Manuel Alves Cardoso
03	Out	67	Alferes Mil.º Miguel Isidro Carrilho da Silva Pinto
17	Out	67	Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira
17	Out	67	Capitão João António Branco Martins da Rosa Garoupa
17	Out	67	1.º Cabo Fernando de Oliveira Lopes
03	Nov	67	Tenente-Coronel João Abel da Costa B. M. Cruz Azevedo
14	Nov	67	2.º Sargento Mariano Aranha Agapito
21	Nov	67	Major Fernando António José Torres Brandão de Brito

3. Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné

1966 (ainda não mencionados)

13	Jun	66	Tenente-Coronel Manuel M. P. Coutinho Correia de Freitas
01	Nov	66	Capitão Fernando Luís Franco da Silva Ataíde

4. Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique

11	Out	67	Capitão António Manuel Pinto Ferreira Gomes
----	-----	----	---

Revista da Cavalaria

5. Pelo Comandante da Região Militar de Angola

1966 (ainda não mencionados)

- 11 Mar 66 Alferes Mil.º Jaime Ribeiro do Espírito Santo
- 13 Set 66 Soldado Francisco Martins Pires
- 02 Nov 66 Soldado António José Guerreiro da Silva
Soldado José Lopes de Sousa Marques

1967

- 06 Jan 67 2.º Sargento Helvídio Raimundo Lobinho Cachatra
- 16 Jan 67 Soldado Luís Rebolas Rodrigues
- 01 Fev 67 Furriel Mil.º João Mestre Matos Veríssimo
- 01 Fev 67 Soldado Jorge de Almeida Lameiras
- 01 Fev 67 Soldado José Fernandes dos Reis Gonçalves
- 01 Fev 67 Soldado João Vicente Ventura
- 10 Fev 67 1.º Cabo António Victor Prachedes
- 11 Fev 67 Capitão Carlos Alberto Pereira Gomes da Silva
- 17 Fev 67 1.º Cabo João Carlos Gomes Teixeira
- 17 Fev 67 1.º Cabo Eusébio Craveiro Duarte
- 17 Fev 67 Soldado António Sebastião Lopes Quirino
- 10 Mar 67 2.º Sargento João do Nascimento Sá
- 28 Mar 67 1.º Cabo Feliciano da S. Santos
- 29 Mar 67 1.º Cabo Manuel de Jesus Silva
- 05 Abr 67 Alferes Mil.º António Corte Real Graça Carrasco
- 06 Abr 67 Coronel Alberto Carlos Perestrelo Alarcão da Silveira
- 20 Abr 67 Alferes Mil.º Carlos Manuel Lopes Madeira
- 20 Abr 67 Furriel Mil.º José Manuel Fernandes Rebolo Casimiro
- 20 Abr 67 1.º Cabo Manuel José dos Santos
- 26 Abr 67 Soldado Augusto Correia Lúcio
- 28 Abr 67 Alferes Mil.º António Manuel Bairros Areias
- 18 Mai 67 2.º Sargento Albano dos Santos Chaves
- 09 Jun 67 Alferes Mil.º Henrique do Rego Botelho Parreira
- 09 Jun 67 Soldado Alfredo João dos Santos
- 19 Jun 67 1.º Cabo Emílio de Oliveira Sousa Pinto
- 25 Jul 67 1.º Cabo Alcino Luís de Almeida
- 25 Jul 67 1.º Cabo José Leitão
- 25 Jul 67 1.º Cabo Fernando de Oliveira Reis
- 31 Jul 67 1.º Sargento Luís Repsina Fernandes
- 23 Ago 67 Soldado António Mateus do Couto
- 15 Set 67 Furriel Manuel de Oliveira Lopes Mourisco
- 16 Set 67 Tenente Alberto de Almeida
- 16 Set 67 1.º Cabo Carlos Manuel da Fonseca Cabral
- 16 Set 67 Soldado Eliseu Augusto Batista
- 23 Set 67 Alferes Mil.º José Manuel da Cruz Henriques
- 23 Set 67 1.º Cabo Gabriel Fernandes Dias
- 23 Set 67 1.º Cabo Carlos Alberto dos S. Gaspar

Revista da Cavalaria

23	Set 67	Soldado José Silvestre da C. Ventura
04	Out 67	Soldado Serafim Mário M. da Silva
15	Out 67	1.º Cabo João Carlos Gomes Teixeira
25	Out 67	Soldado Norberto dos Santos Teófilo
25	Out 67	Soldado Sebastião Correia Custódio
25	Out 67	Soldado Manuel dos Reis Duarte
24	Nov 67	Soldado Manuel dos Reis Duarte
		Capitão João José Segurado Rolão Candeias
		Soldado David Manuel Ribeiro da França
		Soldado António Manuel Imaginário Sota

6. Pelo Comandante Militar do C. T. I. da Guiné

1966 (ainda não mencionados)

17	Mai 66	1.º Cabo Manuel Gomes Eufrázio
18	Mai 66	1.º Cabo Raúl Dores da Silva
24	Mai 66	1.º Cabo Celestino Filipe Fernandes Vicente
14	Jun 66	Soldado José Fertinhas de Matos
14	Jun 66	Soldado António Jesus da Silva
22	Set 66	Furriel Mil.º Higino Domingos Ferreira da Silva

1967

29	Mar 67	Furriel Mil.º Abílio Jorge M. Pereira
29	Jun 67	2.º Sargento Manuel Francisco Serra
29	Jun 67	1.º Cabo Salvador Silvestre Gonçalves
29	Jun 67	Soldado Acácio Ribeiro Costa
16	Jul 67	Soldado Luís Manuel da Conceição Pereira Dias
17	Jul 67	Alferes Luís Alberto Santos Banazol
17	Jul 67	Alferes José António Campos Neves
18	Jul 67	1.º Sargento António Francisco Carretas Laço
19	Jul 67	1.º Cabo Raimundo José Calhau
19	Jul 67	1.º Cabo Mário Eduardo Benevides
20	Jul 67	1.º Cabo Laurentino Moreira Teixeira
10	Ago 67	Alferes Mil.º Fernando Ferreira Silva Miguel
17	Ago 67	Soldado Avelino de Jesus Matias
27	Set 67	Soldado Artur Calisto da Rocha
		Soldado José Orlando da Silva
		Soldado Cristóvão Rodrigues Lebres
		Soldado Fernando Gonçalves Mendes
		Soldado Venâncio José Hortinha Caritas
		Soldado Justo dos Santos Morcela Gaita
		Soldado Álvaro Pereira

Revista da Cavalaria

7. Pelo Comandante da Região Militar de Moçambique

1966 (ainda não mencionados)

24 Nov 66	1.º Cabo António Lourenço Carvalheira
02 Dez 66	Alferes Mil.º António Joaquim de Oliveira Pinto
07 Dez 66	1.º Cabo António Jorge de Jesus Esteves
07 Dez 66	1.º Cabo Adolfo Jorge Pinto Babo
07 Dez 66	1.º Cabo Agostinho Dinis Gonçalves
07 Dez 66	1.º Cabo João Rodrigues Fernandes
20 Dez 66	Tenente-Coronel Abílio de Oliveira Ferro
20 Dez 66	Major José Victor da Costa Morais
20 Dez 66	Capitão Luís Maria Coelho Casquilho
20 Dez 66	Capitão Armando José da Silva Freire
20 Dez 66	Tenente António Manuel Garcia Correia
30 Dez 66	Tenente António Manuel Conde Falcão

1967

23 Jun 67	Tenente Mil.º Médico Álvaro Camilo Malta
19 Jul 67	Alferes Mil.º Saúl Duarte Ferreira
19 Jul 67	Alferes Mil.º José Francisco Machado
19 Jul 67	Soldado José Augusto Tavares da Silva
29 Jul 67	Furriel Mil.º Idálio Marques Martelo Magalhães
29 Jul 67	Soldado Fernando da Silva Carvalho
29 Jul 67	Soldado Mário António Dias Seixas
22 Ago 67	1.º Cabo Hermínio Alves Domingues
22 Ago 67	Soldado Alfredo dos Santos Fernandes
25 Ago 67	Alferes Mil.º Jorge Manuel Simões Madeira
25 Ago 67	Alferes Mil.º Joaquim Fernando Neves de Sá
25 Ago 67	Alferes Mil.º José Eduardo Quaresma Mila
25 Ago 67	2.º Sargento José Augusto Dias Ferreira
25 Ago 67	1.º Cabo José Manuel Gonçalves
25 Ago 67	Soldado Duarte Ramiro do Nascimento
25 Ago 67	Soldado Armando Escórcio de Brito
11 Out 67	Soldado Olívio de Sousa Ferreira Mestre
22 Out 67	Tenente Mil.º Médico Eduardo Mendonça Barata Correia
04 Nov 67	Capitão Inácio da Conceição
04 Nov 67	Furriel Mil.º Lino Martins Vieira de Carvalho
08 Nov 67	1.º Cabo José Afonso Viegas Cabrita
13 Nov 67	Furriel Mil.º Miguel Ângelo Ortega Horta
	1.º Cabo Júlio Manuel Vieira Benedito
	Soldado José Francisco Claudino
	Soldado Carlos Ramos da Silva
	Soldado João da Silva Duarte

Revista da Cavalaria

8. Pelos Comandantes de Agrupamento

1966 (ainda não mencionados)

10 Abr 66	Capitão João Ramiro Alves Ribeiro
07 Mai 66	2.º Sargento Norberto António Rodrigues
12 Mai 66	1.º Cabo Albano Pais de Almeida
19 Mai 66	Capitão Fernando Luís Franco da Silva Ataíde
05 Nov 66	Furriel Mil.º José Joaquim Madeira Fonseca

1967

04 Jan 67	Major Joaquim Mendes Borges Ribeiro Simões
04 Jan 67	Capitão Gabriel da Fonseca Dores
11 Jan 67	Tenente Grad. Capelão José A. da Silva Monteiro Fernandes
17 Jan 67	Capitão António Francisco Martins Marquilhas
18 Jan 67	Alferes Mil.º João Martins Nobre de Oliveira
02 Fev 67	Tenente Mil.º Médico Artur Aníbal Reis dos Santos Dias
04 Fev 67	Alferes Mil.º António Sérgio Victorino Grilo
06 Fev 67	1.º Sargento Francisco Joaquim Botelho Figueira
08 Fev 67	2.º Sargento Mariano da Costa Nicolau Dias
09 Fev 67	Furriel Mil.º Manuel António dos Santos Peixe
10 Fev 67	1.º Cabo Justo dos Santos Morcela Gaita
11 Fev 67	Soldado Fernando Gonçalves Mendes
15 Fev 67	Soldado Cristóvão Rodrigues Lebres
16 Fev 67	Soldado César Joaquim Simões
17 Fev 67	Soldado José Orlando da Silva
28 Fev 67	Soldado Venâncio José Hortinha Caritas
06 Abr 67	1.º Cabo Mário da Costa Santos
13 Abr 67	1.º Cabo Alberto Manuel de Matos
18 Abr 67	Soldado António Martins Pinto
24 Mai 67	1.º Cabo Albertino Martins
24 Mai 67	Soldado Manuel Cordeiro
24 Mai 67	Soldado Cassiano Martins
01 Jun 67	2.º Sargento Arlindo Tiago de Andrade
23 Jun 67	Furriel Mil.º Manuel Tavares Lopes Prata
23 Jun 67	Furriel Mil.º Bernardino da Costa Dias
23 Jun 67	Soldado Joaquim do Carmo Pereira Barradas
25 Jun 67	Furriel Mil.º José Manuel Bastos Sertã
26 Jun 67	2.º Sargento Manuel Francisco Serra
26 Jun 67	Soldado Acácio Hermínio Costa
28 Jun 67	1.º Cabo Aquilino José de Jesus Duarte
11 Jul 67	Capitão Luís Manuel Lemos Alves
11 Jul 67	Soldado José dos Santos Amaro
11 Jul 67	Soldado José Travessa de Almeida
11 Jul 67	Soldado Manuel Pereira Sobral
11 Jul 67	Soldado Luís Inácio
19 Jul 67	Alferes Mil.º João Manuel Taxa S. Araújo

Revista da Cavalaria

19 Jul 67	Furriel Mil.º Francisco Varela B. Marques
19 Jul 67	Furriel Mil.º António Duarte Leitão
21 Jul 67	1.º Cabo José Fernando da Costa
27 Jul 67	1.º Sargento António José Marcelino
27 Jul 67	Furriel Mil.º Fernando António M. Dias
27 Jul 67	Soldado Francisco A. G. Fidalgo
28 Jul 67	Furriel Mil.º Carlos Manuel da C. Montês
28 Jul 67	1.º Cabo António Miranda Roque
31 Jul 67	1.º Cabo Salvador Silvestre Gonçalves
02 Ago 67	Alferes Mil.º José Martins Soares Franco de Avezel
09 Ago 67	Soldado Manuel da Clara Catarino
12 Ago 67	2.º Sargento Manuel Joaquim da Silva
12 Ago 67	Furriel Mil.º José Joaquim A. C. Oliveira
18 Ago 67	2.º Sargento Vicente Esteves R. Dias
18 Ago 67	Furriel Mil.º Horácio Francisco J. Botelho
19 Ago 67	Alferes Mil.º Manuel Jacinto P. Nobre Franco
19 Ago 67	1.º Cabo José Pedro Guelho
19 Ago 67	Soldado Henrique A. Lobo Ricardo
06 Set 67	Alferes Mil.º José António S. A. C. R. Gonçalves
06 Set 67	1.º Cabo Domingos Neiva Alves
06 Set 67	Soldado Alcides dos Santos
06 Set 67	Soldado Joaquim F. Lapa Cordeiro
07 Set 67	2.º Sargento José Coito Soares
07 Set 67	1.º Cabo Francisco Oliveira Cardoso
07 Set 67	1.º Cabo José dos Santos V. Leandro
07 Set 67	Soldado José Cardoso Vinagre
11 Set 67	Tenente Mil.º Médico Guilherme A. P. M. C. Monteiro
11 Set 67	Tenente Mil.º Médico Sebastião Pestana Henriques
11 Set 67	2.º Sargento Adelino de Oliveira Faria
11 Set 67	1.º Cabo João Alves Mesquita
27 Set 67	1.º Sargento António Martins Rebelo
06 Out 67	Tenente Mil.º Médico Vasco Luís Esteves Ferreira
06 Out 67	2.º Sargento António Angélico D. Varela
06 Out 67	Furriel Mil.º José Manuel Pinto Júlio
	Furriel Mil.º Mário de Jesus Manata
	1.º Cabo Fernando Antunes Pinhão
	Soldado Sebastião António

9. Pelos Comandantes de Sector

1966 (ainda não mencionados)

27 Jun 66	Soldado Manuel João Jesus Gonçalves
03 Jul 66	1.º Cabo Adriano da Silva Santos
03 Jul 66	Soldado Casimiro Pires Costa
24 Nov 66	Alferes Mil.º Joaquim Fernando Neves de Sá
06 Dez 66	1.º Cabo António Lourenço Carvalheira
09 Dez 66	Alferes Mil.º Moisés Figueiredo Mimoso

Revista da Cavalaria

10 Dez 66	Alferes Mil.º Joaquim da Rocha Baptista
10 Dez 66	Furriel Mil.º Eduardo Henriques de Sousa Gentil
10 Dez 66	Soldado Virgilio Gonçalves Nogueira
10 Dez 66	Soldado António Joaquim Ferreira Bastos
10 Dez 66	Soldado João Martins Ramos
10 Dez 66	Soldado António Mateus Gageiro
16 Dez 66	Capitão João Manuel Duarte Moniz Barreto
20 Dez 66	Alferes Mil.º Armindo Gregório Ferreira Júnior
23 Dez 66	Capitão António Manuel Pinto Pereira Gomes
23 Dez 66	1.º Cabo José Pontes da Luz
25 Dez 66	2.º Sargento José Joaquim Clemente de Oliveira
27 Dez 66	Alferes Mil.º Jorge Manuel Simões Madeira
27 Dez 66	Alferes Mil.º Joaquim Fernando Neves de Sá
27 Dez 66	Alferes Miliciano José Eduardo Quaresma Mila
27 Dez 66	2.º Sargento José Augusto Dias Ferreira
27 Dez 66	Furriel Mil.º Fernando Tavares Ferro Delicado
27 Dez 66	1.º Cabo José Manuel Gonçalves
27 Dez 66	1.º Cabo Manuel Maria Alves
27 Dez 66	Soldado Armando Escorcio de Brito
27 Dez 66	Soldado Duarte Ramiro do Nascimento
27 Dez 66	Soldado José dos Santos Coelho
28 Dez 66	Capitão Hipólito Leão da Costa Pires
28 Dez 66	Tenente Álvaro Mateus Pires Pintado
28 Dez 66	Tenente Fernando da Costa Monteiro Vouga
31 Dez 66	Alferes Mil.º José Joaquim Elias Gonçalves de Carvalho
31 Dez 66	Alferes Mil.º José Manuel Gameiro Lopes
31 Dez 66	Alferes Mil.º António Pereira Heitor
31 Dez 66	1.º Sargento José Maria Pereira
31 Dez 66	Furriel Mil.º Joaquim Vicente Miranda
31 Dez 66	Furriel Mil.º Idálio Marques Martelo Magalhães
31 Dez 66	1.º Cabo Manuel Canário Raimundo
31 Dez 66	1.º Cabo Alfredo da Silva Moreira Dias
31 Dez 66	1.º Cabo Fernando da Silva Carvalho
31 Dez 66	1.º Cabo António Teodósio de Brito
31 Dez 66	1.º Cabo Rui Bernardino Enes
31 Dez 66	Soldado Mário António Dias Seixas
31 Dez 66	Soldado Fernando Miranda Gonçalves
31 Dez 66	Soldado Libério Mota Mendes
	1.º Cabo Marcolino Martins Gomes
	Soldado Alves António Muepessa
	Soldado Manuel da Costa

1967

06 Jan 67	Tenente Mil.º Médico Álvaro Camilo Malta
11 Jan 67	Alferes Mil.º Álvaro Gonçalves Braga
11 Jan 67	Alferes Mil.º José Francisco Fernandes Neves
16 Jan 67	1.º Cabo João Gomes

Revista da Cavalaria

16 Jan 67	Soldado Anacleto Cadete
16 Jan 67	Soldado Norberto dos Santos Teófilo
17 Jan 67	Major Dionízio de Almeida Santos
17 Jan 67	Capitão Arnaldo Eduardo de Souto Pires
17 Jan 67	Capitão Rui Mamede Monteiro Pereira
19 Jan 67	Tenente-Coronel João P. de Almada S. e Quadros Gouveia
20 Jan 67	Major Augusto da Fonseca Lage
20 Jan 67	1.º Cabo Elísio Marques do Rego Bravo
25 Jan 67	Tenente-Coronel Manuel da Fonseca Pinto Bessa
16 Fev 67	Capitão Mário António Baptista Tomé
17 Fev 67	Tenente Duarte Manuel Amarante Rocha Pamplona
25 Fev 67	1.º Cabo João da Costa Pereira
10 Mar 67	Tenente-Coronel António Ferreira de Carvalho F. Damião
10 Mar 67	Soldado Rogério Teodósio Mendes
10 Mar 67	Soldado Cândido Augusto Alves
10 Mar 67	Soldado Victor Manuel Duarte Figueira
10 Mar 67	Soldado Bento Martins Ferreira Algarvio
14 Abr 67	1.º Cabo Marcelino Martins Gomes
14 Abr 67	Soldado Alves António Muepessa
14 Abr 67	Soldado Manuel da Costa
18 Abr 67	1.º Cabo Marcolino Martins Gomes
05 Mai 67	Soldado Olívio de Sousa Ferreira Mestre
05 Mai 67	Soldado Marcelino Martins Gomes
12 Mai 67	Furriel Mil.º Manuel Alcino Azevedo Soares
23 Jun 67	Furriel Mil.º Miguel Ângelo Ortega Horta
26 Jun 67	1.º Cabo João Ramajal Alves
26 Jun 67	Soldado Sílvio Alfredo Carneiro da Silva
14 Jul 67	1.º Cabo Amadeu Gonçalves Vieira da Silva
14 Jul 67	Soldado António da Assunção Ferreira
15 Jul 67	Soldado Manuel Maria Viana
28 Jul 67	Tenente-Coronel António Ferreira de Carvalho F. Damião
11 Ago 67	1.º Cabo Armando Alves Nunes da Silva
11 Ago 67	Soldado José Inácio de Medeiros
11 Ago 67	Soldado Jaime José
16 Ago 67	1.º Sargento António Beja Martins
16 Ago 67	1.º Sargento Joaquim Saramago Segurado
16 Ago 67	1.º Sargento David de Almeida e Sousa
26 Set 67	2.º Sargento António Rodrigues Pires
26 Set 67	2.º Sargento Francisco Pereira
26 Set 67	Furriel Mil.º António dos Santos Esteves Andrade
26 Set 67	1.º Cabo António Manuel Varela Charneco
26 Set 67	1.º Cabo Carlos Manuel Rocha
26 Set 67	Soldado Fernando Moreira de Castro
15 Dez 67	Alferes Aprigio Ramalho
15 Dez 67	Furriel Mil.º Luís Filipe Tavares da Silveira
22 Dez 67	Alferes Mil.º Joaquim da Rocha Baptista
22 Dez 67	1.º Cabo Lino Soares
22 Dez 67	Soldado João Coelho Cabrito

Revista da Cavalaria

31 Dez 67 1.º Sargento José Cabaço Leitão
Tenente José Virgílio Rainho
Alferes Mil.º Fausto Leite de Almeida
2.º Sargento Abel dos Santos Cavaleiro Marta
Soldado João da Silva Duarte

10. Pelo Comandante da ZIL

28 Abr 67 Soldado António Martins Pinto
07 Jul 67 Furriel Mil.º José Manuel Bastos Certã

POR DIVERSOS MOTIVOS

1. Pelo Ministro do Exército

25 Out 67 Coronel Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

VI — Transferências

PARA OUTROS QUADROS

Corpo do Estado-Maior

Major Carlos Alberto Guimarães da Costa
Capitão João Isidro Pinto Clara

PARA OUTRAS SITUAÇÕES

Reserva

Coronel Júlio Beirão de Brito
Coronel José Félix Alves de Carvalhosa
Coronel Paulino de Magalhães Correia
Tenente-Coronel António Augusto de Sampaio e Melo Pereira de Almeida
Capitão Rui de Sousa Cambeses

Reforma

Coronel António da Cunha Viana
Coronel D. Domingos António de Sousa Coutinho
Coronel Mário Vitorino Mendes
Tenente-Coronel João José de Figueiredo Gaspar
Major Juvenal Aníbal Semedo de Albuquerque
Major Amândio Manuel Pascoal Rodrigues

Revista da Cavalaria

Capitão Alvaro Beça de Aragão Ferreira
Capitão Lino Vaz Palma Antunes
Tenente Gonçalo Cristóvão de Meireles
Alferes João de Lemos Macedo dos Santos
Alferes António Rebelo Carneiro de Sousa Pires
Alferes José Maria de Mendonça de Sousa Cirne

VII — Abates às Fileiras

DESLIGADOS DO SERVIÇO

Coronel Luís da Costa Ivens Ferraz
Coronel Francisco António de Araújo de Azevedo Pimenta da Gama
Coronel António Vasco da Costa
Tenente-Coronel Júlio Domingos Borges Gaspar
Capitão Raul Augusto Nogueira Baptista de Carvalho
Capitão Fernando Cabral
Alferes Mário de Oliveira Pereira
Alferes José Vaz Correia Seabra de Lacerda Pereira Bhaarem

ÓBITOS

Coronel Reformado Santiago Ponce de Castro
Capitão Reformado António Afonso de Carvalho
Tenente Reformado José Francisco Magrassó e Silva
Alferes Luís António Andrade Âmbar
Alferes José António Fernandes Domingues
1.º Sargento João Manuel Figueira Pinheiro
2.º Sargento José Assunção Ramos Ribeiro

Revista da Cavalaria

AOS NOSSOS COLABORADORES

As restrições de severa economia actualmente em vigor obrigaram a não se poder publicar todos os artigos recebidos, o que faz ficarem em reserva muitos trabalhos também valiosos.

Do facto se pede desculpa aos nossos estimados e competentes colaboradores e a todos se agradece a sua contribuição quer em trabalhos, quer monetária, para que tenha sido possível continuar a Revista.

Revista de Colômbia

Capitão Alvaro Boga de Angelo Pereira
Capitão Lima Valdeir de Almeida
Tenente Coronel Manoel de Jesus
Alfons João de Sousa Marinho de Sá
Alfons Antônio Felício Carneiro de Sousa Pina
Alfons José Maria de Almeida de Sousa Costa

OS Nossos COLABORADORES

COLUNISTAS DE BOMBARDEIO

Capitão Luís de Castro Pereira
Capitão Francisco de Paula
Capitão Antônio
Tenente Coronel
Capitão
Capitão
Alfons

COLUNISTAS

Do facto se
timidos e competentes colaboradores e
todos se orgulham de sua contribuição para
em trabalhos que transcrevem para que
tenha sido possível continuar a Revista.





